

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO AGGEU MAGALHÃES
DOUTORADO ACADÊMICO EM SAÚDE PÚBLICA**

Mariana Olívia Santana dos Santos

**Vulneração e injustiças ambientais na determinação social da saúde no território de
Suape, Pernambuco/Brasil**

RECIFE

2017

MARIANA OLÍVIA SANTANA DOS SANTOS

**VULNERAÇÃO E INJUSTIÇAS AMBIENTAIS NA DETERMINAÇÃO SOCIAL DA
SAÚDE NO TERRITÓRIO DE SUAPE, PERNAMBUCO/BRASIL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado Acadêmico em Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para a obtenção do grau de doutora em ciências.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Lia Giraldo da Silva Augusto

Coorientadora: Prof^ª. Idê Gomes Dantas Gurgel

Recife

2017

Catálogo na fonte: Biblioteca do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

S237v Santos, Mariana Olívia Santana dos.
Vulneração e injustiças ambientais na determinação social da saúde no território de Suape, Pernambuco/Brasil / Mariana Olívia Santana dos Santos. - Recife: [s. n.], 2017.
249 p. : il., tab., graf.

Tese (Doutorado Acadêmico em Saúde Pública) - Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2017.

Orientadora: Lia Giraldo da Silva Augusto; coorientadora: Idê Gomes Dantas Gurgel.

1. Saúde do Trabalhador. 2. Saúde Ambiental. 3. Desenvolvimento Sustentável. 4. Comunicação em Saúde. 5. Promoção da Saúde. 6. Vigilância em Saúde do Trabalhador I. Augusto, Lia Giraldo da Silva. II. Gurgel, Idê Gomes Dantas. III. Título.

CDU 504

MARIANA OLÍVIA SANTANA DOS SANTOS

**VULNERAÇÃO E INJUSTIÇAS AMBIENTAIS NA DETERMINAÇÃO SOCIAL DA
SAÚDE NO TERRITÓRIO DE SUAPE, PERNAMBUCO/BRASIL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado Acadêmico em Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para a obtenção do grau de doutora em ciências.

Aprovada em: 12 de junho de 2017

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Lia Giraldo da Silva Augusto – Orientadora
IAM/Fiocruz

Raquel Maria Rigotto

Prof.^a Dra. Raquel Rigotto – Examinadora externa
Faculdade de Medicina/Universidade Federal do Ceará

F. Mertens

Prof. Dr. Frédéric Mertens – Examinador externo
Centro de Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília

André Monteiro Costa

Prof. Dr. André Monteiro Costa – Examinador interno
IAM/Fiocruz

Prof. Dra. Islândia Maria Carvalho de Sousa – Examinadora interna
IAM/Fiocruz

Dedico esta tese às minhas filhas, Lua e Lis e às futuras gerações.

AGRADECIMENTOS

Eu realmente não cheguei sozinha nesta finalização e momento de entrega de resultados, o que eu sou, sou em pares. Agradeço imensamente a todas e todos que contribuíram direta ou indiretamente nesta trajetória de quatro anos, construindo saberes comigo:

Ao meu núcleo familiar que me apoiou o tempo todo. Meu companheiro e amor Guilherme Oliveira, minhas filhas queridas, Luara, que chegou a ir no território comigo fazer os registros audiovisuais finais para o documentário e deu suporte muitas vezes na minha ausência em casa; e a pequena Lis, não mais tão pequena;

À minha mãe querida e amada mãe, Socorro Santana;

Aos meus irmãos, que sempre estiveram ao meu lado mesmo estando cada um em uma cidade diferente, Denis Leonardo, Linus Giovanni e Aaron Pedro;

Às orientadoras, Lia Giraldo e Idê Gurgel, que são muito mais do que orientadoras, são queridas amigas com quem aprendi muito e me deram sempre todo suporte e incentivo;

À professora Isaltina Gomes, parceira de estudos, ideias, escritas e luta;

À minha querida amiga Aline Gurgel, que incursionou na saúde do trabalhador e na pesquisa junto comigo. Neste ano completamos 10 anos de parcerias e realizações acadêmicas no LASAT;

À Suely de Oliveira, amiga presente a toda hora;

Aos professores e professoras do NESC;

A todos que participaram da pesquisa nas suas mais diferentes etapas e que contribuíram muito no desenvolvimento do projeto: Kátia Kelly, Lorena Albuquerque, Mariane Bigio, Katlyn Duclerc, Renata Domingues, Thialisson Ribeiro, Amanda Bruto, Stevam Gabriel, em especial à equipe que construiu o mapa de conflitos ambientais de Suape comigo;

Aos bolsistas de iniciação científica da Fiocruz que possibilitaram o fortalecimento da saúde coletiva a partir da interdisciplinaridade do campo da comunicação, saúde e ambiente: Antônio Júlio, Maria Eduarda, Pedro de Sousa, Dandara Oliveira, Cremilda Alves e Nathalie Agripino;

Ao coordenador do Laboratório de Saúde Ambiente e Trabalho, André Monteiro e toda equipe representada aqui pelos colegas que tive maior interação: Rejane Santana, Pedro Albuquerque, Adriana Campos, Luana Rotolo, Paulo Lira, Clenio Guedes, Glaciene Mary.

À Comunidade de Prática sobre as Abordagens Ecológicas em Saúde (CoPEH) na América Latina, no Caribe (CoPEH-LAC) e no Canadá (CoPEH-Canada) que além de oferecer auxílio financeiro para participação do curso sobre abordagens ecológicas em saúde em Montreal/Canadá e para o desenvolvimento de parte da pesquisa, realmente me acolheu nessa rede internacional cujo trabalho vem sendo materializado em diversos produtos. Agradeço especialmente ao professor Frédéric Mertens que, mesmo sem me conhecer, abriu as portas para essa comunidade e foi meu tutor orientador. Também agradeço a Renata Távora, Jennifer Webb, Donald Cole, Johanne Saint-Charles, Marina Gasparini e a todos os participantes do curso de verão de 2015.

A todos os colegas da nossa crítica e ativista turma do doutorado em saúde pública (2013-2017): Camila Sarteschi, Cinthia Kalyne, Dinalva Cabral, Lívia Teixeira, Magno Diógenes, Márcia Cunha, Marcílio Medeiros, Marcos Silva, Mércia Alves, Oscar Raposo, Socorro Freire, Verônica Barbosa, com os quais foram compartilhados muito aprendizado e angústias dos prazos acadêmicos;

À Rede Brasileira de Justiça Ambiental que tanto me ensinou sobre como construir processos para a justiça ambiental e que colaborou e muito para a formulação teórica: Andréa Camurça, Juliana Malerba, Maiana Maia, Mayara Melo, Caio Floriano, Sebastião Raulino, Leila Sales, Ana Lourdes, Rafaela Dornelas e Raquel Rigotto com toda sua energia boa do Núcleo Tramas;

À querida Tania Pacheco, que foi sempre disponível para responder minhas dúvidas sobre o Mapa de conflitos e saúde do Brasil, o qual foi inspiração para a tese;

À equipe do Atlas Global de Justiça Ambiental - Environmental Justice Atlas (EJAtlas) do Instituto de Ciência e Tecnologia Ambiental da Universidade Autônoma de Barcelona, em nome de Daniela Del Bene e Grettel Navas, que também colaboraram na construção das categorias do mapa de conflitos de Suape;

Ao cineasta Silvio Tendler, que tanto me inspirou com seu cinema militante e me dedicou algumas horas de conversas sobre o cinema e a vida;

Aos que fazem do Fórum Suape um espaço socioambiental de resistência e luta (Centro das Mulheres do Cabo, Action Aid, Comissão Pastoral da Terra), em especial à equipe da coordenação;

Ao grupo Comunicação Ambiental do CAC/UFPE: Priscila Muniz, Jean Cerqueira, Natália Flores, Diego Salcedo, Débora Britto, Júlia Arraes, Igor Gomes, Marcela Lins.

Ao grupo do Coletivo LEPEC - Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato/UFPE, em especial a Mercedes Solá e Cláudio Ubiratan;

À Coordenadoria de Cooperação Social para o Desenvolvimento Territorializado da Fundação Oswaldo Cruz/RJ que possibilitou financiamento para a realização do documentário “Suape, desenvolvimento para quem?”;

Agradeço também à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), pelo suporte financeiro viabilizado pelo projeto “Projeto de pesquisa Vulnerabilidade socioambiental relacionada à exposição química nos territórios de desenvolvimento das cadeias produtivas de petróleo e das consumidoras de agrotóxicos”.

“O que eu sou,
Eu sou em par.
Não cheguei sozinha.”

Lenine

“Somos ciudadanos independientes y queremos,
en fin, ser activos, protagonistas de nuestro
presente y celosos de nuestro futuro. Queremos
disponer de un buen medio natural y cultural, no
por capricho, sino porque es fundamental para
vivir bien y no terminar siendo unos ignorantes
que vendieron su futuro bajo el señuelo de unos
cuantos puestos de trabajo. Y pediremos cuentas
a los responsables políticos y económicos que
degraden, manipulen o hipotequen nuestro
patrimonio natural y cultural”

(Movimento Ambiental Plataforma Ciudadana
Refinería No, Extremadura/ Espanha)

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos. Vulneração e injustiças ambientais na determinação social da saúde no território de Suape, Pernambuco/Brasil. 2017. Tese (Doutorado Acadêmico em Saúde Pública) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2017.

RESUMO

Pernambuco tem ampliado o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) mediante a construção de novas indústrias financiadas pelo modelo desenvolvimentista do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essa reconfiguração tem ocasionado profundas transformações políticas, socioeconômicas e culturais, gerando conflitos socioambientais, repercutindo negativamente na qualidade de vida nos territórios e na saúde da população local. O objetivo do estudo foi compreender os processos de vulneração, conflitos e injustiças ambientais e suas implicações na determinação social da saúde da população que vive e trabalha nos territórios afetados de Suape/Pernambuco – Brasil. Realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo pesquisa-ação, seguindo princípios da abordagem ecossistêmica em saúde. Como resultados: 1) foi realizado um mapeamento dos conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde, identificando 49 situações de conflitos sociais gerados pelo CIPS; 2) Caracterização de duas redes sociais que atuam no enfrentamento dos processos de vulneração - o Fórum Suape - Espaço Socioambiental e a Rede de Saúde do Trabalhador de Pernambuco - suas atuações para efetivação de políticas públicas e estratégias de ação em saúde; 3) Análise da percepção das mulheres moradoras de 9 comunidades em relação ao processo de industrialização e vulneração do ambiente e da saúde; 4) desenvolvimento do documentário *Suape, desenvolvimento para quem?* e realização de 16 cinedebates como estratégia de comunicação social para auxiliar o empoderamento das comunidades. O desenvolvimento deste trabalho na perspectiva de uma abordagem ecossistêmica possibilitou uma melhor aproximação dos contextos e das redes sociais onde se dão os processos da determinação social da saúde e contribuiu para a promoção de intervenções para a resolução de problemas complexos relacionados a vulneração das populações, compreendendo questões de saúde humana, conflitos e injustiças ambientais.

Palavras-Chave: Saúde do trabalhador. Saúde ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Comunicação em saúde. Promoção da saúde. Vigilância em saúde do trabalhador.

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos. Vulnerability and environmental injustices in the social determination of health in the territory of Suape, Pernambuco, Brazil. 2017. Thesis (Doctorate in Public Health) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2017.

ABSTRACT

Pernambuco has expanded the Suape Port and Industrial Complex (CIPS) through the construction of new industries financed by the developmentalist model of the Growth Acceleration Program (PAC). This reconfiguration has caused profound changes in policies, socioeconomic and cultural, generating environmental conflicts, impacting negatively on the quality of life in the territories and on the health of the local population. The objective of this study was to understand the processes of vulnerability, conflicts and environmental injustices and its implications on the social determination of health of the population which lives and works in the territories affected of Suape/Pernambuco - Brazil. Qualitative research was carried out such action research, following the principles of the ecosystem approach in health. As a result: 1) was conducted a mapping of conflicts involving environmental injustice and health 49 identifying situations of social conflicts generated by the CIPS; 2) Characterization of two social networks that operate in the face of vulnerability - The Forum Suape - Environmental Space and the Network of Worker's Health of Pernambuco - their actions for enforcement of public policies and strategies for action on health; 3) Analysis of the perception of women living in 9 communities in relation to the process of industrialization and vulnerability of environment and health; 4) Development of the documentary Suape, development for whom? And Realization of cinedebates 16 as media strategy to assist the empowerment of communities. The development of this work from the perspective of an ecosystemic approach enabled a better approximation of contexts and social networks where you give the processes of health's social determination and has contributed to the promotion of interventions for the resolution of complex problems related to the vulnerability of populations, including human health issues, conflicts and environmental injustices.

Keywords: Occupational Health. Environmental Health. Sustainable Development. Communication in Health. Health Promotion. Surveillance of the Workers Health.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa de localização do CIPS nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca/Pernambuco/Brasil.....	91
Quadro 01 - População do estudo distribuída por segmentos e tipo de representação quanto a sua inserção no território de Suape.....	92
Quadro 02 - Esquema do delineamento metodológico por objetivo específico da pesquisa, método, técnicas e fontes utilizados.....	94
Figura 02 - Esquema do processo da pesquisa para o Mapa de Conflitos de Suape.....	95
Figura 03 - Grupos de fontes de dados utilizadas para o mapeamento dos conflitos ambientais em Suape.....	99
Quadro 03 - Grupo de categorias localização dos conflitos, subcategorias 1 e 2 do Mapa de conflitos.	101
Quadro 04 - Grupo de categorias população atingidas, subcategorias 1 e 2 do Mapa de conflitos.....	102
Quadro 05 - Grupo de categorias tipologia dos conflitos, subcategorias 1 e 2 do Mapa de conflitos.....	102/103
Quadro 06 - Quantitativo de entrevistadas por comunidade de residência.....	106
Figura 04 - Banco de dados de vídeos e fotografias sobre o território de Suape, Pernambuco.....	108
Figura 05 - Mapa do Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco, Brasil.....	117
Figura 06 - Foto da construção da Refinaria Abreu e Lima, CIPS/PE.....	119
Figura 07 - Foto da Refinaria Abreu e Lima pronta, CIPS/PE.....	119
Figura 08 - Foto do Estaleiro Promar a partir da Ilha de Tatuoca, CIPS/PE.....	121
Figura 9 - Mapa com a localização da Ilha de Tatuoca, Ipojuca/PE.....	121
Figura 10 - Foto Escombros da casa destruída de Seu Bui. Ilha de Tatuoca, Ipojuca, Pernambuco.....	122
Gráfico 01 - Distribuição dos conflitos ocorridos no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco por ano, 2001 a 2016.....	128
Gráfico 02 - (%) relativa pelo total de conflitos por municípios do território do Complexo Industrial Portuário de Suape.....	130
Figura 11 - Mapa da Densidade Kernel ponderado pelo número de conflitos nas comunidades no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco, 2001 a 2016.....	131

Figura 12 - Mapa de distribuição de conflitos por comunidade no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco, 2001 a 2016.....	133
Gráfico 03 - Distribuição dos grupos populacionais envolvidos nos conflitos ocorridos no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco, 2001 a 2016.....	138
Gráfico 04 - Distribuição dos processos produtivos geradores dos conflitos ocorridos no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco, 2001 a 2016.....	143
Gráfico 05 - Danos ambientais identificados nos conflitos no território do CIPS, 2001 a 2016.....	147
Gráfico 06 - Danos à saúde identificados nos conflitos no território do CIPS, 2001 a 2016.....	148
Gráfico 07 - Danos relacionados aos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais identificados nos conflitos no território do CIPS, 2001 a 2016.....	153
Quadro 07 - Instituições apoiadoras dos grupos vulnerados conforme categorias identificadas nos conflitos do CIPS, 2001 a 2016.....	155
Gráfico 08 - Parceiros e Apoiadores dos grupos vulnerados em relação aos conflitos do CIPS, 2001 a 2016.....	157
Figura 13 - Foto da participação da comunidade no Seminário internacional sobre direitos humanos, Cabo de Santo Agostinho/PE.....	162
Figura 14 - Foto da audiência Pública realizada pelos moradores com apoio do Fórum Suape, Cabo de Santo Agostinho/Pernambuco.....	163
Figura 15 - Foto dos manifestantes protestando contra o CIPS nas ruas de Recife/PE.....	164
Figura 16 - Foto de palestra sobre mudanças climáticas com Marcelo Calazans (UFCE) no Seminário “Petróleo, o que Suape tem com isso?.....	164
Figura 17 - Imagem da página web do Fórum Suape.....	166
Figura 18 - Reunião preparatória do Circuito de Saúde dos Portos, CIPS.....	170
Figura 19 – Trabalhadores do Estaleiro Vard Promar se cadastrando no Circuito de Saúde/2015.....	170
Figura 20 - Moradores das comunidades no CIPS aguardando atendimento no Circuito de Saúde/2016.....	172
Quadro 08 - Ideias Centrais identificadas nos discursos dos sujeitos selecionados para o documentário “Suape, desenvolvimento para quem?”, categoria desenvolvimento econômico como aspecto positivo.....	187

Quadro 09 - Ideias Centrais identificadas nos discursos dos sujeitos selecionados para o documentário “Suape, desenvolvimento para quem?”, categoria insustentabilidade do desenvolvimento econômico.....	188
Quadro 10 - Ideias Centrais identificadas nos discursos dos sujeitos selecionados para o documentário “Suape, desenvolvimento para quem?”, categoria processos de vulneração na saúde.....	189
Quadro 11 - Ideias Centrais identificadas nos discursos dos sujeitos selecionados para o documentário “Suape, desenvolvimento para quem?”, categoria processos de vulneração no território.....	190
Quadro 12 - Ideias Centrais identificadas nos discursos dos sujeitos selecionados para o documentário “Suape, desenvolvimento para quem?”, categoria deficiência da atuação do Estado.....	192
Quadro 13 - Ideias Centrais identificadas nos discursos dos sujeitos selecionados para o documentário “Suape, desenvolvimento para quem?”, categoria Ausência de processos participativos, informativos e comunicativos.....	194
Quadro 14 - Cinedebates realizados por tipo de sessão, local, data e público, 2014 a 2017.....	197/198
Figura 21 - Cinedebate promovido no lançamento do documentário. Teatro Apolo, Recife/PE, setembro de 2015.....	199
Figura 22 - Lançamento do documentário. Teatro Apolo, Recife/PE, setembro de 2015.....	200
Figura 23 - Cinedebate organizado em parceria com o Conselho Municipal de Saúde do Cabo de Santo Agostinho, outubro de 2015.....	201
Figura 24 - Cinedebate realizado na VI Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife/PE, novembro de 2015.....	201
Figura 25: Cinedebate com os moradores da comunidade Nova Tatuoca. Cinema do Museu, Recife/PE, julho de 2016.....	202
Quadro 15 - Cinedebates realizados por tipo de sessão, 2014 a 2017.....	203
Figura 26 - Filipe Maciel, recitando a poesia “filhos de Suape” durante cinedebate. Teatro Apolo, Recife/PE, setembro de 2015.....	206

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição dos conflitos ocorridos no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco por município e comunidade, no período de 2001 a 2016.....	135/136
Tabela 02 - Número de conflitos do CIPS por grupos populacionais e seus principais agentes causadores, 2001 a 2016.....	145
Tabela 03 - Número de danos à saúde identificados nos conflitos do CIPS por grupos populacionais, 2001 a 2016.....	150
Tabela 04 - Distribuição nominal e proporcional das ideias centrais segundo o discurso das mulheres entrevistadas em relação aos conflitos no CIPS, 2017.....	175
Tabela 05 - Distribuição nominal e proporcional das Ideias Centrais segundo o discurso das mulheres entrevistadas em relação aos problemas de saúde no CIPS, 2017.....	179

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AC - Ancoragem

AES - Abordagem Ecológica em Saúde

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CFC - Hidrocarbonetos Clorofluorados

CIST - Comissões Intersetoriais em Saúde do Trabalhador

CMC - Centro das Mulheres do Cabo

CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Condepe/Fidem - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DMS - Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade

DP - Diário de Pernambuco

DSC - Discurso do Sujeito Coletivo

ECH - Expressões Chave

EJAtlas - Atlas Global de Justiça Ambiental - Environmental Justice Atlas

FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz

FMI - Fundo Monetário Internacional

GA - Google acadêmico

GEAST - Gerência Estadual de Atenção à Saúde dos Trabalhadores

GESTA/UFMG - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais

GPS - Sistema de Posicionamento Global

IC - Ideias Centrais

JC - Jornal do Commercio

LASAT - Laboratório de Saúde Ambiente e Trabalho

MS - Ministério da Saúde

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PET - Polietileno tereftalato

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PTA - Ácido Tereftálico Purificado

RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental

RENAST PE - Rede de Saúde do Trabalhador de Pernambuco

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

RNEST - Refinaria de Petróleo Abreu e Lima (RNEST)

SEST/SENAT - Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Sindipetro - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo de Pernambuco e Paraíba

SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

ST - Saúde do Trabalhador

SUS - Sistema Único de Saúde

TES - Território Estratégico de Suape

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
2 MARCO TEÓRICO	29
2.1 Saúde, ambiente e desenvolvimento no contexto de uma crise civilizatória	29
2.2 Por um Desenvolvimento Sustentável Sensível aos Ecossistemas e a Vida	35
2.3 Conflitos e injustiças ambientais no modelo de desenvolvimento econômico	43
2.3.1 Injustiça ambiental como consequência do modelo insustentável de desenvolvimento econômico.....	47
2.3.2 Conflitos ambientais e os movimentos de luta por justiça	50
2.3.3 Redes sociais e saúde e possibilidades de análise	54
2.3.4 Mapa de conflitos ambientais: visibilidade da luta contra a injustiça ambiental	58
2.4 Abordagem ecossistêmica em saúde – uma proposta operativa para o nível local	60
2.4.1 Pensamento Sistêmico	67
2.4.2 Transdisciplinaridade.....	68
2.4.3 Participação	69
2.4.4 Sustentabilidade.....	70
2.4.5 Equidade e Gênero.....	70
2.4.6 Conhecimento para a ação – uma vigilância em saúde participativa e transformadora ..	72
2.5 Os meios de comunicação como instrumento ideológico do capitalismo: outra comunicação é possível	74
2.5.1 Cidadania em contexto global: atuação do ciberativismo socioambiental	80
3 OBJETIVOS	85
3.1 Objetivo Geral	85
3.2 Objetivos Específicos	85
4 MÉTODO	86
4.1 Delineamento do Estudo	86
4.1.1 Abordagem Ecossistêmica em Saúde e Pesquisa-Ação	87
4.1.2 Discurso do Sujeito Coletivo.....	89
4.2 Período e local do estudo	90
4.3 População do Estudo	91
4.4 Fonte, coleta e análise de dados	93
4.4.1 Objetivo 1 – Mapear os conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no território de Suape.	94
<i>4.4.1.1 Construção dos dados</i>	95

4.4.1.1.1 <i>Trabalhos científicos</i>	96
4.4.1.1.2 <i>Banco de dados de conflitos da CPT</i>	97
4.4.1.1.3 <i>Banco de dados de Jornal Impresso e Online</i>	97
4.4.1.1.4 <i>Vídeos</i>	98
4.4.1.1.5 <i>Fórum Suape Espaço Socioambiental</i>	99
4.4.1.2 <i>Caracterização, sistematização e moderação dos conflitos ambientais:</i>	100
4.4.1.3 <i>Categorias e análise de dados:</i>	100
4.4.1.3.1 <i>Ano de início e localização dos conflitos</i>	101
4.4.1.3.2 <i>População atingida</i>	101
4.4.1.3.3 <i>Tipologia do conflito</i>	102
4.4.1.3.4 <i>Descrição do conflito</i>	103
4.4.1.3.5 <i>Fontes utilizadas</i>	104
4.4.2 Objetivo 2 - Caracterizar as redes sociais que atuam no enfrentamento dos conflitos socioambientais mapeados	104
4.4.3 Objetivo 3 - Analisar a percepção dos grupos sociais vulnerados pelos processos de industrialização do território de Suape	105
4.4.4 Objetivo 4 Desenvolver um documentário como estratégia de comunicação social para o empoderamento das comunidades, promoção e vigilância da saúde	107
4.4.4.1 <i>Produção do documentário</i>	108
4.4.4.2 <i>Organização e sistematização de Cinedebates</i>	110
5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	112
6 RESULTADOS	113
6.1 Contexto histórico e político da industrialização de Suape: os processos que vulneram a população	113
6.1.1 <i>Refinaria Abreu e Lima (RNEST)</i>	118
6.1.2 <i>Petroquímica Suape</i>	120
6.1.2 <i>Polo Naval</i>	120
6.1.2 <i>Cenas de um ecocídio</i>	122
6.2 Injustiça ambiental - Mapeamento dos conflitos em Suape	126
6.2.1 <i>Localização dos conflitos em Suape</i>	129
6.2.2 <i>Distribuição dos conflitos entre os municípios do entorno de Suape</i>	130
6.2.3 <i>Distribuição dos conflitos entre as comunidades no território de Suape</i>	131
6.2.4 <i>Relação entre as comunidades e os conflitos presentes no território</i>	133
6.2.5 <i>Grupos populacionais envolvidos nos conflitos</i>	136

6.2.6 Responsáveis pelos conflitos	140
6.2.7 Danos ambientais presentes no território	145
6.2.8 Danos à saúde – Reprodução biológica.....	148
6.2.9 Danos relacionados aos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais identificados nos conflitos.....	151
6.2.10 Parceiros e apoiadores dos atingidos	153
6.3 Em busca do bem viver: ativismo e resistência das redes sociais frente aos impactos dos projetos de desenvolvimento	157
6.3.1 Ativismo dos movimentos sociais em Suape	158
<i>6.3.1.1 Estratégias de Mobilização e luta</i>	<i>161</i>
<i>6.3.1.2 Em busca da saúde perdida: A rede de saúde do trabalhador em Suape.....</i>	<i>168</i>
6.4 A percepção das mulheres sobre os processos de vulneração em Suape	173
6.4.1 Ecos dos Conflitos e injustiças socioambientais: Violência do Estado na expropriação das comunidades.....	175
6.4.2 As feridas da industrialização no ambiente e na saúde	179
6.5 O Documentário “Suape: desenvolvimento para quem?” no contexto de luta e resistência frente aos processos de vulneração socioambiental.....	185
6.5.1 O cine debates como estratégia de promoção da saúde e empoderamento social.....	195
<i>6.5.1.1 O resultado da práxis dos cine debates realizados</i>	<i>199</i>
<i>6.5.1.2 Discussões geradas nos cine debates - empoderamento e construção de saberes....</i>	<i>203</i>
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
REFERÊNCIAS	212
APÊNDICE A - TERMO CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE).....	234
APÊNDICE B - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA DOCUMENTÁRIO	236
APÊNDICE C - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA DOCUMENTÁRIO.....	237
APÊNDICE D - AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E SOM PARA O DOCUMENTÁRIO ...	238
APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO MULHERES SUAPE	239
APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO REDES SOCIAIS.....	240
APÊNDICE G – ARTIGO PUBLICADO “EXCLUÍDAS PELO DESENVOLVIMENTO: MULHERES E O COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE”	242
APÊNDICE H – ARTIGO PUBLICADO “SUAPE: DESENVOLVIMENTO PARA QUEM? – DOCUMENTÁRIO COMO ESTRATÉGIA PARA VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE.....	243
APÊNDICE I – ARTIGO PUBLICADO - CIBERATIVISMO, SAÚDE E AMBIENTE: MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E NA ESPANHA.....	244

APÊNDICE J – ARTIGO PUBLICADO - CIDADANIA EM CONTEXTO GLOBAL: ATUAÇÃO DO CIBERATIVISMO SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL E NA ESPANHA.....	245
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA.....	246
ANEXO B – MANIFESTO A PROPÓSITO DE SUAPE.....	247

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Governo Brasileiro tem priorizado uma ideologia desenvolvimentista, neoliberal, com políticas públicas que buscam a reprodução e acumulação do capital através de reprimarização da economia e de realização de megaprojetos de infraestrutura e serviços mediante parcerias público/privado financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a partir de sua implementação em 2007. Em todo país, foram construídos empreendimentos em setores como energia, transporte, recursos hídricos, mobilidade urbana, urbanização e saneamento, conformando novos polos industriais e/ou ampliando polos existentes em especial do ramo petroquímico, que teve investimento de grande porte, em diversos setores, com crescimento em regiões tradicionalmente conhecidas, como o Sudeste e Sul, mas sobretudo com a instalação de grandes polos no Nordeste do Brasil.

Em Pernambuco ocorreu na última década a ampliação do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) por conta da construção de novas indústrias financiadas pelo PAC, reconfigurando o polo industrial para cadeia produtiva do petróleo. Suape, em tupi guarani, significa caminho sinuoso.

Essa reconfiguração tem ocasionado profundas transformações políticas, socioeconômicas e culturais, gerando conflitos socioambientais que repercutem negativamente na qualidade de vida nos territórios e conseqüentemente na saúde da população local.

O CIPS está localizado no litoral sul de Pernambuco, nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, cerca de 40 quilômetros de distância da capital Recife. O território do CIPS possui aproximadamente 13 mil habitantes distribuídos em mais de 40 comunidades organizadas ao longo de anos em função da atividade produtiva da agricultura de subsistência (mandioca, fruteiras, feijão), coleta de frutos e pesca artesanal, que constituíram suas moradias em torno dos engenhos de cana de açúcar e das praias (PÉREZ; GONÇALVES, 2012).

Novas indústrias têm sido atraídas para se instalarem no CIPS através de incentivos públicos e privados, como a Refinaria de Petróleo Abreu e Lima (RNEST), a Petroquímica Suape e os estaleiros (Atlântico Sul e Vard Promar). A instalação dessas indústrias de alto poder poluidor tem modificado a organização do território, além de promover processos violentos de desterritorialização de grupos populacionais, produz processos de vulneração comprometendo o ambiente e a saúde das populações. Aliado a estes problemas, estão a falta

de planejamento urbano, desorganização do sistema público de saúde, ausência de saneamento, dentre outros vivenciados pela rápida transformação dos municípios que sediam o polo de Suape.

Outro aspecto crítico relacionado a essa modificação territorial com implantação de grandes empreendimentos é o ocultamento dos problemas e das mudanças que seus processos de construção trazem para as vidas das pessoas, além da ausência de participação sobre as transformações do território onde vivem e trabalham seus habitantes. Esse processo deve incluir não apenas a população residente no local, mas todos os representantes das instituições governamentais, não governamentais e privadas dos mais variados setores que ali interagem para debates e discussões acerca das modificações que serão realizadas em seu território, bem como sobre as reais mudanças que serão vivenciadas com a instalação de novas indústrias. Mas, na realidade, o que ocorreu durante dez anos em Suape foi uma crescente expulsão de famílias, transformação do território em uma grande e demorada obra, centenas de trabalhadores chegando para viverem amontoados nos arredores das obras, gasto público e pouco retorno para as populações que já viviam em condições precárias.

Além dos problemas estruturais e da poluição ambiental gerada nesta etapa de construção, compreende-se que a indústria do petróleo é um dos empreendimentos com maior potencial poluidor, seja na atmosfera, nas águas e/ou no solo – o que contribui para uma contaminação não apenas localizada, mas em escala global, gerando impactos negativos no ambiente e na saúde das populações e participando ativamente, também, das mudanças climáticas e do aquecimento global. Conforme analisado por Mariano (2001), o aumento das concentrações de dióxido de carbono e de outros contaminantes na atmosfera pode resultar no efeito “estufa” (elevação da temperatura do globo terrestre), que modifica o regime das chuvas e produz alterações nas terras cultiváveis e desertificação. Segundo esta autora, as refinarias consomem grandes quantidades de água em praticamente todo o processo do refino, podendo ultrapassar quatro milhões de litros anuais, o equivalente ao consumido por um município de 125 mil habitantes. O uso da água resulta em efluentes líquidos altamente tóxicos, de difícil tratamento e disposição, que contaminam os diversos componentes ambientais e causam danos à saúde.

Mesmo antes de se chegar ao momento de conclusão das obras e início das operações de grandes indústrias, é possível observar diversos problemas socioambientais que têm início na fase de terraplanagem do local escolhido e se desdobram até o término da construção da planta industrial. Os locais que sediam a construção de parques de refinamentos sofrem processos de vulneração, contradizendo os modos de viver e produzir das comunidades com impactos

negativos sobre a saúde, aumento dos conflitos socioambientais, divisões na sociedade e a criminalização das lutas de resistência (ACSELRAD, 2014; PACHECO; PORTO, 2009).

Esse processo é marcado por injustiças e conflitos sociais que, em sua maioria, são invisibilizados pelos interesses econômicos do setor empresarial e governamental que estão alinhados ao discurso desenvolvimentista neoliberal. Este oculta ou minimiza os efeitos negativos dos processos de intervenção econômica, enaltecendo apenas a geração de empregos como o grande ganho social, ignorando as injustiças ambientais, cujas cargas maiores são delegadas às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, grupos étnicos tradicionais e populações vulneráveis (PORTO; MILANEZ, 2009).

A implementação destas indústrias em Pernambuco culminou em modificação socioeconômica do estado fazendo com que tivesse um rápido crescimento econômico, superando a média de crescimento nacional, alterando o perfil produtivo histórico pela cultura da cana de açúcar. Outras atividades também tiveram seus processos de produção modificados, como: as atividades de turismo, pesca artesanal, indústrias alimentícias e prestação de serviços, mas no caso da pesca artesanal, impactos negativos devido a contaminação das águas e peixes (CAVALCANTI, 2008; MACHADO et al., 2014).

Assim como aconteceu em outros territórios que sediaram indústrias de grande porte, a ampliação do complexo industrial portuário de Suape tem ocasionado profundas transformações políticas, econômicas, culturais, sociais e gerado conflitos socioambientais com repercussão negativa sobre os territórios onde vive e trabalha a população (RIGOTTO, 2008; GURGEL et al., 2009; OLIVEIRA, 2010; PÉREZ; GONÇALVES, 2012; SANTOS, 2011). Essas são as consequências do modelo econômico neoliberal que produz impactos negativos e muitas vezes irreversíveis no meio ambiente e na saúde da sociedade globalizada conforme discute Tambellini (2009).

Nas comunidades de Suape, observa-se mudanças como alteração dos ecossistemas, crescimento desordenado de aglomerados urbanos, aumento da violência, emergência de novas doenças e reemergência de doenças erradicadas, além de processos de desterritorialização, desemprego, poluição, favelização. Como consequência, tem sido observada a piora do perfil sanitário dos municípios em grande parte de seus indicadores (ALVES, 2015; ALVES et al., 2016; DOMINGUES et al., 2014; GURGEL et al., 2009; MACHADO, 2014; OLIVEIRA, 2010; PÉREZ, 2016; PÉREZ; GONÇALVES, 2012; SANTOS, 2011; SANTOS et al., 2016, 2013; SILVA; AUGUSTO et al., 2013;).

Do ponto de vista dos impactos à saúde em decorrência da deterioração ambiental, os efeitos ocasionados no território (onde vivem grupos populacionais vulnerados) são mais

graves e a situação é ainda marcada pela ausência ou insuficiência de proteção social pelo Estado, que precariza ainda mais as condições de vida, acentuando as desigualdades pré-existentes (FREITAS; PORTO, 2006; SCHRAMM, 2012; TAMBELLINI, 2009). Ao invés de oferecer proteção social são produzidos no contexto de Suape impactos negativos que resultam em situações de vulneração continuada (SCHRAMM, 2012).

Outro problema que se verifica nesses territórios é o processo de implantação de megaprojetos, que se dá com o ocultamento das nocividades e dos prováveis riscos e perigos aos quais as pessoas estão submetidas. A ausência de participação e esclarecimentos é a marca da incidência da ideologia do progresso. Não só a população residente no local está alijada, mas também representantes das instituições governamentais, não governamentais e até privadas dos mais variados setores que ali interagem, especialmente da saúde pública que fica a par das análises de risco e de licenciamento ambiental. Questão grave, pois esta tem a responsabilidade sanitária pelo território (SANTOS et al., 2016; SAQUET; SILVA, 2008;).

As comunidades são excluídas da discussão e decisão sobre a nova reconfiguração econômica e produtiva de seus territórios. Nesse processo, populações tradicionais, como povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores e pescadores artesanais, são postos em situação de vulnerabilidade, com potencial para sofrer danos, ou de vulneração, condição dos que já sofreram o dano.

O desequilíbrio na manifestação das vozes dos vulnerados desse território pelo poder econômico é evidenciado na grande mídia, que propagandeia apenas o bônus dos empreendimentos econômicos e oculta o ônus social, fragilizando a resiliência da população a essa construção ideológica desenvolvimentista (DOMINGUES et al., 2014; MARQUES, 2014; SANTOS et al., 2013;).

A Vigilância em Saúde, portanto, faz-se necessária em todas as suas formas de organização - Sanitária, Epidemiológica, Saúde Ambiental e do Trabalhador – sendo implementada a partir de uma estruturação com base em informações estratégicas e um modelo integrado de atuação e gestão (RATTNER, 2009; RIGOTTO; AUGUSTO, 2007a; SCHÜTZ et al., 2012; TAMBELLINI, 2009). Com base em seu percussor constitucional, que norteia os princípios do sistema de saúde e pensando na sustentabilidade na perspectiva do desenvolvimento humano, a Vigilância em Saúde é fundamental.

Como ilustração, a Saúde do Trabalhador (ST) é necessária para atuação prévia em contextos nocivos à saúde (AUGUSTO, 2009; BRASIL, 2012a), visto que além dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), também incute a precaução. A ST realiza as intervenções com base na relação entre o processo de trabalho e a saúde, assim como as

abordagens sociais, tecnológicas e epidemiológicas em conexão com o território, vislumbrando a superação das desigualdades sociais (MACHADO, 1997a; MACHADO; PORTO, 2003).

Assim como a ST, a Abordagem Ecológica em Saúde (AES), frente a incertezas apresentadas no processo de interação entre seres vivos e a ação humana, tem desenvolvido reflexões e ferramentas metodológicas para que possam ser utilizadas pelos tomadores de decisão juntamente com os comunitários e técnicos, incorporando ao longo dos processos, estratégias de minimização dos efeitos negativos e fortalecendo a resolução de problemas (FREITAS et al., 2007; LAWINSKY, 2012; WEBB et al., 2010).

A construção do conhecimento para a ação nesses contextos, tão conflituosos e de grande nocividade, exige que a tomada de decisão seja efetiva mediante diálogo entre diferentes campos científicos e não científicos que ultrapassam fronteiras disciplinares para construção de novos saberes, metodologias e ações (DIAS; HOEFEL, 2005; MACHADO, 1997; WEIHS; MERTENS, 2013), aqui também se justifica a importância dos efetivos processos participativos para construção de diagnósticos e saberes.

Como apontado por Weihs e Mertens (2013), dois grandes desafios para a compreensão da determinação social da saúde, que podem ser superados junto à integração de diferentes disciplinas, são a abordagem interdisciplinar envolvendo ciências da saúde com humanidades em um diálogo construtivo e a integração de saberes com os diferentes sujeitos envolvidos em um dado problema.

Na saúde coletiva, as ciências sociais e humanas são campos de saberes que integram, com outras disciplinas, a pesquisa e análise da situação de saúde da população, entre elas está a comunicação social. Juntamente com a informação e educação popular em saúde, a comunicação social se insere como conteúdos estratégicos importantes, que possibilitam um tratamento ao discurso do sujeito, à percepção social e à dimensão simbólica no modo de construir conhecimento e no fazer saúde (ARAÚJO et al., 2010; BRASIL, 2008; RANGEL-S, 2007; SANTOS, 2009; TEIXEIRA et al., 1998).

Dentre as estratégias de enfrentamento dos processos de injustiça e vulneração, a comunicação social tem relevância, pois possibilita processos de aprendizado, de produção de conhecimento, de troca de saberes; formas e expressões de vida, tornando visível o que foi invisibilizado, facilitando e fortalecendo redes sociais – sociotécnicas, socioinstitucionais e sócio-humanas – para o enfrentamento de problemas de maneira proativa e com maior autonomia.

No caso de Pernambuco, percebe-se pouca atuação de instituições governamentais em defesa da saúde e dos direitos das comunidades afetadas que vêm sofrendo processos de vulneração das obras do complexo industrial. Nas pesquisas realizadas anteriormente e em visitas exploratórias no território de estudo pudemos observar pouco preparo da infraestrutura (saúde, educação, habitação, saneamento, água, etc.) e pouca discussão com a sociedade sobre os problemas atuais e futuros para a saúde e para o ambiente na região de abrangência dos empreendimentos, inclusive nos meios de comunicação, que deveriam exercer seu papel social. Sen (2000) defende a atuação do Estado com políticas públicas para a população excluída socialmente, como a capacitação de indivíduos, além da perspectiva de expansão de liberdades.

O custo social e ambiental dos empreendimentos precisa ser conhecido e internalizado por toda a sociedade para que esta possa construir possibilidades de participação nas ações de promoção da saúde e no controle das situações nocivas para a saúde e para o ambiente de forma planejada, ou seja, que o Estado exerça a proteção social para a população excluída.

Considerando-se a escassez do conhecimento científico sobre as vulnerabilidades socioambientais e processos de vulneração no território em Pernambuco, faz-se relevante construir um aporte teórico buscando o entendimento do desenvolvimento do polo industrial de Suape a partir de meios que contemplem a compreensão do processo de implantação e do contexto socioeconômico, bem como a determinação social da saúde através de estratégias relevantes e construídas a partir dos sujeitos sociais, utilizando metodologias que permitam um olhar amplo não só sobre o conteúdo e processo, como também, através da percepção e construção de sentidos e saberes dos atores sociais do território, envolvendo autoridades, gestores, empresas e os cidadãos.

Esta pesquisa vislumbrou realizar um diagnóstico das vulnerações sofridas em Suape, mediante triangulação metodológica e construir uma estratégia de comunicação para vigilância e promoção da saúde de forma interativa e participativa, utilizando a pesquisa-ação e tendo como estruturante metodológico a abordagem ecossistêmica em saúde. Dessa forma, teve como objetivo geral compreender os processos de vulneração, conflitos e injustiças ambientais, assim como suas implicações na determinação social da saúde nos territórios afetados de Suape/Pernambuco – Brasil e como objetivos específicos mapear os conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde; analisar a percepção dos sujeitos afetados pelos processos de industrialização quanto aos aspectos dos conflitos, injustiça ambiental e vulneração do ambiente e da saúde; caracterizar as redes sociais que atuam no enfrentamento dos processos de vulneração e desenvolver um documentário como estratégia de comunicação

social para o empoderamento das comunidades, promoção e vigilância da saúde. Como questões de pesquisa, buscou-se investigar: como se configura o processo de vulneração, conflitos e injustiças ambientais decorrentes da implantação do CIPS em Pernambuco? Que recurso de comunicação social contribui para a promoção, vigilância da saúde e empoderamento das redes sociais do território do CIPS?

Como pressupostos, compreende-se que Suape é um território de expansão industrial tardia e acelerada, com produção de mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais, que afeta negativamente o ambiente e vulnera a saúde dos grupos populacionais que nele vivem e trabalham. Esse processo produz conflitos e injustiças ambientais que são percebidos diferenciadamente pelos indivíduos e comunidades dos territórios atingidos. A comunicação social, na perspectiva do empoderamento das comunidades e da promoção da saúde, possibilita a organização social na defesa dos direitos e da justiça ambiental.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Saúde, Ambiente e Desenvolvimento no contexto de uma crise civilizatória

As mudanças ocorridas ao longo da história da humanidade como os processos de crescimento demográfico e mobilidade populacional, ampliação, intensificação e velocidade nas trocas comerciais, os diferentes modos de apropriação dos recursos naturais e a formação de sociedades complexas vem resultando em profundas mudanças nos ecossistemas e degradação da vida de todos os seres, inclusive os humanos.

Freitas e Porto (2006) ao descreverem o processo histórico da relação saúde e ambiente, relatam que desde a antiguidade as transformações da relação entre sociedade e natureza, surtiam efeito: 1) surgimento da agricultura, conformação de vilarejos, domesticação de animais que propiciaram a proliferação de diversas doenças. 2) formação de grandes civilizações e cidades-estados, início da urbanização e comércio. 3) Crescimento, expansão e interligação entre cidades.

A revolução industrial promoveu um modelo de desenvolvimento no qual a busca pela melhoria das condições de vida humana priorizou as necessidades econômicas considerando o ambiente como mero provedor de recursos naturais necessários à produção. Este modelo industrial de desenvolvimento se baseia na acumulação de capital e no crescimento econômico como base para o desenvolvimento, e na valorização do instrumental técnico-científico.

O desenvolvimento social, diferentemente, possui objetivos que vão bem além da multiplicação da riqueza material. O desenvolvimento social é uma condição necessária para se alcançar uma vida melhor e mais completa para todos, sendo, portanto, um requisito para superação da pobreza e para construção de um padrão digno de vida (SACHS, 2008).

A relação entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano tem sido alvo de debates pela Organização das Nações Unidas (ONU), e seus programas e organismos especiais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (OLIVEIRA, 2002).

Furtado (1974) define desenvolvimento como “aumento do fluxo de renda real, ou seja, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”. Para este autor, o desenvolvimento é um mito porque é impossível estender os padrões de consumo de populações desenvolvidas em escala planetária devido à incompatibilidade de recursos disponíveis e também porque os países periféricos são

excluídos dos benefícios do crescimento, e mesmo com os processos de industrialização não conseguem elevar-se a um nível melhor (FURTADO, 1974). Este autor ressalta ainda que o crescimento é o aumento da produção e o desenvolvimento repercute o mesmo fenômeno do crescimento, compreendendo-os como sinônimo.

Rigotto (2008) concorda com esta tese e afirma que mesmo com os projetos de desenvolvimento e crescimento econômicos incentivados internacionalmente, analisando apenas a renda *per capita* dos países ricos e pobres desde 1960 até 2002, observou que as populações dos países desenvolvidos tiveram um aumento de 183% na renda neste período e as populações marginalizadas tiveram apenas 26% de elevação, o que significa que os países periféricos não conseguem alcançar os países desenvolvidos e as soluções incentivadas para resolver este problema estão centradas principalmente no investimento estrangeiro, sendo uma proposta falaciosa tanto por causa da imposição de atividades que não são do interesse nacional, como por projetos e programas de industrialização os quais a população só é elemento de exploração (RIGOTTO, 2008).

Embasada em autores como Arrighi (1997) e Herculano (1992), destaca que o termo desenvolvimento é utilizado hegemonicamente como sinônimo de industrialização, e mesmo que através do capitalismo industrial se consiga perceber melhorias na elevação da riqueza total, esta não é refletida para a maioria da população que vive em situação de pobreza, por exemplo, “no Brasil a renda per capita dos 10% mais ricos da população é 32 vezes a dos 40% mais pobres” (RIGOTTO, 2008).

As transformações manifestam-se através da adoção de processos de mundialização e de reestruturação da produção através de uma política de desregulamentação que impede quaisquer barreiras ao movimento de grupos do capital privado gerando situações de confronto sociopolítico e cultural, distribuição desigual de impactos negativos decorrentes das atividades produtivas (CHESNAIS; SERFATI, 2003).

O modelo técnico-científico dirigido para a produção, e não para a vida, é homogeneizador do mundo, impregna a prática das instituições com seus critérios de dominação e exploração, em detrimento dos projetos de transformação que se caracterizam pela diversidade cultural, pela construção coletiva e solidária (PORTO, 2005; PORTO; MARTINEZ-ALIER, 2007).

O crescimento econômico moderno e a difusão do conhecimento não modificaram as estruturas profundas do capital promotor de desigualdade. Ao contrário, a readequação dos investimentos e das atividades produtivas, a centralização da riqueza para poucos e o ônus da pobreza da maioria afeta de forma diferenciada aqueles em situação de maior vulnerabilidade

(PIKETTY, 2014).

Amartya Sen (1993) afirma que o crescimento econômico é uma forma de enriquecer a vida das pessoas, mas que este fim não corresponde com qualidade de vida. Ao contrário, “Países com altos PIBs *per capita* podem apresentar índices espantosamente baixos de qualidade de vida, como mortalidade prematura para a maioria da população, alta morbidade evitável, alta taxa de analfabetismo e assim por diante” (SEN, 1993, p. 1).

Para além de apontar os custos sociais gerados pelo desenvolvimento, já na década de 1970, Furtado (1974) apresentou a problemática da questão ecológica e o custo ambiental para as gerações futuras, tema pouco discutido no meio econômico até então. Para o autor,

O custo, em termos de deprecação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. (FURTADO, 1974, p.74).

Para Leff (2003), a problemática de origem ambiental é um dos principais elementos que configuram o que ele denomina “crise civilizatória” decorrente da acumulação capitalista que estimula o consumo pela população que cada vez mais é ampliado, levando ao esgotamento dos recursos naturais.

[...] la mercantilización de la naturaleza bajo la nueva perspectiva económico-ecológica ahonda las diferencias entre países ricos y pobres bajo los principios del desarrollo sostenible. La nueva globalidad justifica las ventajas comparativas entre los países más industrializados y contaminantes y los países pobres que revalorizan su capacidad para absorber los excesos de los países ricos y ofrecen los recursos genéticos y globalidad de sus reservas de biodiversidad.(LEFF et al., 2003, p. 486).

Essa crise civilizatória não implica apenas em um fenômeno da assimilação de limites que reorientam o curso da história – a exemplo dos limites de crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social, entre outros –, como também diz respeito a crise do próprio pensamento ocidental (LEFF, 2011).

Com ampliação do capitalismo em escala global para atender os países desenvolvidos na busca de novos mercados, tendo em vista que o consumo interno se encontrava saturado percebe-se um aumento exponencial do comércio e da riqueza regional e dos níveis de vida de setores das pequenas classes médias, consolidando o poder das grandes corporações nacionais e multinacionais, principalmente após a ascensão econômica dos países chamados de emergentes como Brasil, México, Índia, África do Sul.

Na verdade, os países periféricos serviram e servem aos países centrais para reprodução capitalista exportando manufaturados de baixa ou média tecnologia e de menor valor agregado, ofertando “vantagens” (mão de obra barata com longas jornadas de trabalho,

vínculos precários e semiescravos, minérios, água, petróleo e fontes de energia baratas, baixas taxas de juros, legislação ambiental frágil, privatizações neoliberais de patrimônios públicos) que acentuam os históricos níveis de desigualdades sociais, pobreza e miséria (RIGOTTO, 2008).

Após a ascensão do capitalismo globalizado, principalmente decorrente da inovação dos transportes, e nas comunicações fez o mundo encolher, mas agravou as contradições e conflitos em escala planetária, principalmente com início de uma profunda recessão econômica iniciada em 2001 chegando ao seu auge em 2008 (RATTNER, 2012).

A partir de então, o centro geoeconômico – EUA, União Europeia e Japão – é afetado por graves processos de crise econômica, política e social, que lembram muito os processos de crise e desintegração econômica social há muito conhecidos na periferia e na semiperiferia do sistema, ultrapassando a grande crise americana de 1929 (RATTNER, 2012), causando drásticos problemas mundiais como afirma Buss:

O mundo vive uma crise sistêmica do capitalismo globalizado, que se expressa em subcrises econômica, social, ambiental, energética, alimentar, sanitária e, por que não dizer, ética (diante do enriquecimento fraudulento do capital financeiro internacional, por exemplo), com profundas consequências sobre a saúde humana e de ecossistemas. (BUSS, 2013, p. 8)

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), até 2019, o desemprego vai atingir 213 milhões, e a quantidade de pessoas sem uma ocupação deve se manter globalmente no nível atual de 6% até 2017 (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2014).

A adoção desse modelo de desenvolvimento tem implicado em profundas transformações no território, repercutindo nos ecossistemas e na saúde das populações, através da crescente globalização da cultura, dos padrões de consumo, aumento na produção de mercadoria e degradação ambiental, conforme afirma autora:

Este novo cenário engendra novos problemas ao afetar as condições de trabalho e emprego e acaba por redefinir os perfis de exposição e de riscos à saúde da população trabalhadora, bem como a da população em geral, dada à piora das condições de vida resultantes da instabilidade no trabalho e do desemprego (TAMBELLINI, 2009, p. 1977).

O pensamento hegemônico de que a natureza é infinitamente dotada de recursos materiais e energéticos, com capacidade reparadora ilimitada, segundo Leff et al (2002), tem resultado em um processo de desnaturalização da complexidade ecológica onde a natureza é convertida em matéria prima da economia, afetando profundamente a qualidade do ambiente e de vida de populações evidenciando a emergência de conflitos e problemas nas relações entre os seres humanos (diferenças culturais, econômicas, étnicas, religiosas), das sociedades entre

si (países do Norte sobre os do Sul) e das sociedades com a natureza (exploração dos recursos naturais).

Segundo Freitas e Porto (2006), nos países mais pobres e de industrialização recente os efeitos ocasionados por esse tipo de empreendimento são mais graves, principalmente devido à maior vulnerabilidade das populações, marcadas por profundas desigualdades e injustiças sociais, principalmente pelas condições de vida, moradia, educação e emprego. Para estes autores o resultado desta equação é o desmantelamento social e a eclosão de conflitos socioambientais e movimentos de luta e resistência contra os efeitos dos danos ambientais causados pelo desenvolvimento global e local.

Na sociedade contemporânea, o progresso pode passar a ser reconhecido como a fonte de autodestruição da sociedade, pois produz bens materiais sem considerar a capacidade dos ecossistemas de reproduzir as matérias primas que deles são extraídas. Nas palavras de Freitas e Porto:

Os principais beneficiários deste modelo econômico de globalização, que se apresenta como única opção de desenvolvimento para muitos economistas e governantes, é uma elite formada por especuladores financeiros, empresários e profissionais de alta capacitação técnica. Trabalhadores e família rurais são expulsos do campo pelas grandes monoculturas, trabalhadores e industriais veem suas condições de trabalho tornar-se cada vez mais precárias e são submetidos a diferentes tipos de riscos à saúde[...] (FREITAS; PORTO, 2006, p.18).

Para Rigotto e Augusto (2007) o modelo de desenvolvimento vigente, com a separação entre ser humano e ambiente na exploração sem limite dos recursos naturais para atender os desejos humanos, o domínio da natureza, a exploração de seres humanos, o consumismo, e mesmo que através do capitalismo industrial se consiga perceber melhorias na elevação da riqueza total de um país, esta não é refletida na maioria da população que vive em situação de pobreza (RIGOTTO; AUGUSTO, 2007b). E dessa forma, as questões de saúde e ambiente são reveladoras das relações entre os problemas sociais que a humanidade enfrenta em consequência desse modelo de desenvolvimento adotado.

Segundo Freitas e Porto (2006), nos países mais pobres e de industrialização recente os efeitos ocasionados são mais graves, principalmente, devido à maior vulnerabilidade das populações, marcadas por profundas desigualdades e injustiças sociais, principalmente pelas condições de vida, moradia, educação, emprego. O resultado é o desmantelamento social e a eclosão de conflitos socioambientais e movimentos de luta e resistência contra os efeitos dos danos ambientais causados pelo desenvolvimento global e local (FREITAS; PORTO, 2006).

Com a perda da qualidade do ambiente e de vida de populações ampliaram-se os conflitos e os problemas nas relações humanas relativas às diferenças culturais, econômicas,

étnicas, religiosas e na ordem mundial. A produção de bens materiais sem considerar a capacidade dos ecossistemas de reproduzir as matérias primas, que deles são extraídas tem sido a marca das sociedades contemporâneas. Nas palavras de Freitas e Porto:

Os principais beneficiários deste modelo econômico de globalização, que se apresenta como única opção de desenvolvimento para muitos economistas e governantes, é uma elite formada por especuladores financeiros, empresários e profissionais de alta capacitação técnica. Trabalhadores e família rurais são expulsos do campo pelas grandes monoculturas, trabalhadores e industriais veem suas condições de trabalho tornar-se cada vez mais precárias e são submetidos a diferentes tipos de riscos à saúde[...]. (FREITAS; PORTO, 2006, p. 18)

Esse processo de degradação intensiva, por vezes irreversível, dos ecossistemas está intimamente relacionado com as estratégias dominantes de desenvolvimento e repercute profundamente sobre a saúde das populações locais e a perenidade do ambiente. O cenário é ainda mais desafiador no enfrentamento dos problemas socioambientais, pois a utopia industrialista-desenvolvimentista que tem pautado o padrão civilizatório dos últimos séculos, assume novas facetas no modelo de globalização neoliberal em vigor (CARNEIRO et al., 2015).

A compreensão sobre a persistência e a legitimação desse modelo remete a uma série de crenças, valores e atitudes que foram incorporadas à cultura ocidental moderna e que desempenham um papel fundamental na reflexão dos problemas socioambientais que enfrentamos. Dentre elas, podemos mencionar: a separação entre seres humanos e o meio ambiente; a postura de domínio agressivo sobre a natureza, fundamentada nos avanços da ciência reducionista; a premissa de aparente inexorabilidade dos recursos naturais; a crença na capacidade ilimitada da ecosfera de assimilar os dejetos produzidos pelas atividades humanas; e o entendimento de que o trabalho e o consumo ilimitado de bens constituem uma forma privilegiada de doação de sentido para as nossas vidas (RIGOTTO, 2002).

Em resposta às inquietações decorrentes da degradação ambiental, principalmente pelo modelo econômico-produtivo da atualidade, surge a necessidade de evidenciar o princípio da precaução, que afirma que a ausência da certeza científica formal, a existência de um risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever este dano. Este princípio inverte os pressupostos do paradigma preventivista, nas tecnologias que impõem ainda mais incertezas quanto ao potencial de nocividade à saúde e ao ambiente, e passa a exigir da sociedade e dos tomadores de decisão avaliações, diagnósticos e ações efetivas (AUGUSTO; FREITAS, 1998; RIGOTTO; AUGUSTO, 2007a).

Ratear (2009) discute a necessidade de construção de novos paradigmas de desenvolvimento baseados na “cooperação e solidariedade, na distribuição equitativa do

produto social e na reformulação do sistema político, superando os padrões autoritários, através da construção de um modelo participativo e de cogestão” para a comunhão de um *saber ambiental*. Este Saber ambiental é elaborado por um constante intercâmbio interdisciplinar, procurando integrar processos naturais e sociais diferenciados sem homogeneização que só pode ser criado através de um diálogo de saberes entre as mais diversas identidades culturais, práticas tradicionais e processos produtivos (LEFF, 2001).

Nesta perspectiva, também se trata a questão da ecologia de saberes, que aponta como fundamental a participação social de suas representações sociais nos processos políticos quer de resistência, quer de promoção das políticas de desenvolvimento que se quer sustentável (SANTOS, 2007).

O desenvolvimento da referência conceitual da interface entre saúde, ambiente e trabalho coloca em pauta a necessidade de aprimoramento do atual modelo de saúde brasileiro (SUS), de forma que a agenda da promoção da saúde seja compreendida numa dimensão em que a sua construção seja realizada nos espaços do cotidiano da vida humana, fundamentalmente não apenas dentro das instituições, ocorrendo nos ambientes dos processos produtivos e na dinâmica da vida das cidades e do campo (PORTO, 2005).

É preciso compreender o ambiente como um território vivo, dinâmico, reflexo de processos políticos, históricos, econômicos, sociais e culturais, onde se materializa a vida humana e a sua relação com o universo.

2.2 Por um Desenvolvimento Sustentável Sensível aos Ecossistemas e a Vida

Nas últimas décadas, a questão do desenvolvimento sustentável vem sendo abordada de forma ampliada gerando uma maior conscientização da população mundial sobre a degradação do meio ambiente.

A partir dos anos 1960, começa a surgir diversos movimentos sociais que questionam a visão de desenvolvimento e crescimento econômico que explora os recursos da natureza sem limite. Essa inusitada preocupação levou o tema ambiental para reuniões de governança mundial, mediante conferências, elaboração de acordos e documentos com o objetivo de buscar soluções no nível local e planetário.

Diante da necessidade de procurar respostas aos problemas ambientais decorrentes da globalização da economia e pelo não cumprimento por parte do Estado de sua responsabilidade de prover políticas de bem estar social cresce a consciência ecológica

colocando em pauta o debate teórico e político que questiona os problemas ambientais causados pelo sistema econômico adotado até o momento (LEFF et al., 2003; LEFF, 2011).

O livro *a Primavera Silenciosa*, da pesquisadora estadunidense Rachel Carson, lançado em 1962, é um exemplo de militância para gerações de cientistas na produção de conhecimento e na busca de soluções para os danos causados pelos produtos químicos que contaminam o ambiente (CARSON, 2010; LEFF, 2001).

Em 1968, constituiu-se o grupo denominado Clube de Roma, que tinha dentre seus objetivos discutir e analisar o crescimento econômico e a utilização dos recursos naturais. Com a publicação do relatório "Os Limites do crescimento", o relatório do Clube de Roma apresentou temas de preocupação global de poluição e degradação do meio ambiente como aceleração da industrialização, aumento dos indicadores de desnutrição, rápido crescimento populacional, espoliação dos recursos naturais não renováveis, e deterioração do meio ambiente, chamando atenção para os problemas (MEADOWS et al., 1972).

Diversas conferências e encontros foram realizados, tendo como encaminhamentos acordos e agendas internacionais, cartas com recomendações que serviram de guia para minimizar os impactos negativos. A questão ambiental, então já como um tema presente em diversos eventos internacionais influenciou na decisão pelo encontro entre países resultando na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia. Esta conferência resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o documento *Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano* com 19 princípios estabeleceu as bases para a nova agenda ambiental do das Nações Unidas. Nasce, nesta conferência, a noção de desenvolvimento sustentável que foi se consolidando nos anos seguintes (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland que chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), para estudar o assunto. O documento final desses estudos chamou-se *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como *Relatório Brundtland*. Apresentado em 1987, o relatório propõe o desenvolvimento sustentável, entendido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”, também identificou o papel dos seres humanos em relação ao ambiente e descreveu o impacto das mudanças ambientais sobre a saúde e qualidade de vida das populações (BRUNDTLAND, 1991).

Segundo Leff (2011, p. 310), a partir desse momento o conceito de desenvolvimento sustentável foi tomando forma como “una nueva visión del desarrollo humano, que reintegra los valores y potenciales de la naturaleza, las externalidades sociales, los saberes subyugados y la complejidad del mundo negados por la racionalidade mecanicista, simplificadora e unidimensional” mas que, segundo ele, orientado por uma utopia de ter um mundo sustentável, democrático, igualitário e diverso (LEFF, 2011).

Fica muito claro, nessa nova visão das relações entre seres humanos e meio ambiente, que não existe apenas um limite mínimo para o bem-estar da sociedade, há também um limite máximo para a utilização dos recursos naturais, de modo que sejam preservados. Por outro lado, ter apenas esta visão não tem sido suficientemente relevante para mudanças efetivas no mundo (LEFF, 2001).

Como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social, deve-se utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater as situações de perigo e de riscos que ameaçam o meio ambiente, e para solucionar os problemas ambientais (BRUNDTLAND, 1991). Nessa linha de pensamento, Rattner (2012) ressalta que é preciso religar ciência e a tecnologia à prática e ao discurso político e questiona as relações de poder e o papel do Estado colocando em primeiro plano a conquista de direitos em uma sociedade democrática, pluralista e participativa (RATTNER, 2012).

O relatório Brundtland reconhece a exclusão da maioria das populações da África, Ásia e América Latina e a disparidades entre nações mais desenvolvidas. Através dele é difundida a ideia de desenvolvimento sustentável em um contexto social e político, contradições entre desenvolvimento econômico e a questão ambiental, pois o desenvolvimento não deveria necessariamente causar danos. A preservação ambiental tão pouco não implica na paralisação do desenvolvimento econômico. É nesta tensão que surgem os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade como conceitos norteadores para novas práticas políticas no campo econômico e ambiental.

A partir de então, percebe-se como a palavra sustentabilidade foi sendo incorporada nas conferências internacionais e nos debates sobre o desenvolvimento mundial. Nos discursos políticos e científicos é muito utilizado o termo “economicamente viável, socialmente equânime e ecologicamente sustentável”, porém o que observamos em nosso sistema de forma hegemônica é uma insustentabilidade latente, seja do ponto de vista econômico, cultural, ambiental, social e ético (RATTNER, 2009). Conforme afirma ” Sachs:

O balanço deste quarto de século no que diz respeito a resultados práticos é pouco alentador. Em que pesem as resoluções e as profissões de fé que ouvimos da Cúpula da Terra no Rio há três anos (1992)? Continuamos na trilha de um crescimento

social ecologicamente ruinoso, com poucas exceções. Mas o balanço não é unicamente constituído de elementos negativos. Do lado positivo podemos registrar uma conscientização da opinião pública que ultrapassou as expectativas. (SACHS, 2000, p. 7).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, Cúpula da Terra ou Rio-92, a qual Ignacy Sachs se refere, aconteceu em junho de 1992 no Rio de Janeiro e trouxe para o debate as recomendações do Relatório Brundtland e temas abordados vinte anos antes no 1º Congresso Mundial sobre Meio Ambiente, em Estocolmo. O principal resultado dessa conferência foi a elaboração de cinco documentos, assinados por 178 países (BRASIL, 1995):

- a) A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - que preconiza o estabelecimento de acordos internacionais que protejam a integridade do sistema ecológico da terra, ao mesmo tempo em que garantam o desenvolvimento das nações e a melhoria da qualidade de vida, respeitando os interesses de todas as partes;
- b) Princípios para administração sustentável das florestas – declaração de princípios com o objetivo de implantação da proteção ambiental de forma integral e integrada;
- c) Convenção da biodiversidade – objetiva a preservação das espécies vivas do planeta, propôs a compatibilização do desenvolvimento;
- d) Convenção sobre Mudanças Climáticas – tem como objetivo estabilizar a concentração de gases na atmosfera, precaver o efeito-estufa, garantir a preservação da produção alimentar;
- e) A Agenda 21 Global - cujo plano de ação tem como objetivo estabelecer uma série de programas práticos que viabilizem um mundo equilibrado, reconhecendo a complexidade e envolvimento de temas como crescimento populacional, pobreza, desperdício, degradação ambiental, saúde, violência, conflito e decadência urbana, entre outros.

A partir da RIO-92 o conceito de desenvolvimento sustentável assumiu dimensão realmente internacional como exposto no preâmbulo da Agenda 21 Global:

A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deveria apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e subregionais também são convidadas a contribuir para tal esforço. Foi definido que deveria ampliar a participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também deveriam ser estimulados (BRASIL, 1995, p. 11).

Em 1997, foi realizado o evento chamado *Conferência Rio+5* para fazer uma avaliação dos encaminhamentos definidos na Conferência Rio 92. Este novo encontro teve ampla participação empresarial e de apenas 50 Organizações Não Governamentais (ONG) e da delegação internacional apenas os que compunham o Conselho de Desenvolvimento Sustentável para cumprir quatro objetivos: 1) criar nova estrutura para operacionalizar o desenvolvimento sustentável; 2) compartilhar práticas bem-sucedidas; 3) produzir recomendações para criar e implementar os programas locais conforme Agenda 21; 4) produzir recomendações para governabilidade global. Este evento demonstrou que pouca coisa das definições da Agenda 21 havia sido executada desde 1992 (LAYRARGUES, 2012; VIOLA; FRANCHINI, 2012).

A Rio+10, realizada em 2002, em Johannesburgo, África do Sul, para fazer o balanço dos 10 anos pós RIO 92, pretendia produzir um reconhecimento mais forte na conquista entre o equilíbrio sustentável entre economia e natureza. Segundo Layrargues (2012), este encontro aponta um viés no conceito de desenvolvimento sustentável, iniciando ali talvez, a inserção das ideias econômicas e que vimos nas reuniões mais recentes (LAYRARGUES, 2012).

Além disso, este encontro demonstra uma ineficácia estrutural em relação à governança dos temas ambientais, pois não teve avanço dos objetivos traçados na Rio 92 (VIOLA; FRANCHINI, 2012). Teve como produto dois documentos: o plano de Ação com recomendações e objetivos para conciliar o crescimento econômico, a justiça social e a proteção do meio ambiente e a Declaração de Johannesburgo, que reafirmou os compromissos firmados entre os países que participaram da Conferência de 92 (BRASIL, 2002a).

A Conferência Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em de junho de 2012, 20 anos após o primeiro encontro, reuniu chefes de Estado dos cinco continentes com o intuito de estabelecer metas e firmar compromissos para o enfrentamento da crise ambiental global. Paralelamente, o Rio também recebeu, integrantes de movimentos sociais, ONGs e outros setores da sociedade civil internacional na Cúpula dos Povos, evento cujo objetivo foi denunciar as causas estruturais da crise ambiental e buscar soluções a partir do ponto de vista dos movimentos organizados da sociedade civil (MIRANDA; PORTO, 2012).

Com o cenário negativo acumulado nos últimos 20 anos, a Rio+20 foi, então, realizada num contexto que combina a ineficácia de encontros anteriores com a urgência por soluções concretas para a crise ambiental, mas teve uma agenda difusa, não pretendeu definir acordos legais, como a Convenção do Clima, não atingiu os objetivos propostos (VIOLA; FRANCHINI, 2012).

Apesar da urgência por soluções concretas para a crise ambiental, provocada pela exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, o documento final dessa Conferência, chamado “O Futuro que Queremos”, sofreu inúmeras críticas. A mais conhecida delas foi a carta “A Rio+20 que não queremos”, assinada por personalidades de diversas áreas ligadas à causa ambiental. Representantes de organizações não governamentais brasileiras também devolveram seus crachás da conferência em ato simbólico de protesto no Riocentro. O texto inicia com a seguinte crítica: “O Futuro que Queremos não passa pelo documento que carrega este nome, resultante do processo de negociação da Rio+20. O futuro que queremos tem compromisso e ação, e não só promessas” (NAÇÕES UNIDAS, 2012).

Além do pouco comprometimento do documento resultante desta conferência, há o fato de que as respostas para a crise ambiental não trilham um mesmo caminho, o que abre espaço para a concorrência entre distintos discursos “ambientais”, ancorados em referenciais ideológicos distintos. Evidências disso são, por exemplo, as apresentações da convenção oficial da ONU e as da Cúpula dos Povos.

Os discursos sobre soluções para a crise ambiental se localizam em diferentes campos de interesse, muitos deles em inevitável oposição. Esses discursos entendem e difundem de forma diferente o sentido de termos como “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” e questões como a mercantilização da natureza. Eles podem variar, por exemplo, entre discursos indiferentes ao problema, discursos que indicam estratégias de sustentabilidade compatíveis com o desenvolvimento industrial capitalista e discursos contra hegemônicos que criticam o modo de produção capitalista, a cultura urbano-industrial e a própria racionalidade ocidental.

Percebe-se que apesar do Brasil ter sediado e participado das Conferências Mundiais sobre Ambiente e Desenvolvimento - 1992, 1997, 2002, 2012 - não demonstra progresso positivo, ao contrário, a impossibilidade de poder influenciar de alguma forma nas negociações e acordos mundiais. O Brasil tem sido marcado por retrocessos, com compromissos burocráticos de redução de emissões e com uma Política Nacional de Mudanças Climáticas apenas no papel (VIOLA; FRANCHINI, 2012), além da reformulação do código florestal, a mudança na liberação do uso de agrotóxicos, para citar outros (BRASIL, 2012b).

Além disso, as Conferências das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, tem progressivamente se descaracterizando a cada edição, perdendo componentes importantes como participação social e até os conceitos estruturantes surgidos no primeiro encontro, que vem sendo substituídos por outros de origem essencialmente econômica, como o termo

“Economia verde”, que segundo Schutz et al. (2012), foi introduzido no tema da Rio+20 para ser colocado na “agenda do capitalismo para administrar com “sustentabilidade” os recursos materiais e enérgicos do planeta” o que tem gerado descrédito por parte dos movimentos sociais e também de pesquisadores que atuam neste campo e criticam fortemente que as conferências estão perdendo seu propósito original (SCHÜTZ et al., 2012).

Paralelamente à Conferência Rio+20 integrantes de movimentos sociais, ONGs e outros setores da sociedade civil internacional realizaram a Cúpula dos Povos, evento cujo objetivo foi denunciar as causas estruturais da crise ambiental e buscar soluções a partir do ponto de vista dos movimentos organizados da sociedade civil.

Para os participantes da Cúpula dos povos, os temas da Rio+20, que foram “A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza” e “o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável”, foi considerada como insatisfatória para lidar com a crise do planeta, causada pelos modelos de produção e consumo capitalistas e com poucas soluções concretas para a crise ambiental provocada pela exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais (SANTOS, 2002).

O documento final da RIO+20 - “O Futuro que Queremos”- sofreu muitas críticas. Sendo uma delas a carta “A Rio+20 que não queremos”, assinada por pessoas de diversas áreas ligadas à causa ambiental. O texto inicia com a seguinte crítica: “O Futuro que Queremos não passa pelo documento que carrega este nome, resultante do processo de negociação da Rio+20. O futuro que queremos tem compromisso e ação, e não só promessas” (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012; O FUTURO...;2017).

Além do pouco comprometimento do documento resultante da Rio+20, há o fato de que as respostas para a crise ambiental não trilham um mesmo caminho, o que abre espaço para a concorrência entre distintos discursos “ambientais”, ancorados em referenciais ideológicos distintos. Evidências disso são, por exemplo, as apresentações da convenção oficial da ONU e as da Cúpula dos Povos.

Os discursos sobre soluções para a crise ambiental se localizam em diferentes campos de interesse, muitos deles em inevitável oposição. Esses discursos entendem e difundem de forma diferente o sentido de termos como “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” e questões como a mercantilização da natureza. Eles podem variar, por exemplo, entre discursos indiferentes ao problema, discursos que indicam estratégias de sustentabilidade compatíveis com o desenvolvimento industrial capitalista e discursos contra hegemônicos que criticam o modo de produção capitalista, a cultura urbano-industrial e a própria racionalidade ocidental.

Tambellini (2009) problematiza que o conceito de desenvolvimento sustentável demonstra-se muitas vezes difuso e impreciso, pois se por um lado o termo vem sendo disseminado com o intuito de fomentar instituições distintas em todo mundo a assumir este conceito como princípio norteador de um “processo de desenvolvimento centrado nas pessoas e que poderia se tornar o fator mobilizador e motivador nos esforços da sociedade para transformar as instituições sociais, os padrões de comportamento e os valores dominantes” (RATTNER, 1999), por outro pode ser associado a um “esverdeamento de projetos de desenvolvimento” que causa uma falsa impressão de resolução de problemas e que segue orientada pelo mecanismo de mercado, reduzindo a educação ambiental a um mero processo de conscientização de cidadão e/ou capacitação de profissionais para uma gestão ambiental orientada, na verdade, para a maximização econômica, como constatado na Rio+20 e na atual política brasileira de sustentabilidade, que sugere o ambiente como custo a ser gerenciado, a partir de uma perspectiva que vê a natureza como restrição ao crescimento econômico (MIRANDA et al., 2010; SCHÜTZ et al., 2012).

Tambellini (2009) alerta a importância de se definir qual vertente se está seguindo ao utilizar o conceito de desenvolvimento sustentável devido a sua amplitude interpretativa e descreve algumas diferenciações a partir de autores como Desta Mebratu (1998), Klaus Frey (2001), Henrique Rattner (2000) e Jaime Breilh (2009). Para a autora, a sustentabilidade não pode ser negociada quando pensada na perspectiva dos direitos humanos e da natureza e discute a noção diferenciada de sustentabilidade e sustentabilidade. O primeiro, tem o sentido de sustentar/fundamentar, que seria o fundamentado enquanto um “conceito multidimensional que implica um conjunto de condições para que os ecossistemas possam fundamentar ou sustentar uma vida plena, digna, feliz e saudável”. O segundo – sustentabilidade, tem o sentido de manter inalterado, permite a elaboração do continuísmo, unidimensional para satisfação de necessidades (MIRANDA et al., 2010; TAMBELLINI, 2009).

Para Miranda et al. (2010, p. 21), é importante analisar a satisfação de necessidades básicas e a biocapacidade de um território:

[...] es decir, su productividad biológica, una sustentabilidad real implica otros elementos. En esa línea, importa ampliar el contenido de los procesos sustentables, destacando como elementos constitutivos de la sustentabilidad la equidad social, cultural, política, generacional y ambiental; la integralidad (como opuesto a lo simplemente sectorial y como algo que busca la concatenación entre todas las dimensiones del desarrollo); la soberanía (como requisito de autarquía de la vida); lo intercultural (como ruptura respecto a las visiones unilaterales y euro céntricas que discriminan y empobrecen); el balance entre pasado-presente-futuro (no sólo en el sentido de la garantía y satisfacción de necesidades de las generaciones futuras - Informe Brundtland, 1987- sino en el de avanzar hacia la reconstrucción del propio sistema de necesidades) y, finalmente, la adaptación del desarrollo a las condiciones espaciales y del medio.

O grande desafio é a promoção de um desenvolvimento sensível aos ecossistemas e a vida que subverta a lógica imposta pelo modelo capitalista hegemônico, que produz a deterioração ambiental e segue uma dinâmica de mercado compensatória com políticas que enxergam o ambiente como um custo a ser gerenciado (RATTNER, 1999).

Como afirma Henrique Rattner (2012), a política praticada sobre a égide do neoliberalismo exclui e empobrece a maioria da população e torna-se o principal obstáculo para o desenvolvimento sustentável. Para construção de uma ponte para a sociedade sustentável é preciso ir além do discurso ecológico e conhecer a história cultural da sociedade para elaborar ações sociais transformadoras que ultrapassem o raciocínio linear cartesiano. A mistura de atores sociais de grupos de interesse divergentes possibilita a uma luta por direitos mais pluralista, democrática e participativa.

É preciso ir em busca de um novo paradigma que se diferencie do modelo de desenvolvimento e da ciência normal vigente. Um paradigma que implemente uma sociedade democrática e inclusiva, protegida pelo Estado e com seus direitos sociais individuais e coletivos garantidos, que preze pelos recursos naturais. Essa mudança precisa ser concebida por uma agenda de produção de conhecimento que integre saúde e ambiente na perspectiva da determinação social da saúde, desenvolvimento de políticas públicas democraticamente elaboradas e que considere os aspectos demográficos, distribuição de riquezas, integridade ecológica, desigualdades socioambientais, condições materiais de vida e bem-estar, para ir em direção a um mundo ambientalmente sustentável e socialmente justo.

2.3 Conflitos e injustiças ambientais no modelo de desenvolvimento econômico

Os projetos de desenvolvimento e crescimento econômico na sociedade contemporânea têm gerado novos padrões de injustiças e conflitos ambientais em diversas partes do mundo. Estudos do campo da ecologia política contribuem para o entendimento das relações entre o desenvolvimento econômico e os problemas sociais, de saúde e de meio ambiente em um dado território (PORTO; MILANEZ, 2009).

O surgimento e intensificação dessas situações decorrem, principalmente, de uma visão economicista restrita de crescimento econômico, visto como a única alternativa de progresso e da disputa pelo uso de determinado recurso ou território a partir de perspectivas diferentes.

As ideias do uso sustentável da natureza consolidada internacionalmente pelas Cúpulas dos povos tanto na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) de 1992, como a de 2012 - Eco-92 e Rio+20 – que consideram primordial o respeito aos grupos locais e seus modos de vida tradicionais não foram instituídas no modelo econômico, mas adaptadas no intuito de conciliar interesses econômicos, sociais e ambientais para uma adequação ambiental, denominada como economia verde, por incluir na produção industrial ações de mitigação, projetos ambientais e certificação ambiental (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Mas esse modelo de ecologicamente correto por ser apoiado em ideologias simplistas e baseadas em ciências positivistas que ignoram a complexidade e incertezas dos problemas socioambientais, na prática, não tem diminuído os índices de poluição, o desmatamento, a desigualdade social e nem os conflitos ambientais, como analisa Zhouri e Laschefski (2010) e como foi possível investigar em Suape.

A trajetória recente do crescimento econômico brasileiro tem culminado no direcionamento da economia para a exportação de commodities, tendo como consequência a multiplicação dos impactos e conflitos socioambientais destinando o passivo ambiental às populações mais vulneráveis (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Esse modelo tem desrespeitado não só a vida humana e dos ecossistemas, mas também os valores e a cultura das populações tradicionais onde as cadeias produtivas se instalam (PORTO; MARTINEZ-ALIER, 2007).

As injustiças e os conflitos ambientais emergem a partir das disputas entre os interesses distintos das comunidades tradicionais, organizações e movimentos sociais, contra agentes sociais (grupos empresariais e o próprio Estado) favorecidos pelas atividades econômicas e produtivas, tais como: mineração, exploração e refino de petróleo, produção de ferro e aço, construção de hidrelétricas, o agronegócio e o uso intensivo de agroquímicos (PORTO; FINAMORE, 2012). Um Estado que ao invés de proteger a sociedade alia-se às grandes corporações nacionais e internacionais, flexibiliza marcos jurídicos estabelecidos – do meio ambiente, do trabalho e de demais direitos sociais – e volta-se para o desenvolvimento de políticas econômicas que desestruturam os territórios, gerando novos processos de vulnerabilização em populações já vulnerabilizadas pelos processos sócio-históricos estabelecidos (PORTO et al., 2014).

Os conflitos socioambientais têm sua origem na luta contra a reprodução das desigualdades sociais e têm distintas formas de se manifestarem, podendo resultar tanto do inconformismo de populações com a instalação de indústrias poluentes em proximidade às

suas moradias, quanto à luta pelo acesso a recursos naturais necessários à sua reprodução. Os conflitos são materializados a partir do momento que se questiona o modelo de desenvolvimento, seus impactos e o comprometimento aos recursos naturais (PORTO et al., 2013).

Mesmo diante de quadros tão difíceis, como no caso da “chantagem locacional” ofertada pelas corporações que seguem o modelo predatório de desenvolvimento econômico, os sujeitos que protagonizam as lutas de resistência no território se organizam em rede para combater as injustiças, ocasionando os mais diversos tipos de conflitos. A chantagem locacional se caracteriza quando as grandes corporações ofertam vantagens financeiras, como empregos, para que possa ter aceitação de níveis de poluição, que não são aceitos em países com setores sociais mais organizados e criteriosos (ACSELRAD, 2010). Quando existe disputa entre sentidos atribuídos à natureza por determinados grupos com posições sociais desiguais, os impactos indesejáveis que comprometem a existência entre distintas práticas socioespaciais estimulam a organização de membros de grupos sociais atingidos contra a atividade que os gera, surgindo assim, os movimentos pela justiça ambiental (ACSELRAD, 2004).

O problema aqui exposto apresenta enquanto núcleo de discussão as implicações materiais e imateriais, vinculadas às injustiças ambientais vividas pela população, que tem como uma das primeiras injustiças, a expulsão de suas famílias para dar lugar à construção do modelo de desenvolvimento destinado ao território de Suape.

Existe a compreensão que todo território “é ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder tem no espaço um componente indissociável tanto na realização de ‘funções’ quanto na produção de ‘significados’ (HAESBAERT, 2007). Porto (2013) comenta que “o território é pleno de lutas, de cultura, de formas próprias de organização social, institucional, de economia e memória”. O território não é apenas um espaço geográfico, mas um espaço constituído socialmente, conforme define Milton Santos (2007, p. 97):

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato do sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais sobre as quais ele flui.

Compreende-se então, conceito de território a partir da concepção de Milton Santos (2007), que entende território como uma configuração historicamente definida pelo tempo. O espaço contém o território modelado e configurado, resultado da produção e da história dos

processos produtivos impostos pela sociedade, ou seja, a materialidade do território e vida, pelas relações sociais e movimentos de reorganização da sociedade. Compreende-se o território em uma perspectiva ampla, pela sua totalidade, incluindo as relações de poder, de produção e de reprodução social da vida.

A geografia crítica explica os processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR) como um *continuum* inacabado (HAESBAERT, 2007; CHELOTTI, 2010).

Dessa forma, o processo de desterritorialização, não se esgota em si e se apresenta sequenciado de uma reterritorialização em níveis variados. Ainda neste contexto, as dimensões materiais envolvidas nos processos de TDR, relacionam-se mais diretamente a precariedade das questões de infraestrutura, mais evidentes nos primeiros anos de reassentamento, associadas à fragilidade de políticas públicas de compensação. Já no que se refere às dimensões imateriais, destacam-se aqui os aspectos culturais, de identidade territorial, dentre os quais se sobressaem os sentimentos de saudosismo entre os familiares dispersos no processo, sensações de estranhamento do novo lugar, isolamento geográfico, entre outros (HAESBAERT, 2014).

A apropriação do espaço e o desenvolvimento de afeto por ele são elementos que favorecem a construção de um conhecimento tradicional. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída através do Decreto nº 6040 sancionado em 2007, define esses povos e comunidades como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 96).

Enfatiza-se os atributos e qualidades próprios de grupos particulares, com a diferenciação de povos e comunidades tradicionais do restante da sociedade, com a intenção de oferecer a atenção necessária para sua manutenção, haja vista que os novos processos neoliberais têm dizimado populações indígenas, quilombolas e caiçaras. A elaboração e a legitimação de um conceito permitem maiores possibilidades de se retirar as diferenças da penumbra da invisibilidade e fortalecer as condições de operacionalização de políticas que assegurem a proteção às diferenças e promovam a inclusão social de grupos específicos, que durante séculos permaneceram à margem do acesso às políticas públicas de caráter universal.

A desorganização dos modos de vida locais – economia, costumes, alimentação, culturas – decorrentes do modelo de desenvolvimento, as injustiças e conflitos gerados

refletem na determinação social da saúde dos grupos populacionais. Mesmo com o avanço vivenciado pelo SUS, nas últimas décadas, observa-se que comumente essa inter-relação não é considerada na prática da gestão e serviços de saúde, a exemplo da difícil execução da política de saúde do Trabalhador e da trabalhadora, realmente articulada com a vigilância em saúde, movimento sindical de trabalhadores (formais e informais) (PORTO et al., 2014). Essa crise ambiental que se instala nos territórios impõe grandes desafios para o campo da saúde coletiva e exige reorientações da lógica do funcionamento de políticas de saúde, que considerem as diversas inter-relações entre o modelo econômico instituído e os ecossistemas. Um bom começo é reconhecer a ineficácia do modelo biológico e individual e buscar elementos contextuais dos processos que se manifestam no território a partir da perspectiva da saúde coletiva, e isso inclui a compreensão de injustiças e conflitos ambientais.

2.3.1 Injustiça ambiental como consequência do modelo insustentável de desenvolvimento econômico

O tema da justiça ambiental indica a necessidade de discussão sobre a questão ambiental não apenas na perspectiva da preservação e conservação, mas da distribuição e da justiça. Dessa forma, representa um marco teórico conceitual para aproximar numa mesma dinâmica as lutas populares pelos direitos sociais e humanos, pela qualidade de vida e pela sustentabilidade, tratando-se assim de uma questão de justiça socioambiental, pois engloba as dimensões social, ambiental, da sustentabilidade e do desenvolvimento frequentemente fragmentados nos discursos e práticas ambientais (PORTO; MILANEZ, 2009).

O conceito de justiça ambiental surge entre as décadas de 1960 e 1970 através de movimentos sociais nos Estados Unidos, especialmente das organizações nas lutas pelos direitos civis das populações afrodescendentes, hispânicas e asiáticas que em sua maioria eram grupos pobres e socialmente discriminados em relação à maior exposição a riscos ambientais (ACSELRAD, 2010).

Esse conceito decorre da percepção de que depósitos de lixo químico, incineradores, estações de tratamento de esgoto, indústrias altamente poluidoras, se instalavam de forma desproporcional em áreas habitadas por esses grupos, especialmente em comunidades negras ou de baixa renda, que viviam em condições inadequadas de saneamento. A partir desse cenário, surge a expressão "racismo ambiental" para designar a imposição desproporcional intencional ou não de rejeitos perigosos às comunidades de cor (ACSELRAD, 2002). Dentre os fatores explicativos de tal fato, foram alinhados alguns fatos, como a disponibilidade de

terras baratas, baixa capacidade de organização social, carência de recursos políticos e pouca representação das minorias nas instituições tomadoras de decisões.

Dessa forma, tornaram-se evidentes que as forças de mercado e as práticas segregadoras das agências governamentais andavam e ainda andam de forma articulada para a produção das desigualdades ambientais e que a viabilização da atribuição desigual dos riscos encontra-se na suposta fraqueza política dos grupos sociais residentes nas áreas de destino das instalações perigosas, denominadas de “zonas de sacrifício”. Essa expressão surgiu nos Estados Unidos, quando o movimento de Justiça Ambiental associou a concentração espacial dos males ambientais do desenvolvimento ao processo mais geral que produz desigualdades sociais e raciais. Um estudo realizado patrocinado pela Comissão de Justiça Racial da United Church of Christ em 1987 demonstrou que os depósitos de lixo tóxico eram dispostos nas comunidades com população negra (ACSELRAD, 2004).

Isto significa dizer que as áreas onde há populações de baixa renda e com menor poder de decisão sobre o próprio território podem favorecer a implantação de atividades industriais potencialmente impactantes. Além disso, observa-se nestas áreas a coincidência das decisões de localização de instalações ambientalmente danosas com a presença de agentes políticos e econômicos empenhados em atrair para o local investimentos de todo tipo, qualquer que seja seu custo social e ambiental. Estes dois processos revelam, assim, que a disparidade de poder é determinante para uma distribuição espacial desigual dos impactos ambientais, produzindo situações de injustiças ambientais que refletem nos índices de saúde, educação, renda e qualidade de vida dos mais vulneráveis (ZBOROWSKI; LOUREIRO, 2008).

Porto e Pacheco (2013) afirmam que quando o desenvolvimento econômico é voltado para os interesses do mercado e de uma elite externa e minoritária, sobrepondo-se aos interesses das populações locais, são produzidas desigualdades e conflitos socioambientais:

Os conflitos ambientais tendem a se radicalizar em sociedades marcadas por fortes desigualdades sociais, discriminações étnicas e assimetrias de informação e poder. Nesses casos, o tema da saúde humana, ambiental e dos trabalhadores se intensifica pela vulnerabilização de populações e territórios afetados, e a gravidade dos problemas de saúde pública se apresenta como importante bandeira de luta para as populações atingidas e movimentos sociais diversos (PORTO; PACHECO, 2013, p.3).

O conceito de justiça ambiental é entendido como um conjunto de princípios e práticas sociais que asseguram qualquer grupo social de natureza diversa à proteção de seus direitos, frente às consequências negativas de dinâmicas e ações de finalidade econômica (PORTO; FINAMORE, 2012).

Para Porto *et al.* (2013), a justiça ambiental busca assegurar o acesso justo e equitativo aos recursos ambientais, assim como às informações relevantes ao conjunto da sociedade e grupos afetados pela transformação do território, sendo este “pleno de lutas, de cultura, de formas próprias de organização social, institucional, de economia e memória” (PORTO, 2013).

A questão da vulnerabilidade das populações e sua relação com o processo saúde-doença começou a ser utilizada no campo da saúde pública a partir da década de 1990 na análise do processo, principalmente com a epidemia da AIDS. Nesta perspectiva, a noção de vulnerabilidade busca responder que a chance de exposição e adoecimento não é resultante apenas de um conjunto de aspectos biológicos (genéticos) e individuais (fatores, grupos ou comportamento de risco), mas também coletivos, contextuais, incorporando elementos sociais, econômicos e culturais na análise de certos problemas complexos de saúde (PORTO, 2011).

Porto (2011) discute que ao denominar certos grupos populacionais como “vulneráveis” de certa forma, parece que se compactua com a sua condição de ‘não sujeitos’ destituídos de direitos, valorizando a dimensão biológica e genética de uma visão reducionista da saúde.

Na visão moderna da saúde coletiva, como a difundida principalmente pelo movimento latino-americano de medicina social em contraponto a uma epidemiologia clássica, multicausal e funcionalista, traz a noção de determinação social da saúde na perspectiva de uma epidemiologia crítica, propondo ferramentas teórico-metodológicas para análise da relação entre a reprodução social, os modos de viver, adoecer e morrer, inspiradas na luta dos povos pela superação de um regime social centrado na acumulação econômica que “modifica o perfil de sofrimento humano e tem diversificado as formas de exposição massiva a processos danosos, amplificando e diversificando os mecanismos de destruição dos ecossistemas” (BREILH, 2013).

Neste sentido, o conceito de processo de vulnerabilização amplia de uma visão biomédica e restrita para uma perspectiva complexa que considera o contexto e as modificações ocasionadas pelo tempo e ambiente através dos processos político-econômicos, culturais e sociais: “Do ponto de vista biomédico e da saúde pública, isso pode se expressar pela perda de vitalidade, pelo surgimento de doenças ou pela morte prematura ou considerada evitável de um indivíduo ou grupo de indivíduos expostos a situações de risco” (PORTO, 2011, p. 13). Schramm (2012) discute o tema da vulnerabilidade no campo da saúde pública, compreendendo que as práticas humanas, sobretudo em um mundo globalizado, podem afetar negativamente as pessoas e o ambiente, colocando-os em situação de vulnerabilidade (assim

como processo de vulnerabilização), ou seja, com potencial para sofrer danos, e de vulneração, condição dos que já sofreram o dano (SCHRAMM, 2012).

Compreender como os processos de vulnerabilização ou vulneração são instituídos em um dado território e a expressão dos conflitos e injustiças socioambientais que demarcam os contextos de vulnerabilidade e repercutem no ambiente, modos de vida e saúde dos grupos sociais, especialmente a partir dos seus saberes e discursos, ajuda a contribuir para recuperação dos direitos destituídos bem como na construção de processos saudáveis e protetores. Ao mesmo tempo em que tiram da condição de invisíveis, as populações que foram vulneradas, reconhecendo como sujeitos de direitos.

Apesar dessas limitações, inúmeras teorias e práticas de promoção do desenvolvimento com preservação ambiental foram introduzidas internacionalmente nos últimos anos, e algumas colocadas em prática no Brasil dando respaldo aos atores sociais no embate das lutas sociais e na formação do movimento ambientalista (ACSELRAD, 2010).

Essas iniciativas foram ancoradas na ideia de que é viável, e lógico, promover-se o desenvolvimento sustentável, pois o atendimento às necessidades das futuras gerações depende de que hoje se faça uso racional dos recursos naturais existentes. Existem duas suposições fundamentais na promoção do desenvolvimento sustentável: a de que é economicamente racional e eficiente aderir ao mesmo, e a segunda de que é uma atitude humana racional subscrever à sustentabilidade, pois a sua ausência coloca em risco a reprodução da vida humana.

2.3.2 Conflitos ambientais e os movimentos de luta por justiça

Os casos de conflitos socioambientais no Brasil revelam diversas situações em que grupos sociais afetados por diferentes projetos econômicos rejeitam o estado de privação e/ou risco a que estão submetidos, enfrentando seu problema a partir da mobilização social com vistas à denúncia. Dessa forma, pode-se dizer que os conflitos ambientais surgem das diferentes práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configuram-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Os conflitos se materializam quando essas concepções de espaço são transferidas para o espaço vivido, pois, quando há disputa entre sentidos atribuídos aos recursos naturais por determinados grupos com posições sociais desiguais, os impactos indesejáveis que comprometem a existência entre diferentes práticas socioespaciais estimulam a organização

de membros de grupos sociais atingidos contra a atividade que os gera¹². Assim, esses conflitos ambientais denunciam contradições nas quais as vítimas não só são excluídas do chamado desenvolvimento, como também assumem todo o ônus dele resultante, ou seja, eles evidenciam situações de injustiça ambiental (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

No entanto, os sujeitos envolvidos nesse processo não se constituem como vítimas passivas, pois vêm se organizando em variados movimentos, associações e redes. Mostram desse modo que possuem diversas formas de manifestar seus desacordos, seus embaraços, suas revoltas e suas reivindicações, ao mesmo tempo em que se colocam como portadores de outros projetos de vida e de interação com o meio ambiente. Organizadas em movimentos ou dispersas na forma de denúncias, há vozes que revelam a continuação de um cenário de desigualdades e de conflito, e evidenciam o caráter arbitrário dos sentidos hegemônicos que são atribuídos ao território (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Ao questionar-se o modelo de desenvolvimento vivenciado, seus impactos e o comprometimento aos recursos naturais, cria-se uma atmosfera favorável para que tais conflitos se materializem, mesmo que notadamente as disputas em torno do meio ambiente acompanhem as discussões sobre os destinos do Brasil desde os tempos do império. De outro modo, as manifestações de conflitos podem ser também mapeadas geograficamente como já vêm acontecendo em várias partes do país. Ao dar visibilidade ao conflito ampliam-se as possibilidades de desenvolvimento de ações voltadas para sua resolução ou mitigação (PACHECO; PORTO, 2009; PORTO, 2013; SILVA; GEHLEN, 2013).

Os movimentos nascidos no campo da ecologia popular encontram os elementos fundadores de sua ação política nas práticas de autonomia e participação. Esse tipo de movimento parte da ideia de democracia da diversidade, que exclui formas hegemônicas de poder e se organiza horizontalmente em rede e começa a se articular e reivindicar por justiça ambiental em diversas situações e lugares. É em torno da ideia de (in) justiça ambiental onde a exposição dos riscos e danos ambientais é determinada pela origem social ou étnica dos grupos atingidos que surgem os conflitos ambientais.

Como afirma Porto (2007), busca-se alcançar a justiça ambiental enquanto um conjunto de princípios e práticas sociais que asseguram a proteção dos direitos em face das consequências negativas de ações de finalidade econômica, procurando assegurar o acesso justo e equitativo aos recursos ambientais e às informações ao conjunto da sociedade e de grupos vulnerabilizados.

Apesar dessas limitações, inúmeras teorias e práticas de promoção do desenvolvimento com preservação ambiental foram introduzidas internacionalmente nos últimos anos e

algumas foram colocadas em prática no Brasil dando respaldo aos atores sociais no embate das lutas sociais e na formação do movimento ambientalista (ACSELRAD, 2010). Essas iniciativas foram ancoradas na ideia de que é viável, e lógico, promover o desenvolvimento sustentável, pois o atendimento às necessidades das futuras gerações depende de que hoje se faça uso racional dos recursos naturais existentes:

As lutas por justiça ambiental, tal como caracterizadas no caso brasileiro, combinam assim: a defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos – comunidades tradicionais situadas na fronteira da expansão das atividades capitalistas e de mercado; a defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação sócio territorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado; a defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais, contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interesses econômicos fortes no mercado (ACSELRAD, 2010, p. 114).

Os movimentos oriundos do campo da ecologia popular, motivados por um sentimento de justiça social em defesa do seu sustento vital, encontram os elementos fundadores de sua ação política nas práticas de autogoverno e democracia participativa. Não se trata de realizar uma “revolução” contra o sistema. Esse tipo de movimento parte da ideia de democracia da diversidade, que exclui formas de hegemonia e se organiza em rede e com mecanismos horizontais. O conceito de redes sociais é discutido a partir da compreensão delas enquanto estruturas flexíveis que objetivam a construção integrada de canais de comunicação e estratégias de ação dialógicas, transformando a estrutura de antigos compromissos e estabelecendo novas perspectivas entre sujeitos, movimentos sociais e instituições (PORTO, 2007).

É relevante mencionar o movimento de justiça ambiental surgido nos Estados Unidos, nos anos 1980, que denunciou as condições sociais desiguais que resultavam em um racismo ambiental, onde as populações negras e pobres eram as que mais sofriam em decorrência de desastres e problemas ambientais. Ocasionalmente pela realização do Fórum Mundial Social, representantes do movimento americano vieram ao Brasil para disseminar seu movimento e participar de reuniões e oficinas preparatórias, como o Seminário Internacional Justiça Ambiental e Cidadania realizado em 2001 (ACSELRAD, 2010).

Este seminário reuniu representações de diferentes movimentos sociais, ONG, pesquisadores; e dele resultou a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), que se constitui como um movimento formado por ampla diversidade de atores sociais em todo Brasil (acadêmicos, movimento sindical, organizações não governamentais, pesquisadores, intelectuais, sociedade civil organizada) pela justiça ambiental e dedica-se à luta pela superação de dinâmicas discriminatórias que oprimem grupos populacionais específicos em

prol de um crescimento econômico neoliberal (ACSELRAD, 2010; PACHECO; PORTO, 2009). A RBJA se propõe no enfrentamento das injustiças, conforme é apresentado em seu manifesto de lançamento:

O enfrentamento deste modelo requer que se desfaça a obscuridade e o silêncio que são lançados sobre a distribuição desigual dos riscos ambientais. A denúncia do mesmo, por outro lado, implica em desenvolver articuladamente as lutas ambientais e sociais: não se trata de buscar o deslocamento espacial das práticas danosas para áreas onde a sociedade esteja menos organizada, mas sim de democratizar todas as decisões relativas à localização e às implicações ambientais e sanitárias das práticas produtivas e dos grandes projetos econômicos e de infraestrutura. Pensamos que o tema da justiça ambiental - que indica a necessidade de trabalhar a questão do ambiente não apenas em termos de preservação, mas também de distribuição e justiça - representa o marco conceitual necessário para aproximar em uma mesma dinâmica as lutas populares pelos direitos sociais e humanos e pela qualidade coletiva de vida e a sustentabilidade ambiental (REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, 2017, p. 4).

A RBJA ampliou a definição de Justiça Ambiental para um conjunto de princípios e práticas como: não aceitação de consequência ambiental negativa sobre qualquer grupo social decorrente de operações econômicas, políticas e inclusive omissões; acesso equitativo e justo aos recursos ambientais, acesso às informações sobre os recursos naturais inclusive os riscos, processos democráticos e participativos nas definições políticas; considerar sujeitos, movimentos sociais e organizações populares como protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento (ACSELRAD, 2010).

A RBJA vem mobilizando inúmeras entidades, movimentos sociais e ambientalistas no enfrentamento aos avanços dos investimentos produtivos potencialmente degradantes em vários territórios e locais de trabalho. Dentre outros investimentos, vêm tendo destaque: a exploração e produção de petróleo; a mineração; a construção de barragens hidrelétricas; os setores econômicos que produzem e utilizam substâncias químicas extremamente perigosas como o amianto; a expansão de monoculturas intensivas como a soja e a plantação de eucaliptos. [...] inúmeras atividades vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos, inclusive oficinas no interior do Fórum Social Mundial, grupos de trabalho, encontros, seminários e mobilizações (PORTO, 2005, p. 836).

Desde seu surgimento a RBJA constituiu-se como um fórum de discussões, de denúncias, de mobilizações estratégicas e de articulação política, com o objetivo de formulação de alternativas e potencialização das ações de resistência desenvolvidas por seus membros — movimentos sociais, entidades ambientalistas, ONGs, associações de moradores, sindicatos, pesquisadores universitários e núcleos de instituições de pesquisa/ensino, operando de forma horizontal, contribuindo no intercâmbio de informações e potencializando articulações dos membros, a exemplo dos seus encontros nacionais.

Atualmente a RBJA enfrenta dois importantes desafios: lidar com o surgimento de novas demandas a partir dos movimentos e organizações que a compõem em função da

ampliação da legitimidade da RBJA enquanto ator político no debate socioambiental e garantir manutenção de uma infraestrutura mínima para a consecução de suas atividades e encaminhamento das demandas pactuadas no VI Encontro da RBJA, realizado em 2014 em Belo Horizonte. Está em processo de finalização a reestruturação de estratégias de comunicação como a elaboração do seu novo site, com maior capacidade de interação para uma construção mais dialógica e comunicativa entre os atores de todo território brasileiro.

2.3.3 Redes sociais e saúde e possibilidades de análise

Os estudos de redes sociais têm sido cada vez mais explorados no campo da saúde. Os indivíduos se estruturam a partir das possibilidades disponíveis para ter acesso a recursos que são disponibilizados conforme as redes sociais em que estão inseridos. Desta forma, os laços que conformam o tecido social vão se organizando de acordo com as mudanças na sociedade contemporânea em busca de produção de solidariedade.

Apesar de vários campos do conhecimento utilizarem diferentes abordagens sobre rede social, percebe-se que os conceitos abordados em diferentes área possuem uma mesma essência, que seria a ideia de tecidos, fios, teias e movimento (ACIOLI, 2007).

Segundo Marteleto (2013) rede Social representa “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recurso em torno de valores e interesses compartilhados” (MARTELETO, 2013).

Souza et al. (2009) entendem rede social como um “conjunto de relações interpessoais que determinam as características da pessoa tais como: hábitos, costumes, crenças e valores”, e que indica um conjunto de situações entre as quais se evidenciam relações afetivas, de amizade, de trabalho, econômica e social (SOUZA et al., 2009).

Fontes (2007) explica que as redes sociais formam um complexo sistema social que estrutura as relações entre atores no interior de grupos e organizações específicas ao movimento e suas relações político-institucionais. Aos descrevê-las, torna-se possível apreender como elas influenciam o comportamento social e conseguem produzir mudança (FONTES, 2007; MARTINS; FONTES, 2004).

A rede social não é apenas a soma de indivíduos isolados, mas justamente as múltiplas interações e conformações, que não têm linearidade, nem tamanho, nem frequência estáveis. Compreendendo a visão do social como um conjunto de relações de redes tanto pessoais quanto organizacionais, onde as posições dos atores nessas redes é que moldam suas práticas e valores.

Este pensamento coaduna com autores que defendem um pensamento complexo e sistêmico onde o sistema é visto não como a soma das partes, mas na perspectiva do todo, onde nenhuma das partes possui o todo, sendo justamente das relações de cada parte surgidas novas potencialidades, que também as retroalimentam (MORIN, 1996; SAMAJA, 2000). Essa visão deixa de valorizar o princípio explicativo simplificado, linear, para contemplar a complexidade, tanto dos fenômenos quanto dos princípios.

Nesta perspectiva verifica-se que a compreensão do contexto de rede é mais importante que a certeza e a predição. As redes, no universo de mudanças, surgem como uma linguagem de vínculos, das relações sociais entre organizações que interagem mediadas por atores sociais que buscam entender de maneira compartilhada a realidade social. São formas de agir que privilegiam os sujeitos, que, de maneira interativa e através de estratégias comunicativas, apropriam-se do conhecimento dos problemas sociais e de sua solução (JUNQUEIRA, 2000).

Acioli (2007) ressalta que a análise de rede não pode se limitar apenas ao aspecto gráfico e matemático e que deve ser articulada com dados de entrevistas, questionários e observação para uma melhor compreensão da realidade social (ACIOLI, 2007).

As redes sociais particularmente no campo da saúde têm se mostrado altamente operativas, pois através da sua organização e formação de laços sociais que são estabelecidos através dos indivíduos, atores coletivos, associações, organizações e instituições é que constituem o elemento de estruturação da vida social. A complexidade da realidade social e dos desafios apresentados na sociedade contemporânea têm exigido dos atores sociais a busca de novas estratégias que possibilitem analisar e intervir nessa realidade. Dessa forma, os movimentos sociais conformados em redes, buscam através de ação política reivindicar junto ao Estado por serviços públicos e também por buscar garantir seus direitos.

Nesses movimentos sociais em rede é que são manifestadas propostas de novos paradigmas, que norteiam a resistência dos povos e as possibilidades para mudanças de caráter democrático e popular. Os movimentos socioambientais, diante da sua invisibilidade, e com o intuito de transformar valores e decisões institucionais aos grandes meios de comunicação, buscam alternativas diversas, como no ciberespaço, através das mídias sociais, vislumbrando um futuro democrático e o empoderamento de processos comunicacionais autônomos, principalmente, pelo fato de esse espaço virtual possibilitar novas formas de se construir conhecimentos que contemplam a democratização da comunicação, os novos estilos de aprendizagem e a emergência da inteligência coletiva (LÉVY, 2009).

Conforme afirmam Mangia e Muramoto (2005):

As comunidades organizadas buscam melhorias nas condições de saúde, que podem ser concretizadas na perspectiva de promover apoio social, troca de experiências e informações e mesmo no trabalho mais diretamente ligado ao desenvolvimento das ofertas de serviços e cuidados de saúde.

O associativismo localizado, setorizado e os movimentos sociais percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado (FONTES, 2012).

Dessa forma, as redes sociais contribuem para a sistematização do pensamento, de modo solidário e responsável, sobre a prática social assumida frente aos problemas vividos. Nesse contexto, julga-se importante reafirmar a convergência e coerência das estruturas de conformação das redes sociais de caráter concreto e virtual, fato este que é presente e oportuno nas sociedades contemporâneas.

Fundamentados nessa lógica em redes, diversos movimentos buscam se organizar para fortalecer suas lutas e desejos. Em 2012, o Brasil presenciou a mobilização global de caráter popular e comunitário da Cúpula dos povos - espaço onde integrantes de movimentos sociais, ONGs e outros setores da sociedade civil internacional organizaram um evento paralelo à Rio+20, com objetivo de discutir e denunciar as causas estruturais da crise ambiental e buscar soluções sob a perspectiva da organização política popular. Outro exemplo significativo são os protestos que ocorreram em todo o Brasil em junho de 2013, cujos manifestantes reivindicaram melhorias nas cidades, inicialmente no setor de transporte, através do Movimento Passe Livre, mas logo ampliaram para setores como saúde e educação. O Movimento que foi disseminado e propagado em diversas cidades brasileiras, teve seu nascedouro e auto-organização através das mídias sociais na internet, mas que inúmeras expressões veiculadas no espaço virtual se materializaram nos cartazes e vozes que ocuparam as ruas das diversas cidades brasileiras (HARVEY et al., 2013).

As redes sociais são mais amplas por situarem-se no nível das relações, suscitando o trabalho coletivo, bem como a efetivação da intersetorialidade e da participação ampla da sociedade, inerentes ao controle social de políticas públicas. A depender da situação que refiram, elas podem, ainda, trazer na relação entre os sujeitos um contato que prediz de algum potencial de risco (redes de transmissão) ou a troca de informações (redes de organizações) (MARTINS; FONTES, 2004).

Para facilitar a aplicação das redes no campo das políticas sociais, de forma que seja uma experiência transformadora, Martins e Fontes (2004) apresentam uma tipologia que

distingue as diversas situações do ponto de vista da participação e resposta às demandas sociais pela gestão pública. São as redes: sociotécnica; socioinstitucional e sócio-humana.

A rede sociotécnica surge no interior de sistemas organizacionais altamente regulamentados, pela necessidade de planejamento e melhor articulação das políticas e visa responder às demandas sociais cada vez mais complexas, pela intersetorialidade e interdisciplinaridade. Verifica-se uma grande pressão, dos atores localizados fora do Estado, ou seja, da sociedade civil organizada, por maior flexibilidade da gestão, de forma a descentralizá-la e torná-la mais participativa. Esse tipo de rede exemplifica-se muito bem nos Fóruns e Conselhos de Políticas Públicas, envolvendo, principalmente: governo, ONGs, Agências financiadoras e instituições acadêmicas.

A rede socioinstitucional surge tanto em resposta a demandas e conflitos verticais (conforme o caso anterior), como de relações horizontais, envolvendo instituições formais, sejam governamentais ou não, objetivando estimular solidariedades e favorecer articulações institucionais em prol da criação de uma plataforma de governança no nível local. Sua característica maior é, portanto, situar-se numa zona híbrida da política, na fronteira entre os sistemas governamental e não-governamental. Embora não tenha poder decisório como a rede sociotécnica, influencia amplamente o direcionamento das políticas e a formação desse outro tipo de rede. Dentre os atores que geralmente participam desse tipo, estão governo, ONGs, associações locais, lideranças comunitárias e instituições científicas.

A rede sócio-humana – que articula indivíduos, num plano “pré-política”, em grupos com interesses afins, sejam de famílias, vizinhanças ou amizades – costuma visar à sociabilização de indivíduos e à solidariedade humana. Originalmente, não há ligação deste tipo de rede com os outros dois, mas pode vir a ocorrer algum movimento naquele sentido, conforme seja a relação das comunidades com os equipamentos de políticas sociais implantadas em seu território. Se for concebida, ali, uma prática de execução de políticas sociais que incorpore a participação popular, articulada às demais redes, pode vir a tornar-se um eixo central no desenho de uma gestão participativa, pois o capital social que emerge dali fortalece a comunidade e dessa maneira se fazem ouvir as inquietações e interesses das comunidades nos fóruns centrais e institucionalizados de participação.

Neste sentido, os autores propõem a criação de uma Rede de Vigilância em Saúde, onde se permita um desenho organizacional de controle sanitário com efetiva colaboração da sociedade na proposição e operacionalização das ações e serviços de saúde (MARTINS; FONTES, 2004):

É evidente que a articulação territorial através de redes sociais para a busca de caminhos alternativos à submissão do mercado mundial é uma realidade em diversas localidades que passam por transformações orientadas pela lógica capitalista, em particular no Brasil, como a industrialização tardia que vem dominando as políticas públicas. Este movimento em rede de caráter direto e descentralizado, amplia as possibilidades de organização de práticas sociais participativas na construção de processos coletivos para o desenho de caminhos alternativos, participativos, criativos e emancipatórios que conduzam à luta, contra a hegemonia, a favor de uma sociedade democrática mais justa e igualitária.

2.3.4 Mapa de conflitos ambientais: visibilidade da luta contra a injustiça ambiental

Para compreensão das desigualdades e processos de vulnerabilização socioambiental que ocorrem em dado território torna-se necessária a elaboração de diagnósticos, especialmente quando se pretende aproximar esta problemática da saúde coletiva, porque o SUS necessita de planejamento fundamentado em dados da realidade. Uma estratégia utilizada pelo movimento da justiça ambiental, tem sido a construção de cartografias dos conflitos, denominados de mapas de conflitos. A cartografia crítica tem reconhecido os mapas como ferramenta para o ativismo e luta contra as injustiça ambiental (CRAMPTON; KRYGIER, 2016).

Em 2010, foi lançado um projeto da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em parceria com o Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde chamado Mapa de conflitos, envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil, cujo objetivo é apoiar populações e grupos atingidos por projetos e políticas baseadas numa visão de desenvolvimento considerada insustentável e prejudicial à saúde por tais populações, bem como movimentos sociais e ambientalistas parceiros.

O resultado da pesquisa foi a sistematização de 300 casos utilizando o georreferenciamento, disponível em site próprio, onde organiza e reúne informações que foram coletadas a partir de diversas fontes, com o intuito de dar visibilidade às mais variadas vozes que denunciam e lutam pela melhoria da qualidade de vida nos seus territórios (PORTO, 2013).

Outro mapa construído no Brasil foi o de Minas Gerais. O projeto de pesquisa “Mapa dos Conflitos Ambientais no estado de Minas Gerais” desenvolvido pela equipe do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG) teve como objetivo elaborar um banco de dados e mapear, qualitativamente,

os conflitos ambientais existentes nas 12 mesorregiões do estado de Minas Gerais. O levantamento desses conflitos, baseado nos anos 2000 e 2010, identifica e caracteriza os casos de injustiças ambientais (ZHOURI; ZUCARELLI, 2008).

Em uma primeira etapa foi realizado um trabalho de campo para levantamento de dados secundários para pesquisa documental de denúncias formalizadas. Na segunda etapa foram realizadas oficinas em todo o estado com representantes de entidades, organizações, movimentos sociais e moradores para coleta de casos não formalizados por denúncias. Foram elaborados mais de 500 casos de conflitos ambientais e apesar de ser um número significativo, os autores afirmam não se tratar da totalidade de casos vivenciados em Minas Gerais, e sim de uma representação dessa realidade (ZHOURI, 2014).

Um exemplo internacional é o Atlas Global de Justiça Ambiental - Environmental Justice Atlas (EJAtlas) uma plataforma interativa elaborada por uma equipe internacional e coordenada por pesquisadores do Instituto de Ciência e Tecnologia Ambiental da Universidade Autônoma de Barcelona. Assim como os mapas brasileiros, o EJAtlas está mapeando conflitos ambientais, mas neste caso em diversas localidades do mundo e permite colaboração na identificação e caracterização de conflitos (TEMPER et al., 2015). Os idealizadores acreditam que o EJAtlas é um meio de aprofundar questões sobre conflitos socioambientais e resistências globais através de um inventário interativo, onde pessoas de qualquer localidade do mundo podem ser colaborativas (MARTINEZ-ALIER et al., 2016). Baseado na interconexão entre disciplinas como justiça ambiental, economia política e teoria dos movimentos sociais, o projeto busca apoiar a luta mundial pela justiça ambiental; ajudar a denunciar casos de injustiça ambiental; incentivar o diálogo e intercâmbio de experiências, ideias, dados e estratégias de ações; fornecer recursos com relatos de casos concretos, disputas legais, e outros assuntos relevantes; sensibilizar a mídia, formadores de opinião e da opinião pública; exercer pressão sobre os políticos tomadores de decisões e responsáveis para implementar políticas públicas conducentes à justiça ambiental; desenvolver e reforçar as estratégias de articulação internacional e contribuir para novos processos de criação de conhecimento com uma perspectiva da justiça ambiental (TEMPER et al., 2015).

O EJAtlas foi lançado pela primeira vez em março de 2014, na Secretaria do Meio Ambiente das Nações Unidas, em Bruxelas, com cerca de 920 casos de conflitos mapeados. Em agosto de 2015, continha mais de 1.560 casos, que vão sendo acrescentados à medida em que novas colaborações com pessoas próximas ao território são estabelecidas, podendo ser representante tanto da academia como do movimento social. Entre casos de conflitos mais representativos no EJAtlas estão aqueles relacionados com a extração industrial de recursos

naturais (extração de petróleo e gás, conflitos de mineração, desmatamento, etc.), aquisição de terrenos, gestão da água e também sobre a eliminação de resíduos (incineradores e aterros sanitários).

Diante da exposição não equitativa aos riscos e perigos e das injustiças ambientais produzidas pelo modelo de desenvolvimento que atingem populações em seus territórios, a organização de movimentos de resistência e a produção de diversas formas de conhecimento e saberes são estratégias significativas em prol da justiça ambiental e melhoria da qualidade de vida nos territórios.

2.4 Abordagem ecossistêmica em saúde – uma proposta operativa para o nível local

Num contexto de intensificação sem precedentes da degradação dos ecossistemas em escala global, as evidências disponíveis na comunidade científica indicam que, desde a segunda metade do século XX, os ecossistemas têm sido mais rapidamente modificados pelo ser humano do que em qualquer outro período da história (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005). A humanidade tornou-se uma força capaz de rivalizar com os processos de autorregulação ecossistêmica (FORGET; LEBEL, 2001).

Esse processo de degradação intensiva, por vezes irreversível, dos ecossistemas está intimamente relacionado com as estratégias dominantes de desenvolvimento e repercute profundamente sobre a saúde das populações locais e a perenidade do ambiente. Atualmente, tem-se um cenário ainda mais desafiador no enfrentamento dos problemas socioambientais, pois a utopia industrialista-desenvolvimentista que tem pautado o padrão civilizatório dos últimos séculos, assume novas facetas no modelo de globalização neoliberal em vigor:

A lógica desse modelo já não trabalha apenas mediante a extração de mais-valia e os tradicionais mecanismos de mercado, mas mediante práticas predatórias, a fraude e a extração violenta, que se aplicam aproveitando desigualdades e assimetrias entre os grupos sociais, para pilhar os recursos dos mais frágeis (CARNEIRO et al., 2015, p. 97).

Dessa forma, efeitos perversos desse modelo de desenvolvimento socialmente excludente e ecologicamente predatório, são distribuídos de forma desigual em cenários particulares de vulnerabilidade e inequidade.

A compreensão sobre a persistência e a legitimação desse modelo é atribuída a uma série de crenças, valores e atitudes que foram incorporadas à cultura ocidental moderna e que desempenham um papel fundamental na reflexão dos problemas socioambientais que enfrentamos. Dentre elas, podemos mencionar: a separação entre seres humanos e o meio

ambiente; a postura de domínio agressivo sobre a natureza, fundamentada nos avanços da ciência reducionista; a premissa de aparente inexorabilidade dos recursos naturais; a crença na capacidade ilimitada da ecosfera de assimilar os dejetos produzidos pelas atividades humanas; e o entendimento de que o trabalho e o consumo ilimitado de bens constituem uma forma privilegiada de doação de sentido para as nossas vidas (RIGOTTO, 2002).

Nesta perspectiva, a abordagem ecossistêmica em saúde apresenta-se como estratégia para compreensão ampliada dos problemas de ambiente e saúde de um território através da realização de estudos, diagnósticos e gestão que ultrapassam os limites das tradicionais abordagens biomédicas e epidemiológicas tão questionadas por autores do campo da saúde coletiva que estudam a saúde ambiental (RATTNER, 2009; RIGOTTO; AUGUSTO, 2007a; SCHÜTZ et al., 2012; TAMBELLINI, 2009) tem se constituído como parte de um campo inovador para analisar de forma integradora os impactos multifatoriais e dinâmicos que afetam a saúde. Ao romper com a separação entre os seres humanos e os ecossistemas, essa abordagem possibilita responder a desafios de saúde pública persistentes (WEBB et al., 2010). Além disso, outro aspecto muito promissor e de relevância central para a presente discussão, está relacionado ao fato de se tratar de uma abordagem de pesquisa e intervenção, que envolve, portanto, não só a elaboração de novos conhecimentos sobre as interdependências entre saúde e ambiente, como também a busca de soluções para realidades concretas, como será discutido a seguir.

A origem das formulações dos enfoques ecossistêmicos de saúde (ou ecosaúde) remonta à década de 1970, no contexto desafiador de gestão de recursos naturais da região dos Grandes Lagos, área de fronteira entre o Canadá e os Estados Unidos. Esse ecossistema, que abriga uma reserva estratégica de água doce, passou a sofrer pressões de grandes projetos industriais e agrícolas após o período pós-guerra. A partir da formação de uma comissão internacional – a Comissão Mista Internacional dos Grandes Lagos –, para analisar os processos predatórios nessa bacia hidrográfica, evidenciou-se tanto a insuficiência das abordagens unidisciplinares na compreensão das interações dos sistemas socioecológicos, como também a centralidade do envolvimento de gestores, políticos, empresários e cidadãos para assegurar o êxito das propostas estratégicas. Nesse contexto, buscou-se a construção de uma abordagem que priorizasse a garantia da integridade do ecossistema paralelamente à continuidade da exploração dos recursos para fins econômicos (GOMEZ; MINAYO, 2006; FORGET; LEBEL, 2001; PASSOS et al., 2013).

Assim, o enfoque ecossistêmico elaborado pela Comissão Mista Internacional dos Grandes Lagos – embrião que evoluiria para as abordagens em ecosaúde – foi inicialmente

nomeado de “Saúde dos Ecossistemas” e voltou-se para a criação de estratégias de gestão integrada de recursos naturais, relevando simultaneamente as aspirações sociais, as atividades produtivas e as características biofísicas da região dos Grandes Lagos (PASSOS et al., 2013). É importante destacar que o desenvolvimento dessa proposta inovadora ocorreu num contexto histórico de evolução paralela e convergente tanto de abordagens holísticas e ecológicas de saúde pública – a exemplo do Modelo Lalonde (1974), da Carta de Ottawa (BRASIL, 2002b), da Medicina Social Latino-americana, entre outros –, como de abordagens integradas de gestão de recursos naturais (CHARRON, 2014; FORGET; LEBEL, 2001; GOMEZ; MINAYO, 2006). O avanço das discussões e acordos internacionais sobre ambiente e desenvolvimento – Conferência de Estocolmo (1972), Relatório Brundtland (1987), Cúpula da terra (1992), Agenda 21, entre outros – também constituíram importantes influências, estabelecendo a mediação entre a saúde humana e a perenidade ambiental (FORGET; LEBEL, 2001).

Desde então, os enfoques ecossistêmicos de saúde evoluíram progressivamente, originando diferentes correntes e sendo consolidados por diversos programas de pesquisa e linhas de financiamento (WEIHS; MERTENS, 2013; BAZZANI; SÁNCHEZ, 2016). Duas grandes vertentes são destacadas aqui: (i) a primeira, denominada Abordagem da Saúde de Ecossistemas (ASE), enfatiza a identificação e mensuração de aspectos que modificam os ecossistemas (a partir de indicadores como vigor, resiliência e organização), e consequentemente podem influenciar a saúde humana; e (ii) a segunda, denominada Abordagem Ecossistêmica em Saúde (AES), valoriza a elaboração de abordagens contextualizadas e participativas com o objetivo tanto de compreender a influência das mudanças nos ecossistemas, em determinados lugares, na saúde das comunidades, assim como de criar estratégias de gestão (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2009).

A abordagem ecossistêmica em Saúde (AES) começa a ser difundida em diversos países, principalmente, com o início do International Development Research Centre (IDRC) em 1997, que realizou estudos e pesquisas sobre abordagens Ecossistêmicas para a Saúde Humana, com pesquisadores como Jean Lebel, Gilles Forget, Waltner-Toews (LEBEL, 2005; WALTNER-TOEWS; KAY, 2005).

Para Lebel (2005), a saúde humana é equivalente à saúde dos ecossistemas e por isso as ações e pesquisas em saúde devem abranger um número maior de variáveis e escalas distintas, ou seja, considera a gestão dos ecossistemas o que se atinge com a busca do equilíbrio entre saúde e meio ambiente.

Nesse contexto, a abordagem surge para atender a lacuna frente a incertezas apresentadas no processo dinâmico de interação entre os seres vivos e a ação humana e não apenas a proteção do meio ambiente. Outra característica a ser considerada nesta abordagem é que o processo de investigação não esteja restrito aos científicos, mas que os conhecimentos adquiridos possam integrar-se à vida das pessoas, incluindo os membros da comunidade, representantes do governo e outros interessados (LEBEL, 2005, p. 9).

O objetivo inicial do programa Écosanté consistia em apoiar pesquisas inovadoras voltadas para a melhoria da saúde humana a partir de uma melhor gestão ambiental, promovendo para tanto, três pilares metodológicos fundamentais, a saber: a transdisciplinaridade, a participação social includente e a equidade social e de gênero:

La transdisciplinariedad implica una visión de amplio alcance de los problemas de salud relacionados con el ecosistema. Esto requiere total participación de los tres grupos mencionados y valida su completa inclusión.

La *participación* se pretende lograr consenso y cooperación, no solo dentro de la comunidad, de los científicos y de quienes toman las decisiones, sino también entre ellos.

La *equidad* comprende el análisis de los respectivos papeles de hombres y mujeres y de los diferentes grupos sociales. En la evaluación del género se reconoce que los hombres y las mujeres tienen diferentes responsabilidades y diferentes grados de influencia en las decisiones (LEBEL, 2005, p. 10, grifo do autor).

Esse enfoque reconhece a interação dinâmica entre os diferentes componentes do ecossistema e o bem-estar e saúde humana; considera que projetos transdisciplinares, que integram análises de gênero e investigação participativa, podem resultar em melhores investigações, melhoras na saúde humana e do meio ambiente e requerem novas metodologias que integrem esses conceitos.

Os pilares utilizados têm grandes semelhanças com os da determinação social da saúde e também com o Sistema Único de Saúde do Brasil, que tem diretrizes coincidentes, como a equidade e a participação social; assim como as ações de Vigilância em Saúde e algumas políticas de saúde desenvolvidas, em particular a Política de Saúde Ambiental, de Saúde do Trabalhador e de Promoção da Saúde que conformam uma grande rede de elementos interdependentes, integrados, que formam o espaço/território/ambiente e as relações humanas. Entretanto, na prática, prevalece a atuação desarticulada de setores complementares da própria saúde (a exemplo das políticas citadas), assim como a lógica assistencialista (LAWINSKY, 2012).

Atualmente a abordagem vem assumindo diversas adaptações e vertentes, mas que, segundo Charron (2012), estes são resultados também de sua essência criativa de pesquisa-

ação e que tem como principal objetivo a melhoria da saúde das pessoas através da investigação transdisciplinar e participativa, tanto com aqueles diretamente envolvidos com os problemas como com os tomadores de decisão, como gestores. Essas atividades sempre são voltadas para a ação prática, vinculando estratégias de gestão integral do meio ambiente com uma abordagem ampliada de promoção da saúde humana (CHARRON, 2012; MINAYO, 2010a; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2009;).

Segundo Charron (2012), a ecossaúde, se consolida sob influência de diversas tendências de movimentos surgidos a partir dos anos 1970 como o movimento ambientalista, o desenvolvimento sustentável, a promoção da saúde e a medicina social latino-americana, e se caracteriza, principalmente, por apresentar uma maior ênfase nos fatores ambientais na perspectiva da integração dos seres vivos e demais ecossistemas (CHARRON, 2012).

Nos últimos anos, no âmbito do processo de evolução conceitual e epistemológica do enfoque de ecossaúde, outros três princípios que fundamentavam essa abordagem de forma mais implícita foram reforçados e somados aos pilares metodológicos mencionados, a saber: o pensamento sistêmico, a sustentabilidade e a prioridade da investigação para a ação. Nesse sentido, o pensamento sistêmico foi assumido com mais firmeza e reconhecido como uma característica fundamental do enfoque. A sustentabilidade foi fortalecida enquanto princípio articulador na vinculação saúde-ambiente, acentuando o caráter de promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica das intervenções em ecossaúde. E a característica interventiva do enfoque foi reforçada a partir da ênfase na priorização da investigação para as ações e as políticas públicas (BAZZANI; SÁNCHEZ, 2016; CHARRON, 2014).

A expansão significativa dessa abordagem nas últimas décadas, tem evidenciado seu potencial fecundo a partir da realização de inúmeros projetos de investigação e intervenção em diferentes contextos socioecológicos espalhados pelo mundo, envolvendo categorias diversas: atividade agrícola, exploração mineral, poluição, doenças de transmissão vetorial, meio urbano, entre outras (CHARRON, 2014). As experiências apoiadas pelo IDRC têm demonstrado como promover saúde de forma participativa, dialógica e emancipadora, a partir da compreensão integrada dos sistemas e do desenvolvimento de soluções negociadas e adaptativas (menos custosas em comparação às intervenções biomédicas). Além disso, o aprendizado adquirido também tem possibilitado avançar no enfrentamento dos desafios metodológicos e operativos da abordagem ecossistêmica de saúde de forma dinâmica e flexível.

No contexto brasileiro, essa abordagem torna-se ainda mais pertinente ao considerarmos que os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) possuem convergências importantes com os princípios da abordagem ecossistêmica de saúde, entretanto, na prática prevalece a atuação desarticulada de setores complementares da própria saúde (a exemplo da Saúde Ambiental e da Saúde do Trabalhador), assim como a lógica assistencialista (LAWINSKY, 2012).

Dentre as suas principais vertentes atuais, Freitas et al. (2007) destaca duas: uma que privilegia a investigação para ação, ou seja, baseia-se em indicadores e medidas analíticas para construção de dados científicos e informações que provocam mudanças nos ecossistemas e sua correlação com a saúde humana, que serão utilizadas para subsidiar a tomada de decisões. E outra, mais prática, que parte da construção coletiva e participativa para compreensão do ecossistema estudado e suas consequências para a saúde das pessoas em nível local, incorporando ao longo dos processos, estratégias de minimização dos efeitos negativos e resolução dos problemas, onde uma diversidade de atores tomam as decisões de forma compartilhada (FREITAS et al., 2007). Estas vertentes podem ser incorporadas às ações de Vigilância em Saúde (epidemiológica, ambiental e do trabalhador) no âmbito local onde se dão os processos de exposição a diferentes elementos que influenciam o adoecimento nas populações.

Com a sistematização do conceito de Promoção da Saúde definido e atualizado a cada Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde (Carta de Alma Ata, Declaração de Jacarta, Carta de Bogotá), resumido aqui como a “criação de condições que garantam o bem estar geral como propósito fundamental do desenvolvimento, conciliando os interesses econômicos e os propósitos sociais” (BRASIL, 2002b), é imprescindível a retomada pela sociedade e governos do conceito de sustentabilidade do desenvolvimento como “um processo de mudança social e elevação de oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social” para nortear a elaboração de políticas públicas que enfrentem problemas atuais e possam prevenir futuros (BRASIL, 2002b).

O Relatório Final da Comissão de Determinantes Sociais da Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2011) recupera o enfoque da epidemiologia social europeia reconhecendo a existência de variadas correlações com os padrões de saúde e doença através de determinantes sociais (determinantes estruturais e intermediários) formados pela estrutura de classe social, trabalho, renda, educação, cultura e discute a proposição de políticas sociais para sanar tais efeitos e estragos gerados pela

desigualdade em saúde. No entanto, para Breilh (2008) mais do que apenas centrar no modelo educação, emprego e renda é preciso eliminar as injustiças sociais promovendo igualdade e equidade (BREILH, 2008).

Segundo o conceito de Determinação Social de Saúde, adotado pelos teóricos da Medicina Social e da Saúde Coletiva Latino-americana, as diferenças da qualidade de vida entre classes sociais, gêneros e etnias são produzidas e reforçadas pelo modelo capitalista, que resulta em mais iniquidades que se expressam de diferentes formas no perfil de saúde, doença e atenção à saúde, e para se sobrepor a este quadro é preciso mais do que a oferta de serviços, políticas e demais demandas pelo Estado. Precisa-se de enfoques que reconheçam as pessoas como “sujeitos sociais coletivos em luta contra as formas de opressão que lhes têm sido impostas cotidianamente” e para isso é preciso difundir os movimentos sociais e seus componentes em saúde (BREILH, 2008).

Um outro grupo que dialoga com as premissas da abordagem ecossistêmica é o da ecologia dos saberes, que tem como um dos maiores divulgadores Boaventura de Sousa Santos e defende um caminho para uma reinvenção da emancipação social, que precisa congrega universidades, movimentos sociais, organizações sociais e todos que lutam pela dignidade humana e por um mundo melhor (SANTOS, 2007).

E este é um dos objetos da AES, construção de diagnósticos, estudos, e sobretudo de ações efetivas para diversas áreas, em especial a saúde humana e o equilíbrio dos diversos ecossistemas através de processos participativos e de cogestão junto com a população do território em questão. O principal interesse da AES é unir conceitos da determinação social da saúde, ecologia e pensamento sistêmico, através de uma rede de pesquisa-ação em um contexto de desenvolvimento social e econômico.

Conforme destaca Charron (2012) essa abordagem foi influenciada por vários conhecimentos como abordagem ecossistêmica canadense, desenvolvimento sustentável, promoção da saúde, saúde dos ecossistemas, eco-epidemiologia, medicina social latino-americana e do movimento de saúde pública mais ampla na Europa.

Mesmo assim, a saúde coletiva como tema da prática de saúde sob distintas perspectivas emerge, através da Reforma Sanitária, no campo teórico-prático brasileiro, repercutindo ideais em saúde que envolvem os indivíduos, as comunidades e os demais grupos de maneira integrada.

Em seu delineamento científico, ela reforça a proteção ao meio ambiente como uma prática da consciência ambiental, as práticas ecológicas urbanas podem tornar-se uma estratégia de ação ambiental, basicamente preventiva e participativa em nível local, que

reconhece o direito do ser humano de viver em um ambiente saudável e adequado, e a ser informado sobre os riscos do ambiente em relação à saúde e bem-estar. Ao mesmo tempo, define responsabilidades e deveres em relação à proteção, conservação e recuperação do ambiente e da saúde e, sobretudo, desenvolve a educação ambiental através da ampliação da relação sociedade-natureza, da alimentação saudável e do estímulo aos hábitos saudáveis de vida.

Por outro lado, na prática, muitas vezes os processos decisórios não são compartilhados de forma equitativa, e os espaços destinados à participação social (conferências, conselhos, etc.) são desvirtuados ou fruto de grandes simulações, cujo real papel democrático acaba sendo desconsiderado por alguns gestores. Esta, de fato, é uma área no sistema brasileiro que merece atenção e renovação metodológica.

Para o desenvolvimento do pensamento sistêmico, a AES vem desenvolvendo diretrizes essenciais para compreender as interações complexas e dinâmicas entre os determinantes, entre as pessoas, condições sociais e econômicas, assim como os ecossistemas.

Charron (2012) a apresenta: “é um campo crescente de pesquisas, educação e prática com epistemológico distinto e raízes históricas” que se refletem na mudança real nas vidas das pessoas e no ambiente. Todos os seis princípios da abordagem quando aplicados podem contribuir na execução de pesquisas e na resolução dos problemas. Esse autor divide os princípios em dois grupos, um que enfatiza o processo/prática (pensamento sistêmico, transdisciplinaridade e participação) e outro que atende os objetivos de pesquisa (sustentabilidade, equidade e conhecimento para a ação), conforme descreveremos a seguir.

2.4.1 Pensamento Sistêmico

Como ressalta Morin, (2000) a compreensão da Terra enquanto uma “totalidade complexa físico-biológica-antropológica” – que comporta um emaranhado de interações, retroações, fenômenos aleatórios, incertezas – requer uma reforma de pensamento, em que a lógica que isola e separa seja substituída por outra que distingue e une. Dessa forma, o entendimento das interdependências entre os sistemas sociais e os sistemas ecológicos, envolvendo os níveis local e global, exige a construção de um novo universo discursivo e simbólico, no qual cada indivíduo possa se ver como componente do todo (MORIN, 2000, 2007).

As relações de causa e efeito entre as mudanças ambientais e a saúde humana são complexas, por serem frequentemente indiretas, deslocadas no espaço e no tempo, e dependentes de várias forças modificadoras.

Seguindo tal perspectiva, torna-se relevante, antes de analisar os problemas relacionados à saúde, verificar seus condicionantes e as possibilidades para seus enfrentamentos, bem como compreender o contexto em que o problema se situa.

Dentre os modelos existentes sobre a explicação do caráter multidimensional no processo saúde-doença, a compreensão da situação de saúde vista na perspectiva da teoria dos Sistemas Complexos, dialoga com a discussão da determinação social da saúde.

O esboço dessa teoria parte de uma reflexão sobre as distintas faces e níveis hierárquicos de complexidade. Uma ordem hierárquica é constituída de um conjunto de conceitos construídos no âmbito de cada campo disciplinar. Na biologia, por exemplo, observam-se as seguintes derivações: molécula, célula, tecido, órgão, sistema, organismo, grupo, população, ambiente. A uma das vertentes dessa ordem ‘biodemográfica’ – organismo, grupo, população, ambiente – corresponde uma ordem ‘sociocultural’ – sujeito, família, sociedade, cultura. O processo de saúde-doença é compreendido a partir destas escalas, apresentando diferentes dimensões e componentes, que vão desde o particular, local, ao regional e global.

Esse modelo pretende uma visão integrada, favorecendo o planejamento na direção de uma perspectiva sistêmica, por desvelar os processos envolvidos na determinação social da saúde, em que o biológico está presente, porém condicionado e ressignificado, favorecendo, assim, uma intervenção participativa e global para o problema que possibilite a caracterização ambiental, política, econômica e social, além dos impactos à saúde e ao ambiente nos municípios e populações do estudo.

Segundo Garcia (1997), os sistemas complexos são constituídos de processos determinados por múltiplos fatores que interagem de tal maneira que não se pode separá-los. Dessa forma, o sistema não pode ser descrito adequadamente, nem seu funcionamento explicado, pela mera adição de enfoques parciais provenientes de estudos independentes de cada um dos seus componentes (GARCIA, 1997).

2.4.2 Transdisciplinaridade

A transdisciplinaridade está relacionada ao entrecruzamento de diferentes conhecimentos e saberes, numa perspectiva aberta e dialógica. Nesse sentido, são

considerados tanto os conhecimentos científicos das várias disciplinas, como também os saberes não-científicos – relacionados às aspirações, ao imaginário, à sensibilidade e ao senso comum dos participantes leigos (GOMEZ; MINAYO, 2006).

A consideração da complexidade dos contextos implica ainda na construção de uma proposta metodológica que trabalhe na perspectiva transdisciplinar. Ou seja, a partir da consideração da interação complexa de diversas disciplinas é possível uma melhor aproximação de uma interpretação da realidade em estudo.

A diversidade de olhares sobre o objeto permite considerá-lo em sua integralidade e isso quer dizer não apenas considerar distintos campos epistemológicos de estudiosos, mas também os conhecimentos não acadêmicos. A transdisciplinaridade se difere da interdisciplinaridade (relação entre disciplinas) e da multidisciplinaridade (consideração de várias disciplinas, mas que não se inter-relacionam) por que é uma relação que não só passa por diferentes núcleos de saber e prática, mas que se relaciona de forma profunda entre os diferentes saberes, seus agentes e suas práticas:

Transdisciplinaridade é aqui entendida como uma visão aberta e dialógica que valoriza os “fragmentos disciplinares” dos vários especialistas que atuam cooperativamente visando ao entendimento do tema em questão e também leva em conta a intuição, o imaginário, a sensibilidade e o senso comum dos participantes leigos. Ela é a negação da tecnocracia, em favor de um conhecimento voltado para a solução dos problemas (GOMEZ; MINAYO, 2006, p. 2).

A pesquisa transdisciplinar envolve a integração dos saberes de forma dialógica, onde nenhum saber se sobrepõe ao outro, mas mantém uma interrelação contínua. Edgar Morin (2007) afirmou que a transdisciplinaridade é a passagem pela abertura de todas as disciplinas, onde as dimensões práticas, sociais e institucionais são consideradas tanto quanto as científicas (FREITAS et al., 1994). Paulo Freire é um dos precursores na problematização desse tema. O Diálogo de saberes é o encontro por meio de uma relação horizontal, do conhecimento científico, sistematizado, comprovado, aprendido formalmente, com o conhecimento popular adquirido por meio da experiência de vida nas diversas dimensões e expressões de sentido, identidade e visão de mundo (FREIRE, 2006).

2.4.3 Participação

O conceito de participação social, por sua vez, parte do princípio de que não há desenvolvimento sem participação (LEBEL, 2005). Além de reforçar o entrecruzamento de saberes proposto pela transdisciplinaridade, exige a integração de diversos segmentos sociais – a população afetada pelo problema, os gestores públicos, os políticos e os empresários – em

todas as etapas da investigação, desde a definição do problema até a intervenção (GOMEZ; MINAYO, 2006).

Conforme afirma Rattner (2009) é imprescindível a construção de novos paradigmas de desenvolvimento baseados na “cooperação e solidariedade, na distribuição equitativa do produto social e na reformulação do sistema político, superando os padrões autoritários, através da construção de um modelo participativo e de cogestão” para a comunhão de um saber ambiental (RATTNER, 2009). Este Saber ambiental é elaborado por um constante intercâmbio transdisciplinar, procurando integrar processos naturais e sociais diferenciados sem homogeneização que só pode ser criado através de um diálogo de saberes entre as mais diversas identidades culturais, práticas tradicionais e processos produtivos (LEFF, 2001).

Para a execução de projetos com participação ativa é preciso superar as formas mais usuais de participação, que se baseiam apenas pelas informações coletadas através de questionários ou outros meios. Para uma participação efetiva em um projeto de pesquisa ou de ação é preciso a formação de grupos heterogêneos e o estabelecimento de objetivos para melhorar a saúde e o ambiente dos territórios, trabalhando com os principais atores envolvidos, valorizando a troca de saberes (LEBEL, 2005).

Os processos participativos são fundamentais por proporcionar uma compreensão da realidade mais abrangente através de investigações mais precisas e democráticas que geram ações de transformação e permitem melhores tomadas de decisão.

2.4.4 Sustentabilidade

Conforme já abordado no início, é preciso considerar o conceito de desenvolvimento sustentável com a sustentabilidade social, pois é imprescindível obter desenvolvimento sem levar em conta a saúde e o bem viver dos ecossistemas e das populações atuais e futuras. A abordagem ecossistêmica compreende que proteger e cuidar do meio ambiente é requisito para a saúde das pessoas e é através de estratégias de pesquisa e ação, sempre de forma compartilhada entre atores sociais, gestores, pesquisadores e demais sujeitos suscetíveis ao envolvimento; que podem ser promovidas transformações efetivas para melhoria da vida (LEBEL, 2005; CHARRON, 2012).

2.4.5 Equidade e Gênero

A equidade e o gênero são duas dimensões que precisam ser sempre consideradas na abordagem ecossistêmica para proporcionar um equilíbrio diante de quadros de desigualdade instalados nos territórios, como as questões referente às mulheres e ao racismo ambiental, esse último compreendido, no Brasil, como muito além de uma questão apenas racial, mas também social (PACHECO et al., 2009).

O conceito de equidade social e de gênero, reflete a ideia de que as pesquisas não se inscrevem em espaços neutros, mas sim em comunidades que comportam indivíduos e grupos sociais diversos, cujas vidas encontram-se estruturadas por fatores sociais e econômicos, idade, posição social, questões étnicas, questões de gênero, entre outros (LEBEL, 2005; CHARRON, 2014).

Nesse contexto, estratégias de análise que relevem tais fatores não só desempenham um papel crítico na compreensão do impacto das mudanças nos ecossistemas sobre grupos sociais específicos, como também asseguram a validade científica da investigação (FORGET; LEBEL, 2001).

Dentro de dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais, as mulheres são afetadas de forma particular, já que o sistema capitalista coexiste com o sistema patriarcal, configurando opressões, desigualdades e iniquidades que se relacionam de forma complexa e interligada. Uma concepção que embasa esses dois sistemas de poder e que, por conseguinte, norteia o modelo de desenvolvimento hegemônico aqui questionado, é a da separação entre o ser humano e a natureza, que possibilita considerar a natureza como algo a ser dominado. A abordagem ecossistêmica em saúde reconhece que o gênero tem reflexo importante na relação saúde-doença-atenção, devido às dinâmicas que afetam diferentemente homens e mulheres (LEBEL, 2005).

Quando se assume o caminho da dominação da natureza ao mesmo tempo, admite-se a dominação das mulheres e povos tradicionais, pois do ponto de vista patriarcal essa é uma dimensão da natureza, e o sistema capitalista teve nessa ideologia uma base fundamental para construir a divisão sexual do trabalho.

Nesse sentido, as injustiças ambientais vividas pelas mulheres em territórios com problemas socioambientais são resultantes de formas simultâneas de opressão de classe, divisão sexual do trabalho, diferenças no acesso a recursos, gênero e raça, o que evidencia que a luta socioambiental deve ser também contra o racismo e o machismo. Incluir a discussão de gênero no desenvolvimento de estudos ecossistêmicos, tanto no âmbito da composição da equipe de trabalho como nas questões a serem investigadas, significa o fortalecimento para a saúde pública, pois ao identificar como o problema afeta diferentemente homens e mulheres,

incluir indicadores de gênero e saúde, identificar conhecimentos, experiências, práticas, específicos de homens e mulheres, estará também promovendo a diminuição da iniquidade (ARENAS et al., 2016).

2.4.6 Conhecimento para a ação – uma vigilância em saúde participativa e transformadora

A construção do conhecimento para a ação e tomada de decisão é um pilar que perpassa toda a constituição da abordagem utilizando diálogo entre diferentes campos científicos e não científicos que ultrapassa fronteiras disciplinares para construção de novos saberes, metodologias e ações (WEIHS; MERTENS, 2013).

A partir dos pilares fundantes do enfoque da AES, Lebel (2005) reconhece as melhorias no manejo do ambiente que se refletem na saúde dos territórios. O enfoque ecossistêmico para a saúde humana apresenta muitos desafios, pois atravessa as fronteiras tradicionais da investigação reconhecendo que todos os elementos dos ecossistemas influenciam e são influenciados reciprocamente visando o que for melhor para a maioria da população. Neste sentido, a incorporação dessa abordagem nas ações de vigilância em saúde, no âmbito local, deve ser buscada por todos os envolvidos com os problemas existentes nos territórios onde vivem as pessoas.

A Vigilância em Saúde mais articulada entre as vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental e do trabalhador com os ambientes e territórios vivos, tem sido um desafio e deve ser entendida para além de aspectos técnicos de apresentar as análises de situação de saúde que explicam os problemas a partir dos condicionantes biológicos, mas incluir os condicionantes comportamentais e de modo de vida e as influências negativas decorrentes dos processos produtivos existentes nos territórios onde vivem e trabalham as pessoas.

Uma proposta que se aproximaria mais ao conceito da AES é da vigilância popular da saúde, por se colocar na perspectiva participativa e transformadora considerando a voz dos sujeitos sociais e sem limitar-se apenas a focar nas possíveis causas ou determinantes sociais da saúde, mas na definição social do processo saúde doença:

A Vigilância Popular da Saúde consiste em olhar e intervir junto ao Estado vulnerabilizador, promovendo ações relacionais dialógicas que provoquem momentos cuja intenção é ter um potencial libertador da opressão ideológica da civilização do capital (ALVES, 2013, p. 186).

A vigilância da saúde do trabalhador tem também uma proposta mais participativa e, apesar de não ser tão abrangente quanto a Vigilância Popular da Saúde, vem sendo cada vez mais difundida na Rede Nacional de Saúde do Trabalhador (RENAST) nos últimos anos. A

sua proposta considera que a ação de vigilância precisa ser construída em conjunto com os técnicos da saúde, trabalhadores e controle sociais, assim como todo planejamento da ação precisa ser elaborado de forma participativa e dialogada (MACHADO, 1997; MACHADO; PORTO, 2003).

Santos e Augusto (2011) trazem uma proposta de incorporação dessa abordagem para o âmbito local que inclui a compreensão sistêmica e uma visão ampliada das inter-relações entre as diversas situações de risco envolvidas na determinação multidimensional da dengue que poderá servir como eixo direcionador para uma gestão integrada das ações articuladas entre os diversos setores envolvidos (SANTOS; AUGUSTO, 2011).

Através da elaboração de diagnósticos e análise da situação ecossistêmica em saúde, em um dado contexto, poderá haver contribuição com estratégias de vigilância em saúde que possibilitarão o desenvolvimento de comunidades mais saudáveis, tendo como fundamental a participação social de suas representações sociais nos processos políticos de resistência e de promoção das políticas de desenvolvimento que se quer sustentável.

O grande desafio é a promoção de um desenvolvimento sensível aos ecossistemas e a vida que consiga subverter a lógica imposta pelo modelo capitalista hegemônico que apenas sugere a desaceleração do ritmo de destruição ecológica, seguindo uma dinâmica de mercado compensatória através de uma política que enxerga o ambiente como um custo a ser gerenciado.

Pensar o ambiente social como um território vivo, dinâmico, reflexo de processos políticos, históricos, econômicos, sociais e culturais, onde se materializa a vida humana e a sua relação com o universo é hoje um desafio para a ciência, que precisa ultrapassar os modelos de análise determinista.

No Brasil, a municipalização, foi uma estratégia de organização do Sistema Único de Saúde, propondo esse nível como o principal responsável pela saúde de sua população (BRASIL, 1990). O nível local é, por definição, o espaço onde vive o cidadão concretamente, e nele devem incidir as políticas sociais para fazer frente aos problemas decorrentes da reprodução social.

Betancourt, Mertens e Parra (2016), evidenciam como um princípio ético, a necessidade de aprofundar discussões sobre a realidade social com um alto nível de democratização e fortalecimento da autonomia dos indivíduos, coletivos e movimentos sociais. Apesar dos desafios de processos participativos na vida cotidiana, eles tornaram-se fundamentais na legitimidade de direitos, necessidades e transformações das condições de vida (BETANCOURT et al., 2016).

Boaventura de Sousa Santos, sociólogo Português, tem dado uma enorme contribuição para consolidar abordagens ecossistêmicas. Ele defende um caminho para a reinvenção da emancipação social, que precisa congrega universidades, movimentos sociais, organizações sociais e todos que lutam pela dignidade humana e por um mundo melhor, defendendo claramente uma epistemologia do Sul (SANTOS, 2007).

O movimento da Reforma Sanitária Brasileira, como campo teórico-prático de uma ampla política pública de seguridade social, repercute os ideais de uma saúde para todos, tendo como ponto de partida o conceito amplo de saúde e de sua determinação. Afirma que as práticas ecológicas urbanas podem tornar-se uma estratégia de ação ambiental, basicamente preventiva e participativa em nível local, que reconhece o direito do ser humano de viver em um ambiente saudável e adequado, e a ser informado sobre os riscos do ambiente em relação à saúde e bem-estar. Ao mesmo tempo, define responsabilidades e deveres em relação à proteção, conservação e recuperação do ambiente e da saúde e, sobretudo, desenvolve a educação ambiental através da ampliação da relação sociedade-natureza, da alimentação saudável e do estímulo aos hábitos saudáveis de vida.

2.5 Os meios de comunicação como instrumento ideológico do capitalismo: outra comunicação é possível

A comunicação está presente no mundo desde as primeiras comunidades humanas e é um tema que todo mundo entende e tem uma opinião formada, pois é um fenômeno intrinsecamente social. Mas, para ir além deste entendimento empírico comum a todos é necessário utilizar a comunicação como objeto de estudo, o que nos permite compreender as suas inter-relações com outros setores e áreas da atividade humana como a saúde coletiva (ARAÚJO, 2007).

Para a saúde é preciso ver a comunicação além do seu aspecto instrumental, mas entendê-la como um processo social. A comunicação está no processo de determinação social da saúde, pois ela impacta o direito à saúde, impacta todos os processos sociais, culturais e políticos relacionados com o bem-estar físico, mental e social. Ela está na base da possibilidade de fortalecimento ou enfraquecimento do capital social das pessoas e grupos pois pode oferecer ampliação do debate público sobre as necessidades de saúde, criando canais de expressão para que este debate reflita de fato os diversos interesses da sociedade, sobretudo de suas parcelas mais afetadas pelas iniquidades em saúde e vozes e discursos silenciados.

A etimologia do termo comunicação vem do latim *communicatio*, cuja raiz *munis*, significa “estar carregado de”, o sufixo *co*, significa reunião, simultâneo e o *tio*, expressa a ideia de atividade, movimento. Dessa forma comunicação é um produto do encontro social, pois se refere ao processo de compartilhar o mesmo objeto de consciência e suas relações. A comunicação é, portanto, uma relação que os indivíduos estabelecem dentro de uma comunidade com o objetivo de obter um entendimento recíproco (HOHLFELDT, 2001).

Assim, não há possibilidade de ordenamento simbólico ou de organização social sem a interferência da comunicação. Ou seja, o conceito ‘comunicação’ se refere, na verdade, ao próprio espaço simbólico (espontâneo ou organizado; natural ou artificial) no qual se dá a interação psicológica, social e de poder entre sujeitos, agentes, atores e autores sociais.

A comunicação como uma matriz estratégica para funcionamento dos campos sociais, seja nas relações entre eles e também nos modos com que cada campo se constitui e funciona, tem se configurado como objeto de interesse da ciência, tanto como uma categoria explicativa da práxis nos planos das redes *socio-técnico-institucionais*, quanto como uma dimensão levada em conta dentro desses ‘espaços’ (FAUSTO-NETO, 1995).

Considera-se adequado compreender comunicação como um processo dialógico, onde não existem sujeitos passivos, isto é, a comunicação implica reciprocidade entre os sujeitos interlocutores, onde “a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito, da mesma forma que o ato educativo não é transferência de saber, é construção de sentidos, onde os dois sujeitos são ativos no processo. Como afirma Paulo Freire (2006, p. 69): “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” em uma prática libertária.

As relações presentes em uma sociedade vão além de sua estrutura econômica, dos conflitos sociais, encontros políticos e nas relações de poder, as lutas também ocorrem no campo simbólico, através do reconhecimento e legitimação dos arcabouços teóricos e dos discursos normativos, no processo de construção de conhecimento, nos conflitos ideológicos e culturais, nas disputas por hegemonia.

As instituições são formadas a partir de tensões de diferentes ideias e ideais existentes na sociedade que têm como função garantir sua reprodução social e continuidade, numa sociedade capitalista os meios de comunicação também seguem a lógica capitalista e transformam a comunicação em mercadoria, para conseguir alcançar seu objetivo maior: o lucro.

Para os autores dos estudos culturais, como Stuart Hall, a comunicação moderna deve ser conceituada dentro das estruturas e práticas sociais como aparelhos ideológicos de Estado e não apenas como entretenimento e por isso os meios de comunicação de massa ou *mass media* (rádio, cinema, publicidade, televisão, entre outros) ocupam lugar estratégico e imprescindível para a reprodução da sociedade (ESCOSTEGUY, 2001). Os estudos dos meios de comunicação realizados através da perspectiva dos estudos culturais passaram da análise da cobertura jornalística para a investigação dos consumos mediáticos ou estudos de recepção dos meios para confrontar as posições assumidas pelo receptor e as leituras ideológicas construídas a partir da análise dos media.

Na medida em que as sociedades se tornaram complexas em sua organização econômica e política, a valorização do potencial da comunicação foi concentrada nos meios pelos quais ela poderia ocorrer de forma mais dinâmica, rápida, atingindo sempre o maior número possível de pessoas. A invenção de meios de comunicação que impulsionaram e dinamizaram a economia e a política passou a ser prioridade, em detrimento dos atores envolvidos, da relação que era estabelecida entre eles e da aproximação ou distanciamento gerado. Os meios de comunicação se “transformam em grandes conglomerados” e tentam transparecer uma atitude neutra, natural, “sem interesses” próprios (GUARESCHI, 2013). Percebe-se com a instituição do capitalismo liberal no mundo e, sobretudo no Brasil, os meios de comunicação cada vez mais se direcionando como “produtores de notícia” sobre o que lhes interessam, ou seja, aquilo que garante lucro às empresas midiáticas.

Para Guareschi (2007) os órgãos de comunicação se assemelham a uma espécie de partido político que atuam em benefício dos seus próprios interesses e se autoproclamam representantes do povo. A definição inclusive da programação está em função desses interesses, o que deve ser pautado, dito e o que deve ser silenciado, ocultado:

Quando há apenas alguns que falam e podem dizer sua palavra, com conseqüente silenciamento da maioria da população, corremos o risco de acabarmos tendo uma massificação generalizada da sociedade [...]. As pessoas, em uma sociedade assim, podem se transformar em peças manipuladas, robôs dirigidos de fora, executores de tarefas (GUARESCHI, 2007, p. 81).

Os meios de comunicação de massa ou *mass media* podem contribuir no processo de democratização da comunicação quando permitem a diversidade e pluralidade de vozes, opiniões, sujeitos, discursos. A comunicação junto com a educação pode colaborar para uma sociedade mais justa e consciente, mas para isso acontecer é preciso superar diversos problemas que afetam a grande mídia como a concentração dos meios em poucas empresas,

violação de direitos humanos, comercialização da informação e acesso desigual à comunicação.

O desafio está em ultrapassar barreiras históricas que habitam os grandes meios como a manipulação da informação de acordo com interesses particulares e trazer a expressão dos grupos sociais, incentivo e apoio a espaços públicos (TVs e rádios comunitárias, internet aberta, etc.) e uma regulação dos meios através da participação social.

O direito à comunicação significa mais do que a liberdade de expressão e o direito à informação, é direito de todas as pessoas ter acesso aos meios de produção e veiculação de informação, possuir condições técnicas e materiais para ouvirem e serem ouvidas, construir o conhecimento necessário para estabelecer uma relação autônoma e independente frente aos meios de comunicação (GOMES, 2007; MURTINHO, 2012; PERUZZO, 2009).

O artigo 233 da Constituição Brasileira de 1988 estabelece “princípio de complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”, mas as empresas privadas representam 90% dos meios existentes e são distribuídos em torno de 10 famílias, que as preservam como oligarquias, onde o que prevalece são os interesses privados de uma minoria rica em detrimento do bem comum (GUARESCHI, 2013).

Em estudo anterior foi investigado como a mídia impressa em Pernambuco aborda as questões ambientais e que efeitos geram diante da repercussão da reestruturação do polo industrial de Suape. Identificou-se que há uma ideologia desenvolvimentista que sustenta o crescimento econômico sem um olhar crítico e social frente às transformações no território da RNEST, inexistente preocupação relacionada aos impactos socioambientais, predomina otimismo exacerbado em relação às novas indústrias, assim como não há pluralidade de vozes no discurso hegemônico, ou seja, as vozes do território não aparecem, estão ocultadas e silenciadas pelo discurso capitalista, que é apresentado como o discurso oficial. Nenhuma matéria abordou os impactos socioambientais na perspectiva do ambiente como parte da determinação social da saúde (SANTOS, 2011).

Ao ampliar essa relação agregando a população, os anunciantes, políticos e demais sujeitos sociais apresenta-se um mercado simbólico de disputa de poder, sendo que a distribuição desse poder acaba não sendo democrática, ferindo a liberdade de expressão e do direito à comunicação, sendo esse último um dos pilares centrais de uma sociedade democrática. Assumir a comunicação como um direito humano significa reconhecer o direito de todas as pessoas de ter voz, de se expressar. Significa reconhecer a comunicação como um direito universal e indissociável de todos os outros direitos fundamentais.

A comunicação como direito humano vem erguendo sua afirmação na história, na medida em que ganha credibilidade e legitimidade de grupos cada vez mais amplos e diversos; sua fundamentação enquanto conceito, provocando debates epistemológicos e políticos; buscando assim a ambiência da positivação. E tudo isso, não se pode olvidar, acontece sob a égide da disputa (GOMES, 2007, p. 145).

O direito à comunicação é mais do que a liberdade de expressão e o direito à informação: é o direito de todas as pessoas de ter acesso aos meios de produção e veiculação de informação, de possuir condições técnicas e materiais para ouvir e ser ouvida, de ter o conhecimento necessário para estabelecer uma relação autônoma e independente frente aos meios de comunicação:

A outra (utopia), denominada aqui de *direito humano à comunicação*, é uma utopia emergente da comunicação. Ela tem como princípio e valor a unidade dialética entre a dimensão humanista e a dimensão instrumental da comunicação. A sua proposta tem como base conceitual a comunicação dialógica de Paulo Freire, não bancária e extensionista; a compreensão da comunicação como um novo direito humano, mais além das liberdades de pensamento, expressão e informação, defendida por Jean D'Arcy; a teoria do rádio de Bertolt Brecht, em diálogo com a teoria marxista das mídias de Enzensberger. Não é um ideal em objeção aos avanços tecnológicos, mas ao poderio das máquinas de comunicação como determinantes sociais. A utopia emergente do direito humano à comunicação enxerga as mídias como um instrumento para a realização da comunicação e não o contrário, a comunicação como instrumento, tendo o seu exercício dependente das engenharias tecnológicas (GOMES, 2007, p. 144).

Portanto, a participação ativa e com uma consciência sanitária dos sujeitos sociais nos processos de gestão da saúde pública é essencial, pois a sociedade dispõe de um conjunto de saberes que alguns se apropriam mais do que os outros, e nesse caso, como nos fala Paim (2007, p.46): “insere-se a questão da mídia, dos meios de comunicação, das formas de viabilizar a transmissão, a apropriação, a difusão, a socialização de determinadas representações da sociedade e da vida”; Torna-se imprescindível a democratização da comunicação e da informação para a comunidade quanto aos perigos socioambientais, grupos vulneráveis, princípio da precaução, a legislação para a constituição de sujeitos capazes de produzir fatos, definir e implementar políticas.

As mediações que participam nos processos de percepção dos riscos socioambientais é que podem auxiliar no *empoderamento* dos atores sociais envolvidos e/ou atingidos pelos processos produtivos industriais e reverter estas preocupações em ações de promoção, proteção e cuidado da saúde. A promoção da saúde e da sustentabilidade socioambiental dever ser pautada numa nova forma de ciência ética e sensível, bem como em novas práticas institucionais, técnico-científicas e sociais, que reconheçam a complexidade dos problemas e busquem estratégias amplas, integradas e participativas para enfrentá-los.

Atualmente, muito se discute sobre o advento da internet e a incorporação dessa tecnologia nas atividades de vida diária. Esta protagoniza movimentos profundos de

construção e reconstrução das relações sociais e políticas em níveis local e global. Nas últimas duas décadas, é inquestionável a emergência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TCI) que vem ora auxiliando o capitalismo globalizado, ora vem possibilitando formas mais horizontais e autônomas de se comunicar, conforme apontado por Rego (2014), com a ampliação das mídias sociais ampliaram-se a dimensões de forma inovadora no exercício da cidadania, a partir da criação de plataformas de interação em tempo real em todo o planeta (REGO, 2014).

Santos et al. (2014) atenta para o caráter distributivo e interativo das tecnologias interativas, configuradas em rede. Em um sistema distributivo os elementos intermediários não são necessários e por isso não existem. Dessa forma, todo elemento que se encontra inserido em rede acessa qualquer outro. “É um sistema onde há a possibilidade de comunicação generalizada, e onde os centros e subcentros perdem o papel de intermediação e em um dado momento deixam de existir” (SANTOS et al., 2014).

Estas tecnologias de comunicação se configuram enquanto dispositivos capazes de oferecer abertura para a veiculação direta de informação e participação ativa de diferentes sujeitos na construção coletiva do conhecimento. Além disso, no âmbito político, as tecnologias interativas se consolidam como elementos favoráveis à regulação popular de políticas públicas implementadas através de decisões tomadas pelos representantes eleitos.

Tal fato aproxima a sociedade civil das discussões gestoras e aumenta significativamente seu protagonismo no processo de construção social e produção de sentido, cujo conceito podemos introduzir brevemente como um processo de negociação continuada de identidades sociais, que envolve atividade cognitiva desenvolvida pela articulação dos contextos cultural e social no tempo histórico e vivido. Posicionando-se através de uma rede de relações para dar sentido ao mundo e diante dos acontecimentos, se colocando como sujeito histórico em um universo polissêmico, tanto no âmbito individual como no coletivo (SPINK, 2004).

Mas ainda assim, a comunicação, especialmente no Brasil que resiste em fazer uma reforma nos mecanismos para sua regulação, precisa ser reconhecida como algo inerente ao humano, para que as pessoas tenham o direito de se expressar, entendendo como universal e indissociável de todos os outros direitos fundamentais e que instrumentam a compreensão dos processos de determinação social e suas mediações.

Ela deveria ampliar o debate público sobre as necessidades de vida, incluindo a saúde, sobretudo nas parcelas populacionais mais afetadas pelas iniquidades em saúde e pode ser chave na superação de respostas fragmentadas de modo a fortalecer a integralidade do

cuidado e a intersetorialidade das ações de saúde (CONFERÊNCIA REGIONAL DOS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE, 2013).

Dessa forma, a comunicação moderna não pode ser conceituada como externa ao campo das estruturas e práticas sociais porque ela é, de forma crescente, constitutiva interna delas. Hoje as instituições e relações de comunicação definem e constroem o social e ajudam a constituir o político mediando as relações econômicas produtivas nos modernos sistemas industriais.

2.5.1 Cidadania em contexto global: atuação do ciberativismo socioambiental

Nas últimas duas décadas o advento da internet e a sua incorporação nas atividades diárias, representou mudanças profundas no modo de construção e reconstrução das relações sociais e políticas nos níveis local e global. Diferentes autores reconhecem o esboço de novas estruturas no âmbito da cidadania digital e das redes sociais, redes de redes, capazes de conferir dimensões ampliadas e inovadoras ao exercício da cidadania a partir da criação de plataformas de interação em tempo real entre utilizadores das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em todo o mundo (CASTELLS; CARDOSO, 2005; LÉVY, 2009; PERUZZO, 2010; REGO, 2014).

A inserção das práticas cotidianas no universo das TIC configura novas sociabilidades, relacionamentos e valores culturais, mesmo que ainda se observe grandes contingentes populacionais com dificuldades no acesso a essas tecnologias, é crescente a demanda por serviços online.

Atuando dentro desse novo espaço (ciberespaço) e de um novo paradigma (rede), a sociedade civil organizada, em suas diversas formas, promove novos tipos de ações coletivas, gerando novas formas de ativismo e de empoderamento por meio de articulações em rede e participação política (e-participação). Scherer-Warren (2006) destaca que o surgimento de um novo formato de organização dos movimentos da sociedade civil: as redes de movimentos sociais, que mediante uma articulação globalizada e viabilizada pelos meios virtuais de comunicação, tem cada vez mais se tornado complexa e diversa, ao mesmo tempo em que consegue instituir diálogos e parcerias entre sociedade civil e o Estado (SCHERER-WARREN, 2006).

O que se constata é que a comunicação e a troca de informações deixam de ser unidirecionais e hierárquicas, de cima para baixo, e tornam-se multidirecionais, transitando por diversos sentidos e caminhos. Isso altera não apenas a forma de fazer política, mas

também a maneira como a sociedade se relaciona e produz novos processos de bens materiais e imateriais; exercendo influência direta nos sistemas políticos, ao possibilitar novas formas de atuação e ação; e produzindo novos valores sociais, culturais, econômicos ou políticos. As transformações não são apenas no modo de desenvolvimento das políticas institucionais, mas também na forma como outras arenas públicas têm sido ocupadas (ARAÚJO et al., 2015a; CASTELLS, 2015).

Peruzzo (2010) enfatiza que as pessoas buscam soluções para os seus problemas e recursos alternativos, organizando-se em grupos formais e informais ao redor de reivindicações e interesses coletivos, utilizando estratégias e tecnologias produtoras de espaços democráticos que possibilitem a politização da informação e a luta pela cidadania para suprir as necessidades dos indivíduos e da sociedade, além da garantia do direito humano à comunicação (PERUZZO, 2010).

A comunicação possibilita aprendizado, produção de conhecimento, troca de saberes, formas e expressões de vida e torna os problemas visíveis, facilitando que mais atores e instituições se articulem para sua resolução e que os sujeitos das comunidades envolvidas no problema possam ter um papel ativo nos processos decisórios.

Nesse contexto, os movimentos ambientais são portadores de uma queixa histórica sobre o silenciamento por parte dos meios de comunicação sociais tradicionais em relação às suas causas, protestos e reivindicações. Autores reconhecem estes meios de comunicação tendem a apresentar pontos de vista pouco heterogêneos e que priorizaram os seus financiadores (anunciantes privados e estatais), em detrimento da diversidade de sujeitos e pontos de vista que compõem a sociedade (GUARESCHI, 2013; PERUZZO, 2010).

Nos anos 1990, com o avanço tecnológico e o surgimento da internet, modificou-se drasticamente a forma de interação social, influenciando novas dinâmicas no campo político, econômico e simbólico, levando a movimentos profundos de construção e reconstrução das relações sociais e políticas, local e globalmente.

A comunicação e a troca de informações deixam de ser unidirecionais e hierárquicas, de cima para baixo, e tornam-se multidirecionais, transitando por diversos sentidos e caminhos. Isso altera não apenas a forma de fazer política, mas também a própria sociedade que se apropria da internet transformando-a em um novo espaço estratégico de comunicação e disputa simbólica, pois devido às suas características técnicas, permite que as organizações da sociedade civil desenvolvam estratégias de visibilidade que ampliem sua capacidade de articulação, organização e mobilização política (CASTELLS, 2015).

Com as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), o espaço virtual

tem sido estratégico para manifestações, compartilhamento de lutas, causas, protestos e para mobilização da opinião pública. Isso representa uma nova forma de participação democrática influenciada pela velocidade na transmissão das informações, pela interatividade e pela arquitetura de comunicação horizontal organizada em rede que influencia os sistemas políticos, ao possibilitar novas formas de atuação e ação de atores políticos nas arenas públicas (ARAÚJO et al., 2015).

O ciberativismo se confunde com o próprio desenvolvimento da rede mundial de computadores e influenciou decisivamente grande parte da dinâmica e das definições sobre os principais protocolos de comunicação utilizados na conformação da Internet (SILVEIRA, 2010).

O marco inicial do ciberativismo foram as revoltas Zapatistas em 1994, no sul do México, que representaram uma verdadeira “revolução das revoluções”, por terem sido inspiração para uma nova forma de resistência em que a comunicação e a prática midiáticas têm papéis centrais. Os protestos anticapitalistas, que culminaram midiaticamente na Batalha de Seattle em 1999, são compreendidos como sendo o desenvolvimento do ciberativismo porque constituiu-se em manifestações contra as políticas neoliberais globalizantes, que ocorreram durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), cujos protestos ganharam repercussão midiática e marcaram a emergência do movimento antiglobalização enquanto um ator mundial (BRINGEL; MUÑOZ, 2010).

Segundo Ugarte (2008), o ciberativismo está baseado em três vias: discurso, ferramentas e visibilidade. O discurso compreende uma forma de “*hacking social*”, que parte da possibilidade de mudança do mundo e do empoderamento das pessoas, criando uma identidade que permite a união de desconhecidos. Em relação às ferramentas, traz consigo o legado da cultura hacker do “faça você mesmo” e está ligado ao desenvolvimento de instrumentos que permitam as ações. Por último, a visibilidade é apontada enquanto o fim do ciberativismo, significando reconhecimento entre os ciberativistas e também visibilidade do coletivo na sociedade.

Na revisão do conceito de ciberativismo, Araújo e Freitas (2012) consideram tanto sua polissemia quanto as diferentes perspectivas teóricas e o define como:

O conjunto de práticas realizadas em redes cibernéticas, com o objetivo de ampliar os significados sociais por meio da circulação na rede de discursos e de ferramentas capazes de colaborar na defesa de causas específicas. Trata-se de uma nova cultura de ligação com os assuntos de uma cidadania em contexto global (ARAÚJO; FREITAS, 2012, p. 114).

Alguns eventos recentes contribuem para se compreender sua importância,

principalmente a partir de 2011, onde um novo momento de lutas se abriu após a queda dos ditadores na Tunísia e no Egito, que se deu porque revoltas contra regimes ditadores se espalharam pelo norte da África e pelo Oriente Médio. Na Europa, “Os Indignados” ocuparam as praças centrais de Barcelona e Madrid, na Espanha. Outras ocupações e revoltas surgiram na Grécia, em outros países da Europa e nos Estados Unidos (Occupy Wall Street).

Em junho de 2013, foi a vez do Brasil, onde milhares de pessoas foram às ruas protestar contra o aumento das passagens de ônibus. Em todas estas mobilizações, as NTICs, as redes sociais digitais, bem como outros espaços de comunicação na internet, tiveram papel importante. Embora cada uma destas lutas se dê em contextos e por motivos muito diferentes, é possível estabelecer similitudes entre elas no que tange a forma de se fazer política utilizando as novas tecnologias (ALCÂNTARA, 2015). Segundo Castells (2005) as práticas ativistas no ciberespaço criam um novo sujeito coletivo, mais complexo, capaz de produzir ações que podem criar uma nova dinâmica nas estruturas de poder e democratizar as políticas públicas, abrindo mais espaço para a atuação da sociedade civil.

Com as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), o espaço virtual tem sido estratégico para manifestações, compartilhamento de lutas, causas, protestos e para mobilização da opinião pública. Isso representa uma nova forma de participação democrática influenciada pela velocidade na transmissão das informações, pela interatividade e pela arquitetura de comunicação horizontal organizada em rede que influencia os sistemas políticos, ao possibilitar novas formas de atuação e ação de atores políticos nas arenas públicas (ARAÚJO et al., 2015).

Buscam-se estratégias nas quais a tecnologia possa contribuir para uma democracia direta, permitindo, assim, que o cidadão possa cobrar, fiscalizar, propor soluções para a melhoria de suas condições de vida (CASTELLS, 2003). Como exemplo, podemos citar a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), que se constitui como um movimento formado por ampla diversidade de atores sociais em todo Brasil (acadêmicos, movimento sindical, organizações não governamentais, pesquisadores, intelectuais, sociedade civil organizada) pela justiça ambiental e superação de dinâmicas discriminatórias que oprimem grupos populacionais específicos em prol de um crescimento econômico neoliberal, ou o Greenpeace, que tem uma atuação internacional, dentre tantos outros movimentos seja em escala local ou global e que tem utilizado as diversas plataformas da internet em prol de suas reivindicações (ACSELRAD, 2010).

Nesse âmbito, as tecnologias interativas se consolidam como elementos favoráveis à regulação popular de políticas públicas, elaboradas e executadas por meio de decisões

tomadas pelos representantes políticos eleitos. Tal fato aproxima a sociedade civil das ações de gestão e aumenta significativamente seu protagonismo no processo de construção social participativo (ARAÚJO et al., 2015a).

No contexto atual da sociedade conectada, o ciberativismo desponta como espaço de oportunidades para a cidadania global através de processos de democratização da comunicação e da articulação entre movimentos sociais locais para atuarem em temas globais.

Dentre as estratégias de enfrentamento dos processos de injustiça e vulnerabilização socioambiental, as novas TICs têm bastante relevância, pois possibilitam aprendizado, produção de conhecimento, troca de saberes, formas e expressões de vida, e tornam os problemas visíveis, facilitando que mais atores e instituições se articulem para a resolução problemas e alcance de objetivos em comum. Isso favorece que sujeitos e comunidades, antes excluídos dos processos de visibilidade social, possam ter um papel ativo de cidadania e dos nos processos decisórios. Esses caminhos alternativos, participativos, criativos e emancipatórios conduzem à luta contra hegemônica, em favor de uma sociedade democrática mais justa e igualitária. Como nas palavras de Castells (2003, p.10), “apropriando-a, modificando-a e experimentando-a”, buscando, nessas novas possibilidades de comunicação, maior visibilidade, mediante o reconhecimento público, no sentido de mobilizar os cidadãos direta ou indiretamente envolvidos com determinado problema e que compartilham os mesmos objetivos e ideais, promovendo assim o sentimento de coletivização de forma dialógica, libertadora e educativa, em busca da preservação do direito humano à comunicação em situações de potenciais danos ao ambiente e à saúde.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Compreender os processos de vulneração, conflitos e injustiças ambientais e suas implicações na determinação social da saúde nos territórios afetados de Suape/Pernambuco – Brasil

3.2 Objetivos Específicos

- a) Mapear os conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde nesse território;
- b) Caracterizar as redes sociais que atuam no enfrentamento dos processos de vulneração e compreender as suas relações para efetivação de políticas públicas e estratégias de ação em saúde nesse território;
- c) Analisar a percepção dos sujeitos afetados quanto aos aspectos dos conflitos, injustiça ambiental e vulneração do ambiente e da saúde;
- d) Desenvolver um documentário como instrumento de comunicação social para auxiliar o empoderamento das comunidades.

4 MÉTODO

A pesquisa desenvolveu-se na perspectiva da ciência cidadã por incorporar ao estudo científico diferentes formas de saberes e construção de agendas coletivas junto e com os movimentos socioambientais do contexto de estudo, voltado para os interesses dos grupos vulnerabilizados pelos empreendimentos em territórios de vida e trabalho (PORTO; MILANEZ, 2009). Será apresentada a seguir toda a trajetória metodológica do processo de pesquisa, detalhando as fases e estratégias escolhidas durante a investigação. Começa introduzindo as principais características tipológica de estudo, seguido com o enfoque teórico metodológico que orientou a tese, a abordagem metodológica para grande parte da análise dos dados, em seguida é apresentada o período, território e população de estudo.

No item 5.4 é explicado o caminho percorrido em cada um dos objetivos da tese, trazendo as fontes utilizadas, técnicas de coleta e análise. Ao final, são apresentados os procedimentos éticos.

4.1 Delineamento do Estudo

Trata-se de um estudo de caso, qualitativo, seguindo princípios da abordagem ecossistêmica em saúde e da triangulação de métodos.

A pesquisa qualitativa pretende desvelar processos sociais que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a grupos particulares, com a finalidade de proporcionar a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referente ao fenômeno estudado para que a observação e a análise possam ser efetuadas de maneira a contar com as controvérsias naturais ao estudo (MINAYO, 2010a).

Estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que proporciona uma visão global do problema e os fatores que o influenciam por meio de estudo profundo e exaustivo que utiliza-se de várias técnicas complementares para obtenção dos dados (GIL, 2009).

A ideia de articular aspectos quantitativos e qualitativos vislumbrou possibilitar uma abrangência macro e micro de forma dialética, tanto para construção de um diagnóstico que tente alcançar uma amplitude maior como compreender aspectos subjetivos sobre valores, crenças e representações de forma complementar e participativa.

Na investigação social a relação entre o sujeito investigador e o sujeito investigado busca uma maior proximidade com o objeto de estudo. Segundo Minayo (2008), para aproximar o investigador da construção da realidade investigada é preciso ter um bom

instrumental teórico e metodológico que possibilite a compreensão da riqueza dos significados investigados (MINAYO, 2010b).

Diante da complexidade dos problemas que eclodiram em Suape que começaram a ser desvelados no processo de investigação, optou-se por seguir caminhos diversos. Em alguns momentos esse processo foi desenvolvido mais próximo do território construindo com os sujeitos estratégias investigativas que possibilitassem a compreensão dos problemas de forma mais articulada e participativa ao mesmo tempo em que se apontava ações resolutivas para alguns desses problemas/questões, noutros momentos a pesquisa tomou certa distância do território e a busca se deu de forma mais indireta, apesar de sempre buscar a maior diversidade de fontes possíveis.

Além disso, o referencial teórico-prático e histórico do campo no qual o estudo está inserido, o da saúde coletiva, especialmente na temática da saúde ambiental, tem sido legitimado nos últimos anos, em diversos países no mundo, especialmente no Brasil, por serem desenvolvidos em uma perspectiva mais crítica e próxima dos movimentos sociais e serviços de saúde, ou seja, redefinições do fazer científico para abarcar uma maior compreensão da complexidade dos fatores que influenciam e interagem entre si na determinação da saúde e conseqüentemente contribuir de forma mais ativa para o empoderamento social e na elaboração de políticas de saúde (CHARRON, 2012; THIOLENT; SILVA, 2007).

4.1.1 Abordagem Ecológica em Saúde e Pesquisa-Ação

A partir dos problemas levantados no decorrer da pesquisa, constatou-se que outras contribuições poderiam ser desenvolvidas concomitantemente ao processo investigativo, sobretudo após o background adquirido nas visitas de campo iniciais e em estudos anteriores a este. Dessa forma, optou-se por seguir os princípios da Abordagem Ecológica em Saúde (AES) cujo enfoque objetiva a compreensão integrada da saúde humana, não se limitando à análise de variáveis isoladas, mas levando em consideração relações entre os condicionantes que compõem a determinação do processo saúde-doença (CHARRON, 2012; WEIHS; MERTENS, 2013).

A AES Considera fundamental para a investigação e ação a identificação das relações entre as condições de saúde e seus processos de determinação social, cultural, ambiental, econômico nos ecossistemas modificados pela intervenção humana. A investigação não fica restrita a validação interna do estudo, a análise vai levar em consideração o contexto em uma

perspectiva dialógica. Neste caso se introduz o discurso dos sujeitos que vivem e trabalham no local do estudo, como sujeitos de saber, construindo um diálogo que traz para a pesquisa a necessidade de sempre revisar seus pressupostos, que foram trabalhados em uma perspectiva pré-modelizante, requerendo ser revistos a luz da realidade, que não estão disponíveis no início da investigação (AUGUSTO et al., 2005; CHARRON, 2012; LEBEL, 2005; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2009).

A abordagem ecossistêmica em saúde propõe estudar e promover transformações e sua prática deve ser problematizadora compreendendo desde questões de saúde humana de forma transdisciplinar, participativa e com equidade, segundo Lebel (2005, p.10, grifo nosso):

A **transdisciplinaridade** que envolve uma visão ampla de problemas de saúde relacionados com o ecossistema. Isso requer a participação plena de todos os três grupos e valida a sua inclusão completa. A **participação** que visa alcançar um consenso e cooperação, não só dentro da comunidade de cientistas e tomadores de decisão, mas também entre eles. E a **equidade** que compreende a análise dos respectivos papéis de homens e mulheres e de diferentes grupos sociais. A avaliação do gênero reconhece que homens e mulheres têm diferentes responsabilidades e diferentes graus de influência nas decisões.

Essa perspectiva metodológica, possibilita estudos de maior completude e intervenções participativas para a resolução/intervenção de problemas socioambientais, ao reconhecer a interação entre os diferentes componentes do ecossistema e focar na promoção da saúde humana, ao mesmo tempo que incentiva a aproximação da sociedade com os tomadores de decisão e de políticas sociais, como na de saúde. A questão de gênero é fundamental para a nova práxis. No campo da Medicina Social Latino Americana, que tem como expoentes Jaime Breilh (2008) e Juan Samaja (2000), essa perspectiva vem sendo colocada desde a década de 70. Por esta razão são autores que dão suporte a esta abordagem.

É possível serem feitas diversos caminhos a partir dos pilares aqui propostos. Charron (2012), por exemplo, reconhece a similaridade com a perspectiva da pesquisa-ação, para a promoção da saúde humana e de ambientes saudáveis (CHARRON, 2012; MINAYO, 2010b; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2009).

Na AES a pesquisa-ação é considerada como um de seus pilares fundantes. Para tal, é necessário aumentar o nível de conhecimento dos pesquisadores e grupos participantes representativos do processo problematizando as questões abordadas, que pode se dar por diferentes níveis e formatos (THIOLLENT; SILVA, 2007).

Segundo Thiollent (1994), pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 1994).

Para ter uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão e ampliar o diálogo entre áreas distintas do conhecimento foram adotados múltiplos métodos para a coleta e análise de dados (MINAYO, 2010b; SOUZA; ZIONI, 2003).

A adesão da pesquisa-ação no presente estudo foi no intuito de dar conta de alguns dos seus objetivos, que foram sendo construídos durante o processo investigativo e observação participante em grupos institucionais e governamentais que tinham no seu escopo de atuação, desenvolver atividades voltadas para os grupos populacionais de Suape.

Os desafios contemporâneos nos processos de investigação necessitam de abertura para modelos que possibilitem o diálogo com campos distintos de forma interdisciplinar e a abordagem ecossistêmica em saúde tem se constituído como parte de um campo inovador para analisar de forma integradora os impactos multifatoriais e dinâmicos que afetam a saúde. Ao romper com a separação entre os seres humanos e os ecossistemas, essa abordagem possibilita responder a desafios de saúde pública persistentes (WEBB et al., 2010). Outro aspecto muito promissor e de relevância central que adotada na discussão, está relacionado ao fato de se tratar de uma abordagem de pesquisa e intervenção, envolve, portanto, não só a elaboração de novos conhecimentos sobre as interdependências entre saúde e ambiente, como também a busca de proposições de soluções para realidades concretas.

4.1.2 Discurso do Sujeito Coletivo

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é um método utilizado para analisar as representações sociais compreendendo suas duas dimensões - individual e coletiva - de forma articulada, pois propõe a construção de um único discurso a partir do discurso de muitos (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2010).

Identifica e descreve as representações sociais presentes em dada formação sociocultural em relação a um determinado tema, reunindo o semelhante e o diverso.

O método permite analisar pensamentos, ideias, opiniões, valores em uma escala coletiva, mediante seus discursos. Para tal é necessário a elaboração de perguntas abertas para um conjunto de indivíduos que tenha representatividade dessa e que possam se expressar livremente na produção do seu discurso. Se fossem questões fechadas, como um questionário, não seria possível o expressar subjetivo dos sujeitos (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

Considera-se, representação social como manifestações de pensamento e compreensão individuais, que são socialmente construídos e compartilhados em determinado contexto e momento histórico (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2014).

O método possibilita analisar a partir de figuras metodológicas - expressões-chave, ideias centrais e de ancoragem - extraídas de cada fonte e compor discursos-síntese na primeira pessoa do singular as opiniões semelhantes. Nessa perspectiva compreende-se que o pensamento de uma coletividade sobre determinada temática pode ser visto a partir de suas formações discursivas

Lefèvre e Levèvre (2010) criaram um software para ajudar na organização dos dados e análise: denominado de Qualiquantisoft. Trata-se de um software com o objetivo de facilitar a realização de pesquisas que utiliza a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo pois permite uma sensível agilização nas tarefas mecânicas da pesquisa e relacionar intimamente as dimensões qualitativa e quantitativa, associando pensamentos, crenças, valores, representações, às características dos portadores destas representações.

Os discursos dos sujeitos são trabalhados em cinco etapas: 1) organização das respostas de cada pergunta; 2) identificação de suas expressões-chave, ideias centrais e ancoragem; 3) analisar as figuras metodológicas que tenham afinidade/semelhança; 4) criação das categorias que as identificam e 5) construção do DSC.

As figuras metodológicas do DSC (o que são, pra servem, etc.) são a guia que orientam esse processo: As expressões Chave (ECH) são trechos selecionados do discurso de cada resposta que revelam a essência do seu conteúdo; Ideias Centrais (IC) - IC são as expressões linguística que descrevem de forma sintética os sentido/s presentes nos discursos analisados; A ancoragem (AC) é também um descritor sintético-para demarcar as ideologias, valores, crenças, presentes nas respostas individuais ou nas agrupadas, de forma genérica a enquadrar situações específicas.

O discurso do Sujeito Coletivo (DSC) – É um discurso-síntese, redigido em primeira pessoa do singular formado pelas expressões chave que tenham a mesma ideia central ou de ancoragem.

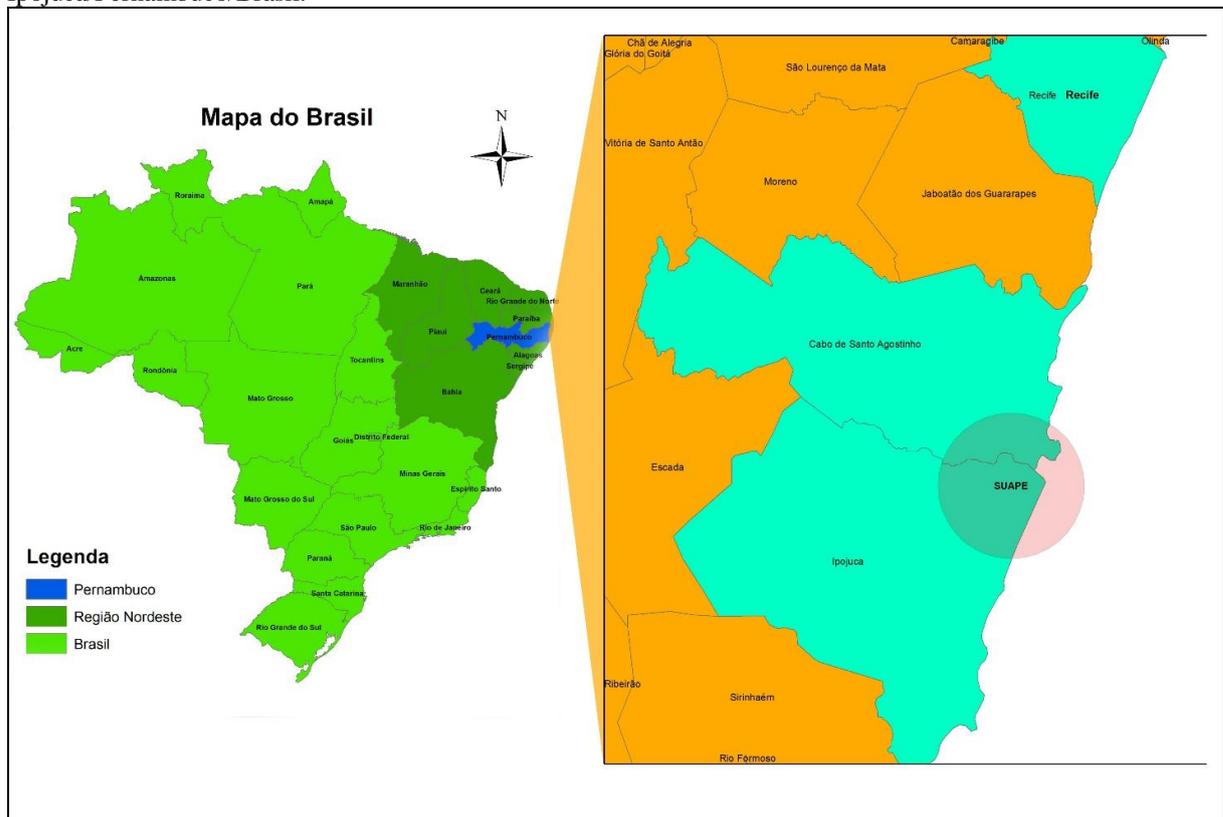
Essa metodologia permitiu analisar as representações sociais dos grupos populacionais do território de Suape sobre temas como conflitos, injustiças, saúde e ambiente por meio dos seus discursos.

4.2 Período e local do estudo

A pesquisa foi desenvolvida no período de maio de 2015 a março de 2017 nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, que conformam o Território Estratégico de SUAPE (TES), no estado de Pernambuco, Brasil.

O TES encontra-se interligado a mais de 160 portos presentes em todos os continentes, em estreita proximidade à capital pernambucana e apresenta forte centralidade em relação à região Nordeste. Compreende os municípios do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Ribeirão, Sirinhaém e Rio Formoso, sendo os municípios que sediam geograficamente o CIPS - Cabo e Ipojuca - os municípios de influência direta que vem sofrendo os maiores processos destrutivos e impactos no ambiente e na saúde decorrentes principalmente, das obras de diversos empreendimentos industriais do complexo (Figura 1). Esses dois municípios também, tem a maior população residente e trabalhadora envolvida no processo de modificação territorial decorrente das indústrias, e apresentam quantitativo relevante de comunidades tradicionais formadas por pescadores, campesinos e quilombolas.

FIGURA 01 - Mapa de localização do CIPS nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca/Pernambuco/Brasil.



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

4.3 População do Estudo

Os sujeitos incluídos no estudo foram compostos por algumas das redes sociais que se relacionam com CIPS a partir diferentes segmentos: população local, sociedade civil

organizada, controle social, meios de comunicação, instituições públicas e de ensino superior e pesquisa conforme descrito no quadro 01.

Os critérios de seleção foram instituídos a partir de cada segmento.

No caso das representações locais, a escolha se deu durante as visitas de campo em algumas das comunidades localizadas no entorno do CIPS. A observação participante das reuniões do Fórum Suape Espaço Socioambiental e das audiências públicas possibilitou identificar essas redes. Como critério de escolha, aquelas que mais estavam envolvidas em processos de reivindicação, crítica e de organização local

As comunidades identificadas foram: Engenho Algodoads, Engenho Tiriri, Engenho Massangana, Engenho Serraria, Vila de Suape, Engenho Boa Vista, Praia de Gaibu, Engenho Pirajá, Vila Claudete, Engenho Ilha, Engenho Jasmim, Engenho Mercês, Engenho Rosário, Engenho Setúbal, Engenho Trapiche, Engenho Utinga de Baixo, Engenho Utinga de Cima, Nova Tatuoca, Praia de Calhetas, Vila de Nazaré, Engenho Bitá, Colônia de Pescadores Z-8 da Praia de Gaibu, Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti, Dois Irmãos, Engenho Cedro, Engenho Garapu, Engenho Ilha dos Martins, Engenho Jurissaca, Ponte dos Carvalhos, Praia de Itapuama, Praia de Paraíso, Praia do Xaréu, Praia Enseada dos Corais, Ilha de Tatuoca, Engenho Tabatinga, Engenho Arendepe, Engenho Conceição Nova, Engenho Conceição Velha, Engenho Penderama, Córrego do Gato, Engenho Alagado-Pendarama, Engenho do Meio, Poeirinha. Barra de Jangada.

Quadro 01 - População do estudo distribuída por segmentos e tipo de representação quanto a sua inserção no território de Suape.

Segmento	Representação social no território
População local	Moradores de diversas comunidades (quilombolas, agricultores, pescadores, marisqueiras, trabalhadores de Suape, donas de casa, pequenos empresários locais)
Sociedade organizada	Sociedade civil organizada: Comunidade quilombola 11 Negras, associação de pescadores, associação de moradores de Maracaípe, associação de moradores de vila Socó/Salinas (Porto de Galinhas)
	Movimentos trabalhadores: Central Única dos Trabalhadores, Sindicato dos Petroleiros de Pernambuco, Força Sindical, Movimento 28 de abril de Pernambuco
	Movimentos sociais: Associação Pernambucana de Defesa da Natureza, Centro das Mulheres do Cabo e Fórum Suape Espaço Socioambiental
Controle social	Conselheiro municipal de saúde do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca
Instituições Governamentais e públicas	Administração de Suape, Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, Secretaria Municipal de Saúde de Ipojuca, Agência Estadual do Meio Ambiente, Ministério Público do Trabalho
Meios de comunicação	Comunicadores
Instituições de ensino superior e de pesquisa	Fundação Joaquim Nabuco/Ministério da Cultura, Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz PE, Universidade de Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco (departamento de geografia, comunicação), Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Saúde Coletiva

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Os sujeitos ocupantes de cargo público com responsabilidade frente a determinadas políticas públicas para o território em questão, em especial para as de saúde, compuseram o segmento de representação institucional / governamental.

Pesquisadores interessados na investigação científica dos impactos sobre o território de Suape e os seus grupos humanos constituíram o segmento acadêmico.

Um jornalista, do sexo feminino, de importante meio de comunicação impresso da região que trabalha em temas relativos ao desenvolvimento econômico de Suape também compôs o quadro de entrevistados, uma vez que essa mídia publica com frequência notícias sobre essa região.

4.4 Fonte, coleta e análise de dados

Para explicar as fontes, as técnicas de coleta e de análise de dados, optou-se por organizá-las por cada objetivo específico da investigação. Apesar de ter várias interfaces que se entrecruzam, cada um deles tem particularidades, seja de forma como de conteúdo. O quadro 02 apresenta um resumo dos métodos e técnicas empregadas por objetivo específico cujo delineamento é detalhado.

Para estudar o objetivo 1, os dados foram de tipo: secundários; visitas de campo; observação participante e entrevistas. Importantes fontes de contextualização da realidade local. Para os objetivos 2, 3 e 4 utilizou-se dados primários. Os instrumentos de coleta foram explicados. Para esses, a Análise do Sujeito Coletivo (DSC) foi o método comum de abordagem e que está detalhado no início deste capítulo.

Quadro 02 - Esquema do delineamento metodológico por objetivo específico da pesquisa, método, técnicas e fontes utilizados.

OBJETIVO	MÉTODO Predominante	FONTES	TÉCNICAS (Coleta e análise)
1.Mapear os conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no território de Suape	Pesquisa documental	Banco de dados de conflitos da CPT Documentos, relatório, queixas, etc. Entrevistas Fórum Site Matérias Jornal (Impresso e online) Trabalhos Científicos Vídeos postados no youtube	Coleta: Revisão de literatura Observação Participante Visitas de campo Análise: descritiva dos conflitos conforme categorias
2.Caracterizar as redes sociais que atuam no enfrentamento dos conflitos socioambientais mapeados	Estudo de Campo	Diário de Campo Documentos Entrevistas individuais Sites	Coleta: Observação Participante e Visitas de campo Análise: Descritiva das Redes e ferramentas do Discurso do Sujeito Coletivo
3.Analisar a percepção dos grupos sociais vulnerados pelos processos de industrialização do território de Suape	Pesquisa Ação	Entrevistas individuais Fotografias	Coleta: Observação Participante e visitas de campo Análise: Discurso do Sujeito Coletivo
4.Desenvolver um documentário como estratégia de comunicação social para o empoderamento das comunidades e promoção e vigilância da saúde	Pesquisa Ação	Entrevistas Fotografias Registro audiovisual Diário de Campo	Coleta: Observação Participante, Visitas de campo Produção de documentário Cine debates Análise: Descritiva dos cine debates e Discurso do Sujeito Coletivo

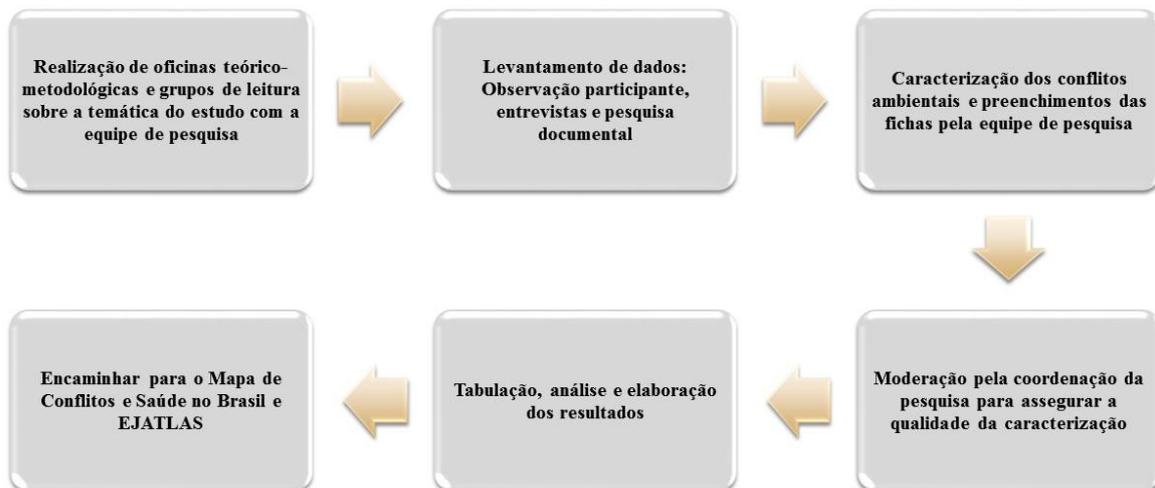
Fonte: elaborado pela autora, 2017.

4.4.1 Objetivo 1 – Mapear os conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no território de Suape.

O mapeamento dos conflitos e injustiças ambientais foi baseado na metodologia do Projeto Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (PORTO et al., 2013), que sofreu algumas adaptações nas categorias para um contexto mais local, como a inserção da categoria comunidade. Foi instituída uma equipe de pesquisadores multidisciplinar (bolsistas inseridos no Programa de Iniciação Científica da Fiocruz: estudantes dos cursos sistema de internet, jornalismo, serviço social, medicina; residentes em saúde coletiva: fisioterapeuta, enfermeiro; bem como outros membros da equipe do Laboratório de Saúde Ambiente e Trabalho da Fiocruz Pernambuco.

O processo de construção do Mapa de Conflitos em Suape seguiu as etapas de qualificação da equipe, levantamento de dados, caracterização dos conflitos, moderação para validação, organização e análise dos dados e encaminhamento para publicação nos mapas de conflitos existentes (Figura 2). Para qualificação da equipe, foram realizadas oficinas tanto para discussão teórico-metodológica antes da coleta, como para análise dos dados. Também foram realizados grupos de leitura e debates sobre a temática do estudo.

Figura 02 - Esquema do processo da pesquisa para o Mapa de Conflitos de Suape.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

4.4.1.1 Construção dos dados

Para o levantamento de dados buscou-se dados primários e secundários. Para os dados primários, foi realizada observação participante no território durante atividades desenvolvidas pelo Fórum Suape Espaço Socioambiental, pela ONG Centro das Mulheres do Cabo e Fase Pernambuco, em audiências públicas, oficinas, ações educativas e seminários. Também foi realizada observação participante durante a Semana de Saúde do Trabalhador realizada no Complexo Industrial Portuário de Suape. Esses eventos foram demandas do acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Saúde (MS) e pela então, Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) que foram capitaneadas pela Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (DMS) da administração do CIPS com a colaboração de um grupo de instituições: Secretaria Estadual de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do

Transporte (SEST/SENAT), Polícia Rodoviária Federal, Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz PE.

Denominado como Circuito Saúde, o evento teve uma edição em agosto de 2015 e outra em agosto de 2016, onde eram oferecidos serviços diagnósticos, de assistência e educativos voltados para os trabalhadores portuários das diversas empresas, caminhoneiros e comunidades do entorno. Além da observação participante que ajudou no conhecimento do território sobre diferentes aspectos, foram realizadas entrevistas individuais, com sujeitos das comunidades e das instituições que atuam em Suape sobre os conflitos vivenciados no território e os processos de vulneração percebidos no ambiente e na saúde.

Em relação aos dados secundários, realizou-se pesquisa documental em diferentes fontes: textos acadêmicos (artigos, monografias, dissertação, teses); documentos institucionais (atas de audiências públicas, denúncias institucionais, ações judiciais de acesso aberto, etc.); Site do Fórum Suape Espaço Socioambiental¹; Banco de dados sobre conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Jornais impressos de grande circulação em Pernambuco, e vídeos publicados no youtube², conforme detalhamento apresentado a seguir:

4.4.1.1.1 Trabalhos científicos

Como textos válidos foram considerados monografias, dissertações, teses, artigos, publicados até o ano de 2016, levantados inicialmente em duas bases de dados de acesso aberto do campo das ciências da saúde – PubMed e Lilacs – utilizando as palavras chave Conflict of interest; Environmental health; “vulnerable populations”, “economic development”, “Brazil”, “Suape” para a primeira base, e “conflito”; “vulnerabilidade social”, “Suape” para a segunda. Em ambas foram utilizados os operadores booleanos “OU” e “E”. Como critério de inclusão: artigos nos idiomas português, inglês e espanhol, publicados até 2016, conteúdo relevante para a pesquisa nos resumos. Como foram encontrados poucos artigos nessas buscas, realizou-se a busca no Google Acadêmico.

O mapeamento dos conflitos e injustiças é um tema multidisciplinar que abrange diversas áreas do conhecimento não restritas ao perfil tradicional observados nos bancos de dados do campo das ciências da saúde. Este tema se enquadra tanto no campo da saúde coletiva, como no das ciências sociais e humanas, que não tem larga tradição de bancos de

¹ <http://forumsuape.ning.com/>

² <https://www.youtube.com>

dados indexados, extensos e/ou abrangentes e gratuitos quanto o campo das ciências biomédicas (CAREGNATO, 2011).

O Scholar google ou Google Acadêmico (GA) é um motor de busca que integra textos científicos de variados campos do saber, de fácil e rápido acesso e com potencial de reunir maior número de referências do que muitos bancos mais tradicionais, como o Pubmed (ANDERS et al., 2010). O GA é uma ferramenta do mecanismo de pesquisa Google (<https://scholar.google.com.br/>), gratuita que possibilita o resgate de vários tipos de trabalhos acadêmicos, inclusive artigos de periódicos (pagos ou gratuitos), em diversas línguas. Como desvantagens dessa ferramenta, são pontuadas a indexação insuficiente, inconsistência em relação aos termos utilizados na busca e os achados, poucos recursos para uma pesquisa refinada, e a impossibilidade de baixar o resultado de busca em formato de planilha (ANDERS et al., 2010; CAREGNATO, 2011).

Para o mapeamento dos conflitos em Suape foi uma ferramenta que se adequou bem por ter possibilitado um levantamento maior de estudos acadêmicos de variados campos do saber. Utilizou-se as palavras chave “Suape” e “conflito” para busca considerando a presença delas em qualquer parte do artigo. Como critério de inclusão: artigos nos idiomas português, inglês e espanhol, publicados até 2016, conteúdo relevante para a pesquisa nos resumos.

4.4.1.1.2 Banco de dados de conflitos da CPT

Desde 1985, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registra dados sobre as ocorrências de conflitos que envolvem os trabalhadores do campo e denúncia a violência por eles sofrida. Os dados para registro da luta e a história dos movimentos sociais do campo da CPT são colhidos de documentos primários e secundários que são organizados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Secretaria Nacional da CPT em Brasília.

A CPT disponibilizou do seu banco, dados de ocorrências de conflitos por terra e violência contra a pessoa de 2000 até os dados parciais de 2016 (jan-set) no território de Suape, tabulados em planilha do Microsoft Excel, acompanhados da descrição dos casos em arquivo do Microsoft Word, contendo resumo histórico em ordem cronológica dos fatos de cada linha de denúncia. Estes dados foram analisados e considerados para o mapeamento.

4.4.1.1.3 Banco de dados de Jornal Impresso e Online

Para utilização da fonte de jornal impresso e online recorreu-se ao banco de dados do Laboratório de Saúde Ambiente e Trabalho (LASAT) de pesquisas realizadas pela autora anteriormente (SANTOS, 2011; SANTOS et al., 2013).

O banco de dados do jornal impresso continha 399 matérias (publicadas, no período de 2007 a agosto de 2010) dos dois principais periódicos de Pernambuco (maior circulação e antiguidade): Jornal do Commercio (JC) e Diário de Pernambuco (DP), organizadas em Microsoft Office Word 2010 e Excel 2010, por título da matéria, ano de publicação, tema principal, gênero e caderno (SANTOS, 2011; SANTOS et al., 2013).

O banco do jornal online, continha 158 notícias publicadas entre os anos de 2011 a 2013 sobre Suape, arquivadas no formato pdf, divididas por ano e meses de publicação.

4.4.1.1.4 Vídeos

Cada vez mais emergem movimentos socioambientais que se organizam e utilizam a internet para ampliar seu debate e denúncias com o intuito de conquistar a adesão e a participação de mais ativistas em níveis local e global, buscando maior legitimidade ao movimento, agregação de sujeitos e o aumento da sua capacidade de agir sobre fontes de poder, apresentando suas necessidades e reivindicações através de uma perspectiva coletiva (PERUZZO, 2013).

E as tecnologias interativas, a exemplo de mídias sociais como Facebook, Youtube, Vimeo, Whatsapp, Instagram dentre outras, se configuram como plataformas de construção política, na qual reverberam vozes dissonantes, em escala global, uma vez que não são mediadas pelos veículos tradicionais de comunicação, e oferecem plataformas simples que podem comportar desde simples vídeos elaborados diretamente pelo smartphone, como algo mais elaborado e produzido (SAKAMOTO, 2013).

Mediante a observação participante em Suape, verificou-se uma crescente circulação de vídeos, produzidos por pessoas das comunidades locais e instituições de luta pela justiça social, profissionais dos meios de comunicação local e nacional, e também profissionais independentes (fotógrafos, cineastas e videomakers), fazendo registros documentais.

Dessa forma, buscou-se vídeos que retratassem conflitos ambientais em Suape publicados no Youtube (<https://www.youtube.com>). O Youtube é um site criado em 2005, que possibilita a hospedagem e compartilhamento de vídeos em formato digital, onde qualquer pessoa ou instituição pode criar um canal próprio para efetivar suas postagens. Espaço de grande visibilização, está entre os sites mais acessados do mundo, e no Brasil, com mais de 67

milhões de usuários (ESPÍRITO SANTO et al., 2012; SILVEIRA, 2015). Para pesquisa do mapa foram selecionados vídeos usando as palavras chave “Suape” e “conflito”.

4.4.1.1.5 Fórum Suape Espaço Socioambiental

Durante o processo de observação participante no Fórum Suape, foram sendo coletados documentos de acesso livre das atividades e eventos realizados, como atas de audiências públicas e reuniões com a Comissão de cidadania e direitos humanos da Assembleia Legislativa de Pernambuco, denúncias formalizadas extrajudiciais. Também foram feitos registros das observações que foram consideradas. Além disso, o site do Fórum Suape (<http://forumsuape.ning.com/>) também serviu para busca de casos de conflitos.

A figura 03 apresenta o conjunto de fontes de informação considerados para o mapeamento:

Figura 03 – Grupos de fontes de dados utilizadas para o mapeamento dos conflitos ambientais em Suape



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

4.4.1.2 Caracterização, sistematização e moderação dos conflitos ambientais:

Conforme o referencial teórico do estudo, considerou-se como caso de conflito ambiental as mobilizações desenvolvidas por comunidades locais contra determinadas atividades econômicas em que os impactos socioambientais indesejáveis são um elemento chave de suas queixas, que envolvem terra, água, ar e outros ecossistemas. Ou seja, foi considerado como conflito ambiental quando processos de vulneração e injustiças resultam em reação da comunidade e/ou organizações e movimentos em defesa da justiça ambiental, expressadas em mobilizações contra a má distribuição dos custos e benefícios (PORTO et al., 2013; TEMPER et al., 2015).

Em um primeiro momento, foram realizadas leituras de cada material coletado que foram organizados em planilha Microsoft Excel 2010 conforme categorias. Como critérios para seleção foram considerados os conflitos ocorridos no período de 2000 até o ano de 2016; e que tivessem um caráter coletivo. Em seguida unificaram-se os mesmos casos de conflitos encontrados em mais de uma fonte de dados, com o intuito de qualificá-los. A partir dessa planilha, a equipe alimentou um formulário criado no programa FormSUS. O FormSUS (<http://formsus.datasus.gov.br>) é um serviço do DATASUS para a criação de formulários na WEB, desenvolvido para atender a finalidades do SUS, e que está à disposição de órgãos públicos, instituições de pesquisa e universidades para aplicações de interesse público. Essa ferramenta possibilita criar formulários online que podem ser tabulados conforme necessidade. Tem como vantagem a alimentação simultânea dos dados e segurança no arquivamento online ao mesmo tempo em que possibilita a organização dos resultados em planilhas Excel.

Após essa alimentação foi feita a moderação pela coordenação da pesquisa, para conferência e validação dos dados lançados referente a cada conflito.

4.4.1.3 Categorias e análise de dados:

Para organização e análise dos casos, foram considerados todos os cinco grandes grupos de categorias utilizadas por Porto et al (2013), com algumas alterações nas suas subcategorias para adaptação ao contexto local e marco teórico do presente estudo, conforme descrito no quadro 4:

4.4.1.3.1 Ano de início e localização dos conflitos

Esse grupo de categorias (quadro 3) apresenta o ano de início e o território onde o conflito se manifestou, quando possível, detalhando a comunidade atingida, município, caracterizando em área urbana, rural ou distrito industrial. Apesar de compreender que na atualidade essa caracterização não se dá de forma homogênea, considerou-se como área rural, aquele território que se organiza em torno de aspectos relacionados à produção de alimentos, agricultura, certo equilíbrio entre atividades humanas e as características naturais, bem como grupos populacionais com modos de vida, valores e comportamentos próprios. O território urbano é marcado por funções, atividades, grupos sociais e paisagens, que são construídos em oposição ao rural seguindo uma lógica de uso do solo como suporte para atividades que independem de seus atributos de fertilidade, como produção industrial, atividades terciárias, habitação e circulação. Distrito Industrial refere-se a aglomerações de empresas, com elevado grau de especialização e interdependência, seja de caráter horizontal (entre empresas de um mesmo segmento) ou vertical (entre empresas que desenvolvem atividades complementares em diferentes estágios da cadeia produtiva) (FERRÃO, 2000). Também foram levantados os dados para o georreferenciamento (Latitude e longitude, crucial para alimentação do mapa virtual). Quando disponibilizado pela internet, foi coletado em visitas ao território com equipamento de Sistema de Posicionamento Global (GPS).

Quadro 03 - Grupo de categorias localização dos conflitos, subcategorias 1 e 2 do Mapa de conflitos.

Subcategorias 1	Subcategorias 2
Município e comunidades envolvidas no conflito, área urbana, rural ou desconhecida, Latitude e longitude	Algoadoais, Arendepe, Boa Vista, Conceição Nova, Conceição Velha, Cedro, Dois Irmãos, Engenho do Meio, Ilha dos Martins, Jasmim, Jurissaca, Massangana, Mercês, Nova Vila Claudete, Nova Vila Tatuoca, Penderama, Pirajá, Rosário, Serraria, Setúbal, Tabatinga, Tabatinga, Tatuoca, Tiriri, Trapiche, Utinga de Baixo, Utinga de Cima, Vila Gaibu, Vila Nazaré, Vila Suape, Outra não especificada.

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

4.4.1.3.2 População atingida

Caracteriza a identidade cultural, territorial e/ou social da população (quadro 4). Neste grupo de categorias excluímos a identificação da raça/cor e quantitativo de pessoas envolvidas no conflito da metodologia de Porto et al (2013) por ser de difícil precisão.

Quadro 04 - Grupo de categorias população atingidas, subcategorias 1 e 2 do Mapa de conflitos

Subcategorias 1	Subcategorias 2
População atingida: a identidade cultural, territorial e/ou social	Agricultores familiares Marisqueiras Moradores de áreas atingidas por acidentes ambientais Moradores de favelas Moradores de ocupações Moradores de periferia Moradores locais Pescadores artesanais População Rural População urbana Posseiros Povos indígenas Quilombolas Ribeirinhos Trabalhadores da construção civil Trabalhadores das Indústrias de Suape Trabalhadores Rurais Outros não especificados

Fonte: elaborado pela autora, 2017

4.4.1.3.3 Tipologia do conflito

Foram analisados os vários tipos de impactos ambientais, os problemas e riscos à saúde (quadro 5) - conforme um conceito ampliado de saúde - e impactos socioeconômicos e políticos. Também se identificou quais processos produtivos envolvidos no conflito, responsáveis e parceiros e apoiadores dos atingidos.

Quadro 05 - Grupo de categorias tipologia dos conflitos, subcategorias 1 e 2 do Mapa de conflitos

(Continua).

Subcategorias 1	Subcategorias 2
Principais impactos ambientais	Acidentes decorrentes dos processos produtivos - Alteração no ciclo reprodutivo dos ecossistemas - Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território - Assoreamento de recurso hídrico - Contaminação por substâncias nocivas - Desertificação / Seca - Dano a área protegida ou unidade de conservação - Poluição do ar - Poluição das águas - Derramamentos de resíduos - Desastres decorrentes dos processos produtivos - Desmatamento e perda de cobertura vegetal - Diminuição da qualidade da água (físico-química, biológica) - Erosão do solo - Incêndios e/ou queimadas - Inundações (rio, litoral, fluxo de lama) - Esgotamento das águas subterrâneas - Perda de biodiversidade (fauna, agro diversidade) - Perda de paisagem / degradação estética - Poluição do solo - Poluição sonora - Riscos no ambiente de trabalho - Outros não especificados

Quadro 05 - Grupo de categorias tipologia dos conflitos, subcategorias 1 e 2 do Mapa de conflitos (Conclusão).

Subcategorias 1	Subcategorias 2
Principais impactos na saúde	Acidentes - Acidentes relacionadas ao trabalho – Desnutrição - Doenças e agravos relacionados ao trabalho - Exposição a riscos complexos desconhecidos ou incertos (radiação, etc. ...) - Impactos à saúde relacionados à violência (ameaça, homicídios, estupro, etc.) - Intoxicação por substâncias nocivas - Doenças crônicas não transmissíveis - Doenças transmissíveis - Problemas de saúde relacionados a outras Drogas - Problemas de saúde relacionados ao alcoolismo - Problemas de saúde mental, incluindo estresse, depressão e suicídio - Outros não especificados.
Principais impactos socioeconômicos, políticos e culturais	Abastecimento de água inadequado - Absentismo laboral - Aumento da violência e da criminalidade - Crescimento/especulação imobiliária - Déficit dos serviços de saúde – Demissão – Desemprego - Expulsão de terras (desterritorialização) - Falta / irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental - Falta / irregularidade na demarcação de território tradicional - Falta de saneamento básico – Favelização - Falta de acesso à serviços de saúde - Falta de segurança no trabalho - Falta de Serviços Básicos e Assistenciais - Impactos específicos sobre as mulheres - Insegurança alimentar (danos às culturas) - Militarização (milícias) - Perda de conhecimentos/práticas/culturas tradicionais - Perda de paisagem/sentido de lugar - Perda de subsistência - Piora na qualidade de vida - Pobreza - Precariedade das habitações - Precarização do trabalho - Presença policial - Processo acelerado de urbanização -Processo migratório -Prostituição -Renda familiar insuficiente - Outros impactos socioeconômicos
Processos produtivos envolvidos no conflito	Alimentos e Bebidas – Artesanato - Central de Serviços - Coleta e venda de frutos - Atividades pesqueiras e carnicultura - Construção civil - Dragagens Eólico - Geração de Energia - Granéis Líquidos e Gases – Logística - Materiais de Construção – Metalmecânico - Naval e Offshore - Naval e Offshore (estaleiro) - Indústria do Turismo – Monocultura – Pecuária - Obras de infraestrutura (construção de rodovias, ferrovias, etc.) – Petroquímico - Preforma PET e Plástico – Outros.
Responsáveis pelo conflito	Identificar responsáveis pelo conflito
Parceiros e apoiadores dos atingidos	Movimentos Sociais Movimentos de atingidos Organizações não governamentais Rede de apoio Organizações ligadas às igrejas Organizações sindicais Ministério Público Entidades governamentais Outros

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

4.4.1.3.4 Descrição do conflito

Nesta categoria, é descrita um resumo do conflito (síntese do conjunto de informações levantadas que apresente as principais características do conflito considerando as dimensões territoriais, políticas, econômicas e socioambientais, sejam expostos os principais valores em

disputa, característicos do caso em questão e sob a lógica das populações atingidas (Porto et al., 2013)

4.4.1.3.5 Fontes utilizadas

Descrição de todas as fontes utilizadas para categorização dos conflitos (Textos acadêmicos, vídeos, Fórum Suape, CPT, Jornais, etc.).

A análise dos dados foi elaborada com quadros, tabelas e gráficos, reunindo os conjuntos das categorias por ordem de frequência e relevância.

Como etapa posterior a essa pesquisa, pois irá requerer adequações e padronização, os resultados serão disponibilizados para inserção no Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (Mapa de conflitos do Brasil) (PORTO et al., 2013). Será adaptado também para compor o Atlas Global de Justiça Ambiental - Environmental Justice Atlas (EJAtlas) (TEMPER et al., 2015). A disponibilização do banco de conflitos de Suape já foi acordada com as coordenadoras de ambos projetos.

4.4.2 Objetivo 2 - Caracterizar as redes sociais que atuam no enfrentamento dos conflitos socioambientais mapeados

Para a caracterização das redes sociais no território de Suape, foram consideradas a tipologias proposta por Martins e Fontes (2004) que distinguem as diversas situações do ponto de vista da participação e resposta às demandas sociais pela gestão pública. São as redes: sócio técnica; sócio institucional; e sócio humana.

A coleta de dados foi realizada mediante levantamento de dados primários e secundários: visitas exploratórias no território do estudo, observação participante em atividades do Fórum Suape (reuniões, oficinas, elaboração de denúncias, audiências públicas, seminários), como na Secretaria Estadual de Saúde/Gerência Estadual de Saúde do Trabalhador, por meio das ações planejadas para o território do complexo de Suape.

A observação participante permite o contato com o cotidiano do território para uma melhor compreensão do fenômeno em questão.

A pesquisa na web em sites institucionais e de movimentos sociais atuantes no território, visitas de campo nas comunidades e em instituições localizadas em Suape, em instituições localizadas em Recife desde que tivessem atuação voltada para o território, e Centros de pesquisa e universidades, dados secundários utilizados no mapeamento e

entrevistas individuais com representantes das comunidades, de instituições de saúde, espaços de participação social como Conselhos de Saúde, Organizações não governamentais, além de levantamento de referencial bibliográfico e realização de entrevistas individuais para problematização dos conflitos e injustiças socioambientais e compreensão das principais interações e atuações dos sujeitos que compuseram as redes sociais.

Levou-se em consideração a rede de saúde pública nos municípios de Cabo e Ipojuca, e os grupos populacionais representativos revelados pelo mapeamento dos conflitos.

Para análise, foram utilizadas as seguintes categorias: (i) os seus atributos (quais as características dos atores sociais e instituições que conformam esta rede) e (ii) suas relações (formação de capital social e estratégias de ação), ou seja, o exame deste processo permite identificar como os participantes discutem, debatem e deliberam ideias e temas políticos relacionados ao Complexo Industrial Portuário de Suape e os processos de vulneração da saúde e ambiente. Focou-se aqui investigar os processos estruturais que protegem a vida do território, ou seja, aqueles que promovem e protegem uma ecologia e saúde humana desejáveis, com o intuito de reduzir as possibilidades ameaçadoras da vida (BREILH, 2013). Os resultados foram organizados e apresentados de forma descritiva.

4.4.3 Objetivo 3 - Analisar a percepção dos grupos sociais vulnerados pelos processos de industrialização do território de Suape

Foi utilizada a perspectiva da abordagem ecossistêmica em saúde, mediante o método da-pesquisa-ação.

Com o apoio de atores sociais representantes de Organizações Não Governamentais (ONG) que compõem o Fórum Suape Espaço Socioambiental - Centro das Mulheres do Cabo³ (CMC) e ActionAid⁴ foi discutida e reconstruída a proposta inicial da pesquisa de forma participativa.

³ É uma ONG feminista que tem por missão contribuir para a melhoria da qualidade de vida de comunidades pobres no Sudeste de Pernambuco baseadas em ações que promovem o empoderamento das mulheres, homens e jovens como atores políticos, e de suas organizações comunitárias. O foco das ações do CMC está voltado para: a) formação política e o fortalecimento da fala pública das mulheres; b) mobilização e incidência por políticas públicas que garantam autonomia social, econômica e política das mulheres, como condição para o enfrentamento a violência de gênero e raça; e, c) defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens (<http://www.mulheresdocabo.org.br>).

⁴ É um movimento global de pessoas que trabalham para promover os direitos humanos e superar a pobreza. A organização apoia milhares de comunidades, parceiros e movimentos sociais em países pobres para combater a pobreza e as injustiças através de desenvolvimento de capacidades participativas, solidariedade, campanhas, respostas a conflitos, desastres, emergências e aos direitos das mulheres (www.actionaid.org.br).

A perspectiva das mulheres moradoras das comunidades foi uma necessidade surgida da observação participante

Incluir o gênero como uma categoria de análise possibilita estratégias diferenciadas para superação de inúmeras iniquidades sociais que incidem de maneira diferenciada entre homens e mulheres, especialmente nas vulnerabilidades, que são distintas e que atingem na maioria das vezes, com maior intensidade, as mulheres (CHARRON, 2012).

As comunidades visitadas tiveram como critério de seleção aquelas que mais demonstraram capacidade de mobilização social nos debates, encontros, reuniões assistidas para avaliarem os contextos e proporem reivindicações.

Para o conjunto de mulheres participantes, aplicou-se entrevista semiestruturada. O roteiro de entrevista foi construído de forma coletiva por representantes das três instituições (CMC, Actionaid e Fiocruz PE), totalizando uma equipe de 9 pessoas.

Para este objetivo, foram consideradas 29 respondentes de nove comunidades (quadro 6), que foram entrevistadas no período de abril a julho de 2015 realizadas no local de residência, com o apoio da equipe de pesquisa. O critério de seleção foi ser moradora da comunidade e maior de 18 anos. As perguntas abertas visaram identificar os problemas com a chegada de novos empreendimentos industriais no CIPS e como repercutiram na vida pessoal e comunitária. Todas entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

Quadro 06 - Quantitativo de entrevistadas por comunidade de residência

N	Comunidade	Município	Quantidade de Entrevistadas
1.	Suape	Cabo de Santo Agostinho	1
2.	Engenho Tiriri de Dentro	Cabo de Santo Agostinho	2
3.	Engenho Serraria	Cabo de Santo Agostinho	2
4.	Engenho Mercês	Ipojuca	3
5.	Algadoais	Cabo de Santo Agostinho	3
6.	Engenho Tabatinga	Ipojuca	5
7.	Engenho Tiriri	Cabo de Santo Agostinho	5
8.	Engenho Massangana	Cabo de Santo Agostinho	2
9.	Nova Tatuoca	Cabo de Santo Agostinho	6
	Total		29

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Para a análise dos dados, foi utilizado o DSC com auxílio do *software* Qualiquantisoft e a partir dos discursos individuais foram sistematizadas as figuras metodológicas Expressões Chave (ECH) e Ideias Centrais (IC) para formar o DSC.

Primeiramente, realizaram-se leituras de todas as respostas de duas questões do roteiro (*Como o CIPS têm afetado a saúde dos moradores? e tem conhecimento de conflitos com a população devido à instalação dessas novas indústrias?*), depois foram selecionadas as ECHs de cada resposta. Em seguida, identificou-se a IC de cada expressão, e juntou das ECHs que continham a mesma IC.

Desse modo, trabalhou-se com a investigação das relações entre o discurso e o modo de atuação no mundo e na sociedade, pois permite reconhecer os discursos para além das estruturas institucionais.

4.4.4 Objetivo 4 Desenvolver um documentário como estratégia de comunicação social para o empoderamento das comunidades, promoção e vigilância da saúde

A elaboração do documentário utilizou a pesquisa-ação como método e a interdisciplinaridade como um princípio de diálogo, que incorporou, mediante um diálogo de saberes com os sujeitos sociais. O cine debate tanto para discussão do documentário em si foi útil para a validação da perspectiva pedagógica do documentário, como também para o processo de empoderamento pela devolutiva e debate dos resultados da pesquisa.

Todo o processo se deu no período - 2011 a 2015 – para as visitas de campo, registros audiovisuais do território e das entrevistas, registro no diário de campo, observação participante no Fórum Suape e nas atividades da Rede Estadual de Saúde do Trabalhador, além de busca por fontes de dados secundárias (jornais, sites, fotos, vídeos), relativas ao território de Suape e ao processo produtivo do petróleo em âmbito nacional que conformaram um extenso banco de dados (figura 4). Esta parte da pesquisa foi iniciada antes do início do curso de doutorado (2013) devido a ser um desdobramento de pesquisas com a mesma temática desenvolvidas anteriormente ao curso. Os estudos no território de Suape e os aspectos relativos à saúde e ao ambiente foram iniciadas no Laboratório de Saúde Ambiente e Trabalho (LASAT) em 2007.

Figura 04 – Banco de dados de vídeos e fotografias sobre o território de Suape, Pernambuco



Fonte: Elaborada pela autora

4.4.4.1 Produção do documentário

Foi realizado reconhecimento do território e entrevistas individuais com 33 sujeitos sociais representantes dos segmentos: população local, sociedade civil organizada, controle social, meios de comunicação, instituições públicas e de ensino superior e pesquisa. Os critérios de seleção foram instituídos a partir de cada segmento.

Todo o registro audiovisual contou com apoio de uma equipe multidisciplinar (pesquisadores, comunicadores, e técnicos – fotógrafa, produtora, captador de áudio, editor de imagens, etc.) para garantir a qualidade da captação. Como a ideia não era termos um roteiro pré-elaborado, foi construído o argumento do filme a partir de questões que defendiam o projeto do CIPS e questões que traziam posicionamentos contrários. Foi elaborado roteiro semiestruturado (Apêndices B e C) com questões sobre a chegada de novos empreendimentos industriais no CIPS e como repercutiam na vida (ambiente e saúde) do território. A entrevista semiestruturada tem por finalidade propor alguns questionamentos sobre o tema em questão, permitindo certa liberdade para explorar outros caminhos e respostas de forma mais livre (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2010).

Para escolha das representações locais, foram necessárias visitas exploratórias às comunidades de Suape, bem como conversas informais com sujeitos que atuam no território com o intuito de identificar as comunidades em maior situação de vulneração. A observação participante tanto no Fórum Suape, e a atuação na Gerência de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Saúde de Pernambuco, também foram cruciais para articulação e definição dos

participantes. Em alguns momentos, considerou-se a indicação do entrevistado, de um outro sujeito para participar da pesquisa. Foram eleitos informantes das principais comunidades afetadas pelo CIPS: Engenho Serraria, Gaibu, Vila Socó, Salinas, Ilha de Tatuoca, Praia de Suape e Vila de Nazaré, todas da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Os representantes das instituições públicas foram sujeitos ocupantes de cargo público com responsabilidade frente a determinadas políticas públicas para o território em questão representantes de secretarias de saúde, administração do próprio Complexo portuário de Suape, Ministério Público e Agência de meio ambiente.

Do segmento sociedade organizada, foram selecionados sujeitos que atuam diretamente com os problemas afetos ao CIPS, representados por movimentos sociais, sindicais e controle social da saúde. Os sujeitos acadêmicos são pesquisadores interessados que estudam os impactos sobre o território de Suape e os seus grupos humanos e da mídia, uma jornalista, de importante meio de comunicação impresso da região, também compôs o grupo de entrevistados.

Todas as entrevistas foram gravadas em meio digital de imagem e áudio, além de registro fotográfico. Para tal, foi utilizado como equipamento: câmera DSLR profissional Canon 7D, lentes grande angular e *zoom*, microfone direcional acoplado em gravador, adquiridos com recursos com o projeto de Pesquisa *Estudo da produção social dos sentidos relativa à saúde e ao ambiente no contexto da instalação da Refinaria de Petróleo em Suape/PE* financiado pela Coordenadoria de Cooperação Social/Presidência da Fundação Oswaldo Cruz/Rio de Janeiro. Contou também com apoio de transporte dos Centros Regionais de Saúde do Trabalhador de Goiana e Cabo de Santo Agostinho. Foi considerado o critério de saturação, ou seja, quando a partir das representatividades as respostas começaram e ter uma repetição em seu conteúdo.

Para auxiliar a introdução dos discursos no roteiro do documentário, foi realizada inicialmente uma análise de discurso para identificar e descrever as representações sociais presentes (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2010). Após leitura das respostas foram selecionadas as Expressões Chaves (ECHs) e respectivas Ideias Centrais (IC). Por último, agrupou-se os discursos em categorias elaboradas a partir dos conjuntos formados pelas IC semelhantes (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2010).

Buscou-se mostrar a maior variedade de discursos, considerando a polifonia de vozes, ou seja, a maior diversidade de IC e de sujeitos distintos que apresentaram pensamentos com pontos em comuns e contraditórios. Nem todas as imagens captadas foram aproveitadas no documentário, sendo possível ainda, a realização de outras análises futuras. Considerou-se IC

dos discursos de 23 sujeitos para o processo de edição do documentário e para tal foi utilizado o *software Adobe première pro*, intercalando falas com imagens coletadas durante o trabalho de campo, com a produção de textos e trilha sonora original, a partir do referencial teórico do estudo.

O documentário foi finalizado em setembro de 2015 com duração de 28 minutos. Foi criada uma página para divulgação do documentário no facebook⁵ onde são anunciados os cinedebates, e postadas fotos das atividades realizadas.

4.4.4.2 Organização e sistematização de Cinedebates

Foram realizadas sessões de cinedebate, no período de setembro de 2015 a julho de 2017, algumas organizadas pela equipe de pesquisa outras promovidas em parceria por grupos interessados na atividade, seja conjugado com um evento maior, seja exclusivamente organizada para tal fim.

Cada sessão sofreu pequenas adaptações conforme local e público, mas todas seguiram um padrão na sua formatação, na qual cinedebate foi dividido nos seguintes momentos: a) apresentação do filme b) exibição do documentário; c) roda de conversa – debate mediado pela diretora e/ou convidados com a participação livre de depoimentos, comentários sobre o filme e perguntas, esclarecimentos aos debatedores; d) encerramento, procurando discutir algumas possibilidades/encaminhamentos possíveis de superação dos problemas apresentados e discutidos em defesa da saúde e da vida. Em cada sessão, eram realizados registros da frequência dos participantes, registro fotográficos e anotações em diário de campo dos principais pontos discutidos para compor o relatório da pesquisa.

Cada sessão teve público oriundos de diferentes segmentos – comunidades do território de Suape, instituições governamentais e não governamentais, pesquisadores, sindicatos, profissionais de saúde, em alguns dos cinedebates esses segmentos eram mais heterogêneos em outros, compostos praticamente de uma representatividade. Elegeram-se 4 encontros para uma análise mais detalhada das discussões abordadas: o primeiro, realizado em um evento aberto com ampla divulgação, um realizado em parceria com o Conselho de Saúde do município do Cabo de Santo Agostinho, um outro realizado em um espaço acadêmico e por fim, um voltado inteiramente para moradores de uma das comunidades de Suape.

⁵ <https://www.facebook.com/Suapedesenvolvimentoparaquem>

Para análise dos cinedebates, o material foi organizado em unidades narrativas, por principais temas e ideias a partir das impressões apreendidas de cada sessão, bem como descrição de cada encontro, observando o público presente, o local, data e eventos associados.

Os Cinedebates buscaram promover encontros entre as pessoas que vivenciam, com sua singularidade, a problemática tratada no documentário e com isso, colaborar com a construção de laços de solidariedade e empoderamento para os processos de organização e enfrentamento das situações de violações de direitos e injustiças ambientais, ao mesmo tempo em que permite aproximá-las das experiências que vivem e produzem em sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa estão condizentes com a conduta ética conforme resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/12, sendo esta tese parte da pesquisa de doutorado e de um projeto maior em curso⁶ aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Fiocruz Pernambuco (CAAE 44507115.50000.5190).

Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e suas identidades foram preservadas e o sigilo pessoal dos sujeitos envolvidos na investigação será respeitado na divulgação dos resultados do projeto.

Como o estudo do território de Suape, vem sendo realizado desde 2008 mediante diferentes projetos⁷ desenvolvidos no Laboratório de Saúde Ambiente e Trabalho (LASAT)/Fiocruz Pernambuco, parte dos dados utilizados é de bancos dessas pesquisas anteriores, que por sua vez também seguiram todos preceitos éticos junto ao CEP desta instituição.

Em relação às entrevistas para o documentário, além do TCLE foi coletada autorização de uso de imagem e som, conforme CAAE 0111.0.095.000-08 do respectivo projeto.

⁶ Projeto de pesquisa Vulnerabilidade socioambiental relacionada à exposição química nos territórios de desenvolvimento das cadeias produtivas de petróleo e das consumidoras de agrotóxicos financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

⁷ 1) Estudo de cenários de risco na cadeia produtiva do petróleo em Pernambuco e proposição de indicadores para vigilância da saúde e comunicação de risco (2008-2010);
2) Estratégias de Comunicação para a construção de territórios sustentáveis no contexto da cadeia produtiva do petróleo em Pernambuco – uma abordagem de saúde ambiental financiado pelo edital 01/2009 pela Coordenadoria de Cooperação Social para o Desenvolvimento Territorializado da Fundação Oswaldo Cruz (2009-2011);
3) Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto da instalação da refinaria de petróleo em Suape-PE (2009-2011)

6 RESULTADOS

6.1 Contexto histórico e político da industrialização de Suape: os processos que vulneram a população

Que se denuncie a fragilidade de um planejamento exclusivamente voltado para a promoção tacanha da produção de mercadorias e da renda *per capita*, não importando que custos a sociedade está pagando por esse esforço orientado pela busca apenas de maior bem-estar material. Que se considerem a experiência e sobretudo os equívocos cometidos pelos países já industrializados e que hoje lamentam a tomada de certas decisões pouco sábias, inclusive e principalmente no que se refere à detestada e combatida poluição do meio ambiente (CAVALCANTI, 1975).

Gestado durante a ditadura militar sob o comando do General presidente Emílio Garrastazu Médici (1971-1975), o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) teve sua pedra fundamental lançada em 1974 pelo então governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite, para ser uma alternativa em relação ao Porto de Recife, que segundo o Plano Diretor, estava sobrecarregado e precisava ser reestruturado em um tamanho maior junto com um complexo industrial. Quando foi lançado o projeto do porto de Suape já se pensava na construção de empreendimentos de base que, segundo seus idealizadores, iriam contribuir para o desenvolvimento do estado e Nordeste justificando Suape ter oferta de recursos naturais necessários e uma posição estratégica, e pela sua proximidade à capital pernambucana (PERNAMBUCO, 2011a).

A ideia de estruturar um porto e um complexo industrial em na região metropolitana de Recife é bem mais antiga. Gumiero (2016) apresenta quatro momentos importantes no processo de definição e implantação do CIPS: primeiro período de 1955 a 1969; segundo período de 1970 a 1982; terceiro período de 1983 a 2002, e o quarto iniciado em 2006 até a atualidade.

Em 1954 o padre e economista francês Louis Joseph Lebreton foi um dos designados pela Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CODEPE) para fazer estudos com diagnósticos econômico⁸ e elaboração de um projeto-proposta de desenvolvimento e implantação de indústrias para o estado, que foi encaminhado ao Governo do Estado e publicado em 1955. O foco desses estudos exploratórios era propor indústrias de base estratégicas e do petróleo para superar o subdesenvolvimentismo gerado pela monocultura da cana de açúcar (GODOY, 2016).

⁸ Estudo Sobre Desenvolvimento e Implantação de Indústrias, Interessando a Pernambuco e ao Nordeste (GUMIERO, 2016).

Neste estudo, foi defendida a ideia que a construção de uma refinaria de petróleo na região de Suape, seria vantajosa tanto por estar próximo ao porto como por possibilitar o desenvolvimento de segmentos produtivos derivados (GUMIERO, 2016).

No segundo momento período (1970-1982), a institucionalização do complexo pelo Governo de Pernambuco em 1978 através da Lei Estadual nº 7.763 para criação da empresa pública de direito privado Suape - Complexo Industrial Portuário, tendo como objetivo a criação de um distrito industrial de grande porte no ramo siderúrgico, petroquímico e naval. Neste período, foram iniciados os primeiros processos de desapropriação de famílias (cerca de 13,5 mil hectares) para o início das obras de construção do porto e de infraestrutura (PERNAMBUCO, 2011a). O Estado assume o protagonismo de incentivo à implantação de indústrias e formação e mão de obra. Construção de infraestrutura portuária, sistema viário interno, abastecimento de água, energia elétrica e telecomunicações (GUMIERO, 2016; PERNAMBUCO, 2011a).

O economista ecólogo da Fundação Joaquim Nabuco, Clóvis Cavalcanti (2008), foi protagonista do primeiro ato público de resistência registrado contra o modelo do projeto industrial proposto para Suape. Olhando através da perspectiva da economia ecológica, como o próprio Cavalcanti (2008) define, como “*uma visão da atividade ou processo econômico na ótica da natureza*”, as intervenções econômicas teriam que contemplar as repercussões ecológicas e os projetos de desenvolvimento econômico seriam examinados rigorosamente para avaliação dos custos ambientais (e da saúde, acrescentaria), além disso, discutido democraticamente. E foi com esta concepção que o autor, junto com um grupo de professores e pesquisadores de Pernambuco (historiadores, ecólogos, sociólogos, economistas) escreveram e publicaram em 1975 no semanário *Jornal da Cidade*⁹ o manifesto “a propósito de Suape” (ANEXO B) denunciando os males do empreendimento do porto de Suape, cujo projeto estava sendo lançado pelo governo de Pernambuco:

Pois bem, parece oportuno tornar público agora que a ideia de realização do complexo industrial portuário de Suape não é aceita pacificamente por todos os cidadãos que, além de pagar impostos, se sentem responsáveis pela elucidação de aspectos de interesse vital para a vida da população pernambucana. E não se trata,

⁹ Publicado no semanário *Jornal da Cidade do Recife* (ano II, no 24, 6-12.4.75), em 5 de abril de 1975 com o título na capa: “CIENTISTAS LANÇAM MANIFESTO CONTRA O COMPLEXO DE SUAPE”. O Manifesto foi redigido por Clóvis Cavalcanti, economista-ecólogo, professor da UFPE e pesquisador do Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e subscrito por: Renato S. Duarte, Professor do Mestrado em Economia e da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPE, Roberto M. Martins, Coordenador do Curso de Mestrado em Sociologia da UFPE, Nelson Chaves, Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFPE, José Antônio Gonsalves de Mello, Professor Titular de História da UFPE, Renato Carneiro Campos, Diretor do Departamento de Sociologia do Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, João de Vasconcelos Sobrinho – Chefe da Estação Ecológica de Tapacurá e Titular da Disciplina de Ecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Acesso em <http://forumsuape.ning.com/page/historia-de-resistencia>

por outro lado, de mera reação suscitada por interesses feridos, a desses cidadãos preocupados com o bem-estar comum. O que há de relevante a examinar no que toca a Suape são variáveis que envolvem, inclusive, uma apreciação baseada em critérios puramente econômicos, dentro do figurino do mais rigoroso raciocínio analítico, da significação em termos sociais do projeto” [...] Toda a viabilidade do empreendimento, aliás, arrima-se em análises pouco cuidadosas, conforme transparece de detido exame do material preparado pelo consórcio responsável pelos estudos de base do projeto, sob a liderança da TRANSCON. De fato, o grupo técnico que definiu em documento para a DIPER a viabilidade de Suape buscou amparar-se em instrumentos metodológicos de rigor bastante discutível, usando para projeções que atingem até o ano 2005 hipóteses cuja solidez é frágil e cuja confiabilidade não merece respeito (FÓRUM SUAPE, 2017).

O manifesto foi uma tentativa de trazer a discussão para sociedade, mas como naquela época além de ser um contexto de ditadura, as questões ambientais ainda não eram consideradas relevantes e o manifesto foi avaliado como um olhar pessimista contra o desenvolvimento, emprego e a melhoria da vida dos pernambucanos, causando grande movimento de repúdio e repressão aos assinantes do manifesto: “[...] Ninguém, praticamente, se preocupava em 1972-1975 com ações em defesa do meio ambiente. O assunto era de baixa popularidade, para todos os efeitos, ignorado, e não havia um movimento ecologista atuante no país” (CAVALCANTI, 2008, p. 8).

Cavalcanti retoma a discussão sobre Suape mais recentemente, criticando os argumentos elaborados nos estudos e planejamentos do complexo:

A escolha do local –um espaço belíssimo, povoado de gente e contendo rios, praias, manguezais, matas, pomares de frutas e canaviais –, se justificava por existirem ali “condições naturais propícias” para a instalação de um porto com boa profundidade. Além de “disponibilidade de retroterra para realização de obras portuárias”, retroterra até então “ocupada apenas por canaviais e alguns resíduos de mata e pequenos sítios” – certamente desimportantes –, além de banhada por “vários cursos d’água, que podem ter um aproveitamento maior de apoio ao próprio porto (CAVALCANTI, 2008, p. 4).

Como as obras continuaram, em 1982, foi inaugurado o píer e em 1986 o primeiro berço do cais.

Em 1983 - terceiro momento - o porto dá início as suas atividades, seguido de sucessivas construções para atender as necessidades do complexo, que foram sendo implementadas de forma mais discreta devido à pouca atenção e menor recurso dispensado (PERNAMBUCO, 2011a).

Ganhou um pouco mais de ênfase no governo de Fernando Henrique Cardoso, que financiou a primeira etapa do porto interno com o Programa Brasil em Ação. Gumiero (2016) ressalta que neste período não teve uma política econômica prioritária e nem por programas de formação especializada. Em 2001 foi iniciada a segunda etapa de construção do porto interno e dos cais 2 e 3 (OLIVEIRA, 2015). A proposta formulada pelos documentos

governamentais de planejamento para o complexo tinha previsão para instalação dos seguintes segmentos em 1985: fertilizantes, cimento, alumínio metálico, unidade siderúrgica, transferência de derivados de petróleo do terminal portuário de Recife, sucroquímicas, construção de um estaleiro naval e de um terminal pesqueiro. Em 1986, as empresas de combustíveis que funcionavam ainda em no Porto de Recife foram transferidas para Suape. O financiamento nesse período foi proveniente de incentivo do governo federal e do Estadual, estímulo fiscal e dedução de impostos (GUMIERO, 2016). Em 1991, foi inaugurado o Cais de Múltiplos Usos dando relevância nacional ao Porto de Suape. Nesse período também houve expropriações de famílias do território (PÉREZ, 2016). Perez (2016) e Gumiero (2016) identificaram que nesse período não teve investimento significativo pelo Estado.

No quarto período, a partir de 2007 com o Programa de Aceleração do Crescimento, houve em Pernambuco forte articulação e mobilização político e empresarial para que o estado se tornasse o grande financiador de projetos industriais do então renomeado Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), de natureza administrativa parceria público-privada administrado pelo Governo do Estado de Pernambuco através da Empresa Suape, por autorização do governo federal, mediante convênio firmado em 9 de abril de 1992 (PERNAMBUCO, 2011a)

O Complexo Industrial Portuário de SUAPE encontra-se localizado no litoral sul do estado de Pernambuco, próximo à foz dos rios Tatuoca e Massangana, entre o Cabo de Santo Agostinho e o Pontal do Cupe, somando uma área territorial de 2.665,4 km² e população residente de 1.137.381 (IBGE, 2010).

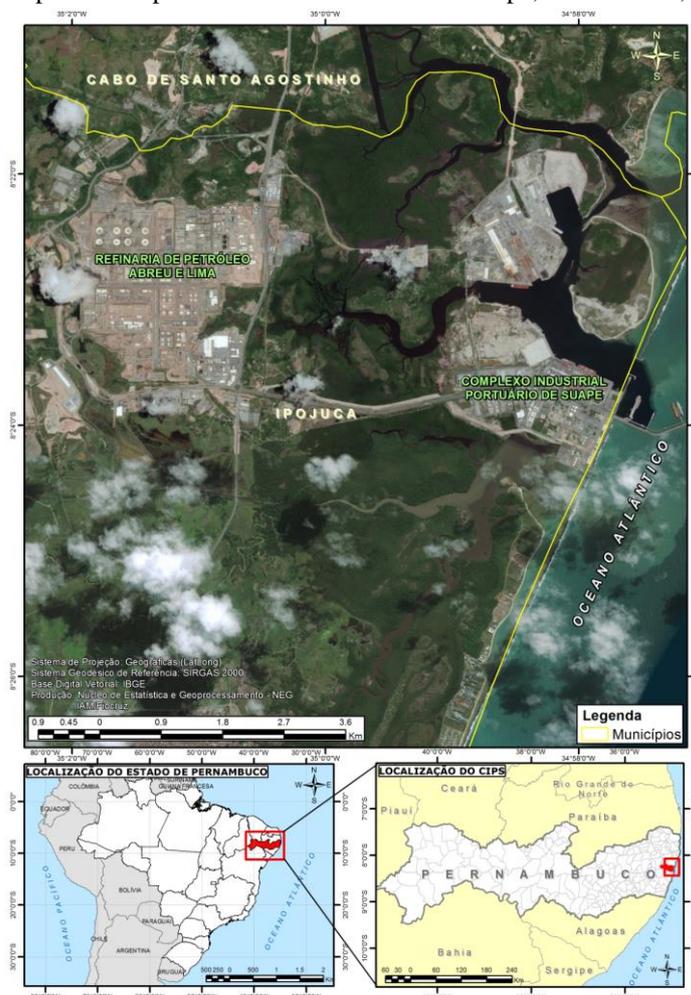
Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca são os municípios que sediam geograficamente o CIPS (Figura 5), e compõem a área de influência direta que vem sofrendo os maiores impactos, como o aumento populacional considerável nos últimos anos¹⁰. O território do CIPS abrangia grandes latifúndios que compreendem terras de antigos engenhos de cana de açúcar, atividade econômica presente historicamente na região. Possui cerca de 13 mil habitantes distribuídos em comunidades organizadas ao longo de anos em função da atividade produtiva da agricultura de subsistência (mandioca, fruteiras, feijão), coleta de frutos, pesca artesanal e cultura da cana de açúcar, especialmente as comunidade que foram constituídas em tornos dos engenhos (PÉREZ; GONÇALVES, 2012).

Esta região tem também uma economia movimentada pelo turismo devido ao seu litoral exuberante como as praias de Gaibu, Suape, Calhetas, mas que vem sofrendo drásticas

¹⁰ Cabo de Santo Agostinho passou de 129.512 habitantes em 1991 para 185.025 em 2010. Ipojuca praticamente dobrou, de 45.424 habitantes em 1991 para 80.637 em 2010. IBGE (2010).

modificações, sobretudo na diminuição de turistas mediante o aumento populacional predominantemente masculino no auge das obras (2009-2011) de construção dos Estaleiros Atlântico Sul e Vard Promar e da Refinaria Abreu e Lima (SANTOS, 2013).

Figura 05 - Mapa do Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco, Brasil



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

O Território Estratégico de Suape encontra-se interligado a mais de 160 portos presentes em todos os continentes, em estreita proximidade à capital pernambucana e apresenta forte centralidade em relação à região Nordeste, oferecendo abundância de recursos naturais, necessários ao processo de industrialização (PERNAMBUCO, 2011b; SANTOS, 2011).

Na fase de maior recebimento de investimento privado, de 2007 a 2010, o CIPS recebeu US\$ 17 bilhões para a implementação dos principais empreendimentos estruturadores, R\$ 62,3 bilhões do governo federal, pelo PAC, mais de R\$ 596 milhões de

investimento e inversões financiados pelo Governo de Pernambuco só no ano de 2010 (GUMIERO, 2016; OLIVEIRA, 2015).

No auge das obras, entre 2011 e 2012, Suape empregava mais de 50 mil pessoas. Segundo relatório do PAC em 2009 foram mais 46,7 mil novos empregos diretos e 150 indiretos, e apresentou um crescimento de 3,5% no Produto Interno Bruto, o maior do Nordeste (PERNAMBUCO, 2010).

Junto com o crescimento dos investimentos, teve um aumento significativo das expropriações de terras que se tornaram sistemáticas e que foram intensificadas devido ao Plano de Manejo do CIPS dividindo a área em seis zonas: zona industrial portuária, zona industrial periférica, zona central administrativa, zona de preservação ecológica, zona agrícola florestal e zona de preservação cultural, conforme Pérez (PÉREZ, 2016). Esta autora identificou nos documentos do CIPS (plano diretor e site) que tinha planejado a retirada de mais 17 comunidades do território por estarem na zona industrial portuária e zona de preservação ecológica.

A desmobilização de trabalhadores iniciadas com a finalização de grandes obras a partir de 2013, chega a ser comparada com a desmobilização de Brasília devido à falta de planejamento e o não pagamento de salários e direitos de milhares de trabalhadores que vieram de todas regiões do Brasil para Suape (FÓRUM SUAPE, 2017).

Dentre as principais obras de empreendimentos destacam-se: a Refinaria Abreu e Lima (RNEST), a Petroquímica Suape e o Polo Naval.

6.1.1 Refinaria Abreu e Lima (RNEST)

Em novembro de 2014 foram iniciadas as primeiras operações da RNEST, mas apenas uma unidade de refino (Trem I) ficou pronta e ainda com bastante atraso (Figura 6). Segundo o Relatório de Impacto Ambiental, esta seria a primeira refinaria “verde” construída no Brasil, por utilizar tecnologias que garantem baixos níveis de contaminação, baixo consumo energético e de água.

Recentemente houve vazamento de benzeno, repetindo os ciclos de desastres observados em outras refinarias mais antigas, no Brasil, que foram confirmadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo de Pernambuco e Paraíba (Sindipetro) e com alguns trabalhadores (CORREIA, 2017).

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da refinaria, as duas unidades de refino possibilitaram a utilização de vários tipos de petróleo que comportarão capacidade de

processamento de 230 mil barris de petróleo por dia. Com 70% da produção focada em diesel, a RNEST vai produzir diesel S-10 (concentração de 10 partes por milhão de enxofre), nafta, óleo combustível, coque de petróleo, GLP (Gás liquefeito de petróleo) (PETROBRAS, 2006).

Figura 06 – Foto da construção da Refinaria Abreu e Lima, CIPS/PE



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Figura 07 – Foto da Refinaria Abreu e Lima pronta, CIPS/PE



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

6.1.2 Petroquímica Suape

O Polo Petroquímico compreende um conjunto de empreendimentos que têm sido instalados nos últimos anos, voltados para a produção de três produtos: poliéster, PTA (ácido tereftálico purificado) e resinas PET (Polietileno tereftalato).

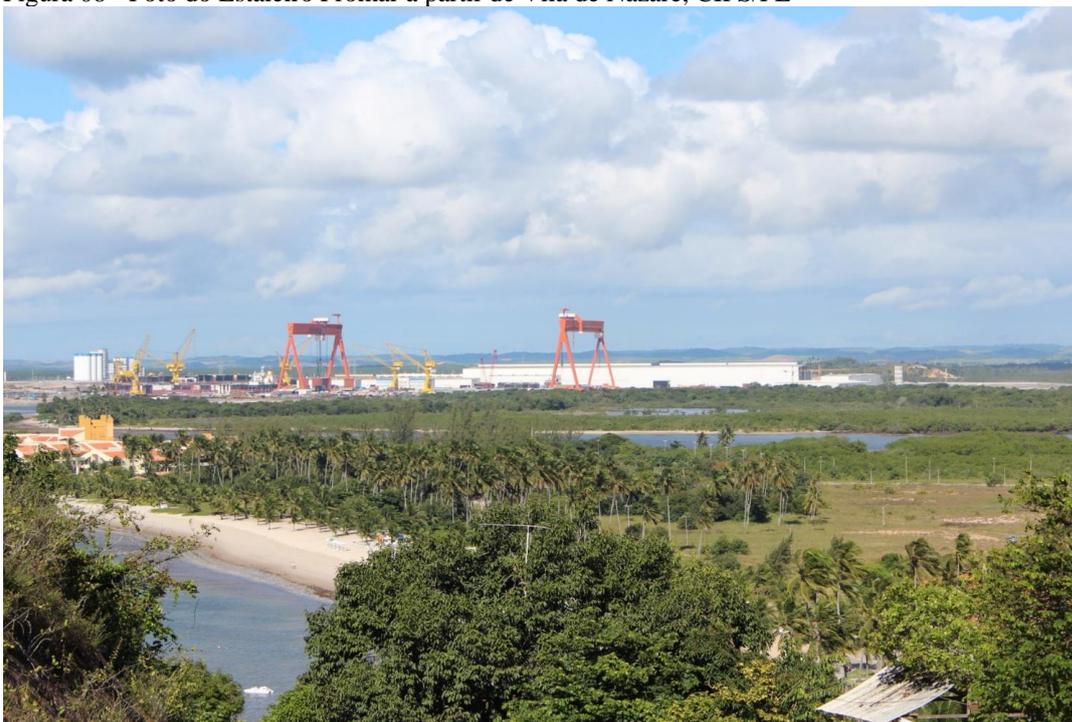
Em 2007, foi iniciada a construção da Petroquímica Suape, empresa da Petrobrás e em 2012 foi inaugurada. Segundo estudo da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2011), seus principais produtos e suas produções iriam gerar mais R\$ 7,9 bilhões. No início de 2017, a venda da petroquímica foi anunciada para a iniciativa privada com a alegação que a empresa estava gerando prejuízo, porém a venda foi barrada pela 2ª Vara da Justiça Federal em Sergipe que alegou que estava sendo negociada por R\$ 1,2 bilhões - valor muito baixo do investimento (R\$ 9 bilhões) (PERNAMBUCO, 2011; LÉLIS, 2017).

6.1.2 Polo Naval

Para compor o CIPS, tinha sido planejado também estruturação de um polo naval para fabricação de navios e plataformas e para tal, foram construídos dois estaleiros - o Atlântico Sul e o Vard Promar (Figura 8). As obras para construção do Estaleiro Atlântico Sul foram iniciadas em 2007, e a primeira produção de navio foi iniciada em 2008 e finalizada em 2010, com dois anos de atraso. O segundo estaleiro iniciou suas atividades em 2012.

Um exemplo da destruição de comunidade tradicionais em Suape é a Ilha de Tatuoca, que após o aterramento feito para a construção do Estaleiro Atlântico Sul, deixou de ser ilha, tendo um acesso por via terrestre. A comunidade, formada por pescadores artesanais, mesmo diante de resistência foram expropriados da ilha. As remoções ocorreram mediante negociação/expulsão com pequenas indenizações, pactuadas individualmente e de valor variado para cada família, fato que colaborou para a dispersão dessa população em territórios periféricos vizinhos (DOMINGUES et al., 2014; PÉREZ, 2016).

Figura 08 - Foto do Estaleiro Promar a partir de Vila de Nazaré, CIPS/PE



Fonte: elaborado pela autora, 2012.

O último habitante nativo a ser expropriado da ilha foi Severino da Silva - Seu Biu, que morava desde criança na ilha, foi expulso por vigilantes e policiais armados que derrubaram a casa dele no dia 04 de abril de 2016 (FÓRUM SUAPE, 2017).

Figura 09 - Imagem da localização da Ilha de Tatuoca, Ipojuca/PE.



Fonte: Fórum Suape, 2017.

Figura 10 - Escombros da casa destruída de Seu Bui. Ilha de Tatuoca, Ipojuca/PE.



Fonte: Fórum Suape, 2017.

6.1.2 Cenas de um ecocídio¹¹

Esta nova configuração com a instalação de indústrias de alto poder poluidor (refinaria, petroquímica, estaleiros) modifica a lógica de organização estabelecida no território e contribui para mudanças epidemiológicas importantes que requerem atenção e planejamento dos gestores de saúde, além de introduzir novos fatores de riscos e perigos para a saúde da população. Vale ressaltar que a indústria do petróleo é um dos empreendimentos com maior potencial poluidor, seja na atmosfera, nas águas e ou no solo – o que contribui para uma contaminação não apenas localizada, mas em escala global, gerando impactos negativos no ambiente e na saúde das populações, e participando ativamente, também, das mudanças climáticas e do aquecimento global (MARIANO, 2001).

A contradição de vivenciarmos de um lado os avanços científicos e tecnológicos como colaborador da melhoria da qualidade de vida (aumento de empregos, redução da prevalência de determinadas doenças associadas à fome e às pestilências) por outro, o surgimento de novos riscos, como os de origem química e de impacto socioambiental, situação característica das regiões industrializadas pela cadeia produtiva do petróleo, certamente o resultado desta

¹¹ Ecocídio é um conceito que se baseia nos danos ecológicos com destruição ambiental simultaneamente grave, extensa e duradoura de um determinado território e coloca em perigo a sobrevivência das pessoas (custos sociais e econômicos) e demais ecossistemas (fauna e flora). “é identificado com base na violação deliberada ou negligente dos direitos humanos e de acordo com os seguintes critérios: (1) danos ecológicos graves e extensos ou duradoura, (2) consequências internacionais e (3) produção de resíduos (GRAY, 1996, p. 216).

equação será exposição a substâncias químicas da população trabalhadora e residente dessas localidades e arredores. Mesmo que consideremos apenas a dimensão biológica, podemos afirmar que a saúde humana das populações expostas a estas substâncias químicas está sujeita a uma multiplicidade de possíveis efeitos, tais como a teratogênese, a carcinogênese, a mutagênese e danos a órgãos-alvo específicos (AUGUSTO; FREITAS, 1998; GURGEL et al., 2009).

Dentro do espectro das 70 mil substâncias químicas que são utilizadas na vida cotidiana, apenas em torno de seis mil já passaram por alguma avaliação em relação aos riscos que oferecem às pessoas e ao ambiente (AUGUSTO; FREITAS, 1998).

Por ser considerado um empreendimento de alto poder poluidor e causador de danos à saúde e ao ambiente, são exigidos pelos órgãos ambientais Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), ordenamento territorial, auditoria ambiental, ações de educação ambiental entre outros para obtenção da sua licença de implantação, além de ser necessário o monitoramento das fontes de poluição e a promoção da participação da sociedade civil nas questões do gerenciamento ambiental (através de conselho ambiental e da saúde, comitês de Bacia hidrográfica, ONGs, organizações comunitárias, audiências públicas, etc.).

Os EIA/RIMAS podem ser instrumentos estratégicos para promover o diálogo entre sociedade, empresas e instituições governamentais, e a qualidade da sua elaboração e execução é um dos primeiros passos para que uma obra industrial seja realizada respeitando a legislação ambiental e apresente proposta de mitigação. Considerar os aspectos relativos à saúde nos EIA é, portanto, incorporar os determinantes sociais da saúde nos contextos onde se desenvolve a vida social, incorporando a preocupação com a sustentabilidade no modelo de desenvolvimento adotado (SILVA, 2009; VAZ; FREITAS, 2002).

Vários problemas fazem parte do cenário de impactos negativos da implantação de uma refinaria de petróleo e consequente produção de derivados e resíduos, e nesse cenário, o licenciamento ambiental surge como o principal mecanismo público de prevenção ou precaução a ser seguido no momento da implantação de ameaças à saúde e ao ambiente nos territórios. Apesar do caráter preventivo, no EIA da RNEST os efeitos à saúde não foram devidamente considerados. Os estudos se limitaram a analisar o ambiente físico e biológico. Com um enfoque exclusivamente conservacionista, aspectos sociais e a relação dos impactos ambientais com a saúde das comunidades e dos trabalhadores não foram aprofundados. A exclusão dos possíveis impactos à saúde humana e a negação da incomensurabilidade dos valores ambientais demonstram a falta de uma abordagem ecossistêmica para o complexo

problema socioambiental e de negociação sobre medidas a serem tomadas com os sujeitos sociais envolvidos (AUGUSTO, 2009; GURGEL, 2009; GURGEL et al, 2011; SILVA, 2009).

Segundo Silva (2009), em pesquisa avaliativa sobre o EIA/RIMA da RNEST foi constatado que o Estudo não apresentou em seu escopo os dados relativos à saúde e seus impactos potenciais à saúde humana, análise que obrigatoriamente deveria constar. Identificou-se também que não foram aprofundadas as questões sociais e a sua relação com os impactos ambientais e com a saúde dos trabalhadores e comunidade potencialmente exposta e nem a apresentação e defesa através de convocação ampla e democrática da sociedade civil.

Estudos recentes apontam que o planejamento urbanístico das cidades na área de abrangência de Suape, no entanto, não foi favorecido com infraestrutura para atender à necessidade criada pelo rápido desenvolvimento. Conforme um número crescente de estudos, saúde, educação, trabalho, e condições dignas de vida não foram atendidos, pelo contrário, a nova industrialização em Suape deixou a população ainda mais vulnerada (ALVES, 2016; DOMINGUES et al., 2014; GURGEL et al., 2009; MARQUES, 2014; OLIVEIRA, 2010; PÉREZ, 2016; SANTOS, 2011, 2013; SILVA; SANTOS; et al., 2013;).

Considerando-se que o setor saúde tem um papel central na garantia da qualidade dos territórios para o desenvolvimento humano, como observado por Lopes (2010), houve modificações relevantes no comportamento das endemias analisadas (dengue, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose e tuberculose), nos municípios do território do CIPS, sendo em sua maioria negligenciadas pelas autoridades sanitárias. Essas modificações não são geradas apenas por fatores de ordem biológica, mas principalmente por ambientais, sociais, econômicos e histórico-culturais (OLIVEIRA, 2010).

Torres (2010) observou que os municípios que sediam o CIPS são os que possuem maiores taxas de violência no trânsito na sua análise do período de 2001 a 2008, sendo os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, o que tiveram as maiores taxas respectivamente. É importante ressaltar que estes dados não representam a realidade devido a subnotificação dos sistemas de informação e ao período analisado. A partir de 2008, as obras entraram em seu ápice e com o maior número de trabalhadores nas construções (TORRES, 2010). A violência no território é um fator que contribui para a maior vulnerabilidade juvenil à violência, principalmente a população de jovens negros. Conforme estudo desenvolvido em 2015, o município de Cabo de Santo Agostinho apresentou altos índices de mortalidade por homicídio e por acidentes de trânsito, indicadores de desigualdades e pobreza, ocupando o primeiro lugar do ranking nacional de municípios (BRASIL, 2015).

Cabo e Ipojuca estão entre os cinco primeiros municípios do ranking dentre as maiores taxas de incidência de AIDS em Pernambuco (GALVÃO NETO, 2013). Araújo (2012) identificou o aumento da violência e do consumo de droga e o crescimento do índice de exploração sexual de crianças e adolescentes (ARAÚJO, 2012). Tem sido noticiado pelos boletins epidemiológicos também altos índices de casos de sífilis.

Barros ressalta a necessidade de uma maior vigilância epidemiológica no casos de neoplasias, pois decorrente da instalação de um polo petroquímico e a exposição de trabalhadores e moradores do entorno, aos derivados e efluentes do petróleo, há alta evidência câncer associados a esses produtos químicos, como por exemplo o benzenismo e câncer de pulmão (BARROS, 2010).

Dentre os acontecimentos da região industrial de Suape, pode-se destacar o crescimento vertiginoso da especulação imobiliária, dos processos migratórios e do fluxo de veículos. A privatização das estradas; o deslocamento de comunidades tradicionais e o aumento das favelas são alguns dos muitos aspectos que estão afetando negativamente o perfil sócio sanitário das populações (DOMINGUES et al., 2014; MARQUES, 2014).

Pérez (2016) relata que dentre os três momentos de intensificação dos despejos nas comunidades do entorno do CIPS (na década de 1970, com a construção do porto de Suape, na década de 1990 com a reformulação portuária e nos primeiros anos do século 21 com a ampliação do polo industrial) este último foi o que mais expropriou as famílias para construção de indústrias.

Observa-se que as modificações em seu território de abrangência estão transformando perfil de morbimortalidade das populações que nele vivem e trabalham. Para um monitoramento da sustentabilidade socioambiental desse processo de desenvolvimento é requerida a construção de indicadores a partir dos contextos de locais de risco, perigos e adoecimento por ele gerados, fazendo-se necessário o estabelecimento de processos de investigação que apontem para novos caminhos para a saúde coletiva numa perspectiva participativa e emancipatória, embasada nem uma abordagem ecossistêmica da Saúde, construindo saberes a partir dos sujeitos históricos.

Não se pode ignorar a percepção dos perigos e os conflitos socioambientais dos atores sociais envolvidos e/ou atingidos pelos processos produtivos industriais. Estas preocupações precisam ser revertidas em ações de promoção, proteção e cuidado da saúde, ajudando-os a sair da situação de vulnerado, ou seja, de população afetada. A promoção da saúde e da sustentabilidade socioambiental dever ser pautada em uma nova forma de ciência bioética e sensível, bem como em novas práticas institucionais, técnico-científicas e sociais, que

reconheçam a complexidade dos problemas e busquem estratégias amplas, integradas e participativas para o enfrentamento e mitigação dos danos (SCHRAMM, 2012).

6.2 Injustiça ambiental - Mapeamento dos conflitos em Suape

Nem tudo o que enfrentamos pode ser mudado. Mas nada pode ser mudado
enquanto não for enfrentado
James Baldwin

Com todo ciclo industrial recente vivenciado no território de Suape, foi possível realizar um levantamento dos conflitos ambientais ocorridos nos últimos anos, descrever e interpretar seus significados e interesses e como se deu essas relações entre grupos em situações de conflitos, quais principais temáticas reivindicadas, e como isso têm refletido e/ou gerado problemas relativos ao meio ambiente e a saúde desses grupos. Este levantamento não pretendeu alcançar todos os conflitos existentes, tarefa talvez impossível de ser alcançada por completo, tanto devido à dinamicidade dos acontecimentos, como pela amplitude e singularidades do território, mas apresenta um panorama representativo dos embates que os grupos populacionais locais têm enfrentado.

Após o agrupamento dos 185 conflitos inicialmente identificados, 49 tipos diferentes de conflitos foram categorizados em quatro subtipos: 01- Disputa pela terra/moradia; 02 - Questões socioambientais; 03- Questões trabalhistas e 04 - Violência contra moradores locais.

Essa categorização não significa que o conflito analisado tenha sido apenas sobre uma ou outra categoria. Na verdade, os problemas identificados nos conflitos são complexos e muitas vezes, uma questão está imbricada a outra, o que não exclui que nos conflitos identificados como tema trabalhista, também tenham questões ambientais, de violência ou de disputa de terra. Porém, procurou-se identificar a categoria mais presente com o intuito de fazer uma sistematização analítica.

A disputa de terra/moradia está presente em 36,7% do total dos conflitos deste mapeamento, configurando assim uma das principais temáticas envolvidas, reforçando o conhecimento de que a expansão capitalista brasileira visa à busca de recursos naturais e terra, como é o caso do Complexo Industrial Portuário de Suape, onde a disputa por terra e os processos de desterritorialização de famílias para construção das indústrias e obras de infraestrutura para o CIPS tem sido problema de grande magnitude. Cenário semelhante foi evidenciado por Porto et al (2013) em estudo sobre injustiças e conflitos relacionados a produção de energia limpa no Brasil.

As questões socioambientais, também aparecem como uma das principais temáticas dos conflitos (24,5%). Todo processo de construção de Suape se deu sobre a zona costeira e área de manguezais, que além de ser fundamental para a manutenção da reprodução da flora e fauna também o é para a reprodução social das comunidades historicamente dependentes desse ecossistema. A perda das condições de subsistência está ligada a perda dos recursos naturais nesse território.

Essa relação sociedade-ambiente abrange também o trabalho. 24,5% dos conflitos foram identificados como dessa categoria.

A maior frequência desses conflitos se deu em torno das grandes obras do CIPS, momento que envolveu milhares de trabalhadores, cerca de 45.000. Na análise das reivindicações realizadas nos processos de paralização grevista, observa-se que as reivindicações são diversificadas a exemplo das precárias condições de trabalho e descumprimento e perda de direitos trabalhistas, tais como: atrasos salariais, precarização do trabalho, demissões injustas e coletivas, atraso no pagamento de horas extras, alimentação contaminada, alojamentos impróprios, assédio moral, armazenamento inadequado de produtos químicos (coque de petróleo).

Por falta de pagamento na rescisão contratual, cerca de 18.000 trabalhadores impetraram processos na Justiça do Trabalho. 14,3% das violências foram identificadas como sendo contra os moradores locais, entre eles famílias dos trabalhadores, que sofrem assim um processo continuado de violência, revelando que há entre esses processos interdependência, isto é, não são isoladas.

A distribuição dos conflitos por ano revela que parte são períodos prolongados. Desde 2005, quando as obras do Complexo de Suape são anunciadas, em processo comemorativo, os conflitos já se iniciaram. Mas, com a finalização das obras de instalação do Estaleiro Atlântico Sul em 2008 e o início da terraplanagem da Petroquímica é quando ocorrer um dos picos de conflitos (gráfico 01).

A partir de 2011, o número de conflitos é ascendente. Na medida em que as obras para os maiores empreendimentos avançam, obras menores (indústrias secundárias e obras de infraestrutura como pontes, rodovias) também desencadeiam diversificados conflitos no território.

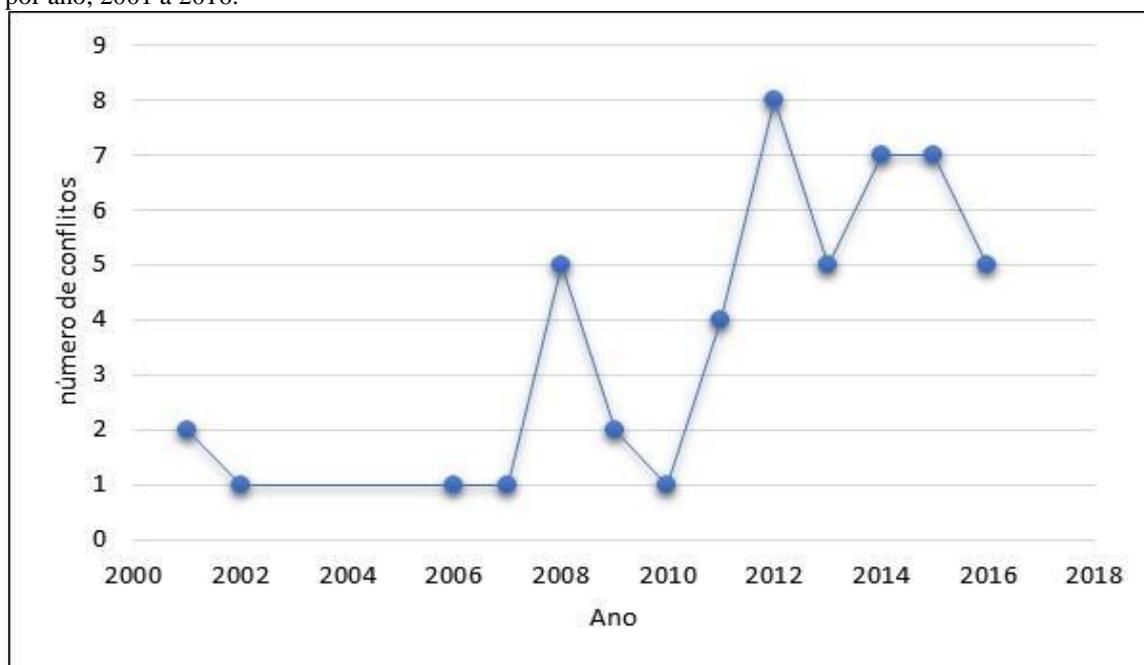
Em 2012, após o auge da movimentação de trabalhadores da construção pesada, é iniciada a desmobilização de mão de obra, ao mesmo tempo em que aumentou a pressão para a retirada de famílias das comunidades que ainda resistiam permanecer no território.

As dragagens do canal de Suape foram iniciadas e intensificadas até o ano de 2016, também gerando conflitos com os pescadores e marisqueiras. Diversas denúncias com apoio de instituições de proteção aos direitos humanos nacionais e internacionais, foram feitas, incluindo a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU).

Segundo uma das denúncias, impetradas pela Colônia de Pescadores Z-8 da Praia de Gaibu, por exemplo, parte da areia retirada do canal portuário pelas dragas foi utilizada para fazer engorda da orla da praia de Barra de Jangada, Candeias e Piedade, na Região Metropolitana do Recife, causando poluição das águas e desmatamento do mangue, com grande desequilíbrio ecológico para a fauna e flora marinha e costeira. Ainda hoje pode-se observar formações com acúmulo de areia que foi dragada em áreas de manguezal, desconfigurando aquele ecossistema.

Entre 2015 e 2016, além da desmobilização de trabalhadores da construção pesada, foram anos marcados por acirramento da violência da polícia militar e da milícia de Suape, contra os trabalhadores e moradores.

Gráfico 01 - Distribuição dos conflitos ocorridos no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco por ano, 2001 a 2016.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

A cartografia crítica proporciona o vínculo entre o conhecimento geográfico e o poder. O Mapeamento ao ilustrar processos, formas e acontecimentos relacionados à injustiça socioambiental facilitam a compreensão espacial das coisas e poder estratégico para promover

a transformação social e servir de ferramenta para o ativismo e a luta por justiça social (CRAMPTON; KRYGIER, 2008).

A seguir serão expostas análises sobre o conjunto de aspectos dos conflitos identificados, que se torna possível a partir de um diálogo com diversos campos relacionados aos temas analisados.

6.2.1 Localização dos conflitos em Suape

A categoria de conflitos por terra/moradia, foi o tema mais frequente nos 49 conflitos analisados. 67% dos conflitos estavam na área rural, 29% no distrito industrial e 4% na área urbana.

Acsehrad (2005) nos traz a compreensão de que as questões ambientais resultam de conflitos sociais entre interesses privados e bens coletivos que se desenrolam na tensão entre os múltiplos usos dos recursos naturais num dado território ou espaço. Em Suape, que tem uma extensão territorial grande, baixa densidade demográfica e muita área de mata atlântica e mangue que não são habitadas se caracteriza como área rural.

No meio rural, rural historicamente, desde os tempos da colonização, os conflitos ocorrem de forma mais extensa, brutal e agressiva, principalmente nos desrespeitos aos direitos fundamentais (ACSELRAD, 2005; PORTO et al., 2013).

No caso da região onde se instala o Complexo Industrial Portuário de Suape, há ainda áreas rurais, costeiras, com populações tradicionais de caiçaras, quilombolas e camponeses vivendo nesse território, e invisibilizadas no projeto de desenvolvimento dos empreendimentos.

A representatividade dos conflitos encontrada na área de distrito industrial reflete as questões trabalhistas, envolvendo, principalmente, os trabalhadores das indústrias de Suape, expressando assim a situação e condições de trabalho a que esses trabalhadores estão expostos.

Apesar de numericamente menor, os conflitos urbanos identificados são apenas a ponta de um iceberg. A intensa imigração e o crescimento da periferia nas cidades, desprovidas de infraestrutura urbana e submetidas a enormes desigualdades sociais são palco de graves conflitos. No entanto, a chegada recente dessa gente desterrada se dá por um processo de intensa desagregação social, o que leva tempo até que esses grupos humanos se organizem comunitariamente para empreenderem lutas de resistência e defesa de direitos. Conforme atestam os dados demográficos (CABO DE SANTO AGOSTINHO, 2003), a

expulsão da população do campo, intensificando a proliferação de bolsões de pobreza nas cidades tem sido uma constante na história do desenvolvimento econômico-social do Brasil.

6.2.2 Distribuição dos conflitos entre os municípios do entorno de Suape

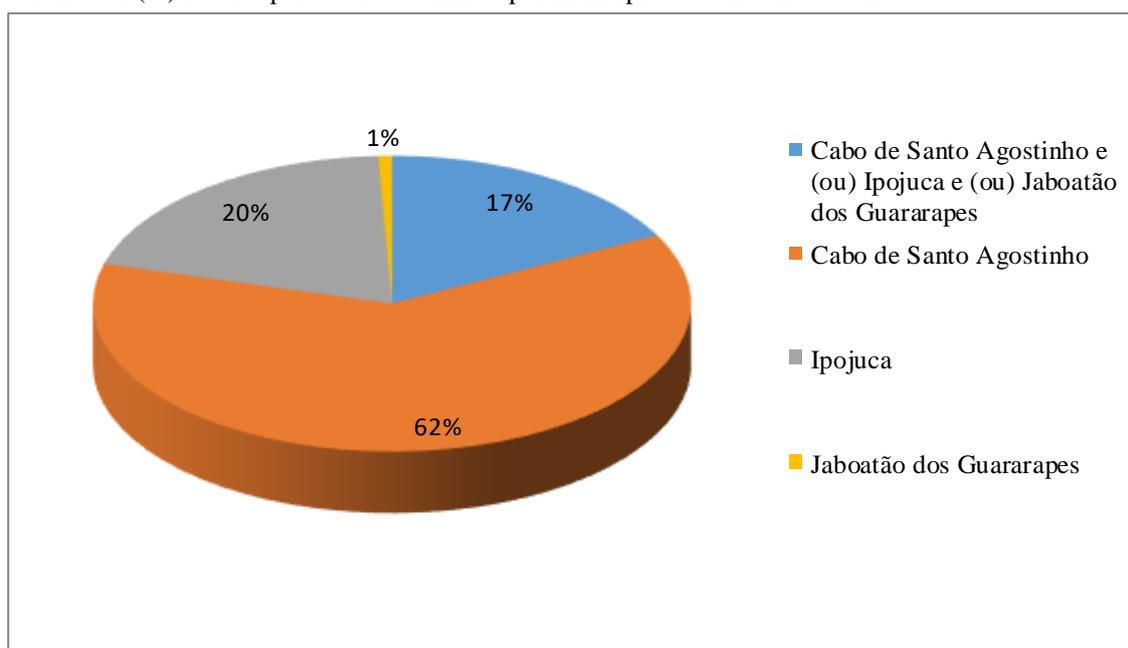
Os conflitos podem envolver simultaneamente mais de um município. Entre os conflitos, dois grupos não apresentaram localização específica: as comunidades do distrito industrial e outras do seu entorno. Faltaram informação nas bases de dados para essa caracterização (gráfico 2).

O município de Cabo de Santo Agostinho possui a maioria das comunidades com 75% (n= 33) dos conflitos encontrados. Ipojuca possui 23% (n=10) e Jaboatão dos Guararapes apenas com 2% (n=1).

Isto pode ser explicado pelo processo histórico na formação de comunidades que datam desde a época do período colonial brasileiro, historicamente relacionadas ao monocultivo de cana-de-açúcar no litoral pernambucano e organizadas em função de atividades da agricultura e da pesca artesanal, como meio de subsistência.

Como o CIPS foi implementado nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, percebe-se a maior proporção de conflitos socioambientais nas comunidades deste território devido à proximidade com as indústrias.

Gráfico 02 (%) relativa pelo total de conflitos por municípios do território do CIPS



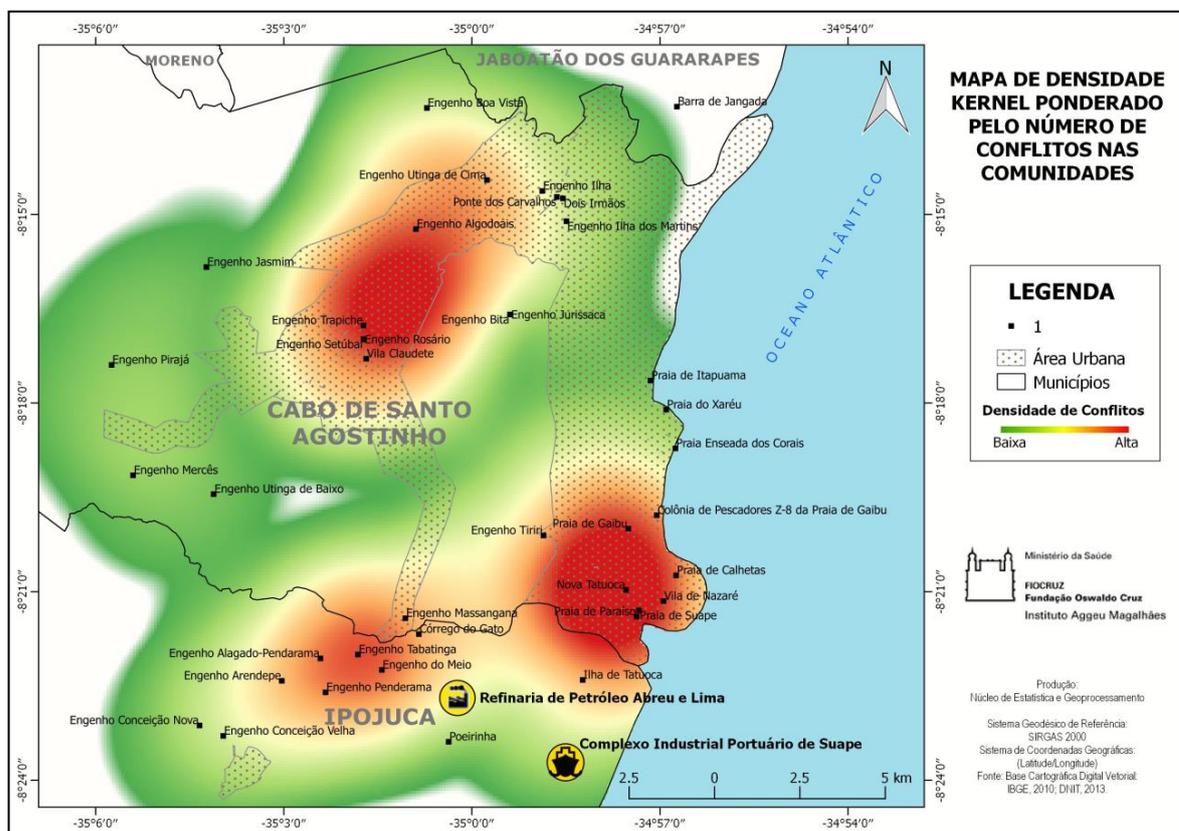
Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nota: existem conflitos que podem pertencer tanto a um quanto a outro município.

6.2.3 Distribuição dos conflitos entre as comunidades no território de Suape

Ao detalhar a incidência dos conflitos entre as comunidades, observa-se que essas têm a seguinte denominação: Os Engenhos Algodoads, Serraria, Trapiche, Rosário e a comunidade de Vila Claudete, pertencentes ao município de Cabo de Santo Agostinho, apresentam uma concentração na densidade de distribuição dos conflitos. Outro padrão na distribuição da densidade aparece entre as comunidades de Nova Tatuoca, Engenho Tiriri, entre as praias de Gaibu, Paraíso e Calhetas, Vila Suape, Vila Nazaré, Colônia de pescadores Z-8 e a Ilha de Tatuoca, esta última localizada no município de Ipojuca. É importante observar que as comunidades Ilha de Tatuoca e Nova Tatuoca se referem ao mesmo grupo populacional que foi desterritorializado da Ilha e foi reterritorializado no conjunto habitacional (Nova Tatuoca). O último padrão observado na concentração espacial dos conflitos é constituído por seis comunidades, cinco presentes no município de Ipojuca, como os Engenhos Tabatinga, do Meio, Penderama, Arendepe, Córrego do Gato e o Engenho Massagana, localizado no território de Cabo de Santo Agostinho (Figura 11).

Figura 11 - Mapa da Densidade Kernel ponderado pelo número de conflitos nas comunidades no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco, 2001 a 2016.

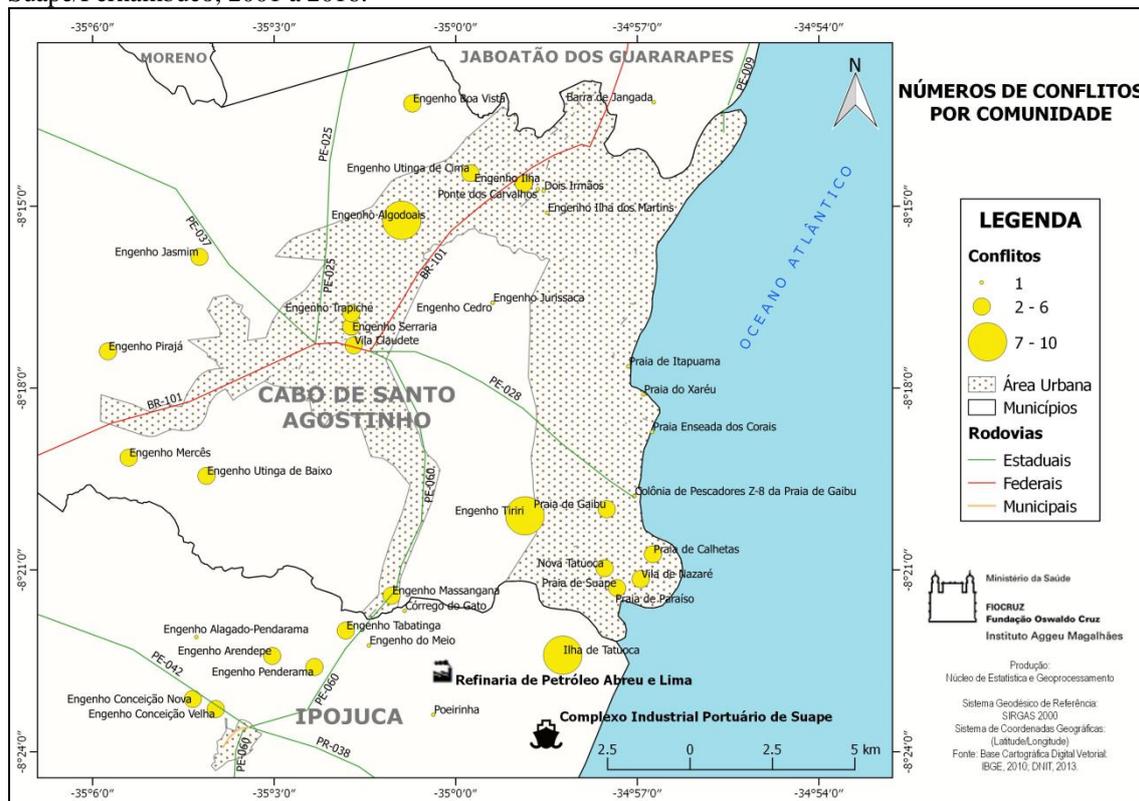


Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Observa-se que as comunidades dos Engenhos Algoduais e Tiriri, assim como da Ilha de Tatuoca, apresentam ao longo dos anos, a maior quantidade de conflitos registrados nas fontes de dados (Figura 12). Os moradores de Tatuoca enfrentaram intensos conflitos e vivenciaram situações de violência provocada pela polícia e seguranças particulares da administração do CIPS, que ficavam vigiando os moradores, impedindo a construção e/ou manutenção de suas casas, monitorando a circulação de pessoas e ameaçando. Os moradores, se organizaram e protestaram contra a coerção e ganharam visibilidade de pesquisadores, organizações não governamentais e instituições de defesa dos direitos humanos e de certa forma, da mídia local. Da mesma forma, Engenho Algoduais e Tiriri sofreram pressão para sair do seu território. A primeira teve parte de sua comunidade expulsa para a construção de uma fábrica de carros que acabou sendo construída no litoral norte de Pernambuco, e Tiriri, para a construção de uma estrada para os caminhões dos estaleiros Promar.

Porém, isso não significa que nas demais localidades não tenha relevante ocorrência de conflitos e injustiças. Nas visitas de campo e observação participante nas reuniões do Fórum Suape e audiências públicas, foi possível verificar surgimento de situações de vulnerabilidade social e conflitos em todo o território, porém de forma mais invisibilizada, seja devido à distância de uma casa para outra, e/ou o isolamento de determinada comunidade, seja pela forma que se dão os processos de desterritorialização. Grande parte desses processos são iniciados de forma individualizada e não por comunidade. Dessa forma, conseguem dar um caráter individual aos processos e evita a organização coletiva entre moradores de uma mesma localidade, rua ou vila. A comunidade de Mercês, por exemplo, foi dividida em quatro com a construção de rodovias e da Refinaria Abreu e Lima e o processo de desterritorialização se deu de forma diferenciada em cada uma dessas divisões: enquanto uma parte delas foi totalmente desocupada, a outra conhecida como Poerinha, conseguiu tornar-se mais unida, o reconhecimento como comunidade Quilombola e ainda permanece resistindo à expulsão.

Figura 12 - Mapa de distribuição de conflitos por comunidade no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco, 2001 a 2016.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

A relação espacial dos problemas nos ajuda a identificar os locais onde ocorreram os principais conflitos identificados: processos de desapropriação de suas terras, a violência, as degradações ambientais e diversos outros impactos sociais e culturais, aos quais serão discutidos mais adiante.

6.2.4 Relação entre as comunidades e os conflitos presentes no território

O grupo de outras comunidades do entorno do CIPS não identificadas aparece com o maior número de conflitos (37%). As comunidades pertencentes aos Engenhos Algodois (20%), Tiriri (16%), Ilha de Tatuoca (14%), os Engenhos de Massagana (12%), Serraria (12%) e Tabatinga (12%), se destacam logo em seguida. Posteriormente, apresenta-se o Distrito Industrial e Vila Suape com (10%) dos conflitos, Engenhos Boa vista, Gaibu e Aredepe com (8%), Engenho Pirajá e Vila Claudete aparecem com (6%) dos conflitos. Mais adiante, percebe-se um padrão na distribuição no número de conflitos, no qual 14 comunidades apresentaram-se com (4%) dos conflitos e outras 18 comunidades, apresentaram-se cada uma possuindo (2%) do total de conflitos (Tabela 01).

Os dois grandes grupos: outras comunidades do entorno do CIPS não especificadas e comunidades do distrito industrial, somado todos os conflitos, correspondem a (47%), do total, considerando-se as comunidades e municípios simultaneamente.

A relação entre as comunidades e os conflitos mapeados apresenta-se ligada principalmente aos processos de expropriação de terras dos moradores. Foi possível identificar que todas as comunidades em conflito aparecem relacionadas à alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território. Relacionados a esse contexto, estão o desemprego, favelização, perda de paisagem/sentido de lugar, perda de subsistência e violência. Os problemas de saúde envolvendo doenças mentais, depressão e suicídio foram identificados, e estão relacionados a esse cenário de insegurança, medo, desesperança observados entre os moradores. Relatos de despejos arbitrários e o pagamento de indenizações irrisórias, nos processos de desapropriação do território constituem enormes injustiças sociais e causas de conflitos. Todas as comunidades envolvidas apresentam movimento de resistência, tais como movimentos de protestos e de criação de comissões representativas de tipo reivindicativa.

A violência apresenta-se com frequência nos conflitos sob a forma de ameaças, torturas e espancamentos. As denúncias apontam como agentes agressores os vigilantes do Complexo Industrial Suape e policiais militares.

Os impactos negativos ao ambiente também foram temas recorrentes em todas as comunidades tais como: processos de contaminação do mar, do solo e das águas, com perda de biodiversidade do mangue, da fauna e da flora em geral.

A falta de condições dignas de trabalho, baixos salários, vínculos precários, assédio moral de supervisores e chefes, dentre outros, foram identificados na análise dos conflitos envolvendo os trabalhadores.

Pode-se afirmar que o processo de industrialização atinge essas comunidades em variadas esferas de suas vidas: na sua cultura, crença, identidade, saúde, moradia, segurança e também em seu trabalho e ambiente assim como foi identificado por Rigotto (2008) em outros contextos industriais

Percebe-se que a instalação e operação das empresas localizadas em Suape se relacionam de alguma forma com os problemas socioambientais e de saúde das populações. Por isto, pode-se dizer que se trata de um processo de determinação socioambiental. Segundo Porto et al (2013), esses problemas derivam de injustiças e conflitos ambientais que decorrem de disputas entre os interesses das comunidades locais e grandes corporações beneficiadas por

atividades econômicas. Essa destruição dos ecossistemas e dos sistemas de reprodução da vida vão participar do contexto de vulneração observado nessas comunidades.

Tabela 01 - Distribuição dos conflitos ocorridos no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco por município e comunidade, no período de 2001 a 2016.

(Continua)

N	Comunidade	Município	F	Valor relativo pelo total de conflitos %
1	Outras comunidades do entorno do CIPS não especificadas	Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca ou Jaboatão dos Guararapes	18	37
2	Distrito Industrial (trabalhadores do CIPS)		5	10
3	Engenho Algodoads	Cabo de Santo Agostinho	10	20
4	Engenho Tiriri		8	16
5	Engenho Massangana		6	12
6	Engenho Serraria		6	12
7	Vila de Suape		5	10
8	Engenho Boa Vista		4	8
9	Praia de Gaibu		4	8
10	Engenho Pirajá		3	6
11	Vila Claudete		3	6
12	Engenho Ilha		2	4
13	Engenho Jasmim		2	4
14	Engenho Mercês		2	4
15	Engenho Rosário		2	4
16	Engenho Setúbal		2	4
17	Engenho Trapiche		2	4
18	Engenho Utinga de Baixo		2	4
19	Engenho Utinga de Cima		2	4
20	Nova Tatuoca		2	4
21	Praia de Calhetas		2	4
22	Vila de Nazaré		2	4
23	Engenho Bitá		1	2
24	Colônia de Pescadores Z-8 da Praia de Gaibu		1	2
25	Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti		1	2
26	Dois Irmãos		1	2
27	Engenho Cedro		1	2
28	Engenho Garapo		1	2
29	Engenho Ilha dos Martins		1	2
30	Engenho Jurissaca		1	2
31	Ponte dos Carvalhos		1	2
32	Praia de Itapuama		1	2
33	Praia de Paraíso		1	2
34	Praia do Xaréu		1	2
35	Praia Enseada dos Corais		1	2

Tabela 01 - Distribuição dos conflitos ocorridos no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco por município e comunidade, no período de 2001 a 2016.

(Conclusão)

N	Comunidade	Município	F	Valor relativo pelo total de conflitos %
36	Ilha de Tatuoca	Ipojuca	7	14
37	Engenho Tabatinga		6	12
38	Engenho Arendepe		4	8
39	Engenho Conceição Nova		2	4
40	Engenho Conceição Velha		2	4
41	Engenho Penderama		2	4
42	Córrego do Gato		1	2
43	Engenho Alagado-Pendarama		1	2
44	Engenho do Meio		1	2
45	Poeirinha		1	2
46	Barra de Jangada		Jaboatão dos Guararapes	1
Total de conflitos identificados por comunidade			135	276

Fonte: Elaborado pela autora, 2017

Nota: Cada conflito pode envolver várias comunidades simultaneamente

6.2.5 Grupos populacionais envolvidos nos conflitos

A região do entorno de Suape é um território amplo que congrega diferentes grupos populacionais desde a sua origem. Conformado por muitos Engenhos, várias das comunidades tem forte relação com o campo, seja para agricultura de subsistência como para o cultivo da cana de açúcar, economia que perdurou no território desde o Brasil escravagista, sofrendo uma desmobilização com a criação e ampliação do CIPS.

Outra parte de suas comunidades, tem uma relação histórica com as águas marinhas, dos mangues e da foz dos rios, tendo como principal atividade, a pesca e a coleta de mariscos e caranguejos. Tem pequenos grupos remanescentes de quilombos, como a comunidade das Onze Negras e o Engenho Mercês, e praticamente não há mais grupos indígenas, pois foram dizimados (PÉREZ, 2016). O crescimento do turismo a partir dos anos 1970, aos poucos, foi sendo também, fonte de sobrevivência e economia local de muitos dos moradores, mediante a prestação de serviços.

A chegada da indústria serviu para destruição ambiental, que se inicia pelas desapropriações dos moradores de seus territórios, além de não levar em consideração as necessidades, insatisfações e angústias desta população, demonstrando a não participação dela nos processos decisórios (BEZERRA, 2014). Com a chegada do Porto do Suape, começa a

expulsão de moradores de suas casas, cuja população, invisível aos olhos da sociedade, sofre uma opressão de forma cruel para abandonar os seus sítios, as suas residências, e assim, abandonar o seu modo de vida, para um território com características totalmente diferente daquelas até então vivenciadas, o que tem gerado problemas de diversos níveis (COSTA, 2013).

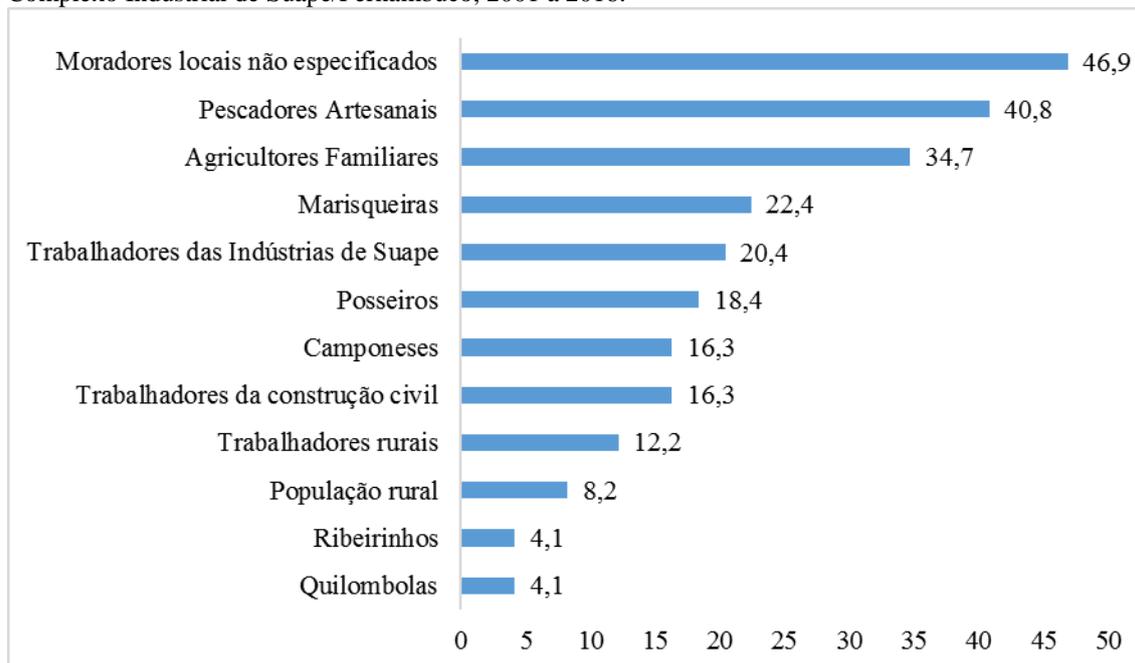
Observa-se que entre os moradores locais, excetuando-se a categoria “não especificados¹²” os pescadores artesanais é o maior contingente (40,8%), seguido pelos agricultores familiares (34,7%) e marisqueiras (22,4 %), demonstrando um expressivo índice de conflitos.

Diante deste quadro de moradores “não especificados”, os conflitos fazem parte das chamadas “zonas de sacrifício”. Nessas zonas se instalam, em sua maioria, as populações rurais expulsas que passam a viver nos centros urbanos periféricos. Ou seja, deixam de viver em sítios que apesar de simplicidade e não riqueza, tinha recursos naturais que possibilitavam a subsistência. Nas novas moradas, além de viverem em lugar pequenos, sem a vegetação frutífera e demais recursos naturais ao seu redor, são colocados em situações de vulnerabilidade social, como a violência urbana, que foi acentuada em Suape, com o aumento do desemprego.

Na ampliação do CIPS, esses grupos são novamente atingidos pelas mudanças territoriais a partir da implantação de grandes empreendimentos e os conflitos gerados atingem várias populações concomitantemente (Gráfico 3), assim, os dados apresentados a seguir indicam a expressividade dos conflitos sobre cada grupo populacional.

¹² Entende-se como moradores locais não especificados, a população que vive no território e que não possui distinção relacionada ao modo de vida e produção, traduzindo assim a realidade da população rural ou urbana atingida pelos conflitos.

Gráfico 03 - Distribuição dos grupos populacionais envolvidos nos conflitos ocorridos no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco, 2001 a 2016.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nota: Há muitas comunidades que se auto identificam como pertencentes a mais de um grupo, como posseiros que atuam como pescadores ou marisqueira. Também foi considerado o dado conforme fornecido por cada fonte pesquisada. Essa sobreposição faz com que os percentuais dos gráficos, se somados, cheguem a mais de 100%.

Esses processos migratórios, sem haver, concomitantemente, um acesso à melhores condições de vida, torna essas populações ainda mais vulneráveis e vulneradas como observado em outros contextos de injustiça ambiental (FREITAS; PORTO, 2006; PORTO, 2011; PORTO; FINAMORE, 2012; RIGOTTO, 2008).

O Ministério da Saúde, através da instituição da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), Brasil (2013), aborda as desfavoráveis condições de vida das populações do campo e da floresta a partir da compreensão que a ausência de emprego, de moradia digna, de alimentação adequada, de sistema de saneamento básico, de serviços de saúde, de educação, de participação popular em políticas públicas, além da ausência da resolução de conflitos, têm forte influência sobre a qualidade de vida destas populações. As populações de Suape, cujos grupos comunitários tem características de populações do campo, da floresta, da água e das cidades, certamente em níveis diferentes, mas todos estão envolvidos e sofrendo vulnerações decorrentes do CIPS.

Ao dividir os grupos populacionais de forma mais macro, percebe-se dois grandes grupos envolvidos nos conflitos: aqueles que tem seu modo de vida e trabalho relacionado a pesca e coleta de mariscos e aqueles que tem forte relação com a terra, seja para o plantio de subsistência, como empregado, ou como coletor. Tais grupos se tornam os mais atingidos por

causa dos efeitos deletérios da implantação do Complexo Portuário Industrial de Suape sobre o equilíbrio ambiental e saúde coletiva de território e populações.

O modo de produção e reprodução de vida dos pescadores artesanais possuem fortes vínculos com os elementos naturais locais, logo as constantes transformações provenientes do desenvolvimento de megaprojetos, como o CIPS, resultam na desterritorialização e consequentemente na maior vulneração desta população. Principalmente, se levarmos em consideração os grandes danos ambientais decorrentes do CIPS sobre a biodiversidade da área, resultando em prejuízos do modelo de cultura rústica e tradicional da prática da pesca artesanal, com conseqüente ruptura de laços com suas dimensões simbólicas, territorialidades e tradições (SANTOS; ANDRADE, 2013).

Os agricultores familiares tinham a produção de alimentos como atividade fundamental na renda familiar, considerada como forma de subsistência ou até mesmo para comercialização. Porém, com a chegada do CIPS, houve a proibição do plantio de determinados alimentos com a desapropriação destes pequenos agricultores, resultando no comprometimento, muitas vezes total, da renda familiar (MELO, 2014).

Ainda no campo além dos agricultores familiares, temos os posseiros com 18,4%; os camponeses com 16,3% e população rural com 8,2%. Minoritariamente, aparecem os quilombolas e ribeirinhos com 4,1% cada.

A classificação diferente para agricultores familiares, posseiros, camponeses, população rural e trabalhadores rurais se deu por causa do seu aparecimento nas fontes de dados, mas que se assemelham muito na prática laboral. Tal diferenciação pode ser entendida pelos diferentes modos de uso do território e sua forma de produção, no qual entende-se trabalhadores rurais como os trabalhadores prestadores de serviço assalariados. Os agricultores familiares, sendo aqueles com produção independente que possuem na produção de alimentos a forma de subsistência e renda familiar. Camponeses e população rural são aquelas pessoas que trabalham no campo. Por fim, posseiro, aquele que toma posse da terra para plantio e moradia.

Todos esses grupos populacionais estão na área rural, seja como integrantes das comunidades, seja como trabalhadores dos empreendimentos. Porto et al (2013) relata que as áreas com recursos naturais e terra são as mais disputadas pela expansão capitalista do modelo de desenvolvimento atual, afetando as comunidades tradicionais agrárias e não tem sido diferente em Suape.

Outro grupo representativo no mapeamento é o formado por trabalhadores de Suape (36,7%), tanto aqueles envolvidos nas obras de construção dos empreendimentos como os

trabalhadores das indústrias. Os conflitos mostram as condições insalubres que os trabalhadores se expõem, pela falta de oportunidades e muitas vezes pela fictícia ideia da inclusão social através do emprego formal, mas que na verdade são submetidos à exploração da força do trabalho, sem garantias trabalhistas e péssimas condições de trabalho. A maioria dos trabalhadores das obras veio de outras cidades, estados e até outros países. As empresas evitam contratar moradores das comunidades do entorno como uma estratégia para aumentar a vulnerabilidade social e inviabilizar a permanência deles facilitando a expulsão.

6.2.6 Responsáveis pelos conflitos

Entende-se como atividade geradora de conflito aquela que compromete o meio ambiente, introduzindo novos riscos e perigos à saúde da população e dos trabalhadores, impactando assim sobre a qualidade de vida destes. A expressividade dos principais processos produtivos ou grupos responsáveis pelos conflitos gerados, pode ser entendida, a partir da compreensão de que um conflito pode ser causado simultaneamente por diversos tipos de atividades ao mesmo tempo.

Observa-se no gráfico 04 que todos os responsáveis identificados são ligados direta ou indiretamente ao governo do estado de Pernambuco. Em parte dos conflitos foi citado instituições governamentais como a administração de Suape – CIPS, o Governo de Pernambuco e a Agencia de meio ambiente, em outros, foram referidos alguns agentes do Estado e também as próprias empresas que estavam sendo instaladas ou responsáveis pelas obras. Quem deveria oferecer proteção social tem sido justamente o principal responsável pela geração de conflitos e injustiças em Suape e que apontam várias consequências nocivas para a sociedade.

O CIPS é administrado por parceria mista cujo presidente é indicado pelo governador. Em 91,84% dos conflitos, o CIPS foi citado como responsável e o Governo de Pernambuco em 20,41%.

Tendo a finalidade de atender as demandas de espaço para a instalação e expansão do CIPS, a desocupação dos territórios pelo Estado ocorreu de forma violenta e foi marcada pelo abuso contra as populações moradoras locais. As milícias são formadas pelos seguranças contratados pelo CIPS quando atuam armados especialmente na expropriação das famílias moradoras das comunidades do entorno do Complexo. 34,69% dos conflitos teve envolvimento das milícias. Os seguranças de Suape foram citados em 12,24% e a polícia militar em 14,29%. Observou-se que em muitos casos, os três atuaram em conjunto nas

investidas com violência para execução de processos de reintegração de posse contra moradores, mesmo existindo controvérsias jurídicas sobre a posse dos terrenos em torno do CIPS. Verifica-se que o que predomina é a violência com a finalidade de expulsar do território as famílias moradoras (inclusive crianças e idosos), e pressionar, através de ameaças de despejos, aqueles que ainda resistem em seus locais de moradia. Tal fato contribui para a precarização da vida nas cidades entorno do CIPS, e para a diminuição da qualidade de vida das populações resistentes que tem que aprender a conviver com o medo. O Fórum Suape, junto ao Ministério Público Estadual, conseguiu realizar audiências públicas para solicitar a diminuição da violência contra os moradores.

Os conflitos gerados pela atuação do Estado resultam em várias consequências negativas sobre a qualidade de vida, segurança jurídica e alimentar, condições de subsistência e até equilíbrio ambiental dos territórios ocupados por populações vulneráveis no campo, floresta, zonas costeiras e nas áreas urbanas (PORTO et al., 2013). É dever do governo assumir o compromisso de garantir à população os direitos de viver com dignidade, liberdade e paz. Entretanto, o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo do estado de Pernambuco tem caráter predatório em relação aos moradores em torno do CIPS e seus problemas sociais e tem sido refletido de forma negativa na saúde dessas pessoas.

A atuação da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) aparece nos conflitos com uma incidência de 4%, o que deve ser questionado pois, como órgão responsável pelo licenciamento ambiental, acompanhamento, regulamentação e monitoramento da instalação dos novos processos produtivos foi omissa e deficiente nos diversos momentos, especialmente no licenciamento como aponta Silva.

A CPRH tem agido em Suape de forma morosa, apresentando uma surpreendente subordinação aos interesses econômicos quando o assunto é concessão de licenças ambientais, fiscalização, monitoramento, preservação e recuperação do meio ambiente, e o controle da poluição e da degradação ambiental (COSTA et al., 2013).

O governo pernambucano, justificando a necessidade de diminuição da burocracia, pediu a descentralização dos processos de licenciamento ambiental, que passou do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), um órgão Federal, para o CPRH, órgão do Estado, dando-lhe maior autonomia, embora o tipo de empreendimento é do interesse nacional e os recursos naturais que foram atingidos são de responsabilidade da União.

A criação de unidades de conservação de proteção integral é outro foco dos conflitos, desprezou a participação das comunidades tradicionais e ainda criou impedimentos de acesso

aos recursos naturais de sobrevivência para esses grupos e que eram manejados historicamente de forma sustentável.

As empresas também marcam presença como autores diretos de certos conflitos, na base de dados analisada. A Refinaria Abreu e Lima com 16,33%, as empresas responsáveis pelas dragagens com 10,2% e o Estaleiro Atlântico Sul com 8,16%.

As refinarias de petróleo constituem uma das atividades humanas de maior potencial poluidor e os danos ambientais decorrentes de sua instalação provêm tanto da matéria-prima utilizada e de seus derivados quanto do próprio processo de refino, que é uma atividade impactante devido à grande variedade de processos e operações utilizados na extração das frações (GURGEL et al., 2009; MARIANO, 2001; PETROBRAS, 2006).

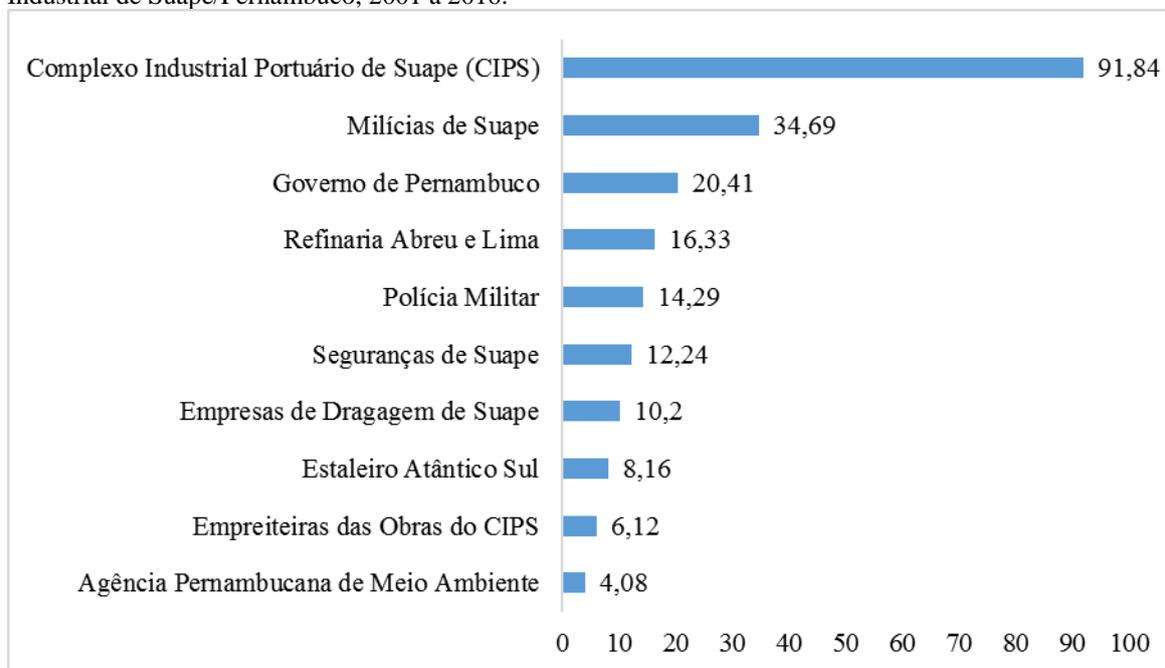
Sabendo que as refinarias de petróleo representam um investimento produtivo potencialmente degradante, e associado aos complexos contextos sociais, econômicos, ambientais e políticos em que se insere a refinaria no Estado de Pernambuco, pode-se verificar os danos sobre o ambiente e a saúde das populações, gerando a formação conflitos socioambientais (GURGEL et al., 2009).

A dragagem realizada para desobstrução, remoção, derrocamento ou escavação de material no local dos empreendimentos, também são fontes importantes de geração de conflitos. A contaminação pelos sedimentos dragados e os locais de seu despejos cria situações de contaminação das águas e destruição da fauna e flora ameaçando a saúde da população comprometendo a atividade pesqueira (CASTRO; ALMEIDA, 2012; THEODORO, 2005). A ação de dragagem para o aprofundamento do canal de Suape gerou grandes conflitos com as comunidades, chegando a ser perpetrada uma denúncia internacional coletiva de caráter extrajudicial embasada nas Diretrizes para Responsabilidade Social Corporativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) contra a empresa de dragagem holandesa Van Oord Marine Ingenuity, dentre os requerimentos solicitados na ação que foi recebida pelo Ponto de Contato Nacional (PCN) no Ministério da Fazenda estava a implantação de uma estratégia de comunicação entre as empresas envolvidas, comunidades e entidades da sociedade civil; programas de saúde específicos para pescadores artesanais e marisqueiras e programa de prevenção e cuidado com a saúde física e mental dos afetados (SUAPE, 2017).

As obras públicas ou privadas de infraestrutura, como as de responsabilidades de empreiteiras, são responsáveis pelo reassentamento forçado e pela destruição dos laços comunitários e dinâmica territoriais, principalmente das comunidades tradicionais. O

financiamento destas atividades ou a falta de fiscalização efetiva, facilitam a geração de conflitos e os danos à saúde.

Gráfico 04 - Distribuição dos processos produtivos geradores dos conflitos ocorridos no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco, 2001 a 2016.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nota: Mais de um processo produtivo pode estar envolvido no mesmo conflito, e para análise foi considerado a nomenclatura conforme fornecido por cada fonte pesquisada. Essa sobreposição faz com que os percentuais dos gráficos, se somados, cheguem a mais de 100%.

Ao fazer uma análise da relação dos principais responsáveis e a população atingida pelos conflitos observa-se que o Complexo de Suape concentra atividades industriais de grande risco atingindo populações vulneráveis. O CIPS e as Milícias de Suape, que estão a seu serviço, são os maiores responsáveis pelos conflitos identificados, assim como o Governo do Estado que tem uma importante participação.

Chamando atenção para as empresas ligadas ao CIPS, temos: Empresas de dragagem, Estaleiro Atlântico Sul, Refinaria Abreu e Lima, que não dispõem de apoio ao desenvolvimento local.

A exploração da mão de obra local e importando profissionais de fora da região para funções mais qualificadas há também um processo de geração de injustiças. A força de trabalho de maneira geral temporária é a mais pobre conforme nos estudado por Rigotto (2008).

Verifica-se, assim, uma concentração de atividades industriais de risco atingindo populações vulneráveis, e a partir desta relação podemos refletir sobre como as diferentes

atividades de produção atingem, em alguns casos concomitantemente, diferentes grupos populacionais, gerando os conflitos.

Na tabela 02, vê-se que os conflitos envolvendo a classe trabalhadora predomina nas empreiteiras de construção civil e entre empregados das indústrias de Suape. O CIPS destaca-se significativamente em posição de liderança como responsável pelos conflitos envolvendo todas as populações abordadas. Este é seguido pelo “causador” Milícias de Suape, que em sua maioria, está em segundo lugar como responsável pelos conflitos, assim como o Governo do Estado que tem uma importante representatividade de conflitos, pois atinge praticamente todas as populações.

Para Rattner (2005), a expansão violenta do capitalismo contribui para alteração das relações político-culturais e conseqüentemente atinge das populações envolvidas. Tendo em vista que os trabalhadores e suas famílias estão sendo expulsos de suas terras e conseqüentemente perdendo sua forma de subsistência, estes acabam se submetendo a precarização das condições de trabalho e se expondo a vários riscos à saúde, visando uma alternativa de renda.

Dessa forma, podemos perceber que esses grandes projetos industriais são colocados num patamar de impulsionadores do processo de desenvolvimento da economia, no entanto, não há uma preocupação na melhora da qualidade de vida do povo local, pois não houve a dedicação de um planejamento para o desenvolvimento de medidas preventivas para os problemas socioeconômicos, ecológicos e sanitários constatados.

Tabela 02 - Número de conflitos do CIPS por grupos populacionais e seus principais agentes causadores, 2001 a 2016.

Causadores/grupos populacionais	Pescadores Artesanais	Agricultores Familiares	Camponeses	Trabalhadores Rurais	Marisqueiras	Trabalhadores da Construção Civil	Trabalhadores das Indústrias de Suape	Posseiros	Quilombolas	Ribeirinhos	População Rural	Moradores Locais não especificados	Total por causadores dos conflitos
Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS)	19	16	7	5	9	7	10	9	1	1	3	21	108
Agência Pernambucana de Meio Ambiente (CPRH)	2		1										3
Governo de Pernambuco	4	6	1	2	1		1	3	1	1	1	6	27
Milícias de Suape	8	11	5	4	3		1	7	2	2	3	12	58
Seguranças de Suape	2	5	1	1				2				3	14
Polícia Militar	2	2		1		2	2	2				4	15
Refinaria Abreu e Lima	1			1		7	4						13
Estaleiro Atlântico Sul	2	1		1	2	1	1						8
Empreiteiras das Obras do CIPS	1				1	2							4
Empresas de Dragagem de Suape	4	2		1	3							4	14
Total por grupo populacional	45	43	15	16	19	19	19	23	4	4	7	50	264

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nota: Cada conflito pode ser causado por diversos tipos de agentes causadores simultaneamente.

6.2.7 Danos ambientais presentes no território

É importante ressaltar que em cada conflito nesse território há um contexto ambiental a ser considerado.

Do total, a alteração no regime tradicional do uso da terra apresenta-se como a principal causa dos danos ambientais identificados (59%). A alteração no ciclo reprodutivo do ecossistema ocorreu em 40% dos casos. A perda da biodiversidade em 38% e as situações nocivas no ambiente de trabalho foram 26%. Outras ocorrências (Gráfico 05):

- a) Poluição das águas (24%),
- b) Perda da paisagem (22%),
- c) Desmatamento e perda da cobertura vegetal (22%).

- d) Poluição do ar (12%),
- e) Solo (6%),
- f) Derramamento de resíduos (6%),
- g) Contaminação por substâncias nocivas (5%),
- h) Danos ambientais não especificados com (4%),
- i) Acidentes decorrentes dos processos produtivos com (4%),
- j) Diminuição da qualidade da água (3%),
- k) Poluição sonora juntamente com o dano a área protegida e o assoreamento dos recursos hídricos, apresentando-se com (2%)

Os impactos ambientais são diversos e manifestam-se em todas as etapas dos processos produtivo do CIPS. Expressando-se nas relações que os moradores das comunidades possuem com a natureza. Como é visto na alteração no regime tradicional do uso da terra, tema mais recorrente nos impactos ambientais abordados sendo caracterizado como alterações no meio ambiente provenientes das modificações no território produzidas pelos processos produtivos industriais, que de alguma forma ameaçam os ecossistemas.

A alteração no ciclo reprodutivo do ecossistema caracteriza os conflitos ambientais, recorrentes principalmente em torno do desmatamento de áreas florestais, da supressão de manguezais, da redução na reprodução e densidade de inúmeras espécies e da alteração no ecossistema marinho e de lençóis freáticos devido às dragagens para aprofundar o canal do porto, que altera drasticamente os ciclos reprodutivos da natureza, impactando profundamente o ambiente.

A perda da biodiversidade inclui todos os danos negativos na dinâmica da reprodução nos ciclos ecológicos da fauna e flora, como por exemplo, no derramamento de resíduos no mar e solo, muitas vezes citados nos conflitos.

É preciso considerar, em relação aos danos ambientais e as comunidades, o conceito de desenvolvimento sustentável com a sustentabilidade social, pois é imprescindível obter desenvolvimento sem levar em conta a saúde e o bem viver dos ecossistemas e das populações atuais e futuras. A consideração da abordagem ecossistêmica é fundamental neste sentido, pois, compreende que proteger e cuidar do meio ambiente é requisito para a saúde das pessoas, e através de diversas estratégias, sempre de forma compartilhada entre atores sociais, gestores, pesquisadores e demais sujeitos que possam ser envolvidos, refletem na promoção de transformações efetivas no ambiente e para melhoria da vida (LEBEL, 2005; CHARRON, 2012).

Assim, esses danos denunciam situações graves riscos ao ambiente e a própria condição da existência humana. Segundo Rattner, o grande desafio é a promoção de um desenvolvimento sensível aos ecossistemas e a vida que consiga subverter a lógica imposta pelo modelo capitalista hegemônico que apenas sugere a desaceleração do ritmo de destruição ecológica seguindo uma dinâmica de mercado compensatória através de uma política que enxerga o ambiente como um custo a ser gerenciado a partir de uma perspectiva que vê a natureza como restrição ao crescimento econômico (RATTNER, 2000).

Podemos evidenciar o quanto a reprodução ecológica está sendo comprometida pelos empreendimentos e como compromete a reprodução social nesse contexto, corroborando com os autores que debatem a falta de compromisso com a sustentabilidade do desenvolvimento.

Gráfico 05 Danos ambientais identificados nos conflitos no território do CIPS, 2001 a 2016.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

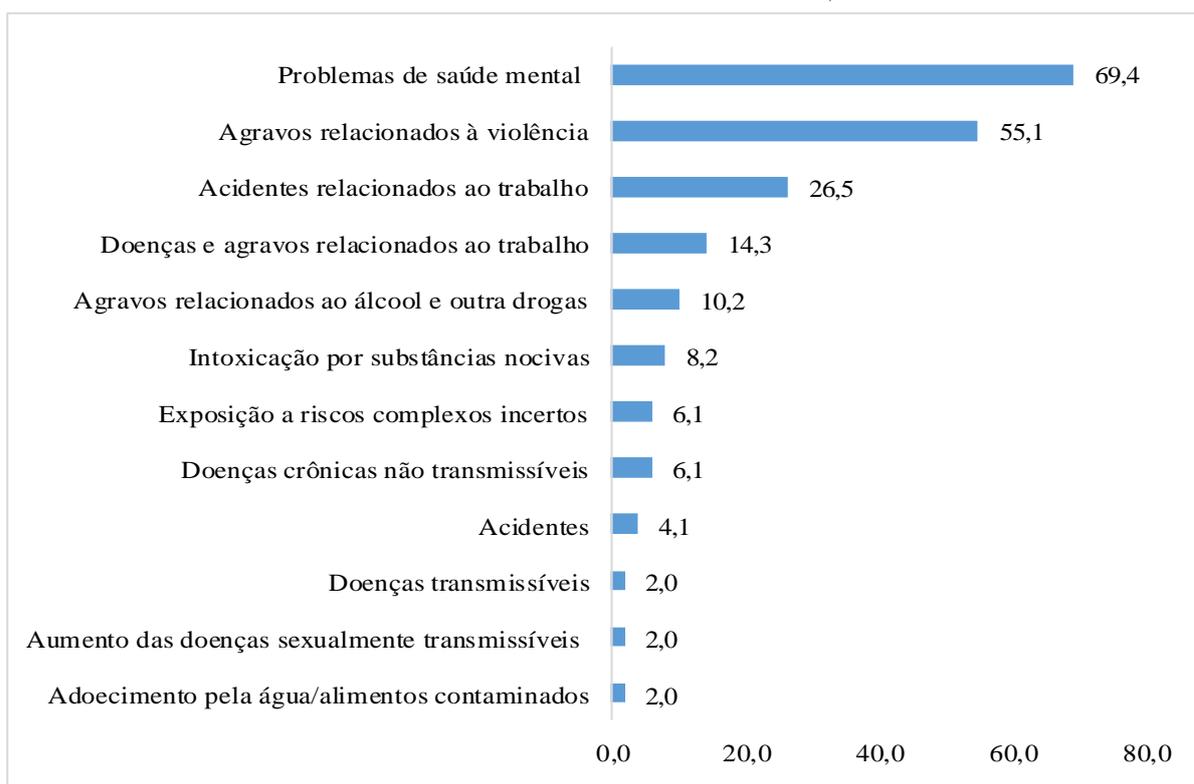
Nota: Cada conflito pode gerar mais de um dano ambiental simultaneamente. Foi considerado o dado conforme fornecido por cada fonte pesquisada. Essa sobreposição faz com que os percentuais dos gráficos, se somados, cheguem a mais de 100%.

6.2.8 Danos à saúde – Reprodução biológica

Em Suape, o processo que coloca a política econômica contrária a proteção da vida traz como consequência novas dinâmicas no contexto da saúde das populações. A expressividade e recorrência dos conflitos ambientais acarreta, simultaneamente, diversos tipos de agravos saúde. O processo de desterritorialização e as modificações extremas no modo de vida dessas pessoas afetam sua saúde, particularmente a saúde mental, incluindo estresse, depressão e suicídio, que estiveram presentes em 69,4% das situações de conflitos registradas no território. Este quadro tende a se agravar com o contexto de violência presente em 55,1% dos conflitos estudados.

Nesse sentido, destaca-se que nas sociedades multiculturais, o pluralismo étnico, a exclusão social, a desigualdade de gênero, e outros processos indicam a necessidade de aparelhos de cuidado psiquiátrico culturalmente sensíveis. O conceito de saúde mental está relacionado com uma discussão acerca da emancipação do sujeito, de natureza política. Assim sendo, a saúde mental significa qualidade de vida, por isso implica emprego, satisfação no trabalho, vida cotidiana significativa, participação social, lazer, etc. (ALMEIDA FILHO, 1999). O gráfico 06 demonstra que 26,5% dos conflitos estavam referidos a acidentes de trabalho e 14,6% estavam relacionados com doenças e agravos adquiridos nas atividades de trabalho.

Gráfico 06 - Danos à saúde identificados nos conflitos no território do CIPS, 2001 a 2016.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nota: Há mais de um tipo de dano à saúde em um mesmo conflito. Foi considerado o dado conforme fornecido por cada fonte pesquisada. Essa sobreposição faz com que os percentuais dos gráficos, se somados, cheguem a mais de 100%.

Os problemas de saúde relacionados ao uso de álcool e outras drogas; intoxicação por substâncias nocivas; doenças crônicas não transmissíveis; exposição a riscos complexos desconhecidos e/ou incertos; acidentes; adoecimento pela água e/ou alimentos contaminados; aumento das doenças sexualmente transmissíveis; doenças transmissíveis nesta análise não foram expressivas, isto se deve ao tipo de fontes examinada que identificam principalmente conflitos socioambientais, que são mais facilmente relacionados com os conflitos, os demais provavelmente estão naturalizados.

Atrela-se a esse dado as populações atingidas e percebe-se que os moradores locais não especificados, os pescadores artesanais e os agricultores familiares, nessa ordem, são os mais afetados por essa problemática, bem como pelos agravos à saúde como um todo.

Os agravos relacionados à violência, que se apresentam de forma bastante expressiva, também afetam majoritariamente os mesmos tipos populacionais, na seguinte ordem: os moradores locais não especificados, os agricultores familiares e os pescadores artesanais. Salienta-se que esses agravos estão ligados, majoritariamente, aos conflitos que envolvem disputa de terra e processo de desterritorialização.

A desterritorialização acontece como um resultado da globalização em que tudo tende a desenraizar-se. De alguma maneira, todos os níveis da vida social são atingidos pela transferência ou eliminação de raízes, centros decisórios, pontos de referência (IANNI, 1992). A expropriação de terras que tem acontecido em Suape nos últimos anos tem sido o desencadeador dos processos de vulneração da saúde dos moradores.

Pode-se, então, constatar que essas populações por serem alvo central do processo de desterritorialização sofrem com as ameaças dessa dinâmica e, perdendo suas antigas formas de sobrevivência. Sentimento de revolta e resignação surgem em seus relatos e diante da impossibilidade do reestabelecimento dos laços simbólicos e afetivos no novo território de moradia, tem causado sofrimento social e adoecimento mental. Marques (2014) analisou o sofrimento social da comunidade da Ilha de Tatuoca ainda quando parte dela morava na Ilha. Os problemas investigados pela autora, além de se repetirem nas demais comunidades envolvidas nos conflitos, percebe-se um agravamento após a expropriação das famílias.

As comunidades e povos tradicionais estão na contramão do que se apresenta como desenvolvimento. As suas relações extrativistas e de usufruto estão estruturadas com base na

conservação dos biomas e ecossistemas. Os danos provocados pela mercantilização e consumo dos recursos naturais são, portanto, evidenciados no mapa como indutores de injustiças ambientais e riscos à saúde coletiva.

Tabela 03 - Número de danos à saúde identificados nos conflitos do CIPS por grupos populacionais, 2001 a 2016.

Grupos populacionais	Acidente	Acidentes relacionadas ao trabalho	Adoecimento pela água e alimentos contaminados	Doença sexualmente transmissível	Agravos relacionados ao trabalho	Doenças crônicas não transmissíveis	Doenças transmissíveis	Exposição a riscos complexos desconhecidos ou incertos	Agravos relacionados à violência (ameaça, homicídios, estupro, entre outros)	Intoxicação por substâncias nocivas	Problemas de saúde relacionados à álcool e outras Drogas	Problemas de saúde mental (estresse, depressão, suicídio, entre outros)	Total de danos por grupo
Agricultores familiares		1		1			1		14		2	14	33
Camponeses				1			1		6		2	8	18
Marisqueiras		1	1	1		1	1	1	7	2	4	9	28
Moradores locais não especificados	2	1	1	1		1	1	2	16	1	2	17	45
Pescadores artesanais		1		1		1	1	2	13	2	4	15	40
População Rural				1			1		4		2	4	12
População urbana													
Posseiros				1			1		10		2	5	19
Quilombolas				1			1		2		2	2	8
Ribeirinhos									1			1	2
Trabalhadores da construção civil		7			3							5	15
Trabalhadores das Indústrias de Suape	2	8			3	2		1	3	1	1	5	26
Trabalhadores Rurais				1			1		5		2	5	14
Total	4	19	2	9	6	5	9	6	81	6	23	90	

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nota: Há muitas comunidades que se auto identificam como pertencentes a mais de um grupo, como posseiros que atuam como pescadores ou marisqueira. Da mesma forma, muitas vezes há mais de um dano/agravo à saúde.

6.2.9 Danos relacionados aos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais identificados nos conflitos

Os principais danos relacionados aos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais estão relacionados aos processos de desterritorialização presentes em 57% dos conflitos mapeados. As demais nocividades demonstradas no gráfico 07, estão imbricadas a estes processos. As transformações do território para estas pessoas significaram mais do que a perda material de uma casa, mas a perda simbólica de costumes e modos de viver que eram reproduzidos há anos. Em seu lugar, surgiu a convivência diária com a violência, processo de urbanização desordenado, perda da subsistência e uma drástica mudança cultural. Comunidades como a Ilha de Tatuoca, perderam inclusive, a relação direta que tinham com o mar, com a coleta de frutos e mariscos, com as práticas festivas, como a festa da ouriçada que deixou de existir, com a convivência em comunidade. A piora da qualidade de vida e a perda de paisagem (do sentido de lugar) se apresentam em 46,9%). As violações de direitos, contaminação da terra, ar e água pelas indústrias instaladas no entorno das comunidades, desterritorialização, violência e demais problemas descritos anteriormente resultam na piora da qualidade de vida.

Muitas das comunidades que plantavam para sua subsistência, modificaram suas práticas alimentares porque nas novas moradas não conseguiram resgatar as práticas de cultivo ou coleta que mantinham anteriormente.

O desemprego, questão chave sempre enaltecida pelos investidores (públicos e privados) de Suape como sendo a salvação dessa população, na verdade, tem tido destaque nas fontes analisadas e de grande impacto para as comunidades tradicionalmente envolvidas com o trabalho do campo e pesca e com baixa escolaridade.

As dimensões subjetivas e culturais das perdas do sentido de lugar, da perda de paisagem, referem-se às dimensões imateriais questões que podem ser observadas também em Suape.

Em relação à pobreza, foi bem evidenciada nas condições precárias de moradia com a falta de acesso e utilização dos serviços de saúde.

Os danos específicos sobre as mulheres estão ligados ao aumento da prostituição e da violência contra à mulher, maior desemprego, como um processo decorrente da vulnerabilidade social que afeta desigualmente o gênero feminino.

As mulheres são afetadas de forma particular, já que o sistema capitalista coexiste com o sistema patriarcal, configurando opressões, desigualdades e iniquidades que se relacionam

de forma complexa e interligada. Nesse sentido as injustiças ambientais vividas pelas mulheres em territórios com problemas socioambientais são resultantes de formas simultâneas de opressão de classe, gênero e raça. Não foi possível identificar nas fontes secundárias o quesito raça de forma específica. A questão racial é um problema histórico vivenciado nas camadas sociais mais pobres, pois demonstram que esta é representada por uma maioria parda e negra, então de forma indireta, pode ser caracterizado a presença de racismo ambiental em Suape, inclusive por ter comunidades remanescentes de quilombos, como a Ilha de Mercês, que se fortaleceu como comunidade ao realizar o resgate histórico de sua identidade quilombola com o reconhecimento constitucional. Das 800 famílias que viviam ali, 150 resistem sofrendo as vulnerações socioambientais das empresas em funcionamento ao seu redor.

O processo de desterritorialização reflete na vida dos indivíduos um processo que é maior do que ele mesmo, fazendo surgir novas formas e modos de viver. Um exemplo disso é a urbanização acelerada, o aumento da violência, a favelização e a precarização da moradia e dos processos de trabalho. Todos estão ligados e intensamente envolvidos a esse processo de expulsão das famílias dos seus territórios, como pode ser visto pelos resultados do mapa.

Gráfico 07 - Danos relacionados aos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais identificados nos conflitos no território do CIPS, 2001 a 2016.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nota: Cada conflito pode gerar mais de um dano simultaneamente. Foi considerado o dado conforme fornecido por cada fonte pesquisada. Essa sobreposição faz com que os percentuais dos gráficos, se somados, cheguem a mais de 100%.

6.2.10 Parceiros e apoiadores dos atingidos

A categoria dos parceiros e apoiadores dos grupos vulnerados é de extrema importância para o debate sobre as consequências trazidas com a implantação do CIPS, posto que, muitas vezes, é através dessas redes que a população atingida ganha voz, destaque na

mídia e consegue articular as comunidades para mudanças políticas necessárias. Nessa perspectiva, a atuação das entidades que caminharam e caminham no sentido de apontar uma face danosa e, muitas vezes escondida, do aclamado desenvolvimento trazido pelo CIPS é essencial.

Foram identificadas 35 instituições que constituem a rede de apoiadores dos grupos vulnerados. Dentre estas, cinco estão vinculadas diretamente a movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento de Libertação dos Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento de atingidos e Fórum SUAPE); uma organização integra uma rede internacional (Comissão Interamericana de Direitos Humanos); 13 são organizações sindicais e de trabalhadores (Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Engenho Conceição Nova/Bitá, Associação dos Trabalhadores Ocupantes de Suape – Fazenda dos Trabalhadores, Associação dos Produtores Rurais de Tabatinga II, Sindicato dos vigilantes, Associação de Pequenos Agricultores do Engenho Serraria, Colônia de Pescadores Z8, Federação Nacional dos Trabalhadores na Construção Pesada, Força Sindical, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e de Mogi das Cruzes, Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias da construção de estrada, pavimentação e obras de terraplanagem em geral em Pernambuco, Sindicato dos Metalúrgicos, OAB-PE, Movimento a ordem é para todos); quatro são Organizações Não Governamentais (Associação Pernambucana de Defesa da Natureza, Centro de mulheres do Cabo, Conectas Direitos Humanos e Both ENDS); três são organizações vinculadas à igreja (Comissão Pastoral da Terra, Centro Dom Helder, Conselho Pastoral dos Pescadores); cinco são entidades governamentais, incluindo-se universidade e instituto de pesquisa (Comissão de Defesa da Cidadania da Assembleia Legislativa, Universidade Federal de Pernambuco, Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz PE, Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular); duas são representantes de instituições pública e Estatal em defesa da justiça (Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público); e duas associações de moradores de territórios atingidos (Associação dos Moradores da Ilha de Tatuoca e Associação dos Moradores de Gaibu) (Quadro 07).

Quadro 07 - Instituições apoiadoras dos grupos vulnerados conforme categorias identificadas nos conflitos do CIPS, 2001 a 2016.

Categorias de apoiadores	Tipo
Movimentos Sociais	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)
	Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)
	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
	Movimento de atingidos
	Fórum SUAPE
Rede Internacional	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Organizações sindicais e de trabalhadores	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Engenho Conceição Nova/Bitá
	Associação dos Trabalhadores Ocupantes de Suape – Fazenda dos Trabalhadores
	Associação dos Produtores Rurais de Tabatinga II
	Sindicato dos vigilantes
	Associação de Pequenos Agricultores do Engenho Serraria
	Colônia de Pescadores Z8
	Federação Nacional dos Trabalhadores na Construção Pesada
	Força Sindical
	Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e de Mogi das Cruzes
	Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias da construção de estrada, pavimentação e obras de terraplanagem em geral em Pernambuco (Sintepav-PE)
	Sindicato dos Metalúrgicos
	OAB-PE
	Movimento a ordem é para todos (advogados)
Organizações Não Governamentais	Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN)
	Centro de mulheres do cabo
	Conectas Direitos Humanos
	Both ENDS
Organizações ligadas às igrejas	Comissão Pastoral da Terra (CPT)
	Centro Dom Helder
	Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)
Entidades governamentais	Comissão de Defesa da Cidadania da Assembleia Legislativa
	Universidade Federal de Pernambuco
	Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
	Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz PE
	Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular
Instituição pública e Estatal em defesa da justiça	Ministério do Trabalho e Emprego
	Ministério Público
Associação de Moradores	Associação dos Moradores da Ilha de Tatuoca
	Associação dos Moradores de Gaibu

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nota: Há mais instituições em cada categoria cujo nome não foi identificado pelas fontes.

O Gráfico 08 destaca os Parceiros e Apoiadores dos grupos vulnerados em relação aos conflitos do CIPS. Evidencia-se que diversos movimentos sociais vêm assumindo a condição de sujeitos na defesa dos direitos humanos dos grupos populacionais de Suape. Segundo Porto e Milanez (2009), quando os recursos naturais e espaços públicos são tomados para finalidades que produzem exclusão e expropriação, observa-se reações através de movimentos sociais, grupos e populações atingidas em seus direitos fundamentais. Em Suape, observa-se que com o desmantelamento social vivenciado pelas comunidades tem surgido diversos

movimentos sociais nos últimos anos. Estes movimentos no mapeamento dos conflitos, tiveram predominância (59%) dentre as instituições parceiras que atuam em defesa dos grupos atingidos.

O Fórum Suape, que está englobado nesta categoria das redes sociais¹³, apresenta expressiva atuação no contexto estudado. Ao considerar o total dos conflitos, esse Fórum esteve presente em 38,77% dos casos. Para se compreender mais nitidamente essa relevância, destaca-se que essa atuação enquanto apoio aos atingidos é maior quando comparada às outras categorias.

Outra categoria de destaque é das organizações sindicais e de trabalhadores e classistas que aparece apoiando as redes sociais em 44,90% dos conflitos. Mas deve-se ponderar que as disputas entre trabalhador, patronato nem sempre tiveram uma defesa muito clara. Em alguns dos conflitos, por exemplo, os acordos negociados pelos representantes dos trabalhadores, não eram aceitos por eles. Merece destaque o surgimento de novos postos de trabalhos, que não tinham um histórico cultural em Pernambuco, como os trabalhadores do ramo do petróleo. O sindicato dos petroleiros (Sindipetro) foi instalado em Recife, mas não apareceu como instituição atuante nos dados levantados para o mapeamento. Este fato pode ser compreendido ao observar-se que as piores condições de trabalhos, vínculos precários são ofertados aos trabalhadores terceirizados, que são descobertos pelo Sindipetro.

As entidades governamentais apareceram dando apoio as redes sociais em 28,57% dos conflitos e as organizações não governamentais 30,61%. Esperava-se que em um Estado de Direito e Democrático, o Estado estivesse com uma maior presença na proteção das populações mais vulneradas. Ocorre que na maioria dos conflitos de Suape, o Estado ou é omissa ou está do lado dos empreendedores, como foi visto.

A igreja também parece omissa e só apareceu em 28,57% dos casos como apoiadora dos movimentos sociais. Este fato também merece maior reflexão, pois sendo a população bastante religiosa, suas igrejas aprecem estar pouco engajadas em sua defesa, exceto a CPT que sozinha atuou 20,4% dos conflitos em apoio ao movimento social.

¹³ O conceito de Redes Sociais utilizado neste estudo e apresentado no item do referencial teórico se baseia em Fontes (2007).

Gráfico 08 - Parceiros e Apoiadores dos grupos vulnerados em relação aos conflitos do CIPS, 2001 a 2016.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nota: Há mais de uma instituição apoiadora em cada conflito. Essa sobreposição faz com que os percentuais dos gráficos, se somados, cheguem a mais de 100%.

Castells (2011) aponta que o desenvolvimento de redes horizontais de comunicação interativa que ligam o local e o global possibilitam às pessoas a apropriação de novas formas de se comunicar e atuar. Para Materleto (2010), uma rede social representa um conjunto de participantes autônomos que agregam ideias e recurso em torno de valores e interesses comuns.

As redes sociais formam um complexo sistema social que estrutura as relações entre atores no interior de grupos e organizações específicas ao movimento e suas relações político-institucionais (FONTES, 2007).

6.3 Em busca do bem viver: ativismo e resistência das redes sociais frente aos impactos dos projetos de desenvolvimento

Por um território livre, justo, no qual as comunidades e a sociedade possam exercer seus direitos à vida, ao lazer, à cultura e ao trabalho, em harmonia com os ecossistemas marinhos e costeiros. (FÓRUM SUAPE, 2017)

As redes sociais particularmente têm se mostrado altamente operativas, pois através da sua organização e formação de laços sociais que são estabelecidos através dos indivíduos, atores coletivos, associações, organizações e instituições é que constituem o elemento de estruturação da vida social. A complexidade da realidade social e dos desafios apresentados

na sociedade contemporânea tem exigido dos atores sociais a busca de novas estratégias que possibilitem analisar e intervir nessa realidade. Dessa forma, os movimentos sociais conformados em redes, buscam através de ação política reivindicar junto ao Estado por serviços públicos e também por buscar fazer garantir seus direitos.

E são nesses movimentos sociais em rede que se manifestam propostas de novos paradigmas, que norteiam a resistência dos povos e as possibilidades para mudanças de caráter democrático e popular. Para análise das redes sociais que atuam no enfrentamento dos processos de vulneração em Suape foram considerados duas redes sociais: a Rede Estadual de Saúde do Trabalhador de Pernambuco e o Fórum Suape Espaço Socioambiental.

6.3.1 Ativismo dos movimentos sociais em Suape

O Fórum Suape: espaço socioambiental, instituído em 2011, é uma organização da sociedade civil articulada em um fórum permanente a partir da articulação e mobilização de atores sociais preocupados com os processos de exclusão social, violência e degradação ambiental provocados pelo CIPS e vivenciadas pelos povos residentes. A sede do Fórum está localizada no Centro das Mulheres do Cabo, no município do Cabo de Santo Agostinho. Em Recife foi montado uma sala para funcionamento de atividades de imersão e reuniões que precisam ser realizadas na capital.

Tem como missão promover uma cultura democrática de participação social e justiça ambiental contribuindo para garantia dos direitos das populações tradicionais atingidas pelo CIPS e as seguintes linhas de atuação: promover processos formativos e contribuir para o fortalecimento das capacidades dos moradores e associações locais para defesa de direitos, prestar apoio jurídico aos moradores vulnerabilizados, identificar e denunciar violações de direitos humanos, articular-se em rede com outras organizações que lutam pela justiça ambiental, dialogar com autoridades do governo e empresas cobrando responsabilidade socioambiental e defender o fim da violência, os direitos humanos e ambientais (FÓRUM SUAPE, 2017).

Diante das iniquidades decorrentes da instalação do CIPS, o Fórum Suape instituiu como missão “promover uma cultura democrática de participação social e justiça ambiental contribuindo para garantia dos direitos das populações tradicionais atingidas” (FÓRUM SUAPE, 2017). Para embasamento de sua luta, o Fórum se inspira no manifesto “A propósito de Suape”, elabora seu manifesto:

Com a implantação do Complexo Industrial e Portuário de Suape, alardeado como

uma oportunidade única para alavancar o crescimento econômico da região e do Estado; tem sido constatado que a luta pela terra se tornou o ingrediente principal das agressões e violências contra os moradores, existindo controvérsias jurídicas sobre a posse dos valorizados terrenos do entorno de Suape. A intervenção estatal naquela região através da empresa Suape tem sido caracterizada pela violência na retirada das famílias moradoras sem que indenizações justas sejam pagas, e nem novas moradias disponibilizadas, levando estes moradores a se tornarem sem teto, e famílias a viverem precariamente nas cidades localizadas em torno do Complexo.

O meio ambiente também tem sofrido com a ocupação predatória deste território. Constata-se que onde eram mangues, mata atlântica e restingas têm dado lugar para a construção dos grandes empreendimentos. Sem dúvida para a manutenção de padrões sociais dominantes desde o período colonial os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário) fecham os olhos para a violação dos direitos destas populações invisíveis à sociedade.

O que se está em jogo é um modelo de desenvolvimento concentrador, predatório e que não satisfaz as necessidades básicas das populações envolvidas. Daí a proposta de organização da sociedade civil em torno de um fórum permanente que terá o objetivo de discutir as questões atuais que estão sendo vivenciadas pelas populações do entorno do Complexo, e seus reflexos para as gerações futuras.

Neste sentido, buscaremos propor, realizar e interagir de forma propositiva com as iniciativas que estão sendo implementadas nas diferentes regiões do país, no que relaciona com a justiça socioambiental. Os impactos nas suas diferentes formas são evidentes, e queremos levar aos diferentes setores da sociedade, que é possível outra forma de desenvolvimento que leve realmente em conta as necessidades básicas das pessoas e a preservação ambiental. Denunciaremos as mazelas que estão ocorrendo, em particular as pessoas pobres, desprovidas de meios midiáticos, invisíveis a sociedade. Mas também apontaremos as alternativas para construirmos uma nova sociedade mais justa, fraterna e solidária. Em Pernambuco, nos juntamos com o firme propósito de discutir em patamar distinto os rumos do desenvolvimento de nosso estado (FÓRUM SUAPE, 2017).

Segundo Marteleto (2010), uma rede social representa “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recurso em torno de valores e interesses compartilhados”.

O Fórum Suape se constitui como uma ampla rede de atores sociais com participação de ativistas, pesquisadores, voluntários, lideranças das comunidades tradicionais e Organizações não governamentais locais, nacionais e internacionais.

Reúne atores sociais representantes de cada um dos três tipos de Redes sociais (redes sócio técnicas, redes sócio institucionais e redes sócio humanas):

Representando as redes sociotécnicas - Participam pesquisadores de diversos campos do conhecimento, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Fundação Oswaldo Cruz Pernambuco (Fiocruz). A articulação da equipe de pesquisa da Fiocruz foi realizada tanto na perspectiva do desenvolvimento desta tese como para contribuir na construção das resistências no território. A ideia do mapa de conflitos que acontecem em Suape, apresentado anteriormente, surgiu nessa articulação com o Fórum Suape.

Redes sócio institucionais - lideranças de organizações não governamentais (ONG) envolvidas em temáticas específicas, tais como gênero, direitos humanos, meio ambiente,

questões fundiárias (Centro das Mulheres do Cabo, Associação Brasileira de Agroecologia, ActionAid, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST). E das redes sócio humanas, participam lideranças de comunidades tradicionais Conselho Pastoral dos Pescadores NE II, associações de pescadores locais, agricultores e moradores.

Além das redes locais, o Fórum se articula com redes nacionais, como a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), e instituições não governamentais internacionais, como Both ENDS¹⁴, SOMO¹⁵, OCDE Watch¹⁶, Conectas Direitos Humanos¹⁷, International Service for HumanRigth (ISHR)¹⁸, Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco), que têm sido importantes na formação do capital social, seja através de apoio financeiro aos projetos de ação do Fórum, na internacionalização da luta por meio de denúncias das empresas multinacionais que atuam no CIPS, seja na colaboração formativa.

Uma outra importante articulação que tem sido realizada é com movimentos sociais relacionados a empreendimentos industriais portuários e do ramo do petróleo, como com o grupo da Campanha Nenhum Poço a mais, coordenada pela Fase do Espírito Santo -(ÁREAS, 2017), O Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (MALERBA; RAULINO, 2013) e o Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil - Rio Grande/RS. Nessas articulações foram promovidos encontros, trocas de experiências, intercâmbios de vivências entre os diferentes territórios, bem como com produções de materiais de forma coletiva (livros, textos, manifestos, etc.).

O associativismo localizado, setorizado e os movimentos sociais percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado (FONTES, 2012).

Dessa forma, as redes sociais contribuem para a sistematização do pensamento, de modo solidária e responsável, sobre a prática social assumida frente aos problemas vividos. Nesse contexto, julga-se importante reafirmar a convergência e coerência das estruturas de conformação das redes sociais de caráter concreto e virtual, fato este que é presente e

¹⁴ <http://www.bothends.org>

¹⁵ <http://www.somo.nl>

¹⁶ <http://www.oecdwatch.org>

¹⁷ <http://www.conectas.org>

¹⁸ <http://www.ishr.ch>

oportuno nas sociedades contemporâneas. Fundamentados nessa lógica em redes, diversos movimentos buscam se organizar para fortalecer suas lutas e desejos.

6.3.1.1 Estratégias de Mobilização e luta

Além de ações de mobilização articuladas com lideranças comunitárias do território e audiências do Ministério Público, o Fórum Suape busca dar visibilidade aos conflitos que estão emergindo e oferecer ajuda política e jurídica para resolver alguns dos problemas de desterritorialização de comunidades locais – resultante da chegada das indústrias que necessitam de grandes áreas para sua implantação – e processos de injustiça ambiental, como a formalização de denúncias extrajudiciais, judiciais e políticas.

São grandes as dificuldades que o movimento enfrenta na formação de agendas e adesão ou simplesmente no diálogo com instituições governamentais e empresas que atuam em Suape para discussão dos principais problemas enfrentados, como a violência da polícia e milícias na expulsão de moradores de suas casas, a contaminação das águas – das fontes de abastecimento e do mar –, do solo e do ar, decorrentes de obras estruturais como a dragagem para aprofundamento do canal do porto.

A articulação com o Ministério Público, com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Pernambuco, para a realização de reuniões e audiências públicas, tem conseguido superar a ausência de diálogo e escuta por parte das instituições, porém, ainda está longe de conseguir influenciar as políticas públicas mediante processos participativos transparentes de acompanhamento e avaliação das ações do CIPS e de controle social.

Apesar das dificuldades que o movimento enfrenta, na formação de agendas de adesão ou simplesmente no diálogo com instituições governamentais e empresas que atuam no território para discussão dos principais problemas enfrentados, o Fórum tem contribuído na formação de lideranças locais, fomento de processos participativos nas políticas públicas, construção e compartilhamento de saberes. Realização de audiências, oficinas de trabalho, seminários, construção de queixas-denúncias tem sido desenvolvidas de forma articulada com os atores que compõem o Fórum nos últimos anos.

Como exemplo, o Seminário internacional sobre direitos humanos e mecanismos de reclamação no qual foi construída uma denúncia junto com a comunidade (foto 09) contra a empresa de dragagem Van Oord e a Empresa Suape Complexo Industrial e Portuário Eraldo Gueiros – CIPS, em relação obras de dragagem, derrocagem, descarte e aterramento, efetuados no município de Cabo de Santo Agostinho que resultaram em diversas violações de

direitos humanos e injustiças ambientais sofridas pelas comunidades locais. A denúncia ganhou instâncias nacionais e internacionais e as empresas tiveram que responder aos processos.

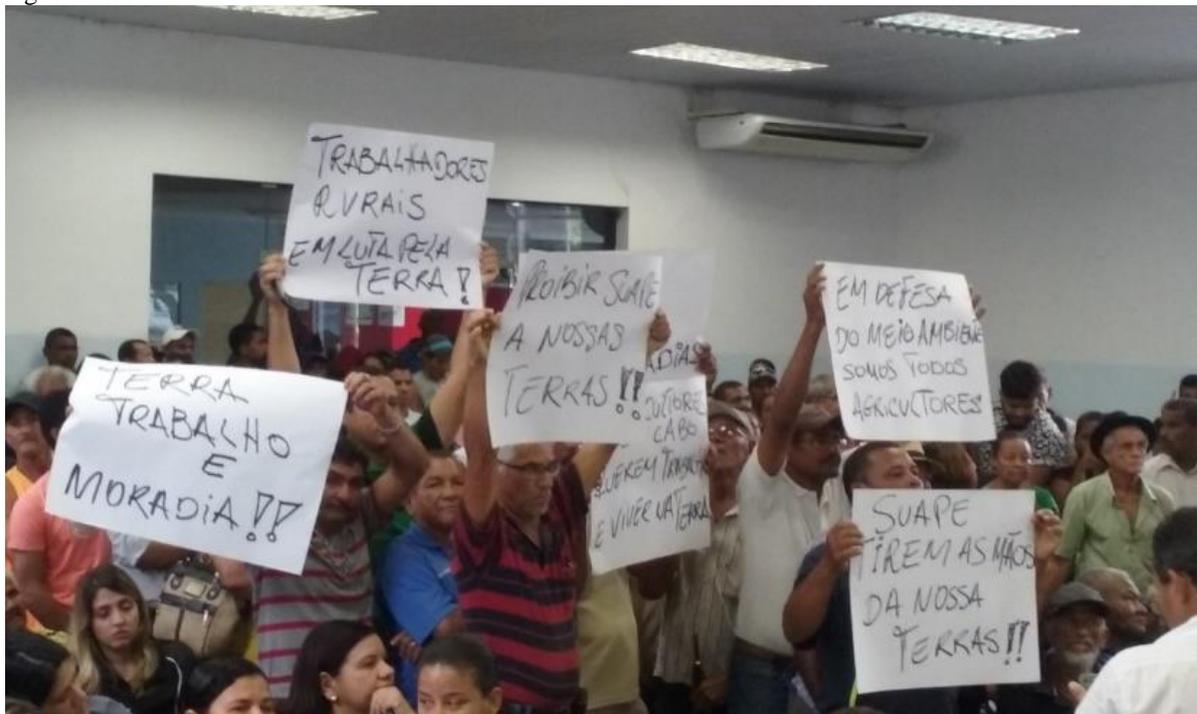
Em 2015, duas audiências públicas realizadas pelo Ministério Público de Pernambuco, sobre as violências acometidas pelas milícias e política de Suape, tiveram ampla participação popular e do Fórum, bem como com representantes da administração de Suape e prefeitura do Cabo, tiveram diversos desdobramentos pós audiências, com o intuito de diminuir a violência no território e restituir famílias que ficaram desamparadas nas expropriações.

Figura 13 - Foto da participação da comunidade no Seminário internacional sobre direitos humanos, Cabo de Santo Agostinho/Pernambuco.



Fonte: Elaborada pela autora, 2014.

Figura 14 - Foto da audiência Pública realizada pelos moradores com apoio do Fórum Suape, Cabo de Santo Agostinho/Pernambuco.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Em outubro de 2016, foi realizado ato público da campanha Suape insustentável pelas ruas centrais de Recife reivindicando moradias dignas, permanências das famílias em seus territórios tradicionais, e regularização fundiária. Como resultado do ato, foi agendada reunião com a presidência do CIPS e representantes do Governo Estadual de Pernambuco.

Mais recentemente, em abril de 2017, foi realizado o seminário “Petróleo, o que Suape tem com isso?”. Na programação teve discussões sobre as mudanças climáticas, a atuação da indústria do petróleo em diversas regiões brasileiras, experiências dos movimentos locais no enfrentamento das injustiças, o protagonismo da mulher nas injustiças da indústria petroleira. Ao final, foi realizado exibição de vídeos e construído um planejamento para atividades a serem articuladas e realizadas em rede.

Figura 15 - Foto dos manifestantes protestando contra o CIPS nas ruas de Recife/PE.



Fonte: Fórum Suape, 2017.

Figura 16 – Foto de palestra sobre mudanças climáticas com Marcelo Calazans (UFCE) no Seminário “Petróleo, o que Suape tem com isso?”



Fonte: Fórum Suape (2017).

A relação com as políticas públicas tem sido de difícil incorporação dos pleitos do Fórum na agenda política das instituições tomadoras de decisão. Mesmo assim, alguns espaços foram conquistados junto a instituições importantes, porém, ainda de forma pouco efetiva. Deve-se compreender a dimensão dos problemas enfrentados, e magnitude territorial como fator complicador, além do baixo grau de coesão social compartilhado. A coesão social que pode ser definida e caracterizada pelo compartilhamento de sentido de pertencimento e inclusão a um território e a participação ativa nos assuntos públicos e o gozo de equidade no acesso aos bens e serviços públicos, juntamente com a distribuição igualitária das oportunidades e da riqueza, tudo isso, num ambiente onde as instituições geram confiança e legitimidade (DEL RIO, 2011).

6.3.1.2 Ciberativismo: o ativismo virtual no caso de Suape

As práticas ativistas no ciberespaço criam um novo sujeito coletivo, mais complexo, capaz de produzir ações que podem criar uma nova dinâmica nas estruturas de poder e democratizar as políticas públicas, abrindo mais espaço para a atuação da sociedade civil, pois possibilita a veiculação direta de informação e participação ativa de diferentes sujeitos na construção coletiva do conhecimento, o que Lévy (2009) define como “apropriação dos meios de produção pelos próprios produtores” (LÉVY, 1999, p. 245). O ativismo *online* passa a formar redes de solidariedade e cooperação atuando em escala global, proporcionando novas relações sociais e possibilidades políticas de intervenção da sociedade na esfera pública (KAHN; KELLNER, 2004; LÉVY, 2009).

Fundamentados nessa lógica de redes, observa-se que os movimentos ambientais também se tornam movimentos *online* com o intuito de conquistar a adesão e a participação de mais ativistas nos níveis local e global, buscando uma legitimidade do movimento, uma maior agregação de sujeitos e o aumento da sua capacidade de agir sobre fontes de poder, apresentando suas necessidades e reivindicações através de uma perspectiva coletiva e conectada (PERUZZO, 2010). Buscam-se estratégias nas quais a tecnologia possa contribuir para uma democracia direta, permitindo, assim, que o cidadão possa cobrar, fiscalizar, propor soluções para a melhoria de suas condições de vida (CASTELLS, 2003).

A militância e/ou ativismo no ciberespaço tornou-se uma das grandes estratégias do Fórum Suape, assim como acontece com outros movimentos socioambientais em todo mundo. O Fórum utiliza a internet (figura 17) como mais um espaço para as lutas sociais, para articulação e divulgação dos problemas em Suape, contrapondo-se ao discurso

desenvolvimentista neoliberal que apresenta apenas os desdobramentos benéficos para a população e o Estado, e cuja postura totalitária não deveria encontrar ressonância em uma democracia.

O site (www.forumsuape.ning.com) apresenta um alto grau de engajamento na formação de agendas e diálogos com os sujeitos que interagem com o site. Isso é observado mediante as falas em diferentes espaços da página, isso ocorre devido ao formato do site, que disponibiliza salas de bate-papo e uma participação ativa, oferece também um banco de informações sobre Suape (blog de notícias, informativo mensal, vídeos, fotos, estudos, textos diversos), além de permitir interação nas postagens por seus membros cadastrados, semelhante ao facebook. O espaço virtual ganha, portanto, a força de um dispositivo regulador de fácil acesso, configurando-se em um espaço ágil de denúncia e mobilização de articulações populares tanto virtuais como reais (FÓRUM SUAPE, 2017).

Figura 17 – Imagem da página web do Fórum Suape.



Fonte: Fórum Suape (2017).

Cada vez mais as mídias sociais diversas, dentre elas o Facebook, vêm sendo utilizadas como espaço comum de discussão e participação, onde as pessoas podem se agregar, debatendo e promovendo ações e ideias. Esse tipo de espaço funciona de forma

complementar ao espaço lugar, pois permite a criação de arenas monopolizadas anteriormente apenas pelos *mass media* (LEMOS, 2004). O seu perfil no Facebook, tem 768 amigos virtuais, que facilitam a interação e a organização das mobilizações (<https://www.facebook.com/fsuape/>) para interação com os atores sociais parceiros e população em geral, além do compartilhamento de assuntos de interesse comum, fotos, vídeos e chamadas para eventos.

A estratégia do audiovisual também está cada vez mais presente nos movimentos sociais, tanto pela facilidade tecnológica de produção (câmeras fotográficas e *smartphones* que possibilitam imagens em alta qualidade) como pela facilidade de veiculação e circulação na internet em plataformas como *YouTube*, *Vimeo* etc. Esse novo contexto incentiva os ativistas a produzirem seus próprios vídeos.

O Fórum Suape tem investido nesta estratégia, especialmente a partir de 2016, quando foi possível viabilizar um comunicador social na sua equipe. O número de vídeos produzidos e publicados no seu canal no *YouTube* tem cada dia aumentando, apesar de ainda ser um número pequeno e ter poucas pessoas inscritas. A sua produção é composta por depoimentos dos moradores das comunidades afetadas, vídeos sobre os temas problemas e algumas produções realizadas em parcerias denunciando os atos de violência cometidos pela polícia na desapropriação de suas casas. Mais recentemente (2016), tem sido adicionado vídeos com depoimentos das comunidades produzidos por integrantes do Fórum Suape. Castells (2011) relata que o alcance do *YouTube* em 2007 o tornou o maior meio de comunicação do mundo, pois possibilitou o acesso também pelo celular. Segundo este autor, a produção e o consumo de vídeo se popularizaram, e despertam, muitas vezes, maior interesse do que a leitura de textos.

A luta deste movimento ainda está em curso, e alcançar a justiça ambiental é seu objetivo, a fim de que as comunidades afetadas consigam sair de sua condição de vulnerabilizados/vulnerados, mas para tal conforme defendido por Porto (2007), é necessário tanto o acesso justo e equitativo aos recursos ambientais do país, quanto o acesso amplo às informações que lhes dizem respeito favoreçam a constituição de movimentos e sujeitos coletivos na construção de modelos alternativos e democráticos de desenvolvimento. Araújo et al. (2015) afirma que “[...] quanto maior o diálogo ou contatos porosos entre Estado e sociedade civil, mais se definem como democráticas as políticas adotadas ou realizadas” (ARAÚJO et al., 2015b).

6.3.1.2 Em busca da saúde perdida: A rede de saúde do trabalhador em Suape

O campo da saúde do trabalhador tem uma atenção especial aos processos produtivos e sua relação com a determinação social da saúde na medida em que aqueles interferem diretamente na produção e reprodução da vida nos territórios, mas ainda apresenta um distanciamento em relação aos processos de conflitos e injustiças vivenciados nos territórios.

A Rede de Saúde do Trabalhador de Pernambuco (RENAST PE) vem nos últimos anos apresentando algumas atividades-relacionadas ao território de Suape.

Em Pernambuco, a RENAST é formada pela Gerência Estadual de Atenção à Saúde dos Trabalhadores (GEAST), os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) – 1 Estadual e oito regionais - Coordenações técnicas municipais de saúde do Trabalhador, Comissões Intersetoriais em Saúde do Trabalhador (CIST) dos Conselhos de Saúde (estadual e municipais); representantes dos trabalhadores e movimentos sindicais e sociais que se relacionam com a política de saúde do trabalhador e da trabalhadora.

Em 2008, a GEAST realizou a I Oficina de Instrução Normativa do Benzeno em Pernambuco para discutir os problemas que seriam produzidas com a chegada da refinaria de petróleo, então em construção.

Em 2011, instituições integrantes do Movimento 28 de abril (movimento formado por instituições – RENAST PE, Fiocruz, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Fundacentro - que anualmente organiza mobilizações alusivas ao dia mundial em memória em memória das vítimas de acidentes de trabalho¹⁹), organizaram as ações em torno do tema "Os desafios do complexo industrial e portuário de Suape frente à saúde do trabalhador no âmbito do PAC". As atividades tiveram como objetivo debater, compreender e encontrar caminhos para que os novos arranjos produtivos em Pernambuco não sejam fonte de mutilações e adoecimentos para os trabalhadores, e promover, ambientes de trabalho saudáveis, seguros e decentes, e que não impactem negativamente no meio ambiente. Foram realizadas ato público na estação central do metrô de Recife, audiência pública na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) e palestras.

¹⁹ O dia mundial em memória das vítimas de acidentes de trabalho, surgiu no Canadá por iniciativa do movimento sindical, e logo se espalhou por diversos países, organizado por sindicatos, federações, confederações locais e internacionais. A data foi escolhida em razão de um acidente que matou 78 trabalhadores em uma mina no estado da Virgínia, nos Estados Unidos no ano de 1969. A OIT, desde 2003, consagra a data à reflexão sobre a segurança e saúde do trabalhador.

Desde maio de 2005, o dia 28 foi instituído no Brasil por meio da Lei nº 11.121/2015.

Em 2015, A partir do acordo de cooperação técnica firmado pelo governo federal, surgiu a proposta da realização de ações voltadas para a saúde dos trabalhadores portuários e motoristas de transporte de carga que transitam na área portuária.

Tal acordo surgiu da necessidade de estruturar ações de promoção e prevenção da saúde dos trabalhadores portuários, uma vez que estes possuem dificuldades em acessar a rede de saúde e dispõem de tempo para os cuidados com a sua saúde.

Assim, foi organizada uma rede sócio institucional formada por organizações que atuam com a saúde do trabalhador GEAST e CEREST Estadual da a Secretaria Estadual de Saúde (SES), CEREST do Cabo de Santo Agostinho (responsável pelos municípios do Cabo e Ipojuca), administração do CIPS, Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT) do Cabo de Santo Agostinho, Secretarias Municipais de Saúde (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca) e setor de educação da Polícia Rodoviária Federal de Pernambuco para realizar um ação chamada Circuito de Saúde nos Portos.

O Circuito teve como objetivo integrar ações de prevenção e promoção da saúde direcionadas a trabalhadores portuários, público flutuante e motoristas profissionais de carga que se encontram no Porto de Suape. A partir do conhecimento do perfil dos trabalhadores eram discutidas e elencadas, em reuniões preparatórias com todos representantes da rede sócio institucional, as principais necessidades de serviços vislumbrando ampliar o acesso aos serviços diagnósticos e de promoção da saúde.

Foram realizados dois circuitos de saúde nos portos, um em agosto de 2015 e a segunda, em agosto de 2016. Em cada evento eram montadas estrutura com várias estações (pequenas salas) para abordagens por meio de oficinas, palestras e rodas de conversas, de acordo com o serviço ofertado.

Inicialmente os trabalhadores passavam por um cadastro, a fim de montar um perfil daqueles que acessaram as estações. Este cadastro inicial também possuía um roteiro das estações, como forma de estimulá-los a passar por todos os serviços.

Figura 18 – Reunião preparatória do Circuito de Saúde dos Portos, CIPS.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016

Figura 19 – Trabalhadores do Estaleiro Vard Promar se cadastrando no Circuito de Saúde/2015.



Fonte: Elaborado pela autora, 2015

As estações do circuito reuniam serviços de abordagens diversas, com integração das instituições que programaram serviços semelhantes. Desta forma, as estações puderam

contemplar serviços que incluíam campanhas de educação em saúde, testes diagnósticos, espaço de autocuidado, entrega de brindes, dentre outros serviços.

Os serviços oferecidos nas estações do circuito abordaram as seguintes temáticas:

- a) Saúde bucal: Orientações sobre os cuidados com a saúde bucal com a entrega de kits;
- b) Orientação nutricional – aferição de peso corporal, medição altura, Índice de Massa Corporal (IMC), medida de circunferência abdominal e circunferência cervical, além de orientações quanto à alimentação saudável;
- c) Ginástica laboral e orientações sobre distúrbios musculoesqueléticos;
- d) Aferição de Pressão Arterial (PA) – verificação da PA com as devidas orientações, incluindo serviço de referência em alerta para recebimento de casos mais graves;
- e) Aplicação das vacinas de hepatite B, influenza e dT (difteria e tétano);
- f) Realização de teste de glicemia;
- g) Realização de teste rápido de HIV;
- h) Rodas de conversa sobre tuberculose e hanseníase, com auxílio de álbum seriado e distribuição de material educativo;
- i) Campanha da lei seca: Conscientização quanto ao risco e consequências da mistura de álcool e direção, com distribuições de bafômetro descartável para os motoristas de cargas que acessam as rodovias portuárias;
- j) Rodas de conversa e distribuição de material educativo referente às doenças sexualmente transmissíveis, saúde do trabalhador, saúde da mulher, saúde do homem, saúde mental e gestão do estresse, acidente de transporte terrestre, tabagismo e outras drogas;
- k) Teatro educativo sobre medidas sanitárias para eliminar os criadouros e evitar a reprodução e proliferação do *Aedes aegypti*;
- l) Cinema rodoviário: ônibus com a apresentação de vídeos relacionados à exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, acidentes de trânsito e uso de cinto de segurança;
- m) Cordel cantado sobre acidentes de transporte terrestre;
- n) Sessões de autocuidado com realização de cortes de cabelo, limpeza de pele e massagem e drenagem.

As ações foram compostas pelas instituições parceiras já descritas, que juntas formaram uma equipe para trabalhar no evento com mais de 100 pessoas em cada edição (enfermeiros, médicos, odontólogos, agentes de saúde, psicólogos, sanitaristas, apoio administrativo, educadores, etc.). Em 2015 foram 460 pessoas atendidas que receberam em torno de 3.800 serviços/atendimentos, em 2016, 369 que receberam 4.228 serviços, dentre trabalhadores das indústrias, motoristas de transportes de cargas e moradores.

Tal intersetorialidade permitiu elencar diversos serviços a serem ofertados, além de fomentar a estruturação de uma rede de apoio após a ação, estreitando as relações entre os representantes da saúde e a administração portuária, com desdobramentos que incluíam a oferta de serviços à saúde a participação em discussões de gerenciamento do risco ambiental junto às empresas.

Como o CIPS foi instalado no território das comunidades, muitas delas ainda têm moradores que vivem dentro do complexo industrial, praticamente ao lado das indústrias, como é o caso de Poeirinha e Engenho Mercês. Essas famílias também procuravam os serviços ofertados pelo Circuito de Saúde, e foram atendidas (figura 20).

Figura 20 - Moradores das comunidades no CIPS aguardando atendimento no Circuito de Saúde/2016.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A estratégia de intervenção possibilitou a articulação intersetorial de atores chave que compõem a rede de saúde deste território produtivo, alertando a atenção deles para uma

qualificação da rede e um atendimento contínuo, bem como abre precedentes para a realização de outras intervenções no porto de Suape, tais como aproximação do perfil produtivo-epidemiológico real da região e desenvolvimento de ações de vigilância e promoção da saúde.

Apesar de ser um evento pontual e de ter sigficância para uma população carente de serviços continuados, é preciso ainda, maiores discussões com a rede sociotécnica que atuou nessa atividade para que a saúde coletiva ultrapasse os formatos tradicionais da gestão dos serviços de saúde de um modelo médico-assistencialista conforme Porto destaca:

Compreender problemas de saúde a partir de um enfoque ecossocial é fundamental para que propostas de desenvolvimento econômico e tecnológico possam resultar em balanços mais positivos entre os benefícios e os prejuízos dele decorrentes. Especialmente para o campo da saúde pública tal desafio é estratégico para desenvolver e implementar ações de promoção da saúde. Dessa forma a saúde pública poderia melhor considerar as interações que continuam a ser ignoradas em várias visões e políticas de saúde orientadas pelo paradigma biomédico ou por uma visão ecológica reducionista (PORTO, 2005, p. 833).

Para uma visão ecossocial dos problemas de saúde, é preciso pensar a saúde, em seu conceito mais amplo e construir processos na perspectiva participativa e democrática pensando na promoção da saúde e prevenção e não apenas em caráter assistencialista.

6.4 A percepção das mulheres sobre os processos de vulneração em Suape

Nós representamos forças poderosas de mudança que estão determinadas a impedir as culturas moribundas do racismo e do hetero-patriarcado de levantar-se novamente.
Anela Davis

A discussão sobre gênero ultrapassa a divisão biológica entre homens e mulheres, demarcada pelo sexo e possibilita a análise das diferenças sociais, culturais, econômicas, políticas e biológicas que influenciam na determinação social da saúde (ARENAS et al., 2016).

A industrialização do CIPS repercute de forma desigual entre mulheres e homens devido aos significados socioculturais que se expressam através das relações de gênero, e eixos como a identidade masculina e feminina e suas formas diferenciadas de interpretar e se colocar na vida, a divisão sexual do trabalho e as desigualdades históricas de desvalorização do trabalho doméstico (diferenças salariais, dupla e tripla jornada de trabalho, atribuição do cuidado da família e do trabalho doméstico às mulheres, dentre outros). Outra questão

importante que marca as desigualdades entre gêneros é a questão do acesso e controle dos recursos – materiais, econômicos, políticos, informação e educação (ARENAS et al., 2016).

A luta pela igualdade de justiça de gênero e oportunidades se faz necessária apesar dos avanços vivenciados nos últimos anos Brasil e de uma discussão cada vez mais atual e incorporada por mulheres e homens que querem cessar as desigualdades e em especial a violência sofridas pelas mulheres no Brasil. Violência essa, que mesmo com a Lei Maria da Penha consolidada como política pública, se faz perdurar de forma avassaladora.

No território de Suape, tem sido um problema relevante no qual mulheres convivem insegurança, falta de mobilidade, aumento da exploração sexual de crianças e adolescentes, aumento da violência doméstica e urbana, e da degradação do meio ambiente (SOUZA et al., 2015).

É apresentado a seguir os olhares e as vozes das mulheres moradoras de Suape, que em meio a esse cenário de violações de direitos em torno da construção e operação do CIPS, revelam a forma como são impostos os critérios para construção de grandes projetos de desenvolvimento, os quais perpassam as determinantes de classe, gênero e raça, produzindo além de conflitos, injustiças e vulnerações socioambientais.

Por meio de uma abordagem que se alinha à perspectiva dos estudos feministas que dedicam atenção à experiência de mulheres a partir de sua realidade de vida concreta, buscou-se encontrar os sentidos nas vozes das mulheres, que vivem na região das praias e de engenhos da região de Suape, sobre questões de desenvolvimento e de injustiças vivenciadas

É recorrente, na região, a expropriação de terras e de recursos. Agricultoras familiares, pescadoras e marisqueiras estão sendo expulsas de seus territórios, seja por remoções diretas (nas quais as pessoas são tiradas de suas casas por processos de negociação ou não) ou indiretas (nas quais se engendram condições inviáveis para a permanência no local fazendo com que as famílias pressionadas não tenham outra escolha se não se mudar).

Nesse sentido, as mulheres que fazem parte desse estudo não estão sendo prejudicadas apenas materialmente, tendo sua renda reduzida por conta da diminuição de sua produção (redução do pescado e do marisco, por exemplo), mas também aspectos simbólicos que causam sofrimentos, seja no sentido de sua existência e sua relação com o mundo, seja no sentido de sua saúde e de sua autonomia.

A partir das vozes das mulheres de SUAPE, são apresentadas as principais problemáticas identificadas nos seus discursos que foram concentradas em duas grandes categorias – Conflitos e injustiças ambientais e os Processos de vulneração no ambiente e na

saúde das comunidades de Suape, apresentadas abaixo. Em seguida, serão discutidas as principais questões identificadas em cada uma delas.

6.4.1 Ecos dos Conflitos e injustiças socioambientais: Violência do Estado na expropriação das comunidades

A análise da percepção das mulheres moradoras das nove comunidades visitadas sobre os conflitos e injustiças socioambientais decorrentes da nova industrialização do CIPS permite visualizar quatro ideias centrais (tabela 04) que revelam questões relacionadas aos impactos deste processo: *violência da polícia e segurança de Suape*, *expulsão do território*, *ameaça de expulsão* e uma quarta ideia, que se opõe às três primeiras: *desconhecimento de conflitos ambientais*, que contou com o discurso de duas mulheres. A ideia central relativa aos conflitos relacionado com a expulsão do território de vida foi a que teve o maior número de mulheres depoentes (12). Os relatos das mulheres reafirmam o que foi identificado no mapeamento: a expropriação de terras é a principal causa dos conflitos vivenciados pelas comunidades de Suape.

Tabela 04 - Distribuição nominal e proporcional das ideias centrais segundo o discurso das mulheres entrevistadas em relação aos conflitos no CIPS, 2017.

Categoria	Ideia Central	Número (n)	Proporção %
A	Violência da polícia e segurança de Suape	7	25.93
B	Expulsão do território	12	44.44
C	Ameaça de expulsão	6	22.22
D	Não tem conhecimento de conflitos	2	7.41
Total		26	100

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

A concepção de violência no CIPS vai além de só abarcar crimes patrimoniais, violência contra a mulher, roubos e furtos, envolvendo densas questões políticas, dentre elas, a ação de milícia realizada pelos seguranças de Suape. Em diversos relatos, observa-se que a área de Suape parece ter sido privatizada em face dos interesses econômicos e financeiros, negando aos cidadãos tradicionais da região os direitos mais básicos, como sua moradia já constituída, a construção de benfeitorias ou ainda o plantio de alimentos. A violência da polícia e seguranças de Suape que se constituem em milícias ilegais tem sido um dos problemas mais temidos pelas mulheres:

Conflito com Suape é constante né? Existe sim problema de brigar por terra, por exemplo, teve em Arendepe, mas o pessoal já saiu de lá.

E eu fiquei muito triste por causa disso, porque, não é caso de Suape fazer isso com o pessoal né? Na época vieram para indenizar, mas a gente não quis sair não, porque naquele tempo num tinha esse barulho, num tinha esse fedor (das fábricas).

Tinha conflitos e ameaças, verbalmente. O pessoal de Suape dizia que ia pegar a ordem do juiz, colocando medo na gente. Houve muito conflito, na expulsão das casas, eles alegam que a terra pertence à Suape.

Ninguém pode fazer uma casa ou reforma, mesmo se a casa estiver caindo. Se construir até um lugar para as galinhas, eles vêm em cima. Ninguém pode fazer nada que os seguranças de Suape vêm em cima, até na igreja veio. Se a senhora quiser construir alguma coisa aqui não pode, até polícia vem prender a gente.

Eu vi os seguranças de Suape batendo nas pessoas. Outra coisa que eu achei muito injusto foi família ter sido tirada daqui pelo batalhão de choque. Não queriam sair e estavam reivindicando o direito deles, mas foram tirados feito um bonequinho de dentro de casa e colocarem para fora à força, foi uma violência muito grande. Aqueles guardas vêm derrubando casa e mais casa, o meu menino mesmo já foi atacado com violência. Chegaram na casa dele para derrubar. Ele passou dez anos para construir, comprou o terreno, quando ele ia começar, aqueles guardas de Suape ameaçaram meu filho e ele foi preso.

As pessoas que trabalham em Suape acham que podem fazer o que quiserem isso para mim é abusar da autoridade. De vez em quando assim desce aqueles guardas, aqueles vigias da Suape de moto, vai até ali, faz a volta e sobe. Eles metem a cara e entram sem pedir. Quando foi na segunda feira o Romero veio com a turma e derrubou a casa toda pronta só faltava a janela, toda pronta derrubou por cima de carro de mão e tudo, e quem tem sua plantação querem destruir

(Discurso do Sujeito Coletivo formado pelos depoimentos: Mulher01, Mulher05, Mulher06, Mulher10, Mulher20, Mulher22, Mulher24).

As falas das mulheres, embora sejam de comunidades distintas, tratam de um ponto em comum, o enfrentamento de ameaças e privações nas suas comunidades. É preciso esclarecer que, segundo as moradoras, os conflitos que possibilitam ações violentas e sensação de insegurança das mulheres acima entrevistadas ocorrem com certa regularidade e contam com a participação do Estado através da Polícia Militar. Aqueles que deveriam oferecer proteção e segurança, são o que geram medo e desconfiança. O objetivo é realmente intimidar as comunidades que ali vivem para abrir espaço para as novas indústrias. A ilha de Tatuoca, Engenho Arembepe e Tiriri mencionados anteriormente também surge no discurso coletivo das entrevistadas:

Tem muito conflito porque a maioria do povo não queria sair lá da Ilha de Tatuoca. Ficaram sem água por causa da dragagem no mar que afetou as cacimbas da ilha, deixando a água salgada. Teve alguns moradores que não aceitavam sair, teve discussão, conflito, ninguém concordava, mas depois terminaram concordando porque tinha que sair mesmo, quando a maioria aceitou o resto tudinho aceitou. A Ilha de Tatuoca é uma das poucas que ganhou casa, porque Suape não indenizou só Tatuoca, indenizou outros engenhos e nem todos ganharam

Olhe, no Engenho Arembepe mesmo, muitas pessoas estão sofrendo, elas foram obrigadas a sair de lá porque ficaram com medo das ameaças e aceitaram o valor que Suape ofereceu, um valor muito baixo. Não deu para comprar uma casa, estão sofrendo, aí colocaram na justiça e ainda está rolando, uma menina mesmo, ela saiu

de lá, ela invadiu um pedaço ali e fez a casinha dela, porque onde é que dez mil dá para você comprar? Não dá nem para comprar um terreno.

A qualquer momento podem vir aqui derrubar a minha casa. Muitas pessoas lá de Tiriri de Dentro mesmo passaram por isso. Não queriam sair, mas foram retiradas de lá e receberam indenização. Ouvi dizer que vamos sair, mas até agora nada certo, já fizeram o cadastro. Queria ter um pagamento justo, que dê para comprar outra casa, não ser igual a outras pessoas que foram removidas e não conseguiram comprar outra casa e terminaram invadindo de novo, porque não tinham para onde ir. Agora lá está sendo a construção da nova pista que vai dá acesso ao estaleiro

(Discurso do Sujeito Coletivo formado pelos depoimentos: Mulher03, Mulher04, Mulher07, Mulher08, Mulher09, Mulher11, Mulher14, Mulher15, Mulher17, Mulher19, Mulher25, Mulher29).

As entrevistadas são unânimes em apontar que as transformações econômicas ocorridas na região conduziram a mudanças bruscas no modo de vida de toda a comunidade, em especial as mulheres, diretamente atingidas pela vigilância privada que atua nas comunidades da região, bem como pelos conflitos patrimoniais em curso na região cujo planejamento econômico e territorial não foi pensado e dialogado. A expulsão do território acentuou ainda mais os problemas de gênero estabelecidos, pois ao ter ameaçada a moradia dessas mulheres e suas famílias, as privavam também a sua subsistência – muitas vivem da agricultura de subsistência e pesca artesanal e coleta de mariscos.

Este resultado corrobora com Perez (2016), no caso das mulheres que receberam casas para morar, como no caso da Nova Tatuoca, não tiveram a documentação garantida e vivem sofrendo ameaças de nova expropriação (PÉREZ, 2016).

A angústia percebida nos depoimentos em relação à ameaça de expulsão marca as comunidades que ainda não foram expropriadas, nas quais seus moradores históricos são colocados na condição de invasores. Devido à especulação imobiliária sobre as áreas no entorno de Suape, há uma intensa ofensiva sobre o território dos moradores das comunidades locais. Dessa forma, registra-se um processo de negociação individualizada com cada família, através de uma estratégia de convencimento para a sua saída pelo menor preço, pago de forma desigual, desvalorizando as propriedades. Em paralelo a esta negociação, percebe-se que o território vai sendo modificado no entorno da comunidade, deixando seu dia a dia mais difícil: mudam as vias de acesso, iniciam cobrança de pedágio, o direito de ir e vir é violado, aumento do fluxo de máquinas e caminhões, seguranças de Suape que impedem a construção de benfeitorias e reformas, descontinuidade dos poucos serviços básicos oferecidos, ou seja, tornam os moradores vítimas das alterações promovidas por empreendimentos que sacrificam seus meios de vida, tornando insuportável a habitação no local.

Quando a gente foi assinar o acordo, o próprio presidente (da associação) disse assim pra mim: "ou você assina ou você vai morar na rua, porque eu mesmo não vou

botar a mão por cima de você", Eu acho que ele estava vendido para Suape, porque pra ele aceitar, viu que o povo não merecia, morar 39 anos numa comunidade, chamar pra gente fechar o acordo e sair com dez mil reais, dez mil reais hoje dá o que? Nem um terreno ninguém compra em canto nenhum com dez mil reais.

Disseram que ia levar a gente pra Suape, disseram que vai ter a juíza pra assinar, tudo mentira quem estava lá era o povo de Suape, a gente assinou com eles achando que era a juíza. O menor não pode combater com o maior não, que eles têm dinheiro, eles têm poder. Casa não podemos fazer, melhoria também não, pois se teimar vem o povo de Suape e manda parar (Discurso do Sujeito Coletivo formado pelos depoimentos: Mulher16, Mulher18, Mulher25, Mulher26, Mulher27, Mulher28).

Todas as comunidades visitadas neste estudo apresentam relatos do sofrimento próprio ou de familiares e amigos por causa do processo de expropriação, que vem se dando de forma desigualmente injusta, sob pressão e ameaças e força bruta de diversas ordens e sem seus direitos garantidos, conforme também foi evidenciado por Perez (2016).

Uma multiterritorialização imposta por meio da destruição de bens e benfeitorias. As famílias recebem baixos valores indenizatórios pelas suas propriedades e muitas delas não conseguem garantir moradias dignas em outros locais, também devido ao processo de especulação imobiliária ocasionada pela nova configuração industrial.

Expulsas de seus territórios grande parte dessas famílias passaram a habitar a periferia da cidade do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, intensificando a proliferação de bolsões de pobreza como já fora sinalizado por Perez (2016).

Apesar do discurso majoritário das mulheres entrevistadas descrever sobre os processos de vulneração e conflitos ambientais, duas delas apresentaram um discurso antagônico, pois não reconheceram a existência de conflitos: "No meu conhecimento não. Eu nunca ouvi dizer que teve conflito não, eu sei que as pessoas recebem a indenização e saem" (Discurso do Sujeito Coletivo formado pelos depoimentos: Mulher02, Mulher13).

Ao não reconhecê-los ou explicitá-los, a abordagem sobre conflitos socioambientais tendem a acentuar o caráter de passividade das populações frente relações de poder, envolvendo interesses políticos e econômicos que expressam disputas entre diferentes sentidos e valores relacionados, por exemplo, uso e distribuição dos recursos naturais; aos investimentos econômicos e formas de distribuição entre os benefícios e os danos destes investimentos (PACHECO; PORTO, 2009; PORTO et al., 2013).

Segundo Silveira (2010), além dos fatores relacionados à cultura política de subserviência, e perpétua dependência ao poder político característica do modelo neoliberal, aspectos relacionados à disparidade educacional dos atores envolvidos também são fatores que inviabilizam o reconhecimento dos conflitos socioambientais.

O que se observou no estudo das relações entre as comunidades do CIPS e Suape são processos crônicos de dominação, onde os excluídos pelo sistema se submetem à situação de opressão mantida pelo sistema neoliberal, que usa de artifícios para que as comunidades se considerem sujeitos sem direitos, conforme já sinalizado por Silveira (2010).

6.4.2 As feridas da industrialização no ambiente e na saúde

Foram encontrados cinco Ideias Centrais sobre a percepção dos problemas relacionados à saúde e ambiente decorrentes da ampliação do CIPS e a chegada de novas indústrias (Tabela 05). A maioria das mulheres relata que as indústrias trouxeram problemas no ambiente e na saúde de suas comunidades, onde 10 das 27 discursaram sobre esta questão, seguida no ranking pela falta de serviços assistenciais de saúde, problema relatado de forma significativa, assim como na Ideia Central *A desterritorialização causou adoecimento e problemas de saúde na família*, *Mudança no processo produtivo/falta de emprego*, ambas formadas pelas falas de cinco mulheres cada, e apenas uma fala que expressou não ter verificado problemas na saúde da comunidade.

Tabela 05 - Distribuição nominal e proporcional das Ideias Centrais segundo o discurso das mulheres entrevistadas em relação aos problemas de saúde no CIPS, 2017.

Categoria	Ideia Central	Número (n)	Proporção %
A	A desterritorialização causou adoecimento e problemas para a família	5	18.52 %
B	Falta de serviços assistenciais de saúde	6	22.22 %
C	As indústrias trouxeram problemas no ambiente e na saúde da comunidade	10	37.04 %
D	Mudança no processo produtivo/falta de emprego	5	18.52 %
E	Não verificou problemas na saúde da comunidade	1	3.70 %
Total		27	100

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

A transformação econômico-político-social que vem acontecendo no Complexo Industrial Portuário de Suape tem modificado de forma avassaladora os territórios. Ao contrário da melhoria de vida prometida nas políticas econômicas planejadas e executadas nesta localidade percebe-se, nos últimos anos, uma transformação negativa dos aspectos relativos à saúde das pessoas que trabalham ou vivem nas diversas comunidades que cada vez mais são destituídas por este processo de crescimento econômico.

Considerando-se que o setor saúde tem um papel central na garantia da qualidade dos territórios para o desenvolvimento humano e garantia do direito a uma vida saudável, é

imprescindível observar a problemática instalada em Suape considerando novas formas de construção de saberes em saúde coletiva²⁰ e rompendo com os clássicos estudos epidemiológicos e sanitários descontextualizados tão utilizados como orientadores das políticas de saúde.

Segundo o conceito de Determinação Social de Saúde, adotado pelos teóricos da Medicina Social e da Saúde Coletiva Latino-americana, as diferenças da qualidade de vida entre classes sociais, gêneros e etnias são produzidas e reforçadas pelo modelo capitalista, que resulta em mais iniquidades que se expressam de diferentes formas no perfil de saúde, doença e atenção à saúde (BREILH, 2013a).

A determinação da saúde compreende diversos níveis e dimensões, como algumas apresentadas desde o começo deste diagnóstico – conflitos, violência, questões agrárias. Achamos relevante dar uma especial atenção às questões diretamente relacionadas aos impactos ambientais do território e aos problemas de saúde-doença abordados pelas entrevistadas.

Apresentaremos a síntese da análise do discurso das mulheres de Suape em relação a saúde delas e de seus familiares.

Foi possível evidenciar uma relação forte - entre as chegadas de novas indústrias e alguns dos processos de adoecimento.

As moradoras relatam outras formas de adoecimento. Algumas delas não descrevem problemas na saúde decorrentes do novo contexto econômico, porém, a maioria percebe os impactos negativos na saúde de suas famílias. Nas falas, percebe-se a ausência de boas condições de vida, de moradia e a ausência de direitos básicos. Outra questão importante é a mudança de território que altera a forma de viver, e facilita o aparecimento de agravos e doenças:

Com certeza lá (na ilha de Tatuoca) a gente vivia melhor sem estar doente, aqui aumentou a quantidade de doença, é sempre com dor de cabeça, estressado, cansaço, gripes... as crianças só vivem doentes, afetou a saúde de muita gente...o senhor L.A. é um exemplo. Porque o local é diferente de lá, é muito quente. Por causa da quentura, ninguém dorme de noite, fico muito triste, choro, já fui até socorrida, lá era melhor sem dúvida

(Discurso do Sujeito Coletivo formado pelos depoimentos: Mulher12, Mulher14, Mulher20, Mulher22, Mulher23).

²⁰ Segundo o conceito de Determinação Social de Saúde adotado pelos teóricos da Medicina Social e da Saúde Coletiva Latino-americana, as diferenças da qualidade de vida entre classes sociais, gêneros e etnias são produzidas e reforçadas pelo modelo capitalista, que resulta em mais iniquidades que se expressam de diferentes formas no perfil de saúde, doença e atenção à saúde

Como partimos do conceito mais ampliado de saúde, considerando as diversas dimensões da determinação do processo saúde-doença, na verdade, a ocorrência de casos de adoecimento pode ser considerada um indicador dos problemas vividos em um dado território, ou seja, a manifestação aguda destes problemas. Muitos dos agravos que afetam e afetarão as famílias que vivem no entorno de áreas industriais, são diagnosticadas após longo período de exposição conforme aponta diversos estudos (RIGOTTO; AUGUSTO, 2007; RIGOTTO, 2008).

A falta de serviços públicos de saúde teve relevância nas falas das mulheres, demonstrando a grande falta de proteção social, em um contexto que gera mais vulnerabilização em comunidades já em situação vulnerável. Neste DSC, percebe-se como grande problema a falta de serviços assistenciais de saúde de uma forma geral, sobretudo na atenção primária em saúde, que deveria organizar a rede de saúde a partir da perspectiva territorial.

Em visita de campo, os profissionais de uma Unidade de Saúde da Família que fica a poucos metros da comunidade de Nova Tatuoca que essa unidade não faz cobertura assistencial das famílias que chegaram para morar na vila. Ao perguntar sobre o perfil das famílias atendidas na unidade e se o CIPS ocasionou alguma modificação nos atendimentos foi possível observar que aquela equipe não tem um preparo adequado requerido para o trabalho na atenção primária.

A compreensão da interpelação entre trabalho, ambiente e saúde é primordial para qualquer nível de atenção, sobretudo na atenção primária (DIAS et al., 2009).

Observou-se também problemas relacionados à acessibilidade, fragmentação, descentralização e regionalização da rede de assistência, com inadequação no processo de acolhimento, agendamento e marcação e da atenção a grupos específicos, como mulheres e crianças.

Sobre serviço público de saúde pra criança, pra mulher, não tem, não tem nenhum posto de saúde. aqui são três engenhos que precisava de um posto de saúde, aqui a gente precisa de médico, tem que ser um posto móvel que venha nos consultar, que tenha mais facilidade, porque a gente não tem condições, eu não tenho condições se a gente vai na prefeitura pedir um carro eles só querem levar até a emergência, fica difícil até marcar uma consulta, agora é difícil, a gente sofre, porque tem que sair daqui de madrugada, pra enfrentar fila para marcar e esperar um a dois meses para chegar a data daquela consulta, isso porque Ipojuca tá bom demais.

Precisamos de um posto de saúde, ou se não, transporte 24 horas, mais até agora, nada. Dependendo de transporte pra levar as crianças pequenas pro posto, para tomar vacina, eu sou carente.

No início a prefeitura ainda mandava uma médica ou uma agente de saúde aqui, mas faz tanto tempo que ela não vem, se for pra passar mal aqui, a pessoa morre e não chega transporte, tem que chamar algum vizinho que tenha carro ou moto para socorrer.

Quando fica doente aqui não tem socorro, o socorro é sair daqui pra ali, e pegar o ônibus e aguentar chegar no hospital né? E se não aguentar... Eu acho que já que Suape tirou a gente de lá eles poderiam correr atrás e junto com a prefeitura pra ver se fazia um posto de saúde aqui .

(Discurso do Sujeito Coletivo formado pelos depoimentos: Mulher07, Mulher08, Mulher10, Mulher16, Mulher21, Mulher28).

Observa-se nas falas a necessidade de um maior preparo e planejamento do setor saúde – Estado e municípios – para o desenvolvimento de ações de promoção, proteção, assistência, vigilância em saúde.

Em relação ao ambiente, o que se sobressai em todas as entrevistas são as drásticas mudanças territoriais, decorrentes das obras de construção das diversas indústrias, e também de infraestrutura como a construção de estradas, pontes, dragagens realizadas no canal do porto, que impactaram negativamente nos ecossistemas, devido ao aumento da poluição, mortandade de peixes e mariscos, destruição dos lençóis freáticos que forneciam água e que segundo elas, vem interferindo na determinação do processo saúde-doença das comunidades. Para além das obras, o funcionamento das fábricas lança poluentes no ar, água e solo, ruídos que trazem transtornos e adoecimento na vida das comunidades.

Quando saí de lá só tinha o estaleiro se formando, então na época que saí, não tinha muito impacto não, agora depois aparou o rio, diminuiu o peixe, escutei as pessoas dizer da falta de água, sempre me falavam dos problemas.

Antes dessas fábricas chegarem aqui não era esse clima tão quente, principalmente o clima, era mais frio e mais fresco, agora tem muita poeira, barulho, fumaça, mais doenças, gripe, alergia, enxaqueca, principalmente nas crianças.

Com a chegada das fábricas tem fumaça, mau cheiro, tráfego de caminhões, barulhos horríveis que ficam batendo a noite toda.

Tem noite aqui que você não aguenta o fedor, aquela catanga azeda que vem das fábricas num sei de qual é, tem dia que eu fico sufocada com aquele cheiro forte como se fosse de gás de cozinha [...] Ninguém vê, mas de noite a gente acorda sufocada com aquela fumaça, sinto falta de ar, que a gente não podia respirar direito que respirava aquele mal cheiro a noite todinha, na madrugada é que eles jogavam mesmo.

As indústrias afetam e muito a saúde de todos, por causa desse negócio agora a minha irmã está cheia de coceira. Também tá todo mundo assim por aqui, muita gente aqui foi internada com muita dor de cabeça, enxaqueca [...] e teve muita gente que começou a beber muito e adoeceu de tanto beber, porque não tem o que fazer, os adolescentes começaram a pegar no que é dos outros para comprar drogas

(Discurso do Sujeito Coletivo formado pelos depoimentos: Mulher01, Mulher02, Mulher04, Mulher05, Mulher06, Mulher08, Mulher13, Mulher19, Mulher29, Mulher23).

Muitas dessas comunidades, por serem compostas por pescadores artesanais, a supressão do manguezal para a implantação do Estaleiro Atlântico Sul causou um grande impacto na comunidade, visto que, a diminuição do mangue gera a diminuição de biodiversidade, significando a escassez de pescados e, conseqüentemente, a impossibilidade de vender o suficiente para reproduzir a vida dos pescadores, pescadoras e marisqueiras.

Outros problemas enfrentados pelas comunidades visitadas são: aumento do tráfego de veículos, prostituição e aumento do consumo de drogas pela chegada de milhares de trabalhadores que não possuem vínculo com o lugar, ausência de políticas públicas em relação à infraestrutura das comunidades (coleta de lixo, escolas, posto médico, acessibilidade...) e mais recentemente, a onda de desemprego que vem afetando os moradores que se inseriram no mercado de trabalho nas indústrias de Suape.

No discurso do sujeito coletivo, em relação às modificações no processo produtivo local, fica evidente a importância da oferta de emprego trazida pelos novos empreendimentos, mas, por outro lado, critica que esta oferta foi para poucos, sobretudo para os homens e de forma temporária. Intervenções de alto impacto ambiental como as dragagens realizadas no canal do porto de Suape, resultam em poluição, alteração da profundidade, salinidade e curso dos rios, modificando a dinâmica natural dos mangues e ecossistemas locais, trazendo conseqüências na economia local, vida social, saúde. Nos últimos anos, este processo de destruição se intensificou resultando em mais problemas na realidade vivida pelas comunidades de agricultores e pescadores artesanais, em particular as mulheres marisqueiras, que enfrentam a contaminação dos mariscos e peixes e drástica redução destes crustáceos e de frutas da região, como se pode observar nas entrevistas:

As fábricas que estão na redondeza estragaram o lar da gente, porque antigamente a gente tinha uma fruta pra vender num tem mais, era azeitona, era cajá, era manga, isso nós não temos mais. Lá tinha como sobreviver, tinha a pesca, plantação, criação de bicho e aqui não tem nada. meu pai mesmo lá pescava aqui só vive na cachaça.

As pessoas da comunidade continuam, às escondidas de Suape, tentando realizar a atividade do Marisco e a coleta de frutos na Ilha de Tatuoca. [...] os nativos moravam nos sítio aqui, tiravam o sustento da maré e agora, e agora não tem mais, porque o mangue foi afetado e acabou várias partes da maré, não tem mais como o povo sobreviver.

O desemprego afeta a saúde da família, você vive não, empurra, a pessoa desempregada não tem como. Suape devia dar prioridade aos moradores daqui pra trabalhar

(Discurso do Sujeito Coletivo formado pelos depoimentos: Mulher01, Mulher02, Mulher03, Mulher04, Mulher21).

Por conta da ausência de políticas públicas em questões primordiais, como no acesso à terra e meios de produção, à saúde e à educação, essas comunidades tornam-se fragilizadas

politicamente e invisibilizadas socialmente, contexto ideal para que Suape continue suas atividades em prol do capital e ao mesmo tempo, vulnerabilizando as populações residentes no seu interior, que vem sendo impedidas de reproduzir suas práticas culturais, sociais e econômicas.

Dada à natureza patriarcal da sociedade, a participação das mulheres na esfera pública geralmente é limitada. Esse recuo muitas vezes faz com que as experiências e as questões das mulheres não sejam levantadas quando estão sendo discutidos os impactos das injustiças socioambientais embora sejam elas as principais atingidas pelos efeitos adversos das atividades de grandes empreendimentos.

A instalação e construção do Complexo Industrial e Portuário de Suape não contou com participação da população nas discussões e aprovações das suas etapas, sendo as vicissitudes vivenciadas na região reflexo direto da ausência de instrumentos democráticos que viabilizassem a opinião e voz das pessoas que, historicamente, ocupavam o território estudado.

As marcas da desterritorialização, da brutalidade e de um progresso que trouxe dores, imposto sem diálogo, são constantes nas histórias das mulheres retratadas nesse trabalho, que enfrentam cotidianamente o poder econômico desigual em suas vidas. O agir do Estado não tem intervindo nesses conflitos para possibilitar a permanência do modo de vida dessas mulheres sujeitas de direitos:

Se os governantes pensassem nos direitos das mulheres, pelo menos na nossa saúde, que fizessem um posto em cada comunidade, que fizessem uma ação pra esses jovens que estão aí no mundo das drogas, que alguém tivesse misericórdia e fizesse um lugar que tivesse curso para que a população aprendesse, se capacitasse e saísse dali com uma profissão qualquer coisa seria melhor do que como está hoje, porque o que a gente vê é violência e você não vê ninguém se importar com a população daqui, e muito menos com as mulheres (moradora do território de Suape).

Poluição hídrica, sonora e atmosférica que surgem através das atividades produtivas de determinadas indústrias, que alteram a qualidade de vida das mulheres e causam o adoecimento delas e de todo o entorno familiar são alguns dos problemas diariamente enfrentados por elas, as esquecidas pelo poder público e excluídas pelo progresso.

Políticas públicas devem ser pensadas – com a participação efetiva das mulheres sujeitas de direito deste território – para que de algum modo haja um bem-viver, sobretudo no que diz respeito às problemáticas no campo dos conflitos territoriais, da saúde e da qualidade de vida, pontos norteadores deste trabalho.

Não se pode ignorar a percepção dos sujeitos envolvidos e/ou atingidos pelos processos produtivos industriais que produzem vulnerações, em especial as mulheres devido as

históricas desigualdades. Essas preocupações precisam ser revertidas para a construção de uma sociedade mais justa e equânime, ajudando-os a sair da situação de população vulnerada.

As mulheres precisam ser consideradas como agentes no processo de transformação e igualdade de gênero, mediante participação e tomada de decisões dentro e fora de casa, participando ativamente e de forma autônoma na efetivação de políticas públicas que garantam o enfrentamento as desigualdades de gênero e remova as iniquidades que restringe o bem-viver.

A promoção da saúde e da sustentabilidade socioambiental dever ser pautada em uma nova forma de ciência bioética e sensível, bem como em novas práticas institucionais, técnico-científicas e sociais, que reconheçam a complexidade dos problemas e busquem estratégias amplas, integradas e participativas para o enfrentamento e mitigação dos danos.

6.5 O Documentário “Suape: desenvolvimento para quem?” no contexto de luta e resistência frente aos processos de vulneração socioambiental

O cinema não é o melhor divertimento, o cinema é um divertimento para nos fazer melhores.
Sergio Santeiro.

O documentário Suape: desenvolvimento para quem? apresenta alguns dos impactos negativos e injustiças socioambientais gerados nas comunidades do território do entorno durante o processo de ampliação do Complexo Portuário de Suape, a partir dos anos 2000. Quando finalizado, o vídeo foi hospedado no site youtube²¹ para livre acesso e *download*.

Dessa forma, o audiovisual foi utilizado como recurso de construção de dados de pesquisa e como procedimento metodológico para discussão e validação mediante a realização de cine debates como forma de apreensão e reconhecimento do mundo a partir das representações sociais (CAVALCANTE et al., 2016; PINHEIRO et al., 2005). A ideia foi assumir um papel mais ativo e intervencionista de pesquisa militante.

O documentário tem como essência estabelecer asserções sobre o mundo histórico, no qual a narrativa é construída com imagens-câmera acompanhadas de falas, músicas e ruídos que determinam sua singularidade (RAMOS, 2008).

Cada vez mais esse gênero tem atraído um crescente interesse na sociedade como um todo para além do entretenimento, seja como um processo educativo, ao utilizá-lo pedagogicamente no processo ensino-aprendizagem, seja como ferramenta metodológica de

²¹ <https://www.youtube.com/watch?v=xargRbGpSqI> (SANTOS, 2015)

pesquisa, divulgação científica ou como uma forma alternativa de construção de saberes e conhecimentos para ser utilizado como estratégia de comunicação sobre determinado problema, Este último tem sido denominado pelo campo teórico da comunicação, de cinema militante, cinema urgente ou videoativismo e tem sido bastante difundido entre movimentos sociais e grupos civis organizados em torno de suas causas, especialmente os movimentos socioambientais (CAMARGO et al., 2008; DANTAS et al., 2011; FIGUEIRÓ et al., 2014; HOHENDORFF et al., 2012; LOIZOS, 2014; MELO, 2015; MENEZES; DUARTE, 2007; PINHEIRO et al., 2005; SÁ; TORRES, 2014; SOTOMAIOR, 2014).

Para democratização dos processos decisórios e envolvimento das comunidades e organizações sociais na definição da instalação de novos empreendimentos é necessário a socialização das informações relativas aos riscos, perigos e alterações nos ecossistemas que dado território sofreria. Os movimentos sociais por justiça ambiental adotaram para si a promoção de estratégias de produção de conhecimento que incluam seus diferentes saberes e dimensões sociais, culturais, econômicas e institucionais vivenciadas pelo território em busca equidade ambiental (ACSELRAD et al., 2009).

Durante uma pesquisa anterior ao investigar qual discurso circulava na mídia de Pernambuco sobre o Complexo Industrial de Suape, verificou-se que a mídia impressa apresentou um discurso hegemônico, que minimiza e oculta as situações de perigo e riscos socioambientais em favor dos interesses econômicos, indo contra os preceitos da comunicação ambiental. Questões sobre os problemas sociais e impactos da vida das pessoas e no território não eram debatidos, além de ter pouca diversidade de atores sociais como fontes jornalísticas nas matérias analisadas (SANTOS et al., 2013)

Nesta perspectiva, foi definida como estratégia de pesquisa a construção dos dados a partir de uma imersão participativa no território. A ideia não era apenas coletar dados, mas construí-los de forma a considerar uma gama de discursos que circulavam sobre a transformação territorial ocasionada pelo complexo industrial, buscando alcançar a maior diversidade de sujeitos, neles inclusos a representação dos grupos vulnerados.

Composto das Ideias Centrais analisadas a partir das entrevistas de cada sujeito, sistematizadas em seis categorias construídas: Desenvolvimento econômico como aspecto positivo; Insustentabilidade do desenvolvimento econômico; Processos de vulneração no território; Processos de vulneração na saúde; Deficiência da atuação do Estado; Ausência de processos participativos, informativos e comunicativos.

Na análise dos entrevistados o desenvolvimento econômico – como aspecto positivo (Quadro 9) - revela-se um otimismo exacerbado e um discurso em consonância com a visão

de empresários e políticos que estão à frente das novas indústrias de Suape, avaliando como bom resultado a geração de emprego e novos investimentos. Mesmo que o Produto Interno Bruto *per capita* de municípios como o de Ipojuca, que teve alta significativa subindo o *ranking* brasileiro nos últimos anos chegando algumas vezes a superar o de Recife, capital de Pernambuco, não tem tido reflexo no desenvolvimento social (SANTOS, 2011).

Os discursos apresentam uma defesa ao modelo econômico neoliberal que fomenta prosperidade em curto prazo, ofertando a melhoria nas condições materiais de vida, mesmo que para tal tenha que se assumir um custo – destruição ambiental e exploração dos recursos naturais – além da sua insustentabilidade a longo prazo (RIGOTTO; AUGUSTO, 2007a; SCHÜTZ et al., 2012).

Este discurso aparece principalmente na fala dos representantes do segmento das instituições públicas, como a presidência que administra o CIPS e a agência ambiental, os meios de comunicação e algumas pessoas da população moradora local. Sendo que nestes dois últimos, é reconhecido que o desenvolvimento não pode ser a todo custo, que o desenvolvimento social e humano precisa realmente acontecer junto com o desenvolvimento econômico sem causar danos.

Quadro 08 - Ideias Centrais identificadas nos discursos dos sujeitos selecionados para o documentário “Suape, desenvolvimento para quem?”, categoria desenvolvimento econômico como aspecto positivo.

N	Categorias	Ideia Central do discurso
1	Desenvolvimento econômico como aspecto positivo	<p>A volta da economia industrializada é muito rica para o PIB (Produto Interno Bruto) de Pernambuco, pois gera muito emprego.</p> <p>A economia industrializada é boa para o estado apesar de ter efeitos negativos no território.</p> <p>A refinaria dá emprego a algumas pessoas, mas, por outro lado, maltrata.</p> <p>O Complexo de Suape teve crescimento muito forte atraindo investimentos estruturadores e se consolidando no cenário nacional e internacional.</p> <p>Para muita gente, o emprego que teve é bom.</p> <p>Sempre o progresso gera sacrifício.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Na segunda categoria – Insustentabilidade do desenvolvimento econômico – percebe-se o discurso inverso (Quadro 09). Representado pelos segmentos da academia e da população residente nas comunidades, as falas apresentam crítica ao crescimento a qualquer custo, através de um modelo destruidor, voltado para poucos que tem modificado o território que tinha um funcionamento turístico. Segundo os depoimentos, a destruição dos ecossistemas para a implementação de indústrias não respeitou os direitos das pessoas, e este processo vem

se dando com o apoio do Estado inclusive para modificar a legislação que protegia áreas de preservação permanente e áreas de reforma agrária.

Assim como Porto (2011) e Rigotto (2008) afirmam, quando o desenvolvimento econômico é voltado para os interesses do mercado e de uma elite externa e minoritária, ele sobrepõe-se aos interesses das populações locais e são produzidas situações de injustiça ambiental que vulneram as populações afetadas: além de introduzir cargas, riscos e processos de vulneração nos territórios não reconhece direitos fundamentais como um vida com saúde, acesso à terra, água e demais recursos naturais e também à cultura.

Quadro 09 - Ideias Centrais identificadas nos discursos dos sujeitos selecionados para o documentário “Suape, desenvolvimento para quem?”, categoria insustentabilidade do desenvolvimento econômico.

N	Categorias	Ideia Central do discurso
2	Insustentabilidade do desenvolvimento econômico	Os idealizadores desses empreendimentos apenas veem o progresso e trata os seres humanos como objetos.
		A legislação estadual foi modificada para utilizar as áreas de preservação permanente de forma não sustentável.
		O litoral foi preparado durante anos para o turismo.
		O foco do desenvolvimento é voltado para o consumo e não para garantia de direitos.
		O problema ambiental gerado em nível local trará repercussões em nível global.
		A refinaria de petróleo é algo totalmente sem futuro e insustentável porque o petróleo é um recurso finito.
		Aceleração do crescimento é aceleração da destruição.
		Não teremos mais turismo com a destruição da natureza.
		Para a concepção do crescimento econômico, a relação custo-benefício ou uso-destruição não é voltada para o ambiente ou para a maioria da sociedade, ou seja, está crescendo e não desenvolvendo.
		As pessoas ganham pouco e não tem como manter o custo de vida aqui porque ele é muito alto, na parte da alimentação e até na saúde.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

As IC sobre os processos de vulneração na saúde (terceira categoria – Quadro 10) são relativas aos impactos refletidos na saúde das pessoas e de suas famílias mediante uma relação direta entre as chegadas de novas indústrias e os processos de adoecimento, seja decorrente da reformulação territorial que gera desterritorialização, poluição ambiental ou exposição a componentes químicos. Percebe-se aumento de casos e problemas relacionados ao processo saúde-doença, tanto nos relatos como em diagnósticos. No perfil epidemiológico de Ipojuca (2014), observa aumento significativo de doenças infecciosas e parasitárias; e do

aparelho respiratório, violência, dengue, leishmaniose tegumentar, Aids/doenças sexualmente transmissíveis, dentre outras (IPOJUCA, 2014)

No caso da desterritorialização, que tem envolvido famílias de comunidades inteiras, estudos e diagnósticos de saúde demonstram o crescimento de agravos relacionados ao sofrimento psíquico e social dos moradores expulsos (DOMINGUES et al., 2014; MARQUES, 2014).

Outra questão importante evidenciada em Suape é que esta nova industrialização tem alterado drasticamente as formas de viver, acentuando desigualdades sociais que propiciam aparecimento de novos agravos e doenças bem como a reincidência de problemas anteriormente controlados (IPOJUCA, 2014; OLIVEIRA, 2015).

A adoção do modelo de desenvolvimento como o de Suape tem implicado em profundas transformações no território, repercutindo nos ecossistemas e na saúde das populações, através da crescente globalização da cultura, dos padrões de consumo, aumento na produção de mercadoria e degradação ambiental.

Quadro 10 - Ideias Centrais identificadas nos discursos dos sujeitos selecionados para o documentário “Suape, desenvolvimento para quem?”, categoria processos de vulneração na saúde.

N	Categorias	Ideia Central do discurso
3	Processos de vulneração na saúde	<p>A rede de saúde do SUS não dá conta das demandas que emergiram no município de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, devido ao crescimento populacional e mudanças no território.</p> <p>A questão habitacional e de infraestrutura são insuficientes, percebemos diversos impactos negativos, convivendo com antigos e novos processos de adoecimento.</p> <p>Nossa preocupação é que os trabalhadores tenham de fato a sua saúde garantida diante dos investimentos que estão sendo feitos aqui, pra que não venham sofrer com doenças decorrentes da exposição química.</p> <p>A Petrobras não tem cuidado com relação à saúde do trabalhador.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Os discursos que foram agrupados como processos de vulneração no território (quarta categoria) também se entrelaçam com a vulneração na saúde (quadro 11).

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, compreendem-se as relações entre seres humanos e meio ambiente vislumbrando que não existe apenas um limite mínimo para o bem-estar da sociedade, há também um limite máximo para a utilização dos recursos naturais e bens comuns, de modo que sejam preservados (LEFF, 2001; SCHÜTZ et al., 2012; TAMBELLINI; CÂMARA, 1998).

O processo de Suape realmente não tem trazido o bem viver para a população conforme os relatos das representações sociais. Nesses são apresentadas várias formas de contaminação

– águas, ar e solo que impacta negativamente nos ecossistemas, os processos de expulsão dos moradores de seus territórios, gerando situações de desterritorialização e reterritorialização.

Quadro 11 - Ideias Centrais identificadas nos discursos dos sujeitos selecionados para o documentário “Suape, desenvolvimento para quem?”, categoria processos de vulneração no território.

N	Categorias	Ideia Central do discurso
4	Processos de vulneração no território	Até hoje, em nenhum lugar do mundo onde se instalou refinaria, deixou de acontecer acidentes.
		A refinaria vai ser um grande abalo devido ao alto risco de vazamento de petróleo no mar, que se espalhará em poucas horas atingindo peixes, mariscos e a vida dos pescadores.
		O maior problema aqui em Suape é que o que era saudável, hoje está contaminado.
		As indústrias estão sendo construídas na beira dos rios e não sabemos como os dejetos são tratados.
		A pesca está sendo contaminada pela poluição das indústrias de Suape.
		Em Suape, vemos o sangue do trabalhador ser misturado com o concreto das obras.
		A refinaria ia ser instalada em outro local, como lá não permitiram ela será construída aqui.
		A construção da refinaria de petróleo afeta nossa vida e moradia.
		A refinaria, a petroquímica e o estaleiro trazem alto risco/perigo devido aos produtos e resíduos químicos.
		A praia de Suape modificou totalmente, era uma praia muito vasta e tranquila, hoje eles construíram tudo.
		Suape trouxe alguns benefícios, mas também trouxe coisa ruim, destruição total.
		Suape é muito ruim para nós porque somos obrigados a sair de nossas casas a qualquer preço para viver na favela, sem poder plantar.
		Muitas pessoas de outros estados vieram para a periferia do território de Suape viver e trabalhar em condições precárias com baixa remuneração.
		Somos acostumados a viver aqui nesta comunidade, e não sei qual será o nosso paradeiro quando Suape nos tirar.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Dentre as IC identificadas na representação social analisada, observa-se a problemática da deficiência da atuação do Estado (quinta categoria) no que concerne ao seu papel de protetor, regulador e cuidador da sociedade (Quadro 12).

A falta de serviços públicos de saúde, por exemplo, é um aspecto que sempre vem sendo identificado nas visitas ao território ou na participação de reuniões nos poucos espaços de discussão existentes, demonstrando a grande falta de proteção social, em um contexto que gera mais vulneração nas comunidades que já vivem em situação precária e desassistida, acumulando danos aos territórios e populações expostas direta ou indiretamente às nocividades geradas, que em primeiro momento, são decorrentes das grandes obras, mas se

tornarão diferentes na medida em que vão entrando em funcionamento e começam a gerar poluentes.

Cabe ressaltar a falta de qualificação técnica dos profissionais do setor saúde dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, tanto em nível da gestão como da assistência, que não tem atentado para a modificação do perfil produtivo de seu território, bem como a ausência de ações de precaução, Vigilância em Saúde e reordenamento dos serviços assistenciais voltados para essa configuração territorial, assim como levantado em outros estudos.

No trabalho de campo, tivemos relatos sobre a existência de um plano de emergência para acidentes ampliados, mas que não foi disponibilizado nem na coleta e nem nos *sites* das instituições visitadas. Durante a observação participante das duas ações de saúde que ofereceram algumas ações e serviços de saúde para os trabalhadores do CIPS, uma em 2015 e a outra em 2016, foi possível constatar a carência de assistência aos serviços de saúde, tanto para os trabalhadores portuários, como para os moradores das comunidades que ainda permanecem dentro da região industrial. As ações foram planejadas para os diversos tipos de trabalhadores que circulam ali, porém, famílias inteiras compareceram em busca de atendimentos básicos oferecidos nas ações.

Percebe-se como grande problema a falta de serviços assistenciais de saúde de uma forma geral, sobretudo na vigilância em saúde e atenção primária em saúde, que deveria organizar a rede de saúde a partir da perspectiva territorial. Foi possível observar em visita de campo, por exemplo, que uma das comunidades desterritorializadas de Suape – A Ilha de Tatuoca, município de Ipojuca – foram realocadas no município do Cabo e não tem cobertura assistencial da Unidade de Saúde da Família que fica ao lado da comunidade de Nova Tatuoca.

Observou-se também problemas relacionados à acessibilidade, fragmentação, descentralização e regionalização da rede de assistência, com inadequação no processo de acolhimento, agendamento e marcação e da atenção a grupos específicos, como mulheres e crianças. A gestão ambiental do Estado reconheceu a alta periculosidade do polo petroquímico à luz dos diversos acidentes ocorridos em outros polos do Brasil e do mundo, porém não tem se articulado com outras instituições, principalmente com a população trabalhadora e moradora, apesar de citar sobre a existência de um plano emergencial, que não tem sido implementado na prática. As audiências públicas que discutem os Estudos de Impactos Ambientais (EIA), que deveriam ser amplamente divulgadas e realmente funcionar como espaços dialógicos, não funcionam. Silva et al.⁵⁶ observam as fragilidades dos EIA que

não consideram a complexidade do território e nem analisam aspectos culturais, econômicos, ambientais e sanitários, bem conhecidos e respaldados cientificamente como nos estudos de Silva et al (2013).

Quadro 12 - Ideias Centrais identificadas nos discursos dos sujeitos selecionados para o documentário “Suape, desenvolvimento para quem?”, categoria deficiência da atuação do Estado.

N	Categorias	Ideia Central do discurso
5	Deficiência da atuação do Estado	A Petrobrás informou na audiência pública que a refinaria iria produzir pouca poluição e que esta seria dissipada pela brisa marinha.
		O objetivo da agência estadual de meio ambiental (CPRH) é planejar uma prevenção de riscos para minimizar a possível ocorrência de acidentes junto à Petrobras.
		Os gestores precisam compreender que uma refinaria de petróleo gerar diversos problemas de poluição e possíveis acidentes ambientais que ampliam os casos de doenças já endêmicas.
		É preciso ampliar os serviços de saúde ofertados no território de Suape.
		O estudo de impacto ambiental da Refinaria Abreu e Lima teve completo descuido nas questões ambientais e de saúde, repetindo erros ocorridos em outros contextos do Brasil.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Quanto à ausência de processos participativos, informativos e comunicativos: foram identificadas IC que evidenciam problemas relacionados aos meios de comunicação, participação, poder de decisão e informação sobre o polo petroquímico (Quadro 13).

O que poderia ser um exercício emancipatório, potencializado pelos avanços industriais e tecnológicos da modernidade, passa a sofrer limitações de acesso e participação da maioria, por questões sociais, econômicas, políticas, culturais, ideológicas e, especialmente, pelas disputas de poder, e que são sacramentadas pela ausência do direito à comunicação. As comunidades e populações tradicionais são excluídas dos processos decisórios, justamente aqueles que mais sofrem processos de vulneração que causam danos à saúde e à vida, e os gestores e profissionais que atuam nas instituições que deveriam exercer proteção social, também não tem compreensão da magnitude e complexidade do CIPS.

Os meios de comunicação de Pernambuco têm reforçado nos últimos anos o desequilíbrio das vozes em Suape ao enfatizar em suas publicações o bônus dos empreendimentos econômicos e ocultar o ônus social, fragilizando a resiliência e organização social (SANTOS et al., 2013).

Peruzzo (2010) e Guareschi (2013) reconhecem que os media tendem a apresentar pontos de vista pouco heterogêneos e que priorizam seus financiadores (anunciantes privados e estatais), em detrimento da diversidade de sujeitos e pontos de vista que compõem a sociedade, transformando-se em grandes conglomerados que se empenham em transparecer

uma atitude neutra, natural, desprovida de interesses próprios. Da mesma forma que os perigos, riscos e injustiças são distribuídos desigualmente, a disseminação da informação e a comunicação são assimétricas e distribuídas desigualmente.

As audiências públicas dos empreendimentos de Suape são realizadas apenas para cumprimento de exigência legal, geralmente com pouca divulgação e antecedência, conforme foi observado por Silva et al. (2013). Os relatos reforçam que as audiências são única e exclusivamente para aprovar os projetos já estabelecidos, sem possibilidade de real discussão e ou modificação sobre os impactos gerados pela nova cadeia produtiva.

Um diferencial do SUS é a participação social institucionaliza através de instâncias de controle social como os Conselhos e Conferências de Saúde, que não tem sido são suficientes mas sem dúvida, são espaços de extrema importância e que não tem sido suficientemente valorizados nas atuais instâncias de gestão, devido aos diversas dificuldades e dilemas culturais, sociais e políticos (GUIZARDI; PINHEIRO, 2006).

As questões vivenciadas nos territórios, como no contexto de Suape, deveriam sempre ser pautados por meio de discussão crítica e ampliada nestes espaços participativos, sobretudo, quando o foco de uma conferência é justamente o tema em questão. A análise documental dos relatórios das conferências de saúde ambiental ocorridas em 2009, por exemplo, demonstra a pouca referência sobre os problemas socioambientais relacionados com a instalação da Refinaria Abreu e Lima, e foi observado que os delegados ainda não estavam inteirados dos temas de injustiças sociais que já estavam ocorrendo no território de Suape, além de se verificar a pouca compreensão da dimensão e da complexidade que a cadeia petroquímica significa para a saúde da população de Suape, como pode-se observar nas visitas institucionais no decorrer da pesquisa, como por exemplo, alguns setores das Secretarias de saúde dos municípios do CIPS (SANTOS, 2010).

O problema apresentado envolve, além dos segmentos comunitários, todos os demais setores que atuam no território. Dessa forma, trazer para discussão essas temáticas vivenciadas em Suape, de forma ampliada e participativa, proporciona o aumento da capacidade comunicativa das pessoas, da participação, da formação para ação, da formulação de políticas que controlem os riscos e perigos atuais promovendo saúde.

Quadro 13 - Ideias Centrais identificadas nos discursos dos sujeitos selecionados para o documentário “Suape, desenvolvimento para quem?”, categoria Ausência de processos participativos, informativos e comunicativos.

N	Categorias	Ideia Central do discurso
6	Ausência de processos participativos, informativos e comunicativos	A mídia não cumpre seu papel de informar e discutir com a sociedade, apenas atende aos interesses econômicos e políticos.
		O processo de industrialização em Suape tem se dado sem participação da sociedade.
		Não termos nenhum poder de decisão nas audiências públicas das indústrias de Suape.
		Temos que confiar nos dados que são passados pelos responsáveis das indústrias de Suape.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

O audiovisual, além dos discursos descritos, reuniu outros elementos semióticos em sua linguagem - imagens, sons, textos, luz, enquadramento, silêncios - que possibilitaram no documentário Suape, que os espectadores vivenciassem um pouco as realidades apresentadas, mesmo que pelo simulacro representativo da tela. Mesmo compreendendo que a subjetividade da documentarista/pesquisadora está presente no documentário ressignificando a realidade retratada, trazendo outros contextos, inclusive na escolha dos sujeitos e falas no momento da edição, em Suape, desenvolvimento para quem? foi elaborado priorizando a diversidade de vozes representativas do território, trazendo os diferentes pontos de vista do sistema produtivo, dos indivíduos e técnico, perspectivas que dão lugar a um sistema dinâmico de relações, onde os pontos de vista se interinfluenciam fortemente e o seu conjunto entrelaçado no documentário, visto a posteriori, permite novas influências. Segundo depoimentos de grande parte dos espectadores, o documentário teve êxito nessa questão.

Buscou distanciar-se da ideia de imparcialidade e objetividade trazida no discurso jornalístico e também da ciência positivista e realmente foi assumido, no processo de construção, que o ponto de vista da representação da realidade registrada, seguiu a perspectiva da análise crítica, tendo como suporte o referencial teórico utilizado ao longo da pesquisa – abordagem ecossistêmica em saúde, saúde coletiva, saúde do trabalhador e ambiental.

A concepção estética do documentário se aproxima das características do cinema militante: produção de base coletiva, crítica com os conteúdos veiculados pela mídia em relação ao oprimido, vontade de construir meios alternativos de produção e circulação, para se contrapor aos meios comerciais. Pretendeu-se trazer a crítica em relação ao desenvolvimento econômico destruidor predominante nas comunidades do CIPS e também, um aspecto de denúncia (SOTOMAIOR, 2014).

Dessa maneira, a pesquisa teve a possibilidade de tornar a revelar discursos que, usualmente, não encontram espaços para se manifestarem, especialmente em formatos como o audiovisual, que em geral, causa um impacto instigante no ver-ouvir-refletir.

A seguir será apresentado, como o documentário foi trabalhado na prática de cinedebates, e como foi possível discutir sobre o processo saúde/vulneração socioambiental longe dos espaços legitimados dos serviços de saúde ou academia.

6.5.1 O cinedebates como estratégia de promoção da saúde e empoderamento social

O cinedebate possibilita espaços de aprendizado pois permite a expressão de ideias, sensações, opiniões, que podem proporcionar formas de conexão com diferentes realidades e sujeitos bem como reflexões críticas, por mecanismos de projeção e identificação. A arte cinematográfica vem sendo utilizada pedagogicamente a partir do século XX e cada vez mais sendo aderida tanto na educação formal (educação básica, superior, pós graduação e profissional) como na educação não formal, seja a partir de temas específicos, gêneros fílmicos, questões culturais, políticas ou outras razões motivadoras (CAVALCANTE et al., 2016; LIMA et al., 2011; XAVIER et al., 2011). O cine debate, portanto, ao promover o encontro de diversas e singulares expressões humanas e construção de formas criativas de fazer e pensar individual e coletivamente, configurou-se como uma metodologia criativa.

A priori não estava no planejamento da pesquisa a realização um grande número cinedebates com o documentário. Mas o interesse despertado pelos sujeitos sociais, nos levou a realizá-los.

A partir do lançamento, uma sessão mais voltada para a academia, e uma terceira em uma das comunidades do território de Suape. Porém, a partir do lançamento e divulgação em mídias sociais (página do filme no facebook, youtube, etc.), imprensa, e também na divulgação das pessoas que assistiam, diversos convites para novos cinedebates foram surgindo e que foram sendo aderidos ao projeto de pesquisa: universidades, eventos científicos, instituições diversas, tiveram interesse em exibir o filme e fazer o debate entre seu próprio público.

O interesse pelo tema de Suape, deve-se também provavelmente pela ausência de um efetivo reconhecimento das diferentes vozes e opiniões sobre os grandes empreendimentos que vem sendo instalados em Pernambuco, como pôde-se observar em estudo desenvolvido anteriormente (SANTOS, 2011).

O documentário foi inscrito em festivais de cinema, sendo aceito em dois: O Cine Amazônia Festival Latino Americano de Cinema Ambiental em Porto Velho/Rondônia e o VI Festival Internacional do Filme Etnográfico do Recife, Dando a ele grande visibilidade.

Será apresentado a seguir os principais resultados do conjunto de cinedebates e em seguida o foco analítico se centrará em 4 sessões específicas a partir da reflexão crítica das discussões nos debates.

Foram realizados 16 cinedebates (Quadro 14) no período de novembro de 2014 a maio de 2017, que contaram com a participação de 936 espectadores. A maioria das exhibições aconteceu na cidade de Recife (doze), duas no município do Cabo de Santo Agostinho, uma na cidade de Porto Velho, Rondônia e uma em Natal, Rio Grande do Norte. Foi planejado realizar uma sessão em Ipojuca, por meio da articulação com o Conselho Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, porém, devido a dificuldades e mudança da equipe da gestão que estava nesta organização, cancelaram.

Para os debates planejados pela equipe de pesquisa, buscou-se garantir entre os debatedores, sujeitos representantes de diferentes segmentos, com o intuito de sempre representar a fala da população moradora, de uma instituição atuante, seja organização social, governamental ou instituição acadêmica, para garantir distintos lugares de fala desde as primeiras observações pós exibição. A ideia principal era realizar o debate a partir da perspectiva da ecologia de saberes, onde o saber popular, não estaria subjugado ao saber técnico ou científico, com o intuito de destruir as linhas abissais que promovem a injustiça cognitiva global, conforme a discussão trazida por Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2007).

Há muito tempo Paulo Freire, dizia que o saber de um ser não se sobrepõe ao saber de outro, eles são relativos entre si (FREIRE, 1979). Dessa forma, em cada cinedebate, o microfone era aberto para que os participantes pudessem se expressar, trazer seu relato pessoal, questionamentos, dúvidas, protestos, criticar ausências no filme, concordar ou discordar com as falas apresentadas, autorizando assim a fala de todos como relevante. O cinema aqui, teve um papel de potência criadora, política e de promoção da saúde para o desenvolvimento Sustentável. A perspectiva da promoção da saúde é justamente a articulação de saberes técnicos e populares que possam contribuir na mobilização para o enfrentamento dos problemas relativos à saúde da sociedade a partir de múltiplas estratégias, medidas e atores de forma participativa (BUSS; CARVALHO, 2009).

Bergala (2008) afirma que o cinema possibilita outras formas de inteligência, de iniciativa e modos de expressão, em um processo projeção/identificação/diferenciação, onde o espectador vive as emoções. E quando ele é experimentado como vivência cultural e não como suporte pedagógico de um conteúdo específico, ele consegue atribuir uma perspectiva formadora proporcionada pela linguagem cinematográfica: “Ela se dá cada vez que a emoção

e o pensamento nascem de uma forma, de um ritmo, que não poderia existir senão através do cinema” (BERGALA, 2008).

Os elementos constitutivos da linguagem audiovisual – planos, movimentos de câmera, trilha sonora, depoimentos, montagem, luz, silêncios, etc. – são recursos que influenciam na atenção e emoções do espectador durante a projeção e que tendem a ser revividas ao se debater sobre o filme. Além disso, a discussão e compartilhamento de saberes e experiências, contribui para reformulação de práticas, que podem repercutir em políticas públicas, e/ou formação de grupos que unidos, conseguem dar maior resolutividade aos seus problemas, trazendo para o caso aqui apresentado. Um possível prosseguimento deste trabalho que pode ser feito no futuro é avaliar o desdobramento das discussões dos cinedebates na prática do SUS.

Quadro 14 - Cinedebates realizados por tipo de sessão, local, data e público (2014 a 2017).

(Continua)

N	Tipo de sessão	Cinedebate	Local	Data	Público	N
1	Movimento / Controle Social	Seminário Juventude, meio ambiente e desenvolvimento organizado pela FASE Pernambuco	Praia de Itapuama, Cabo de Santo Agostinho/PE	Nov 2014	Jovens do “Projeto Juventude, Direito à Cidade e Justiça Ambiental”	35
2	Lançamento Oficial	Lançamento Oficial do documentário organizado pela equipe de pesquisa	Cineteatro Apolo, Recife/PE	Set 2015	Moradores de Suape, movimentos sociais, profissionais de saúde, estudantes, professores, público em geral.	139
3	Festival de cinema	Cine Amazônia Festival Latino Americano de Cinema Ambiental	13ª Festival Latino Americano de Cinema Ambiental, Porto Velho/Rondônia	Out 2015	Público do festival	100
4	Universidade	Organizado pela Faculdade Maurício de Nassau	Cinema São Luiz, Recife/PE	Out 2015	Discentes de curso de graduação	120
5	Movimento / Controle Social	Organizado pela Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) do Conselho Municipal de Saúde/Cabo	Auditório da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho/PE	Out 2015	Conselheiros e profissionais de saúde, servidores municipais, moradores de Suape, Centro Regional de Saúde do Trabalhador/Cabo	64
6	Evento científico	Suape: Nada a ver com Desenvolvimento organizado pela equipe de pesquisa	Auditório do Instituto de Pesquisa Aggeu Magalhães/Fiocruz Recife/PE	Out 2015	Professores, Pesquisadores, Estudantes de graduação, residência, mestrado e doutorado, servidores e público em geral	51

Quadro 14 - Cinedebates realizados por tipo de sessão, local, data e público (2014 a 2017).

(Conclusão)

N	Tipo de sessão	Cinedebate	Local	Data	Público	N
7	Evento científico	Cinedebate Crises brasileiras vistas através do olhar de cineastas brasileiros	VI Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife/PE	Nov 2015	Professores, pesquisadores, estudantes de graduação, mestrado e doutorado, servidores e público em geral	37
8	Gestão de saúde	A vigilância em Saúde no território de Suape organizado pela Gerência Estadual de Saúde do Trabalhador/SES.	Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, Recife/PE	Nov 2015	Profissionais da Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde e do Centro Estadual de Saúde do Trabalhador /PE	20
9	Festival de cinema	VI Festival Internacional do Filme Etnográfico do Recife	Auditório da Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE	Nov 2015	Público do festival	80
10	Universidade	Cinedebate e a saúde do trabalhador	Instituto Federal de Pernambuco de Caruaru/PE	Mar 2016	Discentes do curso de segurança do trabalho e engenharia elétrica	60
11	Movimento / Controle Social	Cinedebate: "Suape desenvolvimento para quem" e "Eldorado dos Carajás - Vinte anos de impunidade"	III Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária da UFPE, Recife/PE	Abr 2016	Integrantes do Movimento sem Terra, Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco	34
12	Comunidade e -Projeto de Extensão	Colônia de Férias de Tatuoca "Memórias de Vida e de Luta" dos Projetos "Tecendo Histórias a partir do Lazer e da Extensão Rural UFRPE	Cinema do Museu, Fundação Joaquim Nabuco, Recife/PE Projeto de Extensão UFRPE, Recife/PE	Jul 2016	Moradores da comunidade de Nova Tatuoca	24
13	Evento científico	Exibição no Fórum de Educação Popular	13º Fórum de Educação Popular (FREPOP 2016), Recife/PE	Jul 2016	Profissionais de saúde, educação e estudantes participantes do Fórum	19
14	Universidade	Cinedebate com Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas/PPG psicologia UFPE	Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE, Recife/PE	Ago 2016	Estudantes de graduação e pós-graduação em psicologia	18
15	Universidade	Cinedebate na disciplina de Atenção Primária em Saúde do curso de medicina UPE	Universidade de Pernambuco Faculdade de Ciências médicas, Recife/PE	Mar 2017	Estudantes do curso de medicina da UPE	120
16	Evento científico	Cinedebate na I Mostra Brasileira de Política, Planejamento e Gestão em Saúde	3º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde, Natal/RN	Mai 2017	Profissionais de saúde, estudantes e participantes do congresso	15
TOTAL						936

Fonte: elaborada pela autora, 2017.

6.5.1.1 O resultado da práxis dos cinedebates realizados

A primeira versão exibida do documentário *Suape, desenvolvimento para quem?* foi em 2014, em um seminário organizado pela FASE Pernambuco²² com jovens do “Projeto Juventude, Direito à Cidade e Justiça Ambiental”. Ainda na versão preliminar, essa sessão colaborou com o processo de edição final do filme a partir das observações levantadas durante o debate. Nesta sessão o filme despertou a curiosidade dos espectadores, que fizeram um debate focando na relação do modelo capitalista vigente a vida deles.

O segundo cinedebate, na verdade, o primeiro com a versão final pronta, foi planejado para ser realizado em um local central (figuras 21 e 22), com ampla divulgação para facilitar o acesso de um público diverso. Foram convidadas todas pessoas que colaboraram na produção (equipe e apoiadores) bem como todos participantes que foram entrevistados, e demais sujeitos das redes sócio comunitárias, sociotécnicas e socioinstitucionais analisadas. Com um público de mais de 139 pessoas, esta foi a sessão com maior e mais diversificado público.

Figura 21 - Cinedebate promovido no lançamento do documentário. Teatro Apolo, Recife/PE, 2015.



Fonte: Oliveira, 2015

²² Organização Não Governamental com sede em Recife/Pernambuco, que tem propõe a construção de políticas públicas na perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento inclusivo, democrático e ambientalmente sustentável.

Figura 22 - Lançamento do documentário. Teatro Apolo, Recife/PE, 2015.



Fonte: Oliveira, 2015.

Três cinedebates foram organizados em parceria com representantes do movimento e/ou controle social (figura 23), quatro em encontros com estudantes e docentes de graduação e pós-graduação/grupos de pesquisa realizados a convite de cada instituição; quatro sessões foram realizadas em eventos científicos (seminário científico, semana de ciências sociais, congresso de saúde coletiva e fórum de educação popular em saúde), (figura 24); dois foram selecionados para sessões em festivais de cinema (Cine Amazônia Festival Latino Americano de Cinema Ambiental, em Porto Velho/RO e VI Festival Internacional do Filme Etnográfico do Recife/PE).

Figura 23 - Cinedebate organizado em parceria com o Conselho Municipal de Saúde do Cabo de Santo Agostinho, outubro de 2015.



Fonte: Elaborado pela autora, 2015

Figura 24 - Cinedebate realizado na VI Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife/PE, novembro de 2015.



Fonte: Oliveira, 2015

Destacam-se ainda o cinedebate realizado, em parceria com a Gestão da Gerência em Saúde do Trabalhador e Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, voltado para os técnicos da gestão de saúde e uma sessão exclusiva para os moradores da comunidade Vila Nova Tatuoca (figura 25). A sessão com os moradores de Nova Tatuoca, foi realizada dentro da programação da colônia de férias “Memórias de Vida e de Luta como ação dos projetos de extensão “Tecendo Histórias a partir do Lazer e da Extensão Rural” coordenado pela professora Joanna Lessa, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Inicialmente, a sessão seria realizada na própria comunidade, mas tanto devido à falta de estrutura disponível para levar na comunidade, como por ter o objetivo de proporcionar a vivência em uma sessão de cinema e uma tarde de atividade no Museu do Homem do Nordeste, o filme foi exibido no Cinema do Museu, na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife.

Figura 25 - Cinedebate com os moradores da comunidade Nova Tatuoca. Cinema do Museu, Recife/PE, julho de 2016.



Fonte: Albuquerque, 2016.

Em relação ao público, pode-se observar no quadro 16 que houve a participação de pessoas das mais variadas origens, como estudantes de distintos níveis e cursos (ensino básico, graduação, pós-graduação), professores, pesquisadores, representantes dos movimentos sociais - em especial o Fórum Suape - conselheiros de saúde, profissionais da saúde, representantes de sindicatos, associações diversas, consultorias e organizações

ambientais públicas e privadas, moradores das comunidades de Suape, público em geral, formado por pessoas que não conheciam muito sobre Suape e tiveram curiosidade de comparecer, e/ou que tinham interesses pelas questões socioambientais.

Quadro 15 - Cinedebates realizados por tipo de sessão, 2014 a 2017.

Tipo de sessão de cinedebate	N
Comunidade - Projeto de Extensão	1
Evento científico	4
Festival de cinema	2
Gestão de saúde	1
Lançamento Oficial	1
Movimento/Controle Social	3
Universidade	4
Total	16

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

6.5.1.2 Discussões geradas nos cinedebates - empoderamento e construção de saberes

Os cinedebates geraram grandes discussões sobre as problemáticas abordadas com o mais variado público. Dos 16 realizados, foram selecionados 4, cujo registro de diário de campo e fotográfico permitiu apresentar análise representativa dos debates ocorridos nas sessões: 1) Lançamento Oficial do documentário; 2) Cinedebate organizado pela Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) do Conselho Municipal de Saúde do Cabo; 3) Cinedebate na Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco e 4) Cinedebate colônia de Férias com a comunidade de Nova Tatuoca.

Os participantes, ao se identificarem com certas cenas do filme, relataram situações de suas vidas, compartilhando experiências, colocando-se como sujeito da sua história, e refletindo sobre os desafios para o futuro. Os relatos de vida produzem reflexões e possibilitam despertar uma nova compreensão da situação, entendendo e apreendendo melhor a complexidade de Suape ao mesmo tempo em que ocorrem trocas de experiências, além de fomentar estratégias de articulação em redes para melhorar as condições de vida e acessos a bens e serviços das comunidades.

A promoção da saúde, neste caso, é materializada tanto no processo de reforço das capacidades dos indivíduos e das comunidades pelo processo de construção de saberes, como por promover espaços democráticos para discussões sobre as condições de saúde e os fatores sociais que a determinam incitando a participação no controle de políticas públicas como um

elemento imprescindível para modificação da realidade identificada. É o cinema possibilitando estabelecer relações e encontros exteriores a um eu, a partir de outro/s.

A pergunta do título do documentário - Suape, desenvolvimento para quem? - fomentou muita discussão sobre o modelo de desenvolvimento adotado em Suape. Interessante observar que muitos dos espectadores iniciaram seu comentário a partir da reflexão dessa pergunta e que de forma hegemônica respondem que o desenvolvimento não é para o povo, não é para eles e não é para a maioria das pessoas, mas é para atender uma minoria.

Os riscos e perigos decorrentes do polo petroquímico também são preocupações recorrentes nos debates, tanto na perspectiva dos moradores, sindicalistas e estudantes como na dos gestores e conselheiros, especialmente da Vigilância em Saúde e da Saúde do Trabalhador. Os grandes desastres como vazamento de petróleo e acidentes com armazenamento e transporte do óleo e seus derivados vivenciados em outros polos petroquímicos foram sempre lembrados pelos participantes como um grande temor para Suape, além de terem a compreensão que acidentes ocorreram durante as diversas obras industriais do CIPS, mas não tiveram o registro oficial nos sistemas de informação de saúde. Pequenos vazamentos dos petroleiros foram denunciados como responsáveis pela contaminação das águas, denúncias mobilizadas pelos sindicatos sobre vazamentos de produtos químicos e adoecimentos de trabalhadores são vivenciados de forma escamoteada (CORREIA, 2017).

Profissionais, conselheiros e gestores de saúde percebem a problemática de Suape como um grande desafio e relatam de forma unânime que é preciso melhorar a atuação da gestão pública da saúde trazendo como parceiros os tomadores de decisão, para que estes possam compreender a inter-relação entre os processos produtivos, o ambiente e a saúde e a necessidade de construção de indicadores de saúde, tanto para vigilância como ações de monitoramento e promoção de saúde de forma participativa e territorializada. Este consenso não é suficiente, mas é fundamental tanto para o reforço da ação comunitária como contribuir para a reorientação do sistema de saúde.

Uma questão sempre levantada pelos espectadores nos debates é sobre a possível associação entre a CIPS e os ataques de tubarões na orla de Recife. A construção do porto de Suape, alterou diversos aspectos da fauna marinha do litoral sul do estado, tanto na degradação ambiental como com o aumento do tráfego de embarcações. Pesquisadores discutem que o porto é o principal responsável pela alteração da movimentação dos tubarões tigris fazendo-os mudar sua rota e aproximar-se da região litorânea do Recife. A elevação da

taxa de ataques - 53 ataques com 20 mortes de tubarão (1992-2013) - coincidiu com a construção do porto, e somaram no (HAZIN et al., 2013).

O que se destaca nas falas das pessoas que vivem no território de Suape são os relatos sobre como o polo de Suape tem prejudicado a vida e o trabalho dos moradores, o meio ambiente, a cultura da pesca e coleta de mariscos, além da ênfase às violações de direitos. Os pescadores artesanais e marisqueiras falaram sobre o desrespeito aos seus saberes populares e suas formas de viver. Apesar de utilizarem os recursos naturais, tem uma prática de respeito aos bens comuns, à fauna e à flora marinha. Segundo eles bens que as obras de Suape (construção das indústrias, dragagem do canal, obras de infraestrutura, etc.) estão destruindo, causando danos no ambiente, na saúde, na economia e na cultura local.

Em alguns momentos, as discussões eram marcadas pelas demandas das comunidades e como elas vem sendo vulneradas desde o início da implantação do Porto de Suape nos anos 1970 e de maneira mais acentuada, com esta ampliação a partir dos anos 2000. Na maioria dos debates, surgiram relatos emocionantes de moradores que sofreram e/ou sofrem processos de desterritorialização, vulneração e injustiças. Através das imagens do documentário pôde-se perceber diversos espectadores se reconhecendo, reconhecendo seu território, amigos e familiares no vídeo. Mas também algumas das falas apresentavam revolta e força para resistência, para lutar por suas convicções e para se unirem a movimentos que tem surgido na busca de melhorias e mudanças aos quadros desoladores instalados.

Palavras de ordem, chamados para mudança, músicas e poesias estiveram presentes nos cindebates. Uma intervenção que merece destaque foi a fala de um dos participantes, Filipe Maciel que recitou o poema-protesto de sua autoria “Filhos de Suape”²³, fazendo uma crítica à política econômica que vem sendo implementada em Suape. Essa poesia sintetiza várias falas:

Filhos de Suape

Quem são os pais dos filhos de Suape?
 Quem são os pais das crianças das mães crianças?
 Quem são os pais dos filhos do aterro do manancial?
 Quem são os pais dos filhos da supressão do manguezal?
 Dos que nunca pisarão o pé na lama
 Mas naufragarão de corpo e alma
 Na lama do capital
 Quem são os pais dos filhos de Suape?
 São homens de firma
 Rondando de farda
 Buscando meninas

²³ O autor, Filipe Maciel (2015), autorizou a citação da poesia, apresentada na Recitata A letra e a voz 2015, da prefeitura do Recife. Filhos de Suape - desomenagem à política de Eduardo Campos. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=qfW_uXZA380

Afogando mágoas
Afogando varas
Acabando vidas
Acendendo vidas
Abordando várias
Quem são os pais dos filhos de Suape?
São os que voltaram pra salvador
Porque a frente de trabalho acabou
Antes do pré-natal
Mais que importa o pré-natal
diante do Pré-sal ?!
Quem são os pais dos filhos de Suape?
Quem serão os filhos de Suape?
Terão Campos na certidão?
Ou ficarão a ver navios (MACIEL, 2015).

O poema Filhos de Suape, descreve aspectos vivenciados em todo território que recebe obras de grande magnitude, como Suape. A chegada de grande contingente de trabalhadores da construção civil além do inchaço demográfico, resulta em problemas como gravidez na adolescência, prostituição, crescimento do índice de exploração sexual de crianças e adolescentes, violência contra a mulher e abandono afetivo parental. A população feminina tem uma condição de maior vulnerabilidade decorrente da herança sociocultural, que é refletida na maioria de homens que ocupam os cargos de trabalho e nos processos vivenciados, como já apresentado nos capítulos anteriores (ARAÚJO, 2011; SANTOS, 2013).

Figura 26 - Filippe Maciel, recitando a poesia “filhos de Suape” durante cinedebate. Teatro Apolo, Recife/PE, setembro de 2015.



Fonte: Oliveira, 2015.

Os espectadores representantes dos movimentos sociais e ambientais discutiram sobre a atuação de grupos e instituições para mitigação de danos e resgate e garantia dos direitos humanos violados e dos problemas em relação a questões de gênero potencializadas. Reforçou discussão sobre problemáticas enfrentadas em Suape: violência, desigualdade, feminicídio, gravidez na adolescência, etc. e abordaram sobre a importância da organização em nível local para construção de mudanças, do debate sobre questões de gênero, saúde da mulher, e das ações de formação de lideranças locais e empoderamento da mulher.

Pesquisadores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação, fizeram reflexões conectando aspectos teóricos estudados e a realidade vista no documentário e discutida ali com os sujeitos que vivenciam os problemas no dia a dia. Os cinedebates promoveram redes e articulações entre grupos de pesquisa de diferentes áreas

Nesse processo do cinedebate, ao aproximar as experiências, mobilizam-se os sujeitos para a geração de novos sentidos e para diversas possibilidades de ação e de intervenção.

Dessa forma, a realização dos cinedebates foram momentos importantes de promoção da saúde que extrapolaram a construção do documentário como estratégia de comunicação em si. Com os quais foi possível não só fazer um momento de devolutiva e validação dos resultados com as pessoas participantes, seus representantes e outros sujeitos do território, como possibilitou colocar o tema de Suape em pauta de uma forma praticamente pouca apresentada para população e promover debate sobre as questões observadas.

Os Cinedebates buscaram promover encontros entre as pessoas que vivenciam, com sua singularidade, a problemática tratada no documentário e com isso, colaborar com a construção de laços de solidariedade e empoderamento para os processos de organização e enfrentamento das situações de violações de direitos e injustiças ambientais, ao mesmo tempo em que permite aproximá-las das experiências que vivem e produzem em sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho na perspectiva de uma abordagem ecossistêmica possibilitou uma melhor aproximação dos contextos no mundo real, onde se dão os processos da determinação social da saúde, e onde ocorrem conflitos e situações de injustiças ambientais característicos dos processos de vulneração das populações nos territórios decorrente do CIPS.

Para além da necessidade de estudar, o envolvimento com o Fórum Suape – Espaço Socioambiental contribuiu para a promoção de uma investigação participativa e intervenções para a resolução de problemas complexos relacionados a vulneração das populações, compreendendo questões de saúde humana, os conflitos e injustiças ambientais, considerando aspectos relacionados às questões de gênero.

Apesar dos limites reais de toda classificação, uma tipologia dos conflitos permite, para fins analíticos, certa visualização quanto à forma e à profundidade do enfrentamento entre os grupos envolvidos e as possibilidades reais de caminhos para sua conciliação ou solução. Perceber os conflitos ambientais como sendo de natureza antagonica (capital versus ambiente e grupos vulnerados) implica em buscar sua solução no fim do sistema que privilegia as classes mais ricas e da ideologia de crescimento econômico exponencial a qualquer custo.

Estudar os conflitos ambientais nesta perspectiva busca fortalecer o lado vulnerável da disputa e aumentar sua capacidade de resistência, ou seja, envolve conscientização, caracterização da situação e escolha de estratégias. Logo, o conflito socioambiental é, então, um dos instrumentos de construção de uma sociedade que prima pela justiça ambiental, tendo como estratégia de resistência o estabelecimento de redes e alianças entre os protagonistas desses casos.

O projeto de instalação e construção do Complexo Industrial e Portuário de Suape não contou com participação da população nas discussões e aprovações das suas etapas, sendo as mudanças vivenciadas na região reflexo direto da ausência de instrumentos democráticos que viabilizassem a opinião e voz das pessoas que, historicamente, ocupavam o território estudado.

As marcas da desterritorialização, da brutalidade e de um progresso que trouxe dores, imposto sem diálogo, são constantes nas histórias das mulheres retratadas nesse trabalho, que enfrentam cotidianamente o poder econômico desigual em suas vidas. Além de não atuar

adequadamente para a solução dos conflitos e injustiças ambientais, o Estado, se constitui em um dos principais agentes promotores das vulnerações no território.

A ausência de políticas públicas em questões primordiais, como as relacionadas à terra, à saúde e educação, as populações tornam-se fragilizadas politicamente e invisibilizadas socialmente. A área de Suape, então, parece ter sido privatizada em face dos interesses econômicos e financeiros.

Descrever as estruturas de redes que influenciam no comportamento social ajuda a compreender o surgimento de grupos interativos que objetivam ter um cuidado com o território no enfrentamento dos processos de vulneração em Suape.

O movimento Fórum Suape tece seu argumento apoiando-se em conceitos de justiça ambiental e de desenvolvimento sustentável preconizados em documentos internacionais, como o Relatório Brundtland e a Agenda 21, ressaltando o pertencimento territorial e cultural do contexto. A rede sócio institucional formada para realizar o circuito saúde dos portos, foi importante por oferecer serviços pontuais para a população moradora e trabalhadora do CIPS, porém serviu também, para a realização de novas ações e atividades entre parceiros da rede formada, como também para o desenvolvimento futuro, de qualificação dessa rede para desenvolvimento de ações na perspectiva do enfoque da abordagem ecossistêmica em saúde, considerando os aspectos complexos dos ecossistemas e suas interações com a saúde humana mediante processos participativos.

Esse tipo de movimento parte da ideia de democracia da diversidade, que exclui formas de hegemonia e se organiza em rede e com mecanismos horizontais. O conceito de redes sociais é discutido a partir da compreensão das mesmas enquanto estruturas flexíveis que objetivam a construção integrada de canais de comunicação e estratégias de ação dialógicas, transformando a estrutura de antigos compromissos e estabelecendo novas perspectivas entre sujeitos, movimentos sociais e instituições.

É evidente que a articulação territorial através de redes sociais para a busca de caminhos alternativos à submissão do mercado mundial é uma realidade em diversas localidades que passam por transformações orientadas pela lógica capitalista, como acontece em Suape. Este movimento em rede de caráter direto e descentralizado, amplia as possibilidades de organização de práticas sociais participativas na construção de processos coletivos para o desenho de caminhos alternativos, participativos, criativos e emancipatórios que conduzam a luta, contra hegemônica, a favor de uma sociedade democrática mais justa e igualitária.

A industrialização do CIPS repercute de forma desigual para mulheres e homens, isso é percebido através da insegurança, da falta de mobilidade, do aumento da exploração sexual de crianças e adolescentes, do aumento da violência doméstica e urbana, e da desvalorização das atividades tradicionais como a mariscagem e da degradação do meio ambiente.

O documentário, constituído dos discursos e concepções apresentadas no território de estudo, configurou-se como uma estratégia de comunicação adequada para a população vulnerada evidenciada nas sessões de cinedebate, na qual vários sujeitos das comunidades e lideranças puderam expressar conceitos da justiça ambiental e novas possibilidades para atuação futura, a partir de diferentes visões, posicionamentos e lugares de fala acerca da problemática vivenciada em Suape, pôde contribuir para evidenciar as narrativas em jogo e melhorar a capacidade argumentativa dos sujeitos sociais em defesa de seus direitos. Os Cinedebates buscaram promover encontros entre as pessoas e aproximá-las das experiências que vivem e produzem em sociedade, desenvolvendo a capacidade crítica e reflexiva sobre as temáticas abordadas no documentário que possui questões históricas, sociais e da vivência própria de cada participante. Possibilitou a construção do conhecimento numa temática pouco discutida no meio acadêmico da saúde coletiva bem como na sociedade pernambucana de forma geral, o que permitiu uma maior compreensão e sensibilização no empoderamento para a transformação social.

Observa-se, tanto pelos relatos no documentário como nas discussões promovidas nos cinedebates, que o desenvolvimento econômico promovido no território de abrangência de Suape não tem garantido uma melhoria na qualidade de vida das populações que nele vivem e trabalham, ao contrário, tem gerado processos de conflitos, injustiças e vulneração na saúde e no ambiente. A organização social que tem se constituído a partir da luta por direitos e reivindicação de políticas pública se configura como potência ou no território

Ficou evidente a necessidade de utilização de métodos de comunicação capazes de atuar como estratégia pedagógica e didática, de interesse público, mantendo a qualidade do conteúdo, construindo com a diversidade de atores a real situação de saúde e ambiente e suas implicações.

Trazer para discussão temática de saúde, mais especificamente a importância da vigilância e as questões ambientais vivenciadas no território de Suape, de forma ampliada e participativa possibilitou evidenciar perigos e nocividades atuais e futuros. Também possibilitou esboçar uma série de agendas de luta em defesa da promoção da saúde e da proteção do meio ambiente, expressas no cine debate.

Como perspectivas futuras e políticas públicas devem ser pensadas, com a participação efetiva dos sujeitos de direito deste território, para que de algum modo haja um bem viver, sobretudo no que diz respeito às problemáticas no campo dos conflitos territoriais, como a saúde, ponto norteador deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 31 mar. 2017.
- ACSELRAD, H. De “bota-foras” e “zonas de sacrifício”: um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (Org.) **Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a, p. 7-18.
- ACSELRAD, H. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 84 – 105, 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/45985>>. Acesso em: 31 mar. 2017.
- ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 5, n. 0, p. 49-60, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/22116>>. Acesso em: 16 maio 2017.
- ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784>>. Acesso em: 3 mar. 2015.
- ALBUQUERQUE, D. **Cinedebate com os moradores da comunidade Nova Tatuoca**. Recife, 2016. 1 fotografia.
- ALVES, P. A. **Vigilância popular da saúde: cartografia dos riscos e vulnerabilidades socioambientais no contexto de implantação da Mineração de Urânio e Fosfato no Ceará**. 2013. 243 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8671>>. Acesso em: 14 out. 2016.
- ALVES, S. G. **Injustiças socioambientais e interferências na saúde de populações localizadas na área do complexo industrial portuário de Suape**. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17683>>. Acesso em: 5 ago. 2016.
- ALVES, S. G. et al. Vulnerabilização socioambiental de comunidades tradicionais no Complexo Industrial Portuário de Suape. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 38, n. 0, 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/44453>>. Acesso em: 23 out. 2016.
- ANDERS, M. E.; EVANS, D. P.; RRT, M. Comparison of PubMed and Google Scholar Literature Searches. **Respiratory Care**, Texas, v. 55, n. 5, p. 578 – 583, 2010. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20420728>>. Acesso em: 23 set. 2016.

ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J. M.; MURTINHO, R. A comunicação no sistema único de saúde: cenários e tendências. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 104–115, 2010. Disponível em: <<http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/88>>. Acesso em: 21 mar. 2014.

ARAÚJO, M. A. **Impactos sociais do porto de Suape**: O caso da exploração sexual na praia de Gaibu-PE. 2012. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/impactos_sociais_do_porto_de_suape_o_caso_da_exploraao_sexual_na_praia_de_gaibupe_1343833224.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2014.

ARAÚJO, R. P. A. et al. Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. supl, p. 1597–1619, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702015001001597&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 18 mar. 2017.

ARAÚJO, W. F.; FREITAS, E. C. “Quanto custa mudar o mundo?” análise da dimensão discursiva do ciberativismo na WikiLeaks. **Revista Fronteiras**, São Leopoldo, v. 14, n. 2, p. 110–120, 2012. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2012.142.05>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

ÁREAS Livres de Petróleo. **Campanha nem um poço a mais!**. 2017. Disponível em: <<https://areaslivresdepetroleo.wordpress.com/>>. Acesso em: 18 maio 2017.

AUGUSTO, L. G. D. S. (Org.). **Saúde do Trabalhador e a Sustentabilidade do Desenvolvimento Humano Local**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

AUGUSTO, L. G. S.; CARNEIRO, R. M.; MARTINS, P. H. (org.). **Abordagem Ecológica em Saúde**: Ensaio para o controle da dengue. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2005. 382 p.

AUGUSTO, L. G. S.; FREITAS, C. M. de. O Princípio da Precaução no uso de indicadores de riscos químicos ambientais em saúde do trabalhador. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.85-95, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231998000200008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt><http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231998000200008&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BARROS, N. G. M. **Registros de câncer**: uma necessidade de vigilância em saúde para área de influência ambiental da refinaria Abreu e Lima. 2010. 62 f. Monografia (Especialização em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fiocruz, Recife, 2010. Disponível em: <<http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2010barros-ngm.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2014.

BAZZANI, R.; SÁNCHEZ, A. Ecosalud: Raíces, evolución y posibilidades. In: Ó. Betancourt; F. Mertens; M. Parra (Org.). **Enfoques ecosistémicos en salud y ambiente**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2016. p.7–18.

BERGALA, A. **A hipótese-cinema**: Pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola. Rio de Janeiro: Booklink; UFRJ, 2008.

BETANCOURT, Ó.; MERTENS, F.; PARRA, M. **Enfoques ecosistémicos en salud y ambiente**: aportes teórico-metodológicos de una comunidad de práctica. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em: 14 out. 2014.

BRASIL. Agenda 21. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: Brasília, DF, 1995

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF. 2002a. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/plano_joanesburgo.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2015.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002b. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf>. Acesso em: 12 maio. 2015.

BRASIL. Política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 2007. Seção 1, p. 316

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Gestão da comunicação aplicada à vigilância em saúde**: a percepção dos gestores (Relatório de pesquisa). Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2008. 443 p. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/bvsmms/resource/pt/mis-24061>>. Acesso em: 14 maio. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012**. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html>. Acesso em: 14 maio 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 14 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral das populações do campo e da floresta**. Brasília, DF. 2013. 48 p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/pni_populacoes_campo_floresta.pdf>. Acesso em 14 maio 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2015. 96 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232972POR.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

BREILH, J. **Uma Perspectiva Emancipadora da Pesquisa e da Ação Baseadas na Determinação Social da Saúde**. San Francisco: Health, 2008.

BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, Medellín, Antioquia, v. 31, n. supl. 1, p. 13–27, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-386X2013000400002>. Acesso em: 27 abr. 2015.

BRINGEL, B.; MUÑOZ, E. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 28 – 36, 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/168>. Acesso em 15 jun. 2015.

BUSS, P. M. Saúde global e diplomacia da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 8 – 9, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 abr. 2015.

BUSS, P. M.; CARVALHO, A. I. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2305 – 2316, 12 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600039&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 16 abr. 2015.

CAMARGO, B. V.; BARBARÁ, A.; BERTOLDO, R. B. A influência de vídeos documentários na divulgação científica de conhecimento sobre a Aids. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 179– 185, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722008000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 out. 2015.

CAREGNATO, S. E. Google Acadêmico como ferramenta para estudos de citações: Avaliação da Precisão das Buscas por Autor. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 72- 86, 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5682/4106>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

CARNEIRO, F. F. et al (Org.). **Dossiê Abrasco**: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: ESPJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010. 327 p.

CARVALHO, A. (Org.). **As Alterações Climáticas, os Media e os Cidadãos**: 1. ed. Coimbra: Grácio Editor, 2011.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet**: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 244 p.

CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Org.). **A Sociedade em Rede**: do conhecimento à ação política. Belém (PT): Imprensa Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.cies.iscte.pt/linhas/linha2/sociedade_rede/zip/Sociedade_em_Rede_CC.zip>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CASTELLS, M. **O poder da Comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTRO, S. M. de; ALMEIDA, J. R. Dragagem e conflitos ambientais em portos clássicos e modernos: uma revisão. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 3, p. 519 – 534, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v24n3/v24n3a11.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2017.

CAVALCANTE, F. G. et al. Impactos de um documentário sobre o cotidiano de mães e filhos com deficiência: uma análise de cinedebates. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3071 – 3080, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001003071&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 15 abr. 2017.

CAVALCANTI, C. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 73 – 84, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 abr. 2015.

CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e Meio Ambiente: O Conflito do Complexo Industrial-Portuário de Suape, Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: ANPPAS, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT2-633-327-20080519205905.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

CHARRON, D. F. (Org.) **Ecohealth research in practice. Innovative Applications of an Ecosystem Approach to Health**. Ottawa: Springer, 2012.

CHARRON, D. F. **La investigación de ecosalud en la práctica**. Madrid: Plaza y Valdes, 2014.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e Identidade Territorial. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9637>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e Condições Físicas da Reprodução Social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, v. 1, n. 16, p. 39–75, 2003. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo9539_merged.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Centro de documentação Dom Tomás Balduino da CPT**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PERNAMBUCO. Governo. **Estudos dos impactos dos investimentos na economia pernambucana, Suape e Refinaria Abreu e Lima**: Unidades da BR FOODS, HEMOBRÁS, Estaleiro Atlântico Sul, Petroquímica Suape e Refinaria Abreu e Lima. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, 2011. Disponível em: <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=bd676e1a-8bdd-496f-8eb0-b32019d6b4d7&groupId=19941>. Acesso em: 20 novembro 2016.

CORREIA, M. Sindipetro denuncia a Refinaria Abreu e Lima. **Folha de Pernambuco**, Recife: 24. mar. 2017. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/economia/economia/economia/2017/03/23/NWS,22019,10,550,ECONOMIA,2373-SINDIPETRO-DENUNCIA-REFINARIA-ABREU-LIMA.aspx>>. Acesso em: 16 maio 2017.

COSTA, H. S. Conflitos sócio-ambientais em Suape. **Diário de Pernambuco**, Recife: 22. nov. 2013. Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/opiniaio/2013/11/22/interna_opiniaio,72806/conflitos-socio-ambientais-em-suape.shtml>. Acesso em: 16 maio 2017.

COSTA, H. S.; SANTANA, A. C.; L JUNIOR, S. D. **Violação de direitos humanos e ambientais no Complexo de Suape**. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e territórios**. Rio de Janeiro: IPPUR: UFRJ, 2008.

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. **Comunicação e determinação social da saúde documento final**. 2013. Disponível em: <[/site/wp-content/uploads/2016/09/Comunicação-e-determinação-social-da-saúde-documento-final_Pimentel.pdf](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022011000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)>. Acesso em: 4 set. 2015.

DANTAS, A. A.; MARTINS, C. H.; MILITÃO, M. S. R. O cinema como instrumento didático para a abordagem de problemas bioéticos: uma reflexão sobre a eutanásia. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 69–76, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022011000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 3 nov. 2016.

DIAS, E. C.; HOEFEL, M. G. O desafio de implementar as ações de saúde do trabalhador no SUS: a estratégia da RENAST. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 817–827, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 1 set. 2016.

DIAS, E. C. et al. Saúde ambiental e saúde do trabalhador na atenção primária à saúde, no SUS: oportunidades e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2061-2070, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000600013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 6 jul. 2015.

DOMINGUES, R. C. et al. A vulneração socioambiental advinda do complexo industrial portuário de Suape: a perspectiva dos moradores da Ilha de Tatuoca – Ipojuca/PE. **Tempus - Actas de Saúde Coletiva**, Brasília v. 8, n. 2, p. 69–91, 2014. Disponível em: <<http://api.ning.com/files/YLaeso7tISAfdhKP3fVvIUOkS5oeXA->

1AnD0K4vI7XMehGOVhMiAnLetFISF*O63OrbCJrYxNm1C8JRv5kEo2fkc-4BDuzzb/Artigopublicado.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2015

DOMINIQUE F. CHARRON (Org.). **La investigacion de ecosalud en la práctica**. Madrid/México: Plaza y Valdés, 2014.

ESCOSTEGUY, A.C. Os Estudos Culturais. In: HOHLFELDT, A. et al. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 151-170.

ESPÍRITO SANTO, W. L. P. et al. Movimentos sociais e novas tecnologias: o *Youtube* e a luta antimanicomial. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, 2012. Disponível em: <<http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/679/1296>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Santiago, v. 33, p. 45–54, 2000. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007800006>. Acesso em: 6 nov. 2015.

FIGUEIRÓ, R. A.; COSTA NETO, C. L.; SOUSA, R. C. de. Transpondo limites: o cinema na pesquisa-intervenção e o documentário enquanto estratégia de empoderamento em saúde mental. **Quipus**, Natal, v. 1, n. 2, p. 57–66, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/160/169>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

FONTES, B. A. S. M. **Redes sociais e poder local**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

FONTES, B. A. S. M. Redes sociais e saúde: sobre a formação de redes de apoio social no cotidiano de portadores de transtorno mental. **Revista Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 26, p. 87–104, 2007. Disponível em: <http://www.nucleodecidadania.org/nucleo/extra/2007_07_16_06_10_51.pdf>. Acesso em: 18 maio 2015.

FORGET, G.; LEBEL, J. An ecosystem approach to human health. **International Journal Of Occupational And Environmental Health**, Philadelphia, v. 7, n. 2, p. S3–S38, 2001. Disponível em: <https://unites.uqam.ca/neuro/design/Documents/Forget_Lebel_Ecosystem.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2016.

FÓRUM SUAPE. **Organizações Aguardam Resultado de Denúncia Internacional**. 2016. Disponível em: <<http://forumsuape.ning.com/profiles/blogs/forum-em-acao-edicao-de-dezembro-de-2016>>. Acesso em 03 fev. 2017.

FÓRUM SUAPE. **Fórum Suape**. Disponível em: <<http://forumsuape.ning.com/>>. Acesso em: 7 out. 2015.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREITAS, C. M. et al. Ecosystem approaches and health in Latin America. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 283–296, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 18 mar. 2015.

FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S. **Saúde, Ambiente e Sustentabilidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

FREITAS, L.; MORIN, E.; NICOLESCU, B. **Carta da Transdisciplinaridade**. Portugal: Convento de Arrábida, 1994.

FURTADO, C. **O Mito Do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALVÃO NETO, C. J. M. **Comportamentos, atitudes e práticas sexuais e de saúde de homens que fazem sexo com homens em SUAPE**. 2013. 123 p. Dissertação (mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

GARCIA, R. et al. **La epistemología genética y la ciencia contemporánea: homenaje a Jean Piaget en su centenario**. Barcelona: Gedisa, 1997.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GODOY, J. H. A. A práxis de Lebrecht: economia humana, desenvolvimentismo católico e a industrialização do Nordeste. **Religião & Sociedade**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 188–219, 2016. *Religião e Sociedade*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872016000200188&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 13 maio 2017.

GOMES, R. A. L. **A Comunicação como Direito Humano: Um Conceito em Construção**. 2007. 206 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/midia/gomes_comunicacao_como_dh.pdf>. Acesso em: 15 maio 2015.

GOMEZ, C. M.; MINAYO, M. C. de S. Enfoque ecossistêmico de saúde: uma estratégia transdisciplinar. **INTERFACEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1–19, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/413/349>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

GUARESCHI, P. A. Mídia e Democracia: O quarto versus o Quinto Poder. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/2505>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

GUARESCHI, P. A. **O Direito Humano à Comunicação: pela democratização da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. dos R. da. Rio+20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p.19-39, dez. 2012.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000300003>. Acesso em: 09 ago. 2015.

GRAY, M. A. The international crime of ecocide. **California Western International Law Journal**, San Diego, v. 26, n. 2, p. 215-271, 1996. Disponível em: <<http://scholarlycommons.law.cwsl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1335&context=cwilj>>. Acesso em: 22 maio 2017.

GUIZARDI, F. L.; PINHEIRO, R. Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos Conselhos de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 797-805, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000300027&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 abr. 2017.

GUMIERO, R. G. Origem do Complexo Industrial Portuário Suape e os seus Momentos de Implementação (1955-2014). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 21., 2016, Santo André. **Anais...** Santo André, SP: SEP, 2016.

GURGEL, A. M. et al. Framework dos cenários de risco no contexto da implantação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2027-2038, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 6 mar. 2015.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 17, p. 19- 46, 2007. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/213/205>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

HAESBAERT, R.; RAMOS, T. T. O mito da desterritorialização econômica. **GEOgraphia**, Niterói, v. 6, n. 12, p. 25-48, 2004. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/152/147>>. Acesso em: 16 maio 2017.

HARVEY, D. et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAZIN, F. H. V. et al. Regional movements of the tiger shark, *Galeocerdo cuvier*, off northeastern Brazil: inferences regarding shark attack hazard. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 85, n. 3, p. 1053-1062, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0001-37652013000301053&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 7 maio 2017.

HOHENDORFF, J. VON. et al. Produção e utilização de um documentário sobre violência sexual contra meninos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 228-236, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722014000300424&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 7 maio 2017.

HOHLFELDT, A; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

IPOJUCA. Secretaria Municipal de Saúde. **Uma análise da situação de saúde da população Ipojucana: 2006-2013**. Ipojuca, 2014.

DOCUMENTO Suape 2015. **Jornal do Commercio**, Recife, 2015. Número especial. Disponível em: <<http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/documento-suape-2015/>>. Acesso em: 11 maio: 2015.

JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 35-45, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6346/4931>>. Acesso em: 28 ago 2015.

KAHN, R.; KELLNER, D. New Media and Internet Activism: From the “Battle of Seattle” to Blogging. **New Media & Society**, Thousand Oaks, v. 6, p. 87-95, 2004. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461444804039908>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

LAWINSKY, M. L. D. J. **Diálogo entre os conceitos de abordagem ecossistêmica à saúde humana e de vigilância à saúde no Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/10987>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental no Brasil: o que mudou nos vinte anos entre a Rio 92 e a Rio+20. **ComCiência**, Campinas, n. 136, 2012. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542012000200009&lng=es&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 14 abr. 2015.

LEBEL, J. **Salud un enfoque ecosistémico**. Bogotá: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo; Alfaomega Colombiana, 2005.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2005.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. Discurso do Sujeito Coletivo: Representações Sociais e Intervenções Comunicativas. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 502-507, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072014000200502&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 14 ago. 2016.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. MA. C. **Pesquisa de representação social: um enfoque qualitativo - a metodologia do discurso de sujeito coletivo**. Brasília: Líber Livro, 2010. 224 p.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 309–335, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3515>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

LEFF, E. et al. Más allá del desarrollo sostenible: la construcción de una racionalidad ambiental para la sustentabilidad: una visión desde América Latina. **Medio Ambiente y Urbanización**, Argentina, v. 59, n. 1, p. 65-108, 2003. Disponível em: <<http://www.ingentaconnect.com/contentone/ieal/meda/2003/00000059/00000001/art00007#>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

LÉLIS, G. Venda da Petroquímica Suape e Citepe suspensa. **Folha de Pernambuco**, Recife, 31 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/economia/economia/economia/2017/01/31/NWS,16040,10,550,ECONOMIA,2373-VENDA-PETROQUIMICA-SUAPE-CITEPE-SUSPENSA.aspx>>. Acesso em: 17 maio 2017.

LEMONS, A. Cidade-ciborgue: a cidade na cibercultura. **Galáxia**, São Paulo, n. 8, p. 129-148, 2004. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/~diamantino/cidadeciborgue.pdf>>. Acesso em 28 mar. 2016.

LEMONS, H. de V.; JESUS, P. de. Desenvolvimento industrial e conflitos de terra: desafios do desenvolvimento local frente à questão fundiária entre a comunidade de Massangana e o Complexo Industrial de Suape-PE. **GeoTextos**, Salvador, v. 11, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/13451>>. Acesso em: 12 maio 2017.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LIMA, J. D. et al. Projeto educação e cinema: uma proposta educativa no hospital sobre o atuar dos profissionais da saúde na inclusão. **Inclusão Social**, Brasília, v. 4, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1658/1864>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 516p.

MACHADO, J. M. H. Processo de vigilância em saúde do trabalhador. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. S33- S45, 1997a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000600004&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 9 jul. 2017.

MACHADO, J. M. H. Processo de vigilância em saúde do trabalhador. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, p. S33–S45, 1997b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000600004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 23 set. 2016.

MACHADO, J. M. H.; PORTO, M. F. de S. Promoção da saúde e intersetorialidade: a experiência da vigilância em saúde do trabalhador na construção de redes. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 121-130, 2003. Disponível em:

<http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742003000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 5 mar. 2015.

MACHADO, M. R. I. M. et al. O Complexo Portuário de Suape e as novas dinâmicas sócio-territoriais nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca: o início do desmonte do território canavieiro na Zona da Mata pernambucana? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. **Anais...** Vitória: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014.

MALERBA, J.; RAULINO, S. **50 anos da refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do pré-sal.** ed. FASE, Rio de Janeiro, 2013

MÂNGIA, E. F.; MURAMOTO, M. T. O estudo de redes sociais: apontamentos teóricos e contribuições para o campo da saúde. **Revista de Terapia Ocupacional**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 22–30, 2005. Disponível em: <<http://www.mendeley.com/research/o-estudo-redes-sociais-apontamentos-teóricos-e-contribuições-para-o-campo-da-saúde-1/>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

MARIANO, J. B. **Impactos Ambientais do Refino de petróleo.** 2001. 216 p. Tese (Doutorado em Ciências em Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.ppe.ufrj.br/ppes/production/tesis/jbmariano.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2015.

MARQUES, K. K. D. **Moradores invisíveis: o sofrimento social dos moradores da Ilha de Tatuoca - Ipojuca – PE – em seu processo de desterritorialização.** 2014. 80 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Recife, 2014. Disponível em: <<http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2014marques-kkd.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

MARTELETO, R. M. Redes Sociais, Mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em ciência da informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 27-46, 2001a. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000009339/e02c06fa980a4788118f8ef357e2d5c0/>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

MARTINEZ-ALIER, J. et al. Is there a global environmental justice movement? **The Journal of Peasant Studies**, Londres, v. 43, n. 3, p. 731–755, 2016. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2016.1141198>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

MARTINS, P. H.; FONTES, B. (Org.). **Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas.** 2. ed. Recife: Universitária da UFPE, 2004.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystems and Human Well-being: Synthesis.** Washington, DC: Island Press, 2005.

MELO, C. T. V. Ética, estética e política no vídeo vida estelita. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Intercom, 2015.

MELO, R. D. **Conversão no uso da terra e vulnerabilidade socioambiental:** uma análise das condições de vida no assentamento Tiriri – Mata Sul de Pernambuco. 2014. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Cfch, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12407>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

MENEZES, S. F.; DUARTE, A. J. C. Reflexões sobre saberes e práticas em saúde ambiental a partir do documentário Boca de Lixo. **Ciência & Ensino**, Campinas, v. 1, 2007. Disponível em: <<http://geo25.ige.unicamp.br/ojs/index.php/cienciaeensino/article/viewArticle/149%5Cnhttp://www.epsjv.fiocruz.br/upload/ArtCient/26.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

MINAYO, M. C.S. Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida. In: MINAYO, M. C de S.; MIRANDA, A. C. (Org.). **Saúde e ambiente sustentável:** estreitando nós. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz: Abrasco, 2010. 344 p.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2010b.

MIRANDA, A. C.; PORTO, M. F. de S. Reflexões sobre a Rio + 20, a Cúpula dos Povos e a Saúde Coletiva. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 36, p. 55–67, 2012.

MIRANDA, A. C. et al. La transición hacia un desarrollo sostenible y la soberanía humana - realidades y perspectivas en la Región de las Américas. In: GALVÃO, L. A.; FINKELMAN, J.; HENAO, S. (Org.). **Determinantes ambientales y sociales de la salud.** Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud, 2010. p. 17–31. Disponível em: <<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/3403/1/Breilh, J-CON-108-Latransicion.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita:** Repensar a reforma, reformar o pensamento. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MURTINHO R. **Estado, comunicação e cidadania:** diálogos pertinentes sobre a relação entre direito à saúde e direito à comunicação. 2012. Tese (Doutorado) – Comunicação, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. **Documentos de referência para a Rio+20 | ONU Brasil na Rio+20.** Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/documentos/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e o Meio Ambiente.** Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

O FUTURO que não queremos. **Sos Mata Atlântica**, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/10076/o-futuro-que-nao-queremos>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

OLIVEIRA, L. O. S. **Cinedebate promovido no lançamento do documentário**. Recife, 2015. 1 fotografia.

OLIVEIRA, L. O. S. **Cinedebate realizado na VI Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)**. Recife, 2015. 1 fotografia.

OLIVEIRA, L.O.S. **Lançamento do documentário**. Recife, 2015. 1 fotografia.

OLIVEIRA, A. L. **Endemias no território estratégico de Suape: um desafio para a vigilância em saúde**. 2010. 36 f. Monografia (Especialização em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Recife, 2010. Disponível em: <<http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2010oliveira-al.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

OLIVEIRA, R. S. **Saúde e desenvolvimento: um estudo sobre as condições socio sanitárias em municípios do território estratégico de Suape**. 2015. Tese (Doutorado) - Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Panorama Laboral 2014: América Latina y Caribe**. 1. ed. Lima, 2014. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_325664.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **World conference on social determinants of health: meeting report**. Geneva, 2011. Disponível em: <http://www.who.int/sdhconference/resources/Conference_Report.pdf>. Acesso em: 29 maio 2015.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Enfoques ecossistêmicos em saúde: perspectivas para sua adoção no Brasil e países da América Latina**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009.

PACHECO, T.; PORTO, M. F. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 4, n. 4, p. 26-37, 2009. Disponível em: <<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/viewFile/742/752>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

PAIM, J. S. Formulação de políticas públicas de saúde: comunicação em vigilância sanitária. In: COSTA, E. A.; RANGEL-S, M. L. (Org.). **Comunicação em Vigilância Sanitária: princípios e diretrizes para uma política**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2007. p.43–58.

PASSOS, C. et al. Perspectiva das Abordagens Ecológicas em Saúde Humana (Ecolossáude) nas Américas: As Contribuições das Comunidades de Prática. In: CAPRARA, A.; LIMA, J. W. de O.; PEIXOTO, A. C. R. **Ecolossáude: uma abordagem eco-bio-social**. 1. ed. Fortaleza: Ed. UECE, 2013. cap. 1. p. 41-53. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/profile/Frederic_Mertens/publication/262495728_A_perspectiva_a_das_abordagens_ecossistmicas_em_sade_humana_\(ecossade\)_nas_Amricas_as_contribues](http://www.researchgate.net/profile/Frederic_Mertens/publication/262495728_A_perspectiva_a_das_abordagens_ecossistmicas_em_sade_humana_(ecossade)_nas_Amricas_as_contribues)>

_das_comunidades_de_prtica/links/546809810cf20dedafcf532e.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

PÉREZ, M. S. **R-existências dos camponeses/as do que hoje é SUAPE: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida**. 2016. 253 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Cfch, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18689>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

PÉREZ, M. S.; GONÇALVES, C. U. Desenvolvimento e Conflito Territorial: Primeiras Reflexões Sobre as Comunidades Atingidas pelo Complexo Industrial Portuário de Suape-Pe, Brasil. **Revista de Geografia**, Recife, v. 29, n. 2, p. 167-179, 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/691>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

PERNAMBUCO. Governo. **Decreto nº 37.160, de 23 de setembro de 2011**. Poder Executivo, Recife, PE. 2011b. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/images/publicacoes/decretos/Plano_Diretor_Empresa_Suape_-_DECRETO_-_37160-2011.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

PERNAMBUCO. Governo. **Relatório do Programa de Aceleração do crescimento**. Recife, 2010.

SUAPE. **Novo Plano Diretor - Suape 2030**. Recife, PE. 2011a. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/images/institucional/plano_diretor/P14-Plano_Diretor.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

PERUZZO, C. M. K. A Comunicação nos Movimentos Sociais: exercício de um direito. **Diálogo de la comunicación**, Medellín, v. 82, p. 1-7, 2010. Disponível em: <<http://dialogosfelafacs.net/a-comunicacao-nos-movimentos-sociais-exercicio-de-um-direito/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação nos Movimentos Sociais: O Exercício de uma Nova Perspectiva de Direitos Humanos. **contemporanea: comunicação e cultura**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 138–158, 2013. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewArticle/6980>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Eco-pós**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 46-61, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-82852008000200014>. Acesso em: 21 mar. 2015.

PETROBRAS. **Estudo de Impactos Ambientais da Refinaria do Nordeste**. EIA-RIMA RNEST. Recife, PE: Centro de Documentação da CPRH, 2006.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, E. M.; KAKEHASHI, T. Y.; ANGELO, M. O uso de filmagem em pesquisas qualitativas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 13, n. 5, p. 717–722,

2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692005000500016&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 13 abr. 2017.

PORTO, M. F. Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 829-839, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232005000400008&script=sci_arttext>. Acesso em: 4 jul. 2015.

PORTO, M. F. de S. **Uma Ecologia Política dos Riscos**: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

PORTO, M. F. de S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 93, n. 93, p. 31-58, 2011. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/133>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

PORTO, M. F. de S.; ROCHA, D. F. da; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4071-4080, 2014. Disponível em: <<http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-84907584684&partnerID=tZOtx3y1>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

PORTO, M. F.; FINAMORE, R. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1493-1501, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000600013&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 25 mar. 2015.

PORTO, M. F.; MARTINEZ-ALIER, J. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. supl. 4, p. 503-512, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001600011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 5 mar. 2015.

PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2009, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 5 mar. 2015.

PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça Ambiental e saúde no Brasil**: O Mapa de conflitos. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. **7º Balanço Programa Aceleração do Crescimento-Eixo Energia**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, 2013. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/7/05-PAC7_energia.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

RAMOS, F. P. **Mas afinal... o que é mesmo documentário?** São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

RANGEL-S, M. L. Comunicação no controle de risco à saúde e segurança na sociedade contemporânea: uma abordagem interdisciplinar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, p. 1375-1385, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000500035&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 2 set. 2016.

RATTNER, H. Economia solidária - Por quê?. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 44, 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/044/44rattner.htm>>. Acesso em 23 abr. 2015.

RATTNER, H. Meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1965-1971, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600002&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 19 mar. 2015.

RATTNER, H. Sustentabilidade: uma visão humanista Sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, n. 5, p. 233-240, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a20>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

RATTNER, H. **Uma ponte para a sociedade sustentável**. São Paulo: Senac São Paulo, 2012.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. **Blog da RBJA**. Disponível em: <<https://redejusticaambiental.wordpress.com/>>. Acesso em: 22 maio 2017.

REGO, B. P. C. Cidadania Digital e Redes Sociais: A ampliação do horizonte cívico a novos mecanismos de participação política, referente ao tema Cidadania e Redes Sociais. In: CRUZ, M. A.; VENTURA, T.; CARDIM, M. E.; MERLIM, N. (Org.). **Cidadania na Sociedade do Conhecimento**. Lisboa: Centro de filosofia das Ciências, Universidade de Lisboa, 2014. p.135–149.

RIGOTTO, R. M. Democratizou-se a poluição?: Um estudo dos riscos tecnológicos e ambientais associados à industrialização em região semi-árida do Brasil. **Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, Espanha, v. VI, n. 111, 2002. <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/citart?info=link&codigo=242385&orden=0>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

RIGOTTO, R. M. **Desenvolvimento, ambiente e saúde: implicações da (des)localização industrial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. supl. 4, p. S475-S485, 2007a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001600002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 abr. 2015.

RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 23, p. 475–

485, 2007b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001600002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 abr. 2015.

SÁ, E. C.; TORRES, R. A. T. Cinema como recurso de educação em promoção da saúde. **Revista de Medicina**, São Paulo, v. 92, n. 2, p. 104, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/79580>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

SACHS, I. Sociedade, cultura e meio ambiente. **Mundo & vida**, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7–13, 2000. Disponível em: <<http://ambiental.adv.br/ufvjm/ea2012-1sachs.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, E. (Ed.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 95–100.

SAMAJA, J. **Reprodução Social e a Saúde**. Salvador: Casa da Qualidade, 2000.

SANTOS, A. K. **Comunicação e Saúde do Trabalhador**. Curitiba: Juruá, 2009. 136 p.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71–94, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004>. Acesso em: 29 abr. 2015.

SANTOS, I. C. **Os impactos do Crescimento Econômico na região de Suape na vida das mulheres do Cabo de Santo Agostinho**. 2013. Monografia (Especialização em Direitos Humanos) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010.

SANTOS, J. O.; ANDRADE, M. O. de. Festa da Ouriçada e devoção a Santa Luzia na praia de Suape-PE: expressão sincrética e simbólica da biodiversidade e do território de pescadores artesanais. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 30, p. 545-571, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/5326>>. Acesso em: 12 maio 2017.

SANTOS, K. K. S. **Percepção social relacionadas à implantação da Refinaria Abreu e Lima**. 2010. 40 p. Monografia (Especialização em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Recife, 2010. Disponível em: <<http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2010santos-kss.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EdUsp, 2007.

SANTOS, M. O. S. **Saúde e o ambiente no contexto da instalação da refinaria de petróleo em Suape-PE**. 2011. 140 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Recife, 2011. Disponível em: <<http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2011santos-mos.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

SANTOS, M. O. S. et al. Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto da instalação da refinaria de petróleo em Suape, PE. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, 2013.

Disponível em: <<http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/724/1393>>. Acesso em: 21 mar. 2014.

SANTOS, M. O. S. et al. Ciberativismo, saúde e ambiente: movimentos sociais no Brasil e na Espanha. **ClimaCom**, Campinas, v. 2, n. 2013, 2016. Disponível em: <<http://climacom.mudancasclimaticas.net/?p=5016>>. Acesso em: 6 maio 2016.

SANTOS, N. B. et al. Um fantasma ronda o Brasil e o mundo: o fantasma das Redes Sociais. In: CRUZ, M. A. et al. (Org.). **Cidadania na Sociedade do Conhecimento**. 1. ed. Lisboa: Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, 2014. 250 p.

SANTOS, S. L. AUGUSTO, L. G. S. Modelo multidimensional para o controle da dengue: Uma proposta com base na reprodução social e situações de riscos. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 177–196, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312011000100011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 mar. 2015.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 24–42, 2008. Disponível em: <<http://biblat.unam.mx/pt/revista/geo-uerj/articulo/milton-santos-concepcoes-de-geografia-espaco-e-territorio>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/viewFile/3565/3120>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

SCHRAMM, F. R. Vulnerabilidade, vulneração, saúde pública e bioética da proteção: análise conceitual e aplicação. In: TAQUETTE, S. R.; CALDAS, C. P. **Ética e pesquisa com populações vulneráveis**. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 37–57.

SCHÜTZ, G. E. et al. A agenda da sustentabilidade global e sua pauta oficial: uma análise crítica na perspectiva da Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1407–1418, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000600005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 24 abr. 2015.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 28–29, p. 313–334, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 20 maio 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SILVA, J. M.; AUGUSTO, L. G. da S.; GURGEL, I. D. Saúde do trabalhador nos estudos de impactos de refinarias de petróleo. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 325–331, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2013000300014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 6 mar. 2015.

SILVA, T. A. A. GEHLEN, V. R. F. (Org.). **Conflitos Socioambientais em Pernambuco**. Recife: Massangana, 2013.

SILVEIRA, K. A. **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco**. 2010. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Cfch, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3321>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

SILVEIRA, S. A. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. **Revista USP**, São Paulo, n. 86, p. 28-39, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13811>>. Acesso em: 14 set. 2016.

SILVEIRA, S. A. Interações públicas, censura privada: o caso do Facebook. **História, ciências, saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, supl, p. 1637-51, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702015001001637&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 24 fev. 2016.

SOTOMAIOR, G.B. **Cinema militante, videoativismo e vídeo popular: a luta no campo do visível e as imagens dialéticas da história**. 2014. Tese (Doutorado em Multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285259>>. Acesso em: 12 maio 2015.

SOUZA, C. J. et al. **Os impactos do crescimento econômico de Suape na vida das meninas e mulheres do Cabo de Santo Agostinho**. 2015. Monografia (Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas) - Fages, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <[https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/TCC_Especializacao_Genero_Desenvolvimento_PoliticasPublicas/os impactos do crescimento economic de suape na vida das cassia hyldiane izabel maria otenilda.pdf](https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/TCC_Especializacao_Genero_Desenvolvimento_PoliticasPublicas/os%20impactos%20do%20crescimento%20economico%20de%20suape%20na%20vida%20das%20cassia%20hyldiane%20izabel%20maria%20otenilda.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2017.

SOUZA, D. V.; ZIONI, F. Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das Representações Sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 76-85, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902003000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 26 mar. 2017.

SOUZA, M. H. N. et al. A utilização do referencial metodológico de rede social na assistência de enfermagem a mulheres que amamentam. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 17, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v17n3/pt_12.pdf>. Acesso em: 24 maio 2015.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Porto Alegre: Centro Edelstein, 2004.

SUAPE, desenvolvimento para quem?. Realização de Mariana Olívia dos Santos. Recife: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xargRbGpSqI>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

TAMBELLINI, A. T. Sustentabilidade e sustentibilidade: um debate sobre a concepção de uma sociedade sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2009, v.14, n. 6, p.

1977–1982. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 abr. 2015.

TEIXEIRA, C. F. et al. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. **Informe Epidemiológico do SUS**, Brasília, v. 7, p. 7–28, 1998. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-16731998000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 26 abr. 2015.

TEMPER, L. et al. Mapping the frontiers and frontlines of global environmental justice: the EJAtlas. **Journal of Political Ecology**, Tucson, Arizona, v. 22, n. 266642, p. 255-278, 2015. Disponível em: <<http://ai2-s2.pdf.s3.amazonaws.com/97c5/d940c4ca623fe3494790f31258e3fdfabfd7.pdf>>. Acesso em: 9 Mar. 2017.

THEODORO, S. H. **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1994.

THIOLLENT, M.; SILVA, G. DE O. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 93-100, 2007. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/888>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

TORRES, M. R. P. **Acidentes de trânsito no contexto do território estratégico de Suape: formação de uma linha de base para a Vigilância de Saúde**. 2010. Monografia (Especialização em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Recife, 2010.

UGARTE, D. **O poder das redes: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Sistema internacional de hegemonia conservadora: o fracasso da Rio + 20 na governança dos limites planetários. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 01–18, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 abr. 2015.

WALTNER-TOEWS, D.; KAY, J. The evolution of an ecosystem approach: The diamond schematic and an adaptive methodology for ecosystem sustainability and health. **Ecology and Society**, v. 10, n. 1, 2005. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/b922/3c93e8fdc7967d85f8018668e630e1f95617.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

WEBB, J. C. et al. Tools for thoughtful action: The role of ecosystem approaches to health in enhancing public health. **Canadian Journal of Public Health**, Ottawa, v. 101, n. 6, p. 439–441, 2010. Disponível em: <<http://journal.cpha.ca/index.php/cjph/article/view/2587>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

WEIHS, M.; MERTENS, F. Os desafios da geração do conhecimento em saúde ambiental: uma perspectiva ecossistêmica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n. 5, p. 1501–1510, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000500036&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 Mar. 2015.

XAVIER, J. J. S. et al. Cinema: uma ferramenta pedagógica e humanista para temas em Saúde-Educação. A experiência do CineSocial. **Medicina (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 44, n. 3, p. 260-266, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/rmrp/article/view/47434/51162>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

ZBOROWSKI, M. B.; LOUREIRO, C. F. B. Conflitos Ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores artesanais frente ao processo de implantação do complexo siderúrgico da Companhia Siderúrgica do Atlântico -ThyssenKrupp CSA. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, IV., 2008. **Anais...** Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT6-69-637-20080510235918.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

ZHOURI, A. **Mapping Environmental Inequalities in Brazil: Mining, Environmental Conflicts and Impasses of Mediation**. Berlim, 2014. (Working paper series, n. 75). Disponível em: <http://publications.iai.spk-berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00000377/desiguALdades.net.WP_75.pdf;jsessionid=7583E49617420A72B7C2DB6EC7544413>. Acesso em: 18 set. 2016.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; SIANO, D. B. P. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010. v. 1. 484 p.

ZHOURI, A.; ZUCARELLI, M. C. Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais - Notas Preliminares de Uma Pesquisa em Andamento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, IV., 2008. **Anais...** Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/05/ZHOURI-A.-e-ZUCARELLI-M.-Mapa-dos-Conflitos-Ambientais-no-Estado-de-Minas-Gerais-Notas-Preliminares-de-Uma-Pesquisa-em-Andamento.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

APÊNDICE A - Termo Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Projeto Vulnerabilidade socioambiental relacionada à exposição química nos territórios de desenvolvimento das cadeias produtivas de petróleo e das consumidoras de agrotóxicos - Parecer CEP CAEE: 44507115.5.0000.5190

Prezado participante, convidamos você a participar da pesquisa: Vulnerabilidade socioambiental relacionada à exposição química nos territórios de desenvolvimento das cadeias produtivas de petróleo e das consumidoras de agrotóxicos, sob a coordenação da Profa. Dra. Idê Gomes Dantas Gurgel, cujo objetivo principal é analisar como determinadas atividades produtivas geram impactos no meio ambiente e na saúde das comunidades inseridas no território.

Sua participação não é obrigatória e sua recusa não lhe trará nenhum constrangimento ou prejuízo em relação aos pesquisadores e com a instituição proponente, bem como com as instituições colaboradoras. A qualquer momento da pesquisa você pode desistir de participar e retirar o seu consentimento.

Essa pesquisa poderá contribuir no sentido de subsidiar o processo de fortalecimento político das comunidades que sofrem injustiças ambientais decorrentes do processo de implantação de indústrias da cadeia produtiva do petróleo em Suape, construindo para o conhecimento e discutindo sobre os impactos na saúde e no ambiente decorrente destes processos.

Serão feitas entrevistas individuais com lideranças e representantes de instituições e organizações sociais e reuniões com a participação entre 9 e 12 pessoas, para conversarem sobre um assunto pesquisado, com perguntas condutoras, coordenadas pela pesquisadora. Essas reuniões, chamados grupos focais, serão gravadas e depois serão ouvidas e transcritas. Os participantes poderão responder da forma que achar melhor.

Os riscos relacionados com a participação dos sujeitos da pesquisa podem ser constrangimentos perante pessoas e instituições, caso sua identidade venha a público. No entanto, garantimos que isso não ocorrerá sob hipótese alguma. As informações obtidas poderão ser utilizadas em eventos científicos, como congressos, seminários e outras atividades científicas, no entanto, estará resguardada a identidade de cada sujeito envolvido.

Os benefícios relacionados com a participação dos membros da comunidade são no sentido de contribuir para o conhecimento e percepção dos aspectos relacionados à saúde e ao ambiente, na divulgação dos problemas enfrentados pelas comunidades e na articulação com o Sistema Único de Saúde.

O presente documento consta de duas vias. A primeira ficará em posse da pesquisadora e a segunda em posse do participante.

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que fui devidamente esclarecido dos objetivos, riscos e benefícios de minha participação na referida pesquisa, bem como do direito de desistir da participação a qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa, e declaro minha concordância em participar.

Autorizo, ainda, a publicação dos dados da pesquisa, que me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Recife, _____ de _____ 2016.

Nome completo: _____

Telefone: _____ Email: _____

Ass: _____

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo, junto ao participante.

Pesquisador - Assinatura: _____ Nome completo do Pesquisador: Mariana Olívia Santana dos Santos

Em caso de dúvidas ou preocupações quanto aos seus direitos como participante deste estudo, o (a) senhor (a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) deste centro de pesquisas, localizado na Av. Professor Moraes Rego, s/n - Campus da UFPE - Cidade Universitária, Recife/PE, CEP: 50.670-420, através do telefone (81) 2101- 2639 ou pelo e-mail: comiteetica@cpqam.fiocruz.br. O horário de funcionamento é das 08:00 – 12:00 hrs / 13:00 – 15hrs. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Coordenadora da pesquisa - Idê Gomes Dantas Gurgel – email: ideg@cpqam.fiocruz.br

Pesquisadora responsável–Mariana Olívia S. Santos – email: marianaxolivia@gmail.com

APÊNDICE B - Roteiro semiestruturado para Documentário

ENTREVISTA MORADORES/LIDERANÇAS

Projeto Estratégias de Comunicação para a construção de territórios sustentáveis no contexto da cadeia produtiva do petróleo em Pernambuco – uma abordagem de saúde ambiental - Parecer CEP CAEE:
0111.0.095.000-08

Apresentação

Nome e profissão e Autorização do uso de som e imagem para o projeto de pesquisa e documentário

Apresentação: pedir que ele se apresente melhor para conhecermos um pouco de sua vida
Onde mora? Há quanto tempo?

Sobre a percepção do processo de industrialização

1. Qual a sua opinião sobre o novo processo de industrialização pelo qual está passando a região dos municípios de Cabo e Ipojuca?
2. Quais as mudanças o Sr. Tem observado nos municípios do Cabo e Ipojuca por conta dessas indústrias?

Sobre a construção da refinaria de petróleo

3. Como o Sr. Avalia, ou o que o Sr pensa sobre, a instalação de uma refinaria de petróleo na região de Suape?
4. O Senhor(a) se sente beneficiado ou prejudicado com as obras de instalação da refinaria na região? Por que? E para a população?
5. Que mudanças houve na sua vida e de sua família com as obras de construção da Refinaria?
6. Tem conhecimento de algum conflito com a população devido à instalação da refinaria de Suape? Qual? Poderia descrever sucintamente

Sobre a informação disponibilizada

7. Que informações o Senhor (a) dispõe sobre a refinaria de Suape? E de outras empresas que estão sendo implantadas?
8. Onde obteve as informações? Jornal, internet, rádio, TV, reuniões, documentos
9. O que o Senhor(a) acha da informação que é disponibilizada?
10. Que informações o Sr. Acha importante de serem disponibilizadas?
11. O Senhor (a) participou ou participa de reuniões em que esse assunto foi ou é discutido? Qual? Quem chamou a reunião? O que decidiu? Participou da audiência pública para apresentação do projeto da refinaria?
12. Que informação gostaria de ter sobre o assunto? De que forma?

Sobre os impactos na saúde e no ambiente

13. O Senhor(a) tem conhecimento de que refinaria e outras indústrias podem trazer problemas para a saúde das pessoas e para o ambiente? Se sim, quais?
14. O Senhor conhece entidades sociais que estão atuando ou estão preocupadas com a população frente aos empreendimentos de Suape? Quais?
15. Para onde foram os que tiveram de sair da região? Como vivem agora e o que acham de tudo isso?
16. Que mensagem o Senhor(a) daria aos governantes no sentido de proteção da saúde e do meio ambiente frente a instalação da refinaria de petróleo e de outras empresas potencialmente poluidoras na região?
17. Qual a sua expectativa para o futuro em relação a esses empreendimentos?

Sobre a comunidade e os moradores

18. Qual a situação dos moradores da comunidade?
19. Vocês terão de sair daqui? O que o sr acha disso?
20. Para onde foram os que tiveram de sair da região?
21. Como vivem agora e o que acham de tudo isso?

APÊNDICE C - Roteiro semiestruturado para Documentário

ENTREVISTA REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES

Projeto Estratégias de Comunicação para a construção de territórios sustentáveis no contexto da cadeia produtiva do petróleo em Pernambuco – uma abordagem de saúde ambiental - Parecer CEP CAEE: 0111.0.095.000-08

Apresentação conhecer um pouco do entrevistado: nome, idade, onde mora, profissão/ocupação e o quanto tempo atua nela?

Sobre a percepção do processo de industrialização

1. Qual a sua opinião sobre o novo processo de industrialização pelo qual está passando a região dos municípios de Cabo e Ipojuca?
2. Quais as mudanças o Sr. Tem observado nos municípios do Cabo e Ipojuca por conta dessas indústrias?

Sobre a construção da refinaria de petróleo e demais indústria da cadeia do petróleo

3. Como o Sr. Avalia, ou o que o Sr pensa sobre, a instalação de uma refinaria de petróleo na região de Suape?
4. O Senhor(a) acha que irá beneficiar ou prejudicar a população pernambucana? Por quê?
5. Você percebe alguma mudança na região de Suape e em Recife com as obras de construção da Refinaria? Quais?
6. Tem conhecimento de algum conflito com a população devido à instalação da refinaria de Suape? Qual? Poderia descrever sucintamente
7. Você conhece o funcionamento de uma cadeia produtiva de petróleo? Pode nos explicar?

Sobre os impactos na saúde e no ambiente

8. A senhora tem conhecimento de que a refinaria e outras indústrias podem trazer problemas para a saúde das pessoas e para o ambiente? Se sim, quais?
9. Como você acha que está a situação dos moradores das comunidades da região?

Sobre os processos de trabalho

10. Como está a relação trabalho nestas novas indústrias?
11. Acompanhamos na imprensa diversos episódios de conflitos e paralizações dos trabalhadores das obras em Suape, o que o senhor poderia nos dizer sobre isso?
12. Fomos na Ilha de Tatuoca e ouvimos o depoimento de moradores que perderam o emprego, o MPT tem acompanhado esta questão?
13. Que medidas o MPT está tomando para garantir que as empresas instaladas, em processo de instalação ou a ser instaladas em Suape não prejudiquem a saúde da população e dos trabalhadores e o meio ambiente e os trabalhadores?

Sobre a comunidade e os moradores

14. Como você acha que está a situação dos moradores das comunidades da região?
15. Como é que vocês discutem estas questões com eles?

Para finalizar

16. Qual a sua reflexão para o futuro em relação a esses empreendimentos?

APÊNDICE D - Autorização para uso de imagem e som para o documentário

Projeto Estratégias de Comunicação para a construção de territórios sustentáveis no contexto da cadeia produtiva do petróleo em Pernambuco – uma abordagem de saúde ambiental - Parecer CEP CAEE: 0111.0.095.000-08

Eu, _____, portador da Identidade nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, residente à Rua _____, nº _____, Bairro _____ na cidade de _____, autorizo neste ato, a título gratuito, por prazo indeterminado e sem limites de território, o uso de minha imagem e som em todo e qualquer material para serem utilizados no **Estratégias de Comunicação para a construção de territórios sustentáveis no contexto da cadeia produtiva do petróleo em Pernambuco – uma abordagem de saúde ambiental** sob a coordenação da pesquisadora Profa. Dra. Lia Giraldo da Silva Augusto e da pesquisadora Mariana Olívia Santana dos Santos (fone: 987298359 email: marianaxolivia@gmail.com) do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz/Ministério da Saúde, sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou apenas para uso interno desta instituição, desde que não haja desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) exposição fotográfica; (II) Apresentações científicas; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros) e Festivais.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (dias) vias de igual teor e forma.

Recife, ____ de _____, de _____

Telefone: _____

Email: _____

Assinatura

APÊNDICE E - Roteiro de entrevista semiestruturado mulheres Suape

Projeto Vulnerabilidade socioambiental relacionada à exposição química nos territórios de desenvolvimento das cadeias produtivas de petróleo e das consumidoras de agrotóxicos - Parecer CEP CAEE: 44507115.5.0000.5190

Entrevista mulheres comunidades de Suape - 2015

Nº da entrevista					
Data:					
DADOS PESSOAIS					
Nome					
Endereço					
Sexo []M []F					
Estado civil		Naturalidade		Escolaridade	
Telefone		Celular		Email	
INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS					
1	Ocupação: Principal _____ Secundária: _____				
2	Número de dependentes				
3	Mora nesta comunidade há quanto tempo?				

Sobre o processo de industrialização em Suape

1. Qual a sua opinião sobre o novo processo de industrialização pelo qual está passando a região dos municípios de Cabo e Ipojuca?
2. A ampliação do complexo industrial causou alguma mudança na sua vida e da sua família? Quais?

Sobre as dimensões que ameaçam a vida e o ambiente

3. Quais elementos/dimensões ameaçam a sua saúde (vida) e da sua família?
4. Quais elementos/dimensões promovem a vida e o ambiente?
5. Tem conhecimento de algum conflito com a população devido à instalação dessas novas indústrias? Qual/quais?

Sobre a comunidade e os moradores

6. Qual a situação dos moradores da comunidade?
7. Para onde foram os que tiveram de sair da região?
8. Qual a sua opinião em relação à Violência em sua comunidade?
9. Em relação a sua moradia, sofreu remoção ou ameaça de remoção em decorrência de alguma atividade de Suape?

Sobre a informação disponibilizada e estratégias de atuação

10. Que informações o Senhor (a) dispõe as indústrias que estão sendo implantadas? Qual a sua opinião em relação a estas informações?
11. Onde obteve as informações? Jornal, internet, rádio, TV, reuniões, documentos
12. O Senhor(a) tem conhecimento de que refinaria e outras indústrias podem trazer problemas para a saúde (vida) das pessoas e para o ambiente? Se sim, quais?
13. O Senhor (a) participou ou participa de reuniões em que esse assunto foi ou é discutido? Qual/quais?
14. Você participa de alguma estratégia de mobilização social para melhoria da vida dos territórios? (Organização comunitária, fórum, associação de moradores...)? Quais?
15. O Senhor conhece entidades sociais que estão atuando ou estão preocupadas com a população frente aos empreendimentos de Suape? Quais?

APÊNDICE F - Roteiro de entrevista semiestruturado Redes Sociais

Roteiro de entrevistas para análise das redes sociais do território de Suape

Projeto Vulnerabilidade socioambiental relacionada à exposição química nos territórios de desenvolvimento das cadeias produtivas de petróleo e das consumidoras de agrotóxicos - Parecer CEP CAEE: 44507115.5.0000.5190

Objetivo: Caracterizar as redes sociais que atuam no enfrentamento vulnerabilidades socioambientais em Suape e compreender as suas relações para efetivação de políticas públicas e estratégias de ação em saúde voltadas para o território

a) **Dados sociodemográficos:** Nome – Idade - Nível de escolaridade – Ocupação - Instituição/comunidade - Função/atividade

b) Sobre os processos de vulneração no ambiente e na saúde

1. Qual a sua opinião sobre o novo processo de industrialização pelo qual está passando o território de abrangência do Complexo Industrial Portuário de Suape nos últimos anos?
2. Como você percebe os impactos e riscos socioambientais neste território?
3. Como você percebe os problemas/riscos à saúde na população deste território?
4. Quais os processos produtivos envolvidos neste contexto?

c) Sobre os conflitos e injustiças socioambientais

5. Existem conflitos/injustiças socioambientais no território de Suape? Quais? Como são percebidos? Descreva
 - a. O/s conflito/s descritos envolve qual (quais) Município(s)/Comunidades?
 - b. Qual o tipo de população é atingida? Em torno de quantos? (agricultores familiares, Caiçaras, marisqueiras, pescadores, quilombolas, moradores de aterros ou terrenos contaminados, moradores do entorno de lixões, moradores de periferias, ocupações ou favelas, povos indígenas, trabalhadores...).
 - c. Quais os responsáveis pelo conflito?

d) Sobre as redes sociais

6. Qual a sua atuação/da instituição em relação aos problemas socioambientais e sanitários do território?
7. Sobre oferta de apoio (capital social) - Como você/instituição apoia as populações em processos de vulneração/conflito/injustiça socioambiental no território de atuação?
8. Sobre recebimento de apoio das redes sociais (instituições parceiras, grupos de apoio, etc):

- d. **PERGUNTA PARA POPULAÇÃO:** Como os poderes públicos/instituições/organizações e os técnicos atuam para apoiar os processos de vulneração/conflito/injustiça?
 - e. **PARA INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES:** Como outras instituições/organizações grupos apoiam na sua atuação?
9. Busca por apoio – A quem você/instituição/organização recorre em busca de apoio/parceria? Cite alguns (Movimentos Sociais, Movimentos de atingidos, ONG, Redes, Org. sindicais; Ministério Público, Entidades governamentais).

APÊNDICE G – Artigo publicado “Excluídas pelo desenvolvimento: mulheres e o Complexo Industrial Portuário de Suape”

SANTOS, M. O. S. DOS; ALVES, S. G.; SILVA, J. M. DA; et al. Excluídas pelo desenvolvimento: mulheres e o Complexo Industrial Portuário de Suape. *Revista de geografia (recife)*, v. 33, n. 3, p. 117–140, 2016. Disponível em <http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/1227/776>

Revista de Geografia (Recife) V. 33, No. 3, 2016

PKS PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT	REVISTA DE GEOGRAFIA (RECIFE) http://www.revista.ufpe.br/revistageografia	OJS OPEN JOURNAL SYSTEMS
--	---	--

EXCLUÍDAS PELO DESENVOLVIMENTO: MULHERES E O COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE

*Mariana Olivia Santana dos Santos¹, Stevam Gabriel Alves², José Marcos da Silva³,
Frédéric Mertens⁴, Idê Gomes Dantas Gurge⁵, Lia Giraldo da Silva Augusto⁶*

- 1. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Departamento de Saúde Coletiva, Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho, Recife, PE, Brasil, email: marianaxolivia@gmail.com*
- 2. Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, email: stevam_gabriel@hotmail.com*
- 3. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Departamento de Saúde Coletiva, Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho, Recife, PE, Brasil, email: kinhoventuras@hotmail.com*
- 4. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília - DF, Brasil, Comunidade de prática sobre as abordagens ecossistêmicas em saúde humana na América Latina e no Caribe (CoPEH-LAC), email: mertens.br@gmail.com*
- 5. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Departamento de Saúde Coletiva, Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho, Recife, PE, Brasil, email: ideg@cpqam.fiocruz.br*
- 6. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Departamento de Saúde Coletiva, Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho, Recife, PE, Brasil, email: lgiraldo@uol.com.br*

Artigo recebido em 29/08/2016 e aceito em 16/09/2016

RESUMO

O Brasil tem priorizado um modelo desenvolvimentista com políticas que visam à reprodução e acumulação do capital mediante reprimarização da economia, através de megaprojetos, tais como, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Pernambuco tem ampliado o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) com a construção de novas indústrias o que tem ocasionado profundas transformações políticas, socioeconômicas e culturais no território, gerando injustiças e conflitos socioambientais que repercutem negativamente onde vive a população local. Este artigo analisa processos de vulneração socioambiental, a partir da percepção das mulheres moradoras de nove comunidades localizadas no CIPS. Realizou-se pesquisa qualitativa, seguindo princípios da abordagem ecossistêmica em saúde. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas sobre a chegada dos empreendimentos e suas repercussões na vida da população. A análise foi orientada pela metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), considerando as Expressões Chaves e Ideias Centrais de cada discurso. Partindo do diálogo entre conhecimentos científicos e populares, identificou-se que o crescimento econômico não diminuiu as desigualdades sociais pré-existentes e agregou novas situações de vulneração, degradação ambiental e efeitos negativos na saúde da população, com um forte viés de gênero.

Palavras-chave: saúde ambiental; desenvolvimento sustentável; vulnerabilidade social; saúde pública.

EXCLUDED BY THE DEVELOPMENT: WOMEN AND THE PORT INDUSTRIAL COMPLEX OF SUAPE

ABSTRACT

Brazil has prioritized a developmental model with policies aimed at reproduction and accumulation of capital through primary economy and neoliberal mega projects funded by the Growth Acceleration Program (GAP). Pernambuco has expanded the Port Industrial Complex of Suape (PICS) with construction of new industries. This reconfiguration caused profound policies, socioeconomic and cultural changes, generating injustice and environmental conflicts with negative repercussions on territories where lives the local population. This article analyzes the processes of socio-environmental vulnerability from the perception of the residents that live in nine communities located in the PICS. There was a qualitative research, following the principles of the ecosystem

APÊNDICE H – Artigo publicado “Suape: desenvolvimento para quem? – documentário como estratégia para vigilância e promoção da saúde

SANTOS, M. O. S. DOS; GOMES, I. M. DE A. M.; GURGEL, I. G. D.; AUGUSTO, L. G. DA S. “Suape: desenvolvimento para quem?” – Documentário como estratégia para vigilância e promoção da saúde. *Vigilância Sanitária em Debate*, v. 4, n. 4, p. 60–70, 2016. Disponível em: <<http://www.visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/847/343>>.



ARTIGO
DOI: 10.3395/2317-269X.00847

“Suape: desenvolvimento para quem?” - Documentário como estratégia para vigilância e promoção da saúde

“Suape: development for whom?” - Documentary as strategy for health surveillance and promotion

Mariana Olívia Santana dos Santos^a

Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes^b

Idê Gomes Dantas Gurgel^c

Lia Giraldo da Silva Augusto^d

RESUMO

Pernambuco tem ampliado o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) mediante a instalação de um polo petroquímico financiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento. Esse modelo de desenvolvimento econômico tem ocasionando profundas transformações políticas, socioeconômicas e culturais, gerando injustiças, conflitos refletidos na saúde e no ambiente da população. Este artigo analisa esses processos de vulneração a partir da representação social dos sujeitos que vivem e atuam em Suape. Realizou-se pesquisa-ação, seguindo princípios da abordagem ecossistêmica em saúde através de visita de campo, entrevistas semiestruturadas sistematizadas em seis categorias analíticas utilizando Expressões Chave e Ideias Centrais do discurso que resultaram no documentário “Suape, desenvolvimento para quem?”. Foram realizados oito cine debates para validação do documentário e discussão sobre as problemáticas vivenciadas em Suape e estratégias de atuação em defesa da saúde. Conclui-se que o documentário se configurou como uma estratégia de comunicação adequada para a população vulnerada, pois possibilitou discussões temáticas de saúde, vigilância e questões ambientais vivenciadas no território, de forma ampliada e participativa evidenciando perigos e nocividades atuais e futuros. Também possibilitou esboçar uma série de agendas de luta em defesa da promoção da saúde e da proteção do meio ambiente, expressas no cine debate.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Sustentável; Vigilância em Saúde; Saúde do Trabalhador; Comunicação e Saúde; Promoção da Saúde

ABSTRACT

Pernambuco has expanded the Port Industrial Complex of Suape (PICS) with the installation of a petrochemical pole financed by the Growth Acceleration Program. This model of economic development is causing profound political, socioeconomic and cultural transformations, generating injustice and conflict reflected on the health and the environment of the population. This article examines these processes of vulnerabilization from the social representation of subjects who live and work in Suape. Action research was conducted, following the principles of the ecosystem approaches to health through field visits, and structured interviews systematized in six analytical categories using key phrases and central ideas of speech that resulted in the documentary *Suape, development for whom?* Eight cinema discussions were performed for validating the documentary and discussions about the problems experienced in Suape and about intervention strategies in defense of health were conducted. It is concluded that the documentary was an appropriate communication strategy for the vulnerable population because it made possible the development of thematic discussions on health, health surveillance and environmental issues experienced in the territory, in an enlarged and participative way, highlighting today and tomorrow's dangers and inconveniences. The documentary also made it possible to sketch out a series of diaries of struggle in defense of health promotion and protection of the environment, expressed in the cinema debate.

KEYWORDS: Sustainable Development; Health Surveillance; Occupational Health; Communication and Health; Health Promotion

^a Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz (CPQAM/Fiocruz), Recife, PE, Brasil

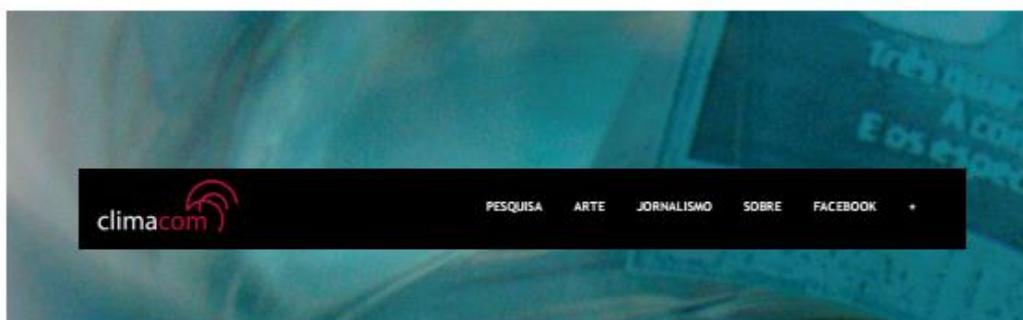
^b Universidade de Pernambuco, Faculdade de Ciências Médicas (FCMUPE), Recife, PE, Brasil

^d E-mail: marianaxolivia@gmail.com

Recebido: 31 ago 2016
Aprovado: 10 nov 2016

APÊNDICE I – Artigo publicado - Ciberativismo, saúde e ambiente: movimentos sociais no Brasil e na Espanha

SANTOS, M. O. S. DOS; GURGEL, A. DO M.; MELLO, I. M. DE A.; et al. Ciberativismo, saúde e ambiente: movimentos sociais no Brasil e na Espanha | *ClimaCom*. *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte*, v. 2, n. 2013, 2016. Disponível em: <<http://climacom.mudancasclimaticas.net/?p=5016>>. Acesso em: 6/5/2016.



ANO 03 • Nº5 • "Vulnerabilidade" ISSN 2359-4705

CHAMADA | OUTRAS EDIÇÕES | ENGLISH

Ciberativismo, saúde e ambiente: movimentos sociais no Brasil e na Espanha

Mariana Olívia Santana dos Santos[1]

Alino do Monte Gurgel[2]

Isaltina Maria de Azevedo Mello[3]

Isê Gomes Dantas Gurgel[4]

Lia Giraldo da Silva Augusto[5]

INTRODUÇÃO

O intenso crescimento econômico experimentado no transcurso do século XX implicou aumento da demanda energética. Embora declinante ao longo do tempo, Cavalcanti (2008) afirma que o petróleo ainda representa cerca de 40% da energia consumida no planeta. Por ser uma fonte de energia não renovável, a intensificação de sua exploração implica a consequente escassez do produto, resultando no aumento de seu valor comercial e diminuição de seu uso, tomando o refinamento do petróleo economicamente inviável em um futuro próximo. A Agência Internacional de Energia analisa que o preço do petróleo no mercado irá ascender até 2035 e, em razão de legislações ambientais mais rigorosas, o desenvolvimento de fontes alternativas e novas tecnologias que aumentem a eficiência energética tenderão a reduzir a demanda por derivados de petróleo, principalmente a gasolina (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA, 2013).

A instalação da crise mundial no setor energético, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, resultou no excesso de capacidade de refino de petróleo e numa menor demanda por gasolina, o que deve levar ao fechamento de refinarias mais simples e estimular a integração com indústrias petroquímicas. Kent e Werber (2013) estimam que a Europa perderá dez refinarias até ao final da década. Paradoxalmente, nos últimos anos, observa-se ainda alto investimento no setor de refino em alguns países da Europa, e majoritariamente na América Latina.

No Brasil, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, cujo maior aporte financeiro é destinado para petróleo e gás natural (R\$ 179 bilhões), tem-se notado amplos investimentos na construção e modernização de complexos portuários e refinarias. Na segunda versão do programa, o PAC 2, dentre as dez maiores obras, cinco são relacionadas ao petróleo, destacando-se a Refinaria Abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco, a Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, a Refinaria Premium I, no Maranhão, e Premium II, no Ceará. Estas duas últimas tiveram a construção cancelada, em virtude da crise financeira da Petrobrás, mesmo após a reordenação do território para as obras em estágio avançado (BRASIL, 2013; CARRAMILO, 2015; LAVOR, 2015).

Rigotto (2008) aborda a problemática de uma configuração mais recente das indústrias no mercado mundial orientada pelo capitalismo liberal, cujo investimento em indústrias de alto poder poluidor diminui nos países centrais (onde cada vez mais a conscientização sobre a reforma ecológica se faz acompanhar de legislação ambiental e organização social mais exigente) e aumenta nos países periféricos, aproveitando-se de "vantagens competitivas como solo barato, incentivos fiscais, mão de obra barata e dócil, e sociedades mais frágeis em sua organização" (RIGOTTO, 2008).

Ciberativismo, saúde e ambiente: movimentos sociais no Brasil e na Espanha

RESUMO: Frente ao projeto neoliberal de crescimento econômico e acúmulo de capital em detrimento da preservação do ambiente e das comunidades cada vez mais em processo de vulnerabilização, surgem movimentos ambientais que se organizam utilizando tecnologias e estratégias de comunicação com inclusão social e intercâmbio de experiências, em tempo real e nos níveis local e global. A capacidade de produção e compartilhamento da informação tem possibilitado a identificação de conflitos socioambientais semelhantes em distintos contextos. Este trabalho tem como propósito analisar as estratégias que os movimentos sociais utilizam no ciberespaço para estruturar suas lutas em defesa do ambiente e da saúde quando da instalação de indústrias petrolíferas. Foram estudados dois casos, um na região de Extremadura, Espanha e outro em Pernambuco, Brasil. Identificou-se que, em decorrência da baixa visibilidade na mídia tradicional o ciberespaço possibilitou uma comunicação horizontal, mediante estratégias em rede, as quais oportunizaram a construção de novos saberes e novas formas de enfrentamento das injustiças ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade. Movimento ambiental. Ciberativismo. Justiça Ambiental.

Cyberactivism, health and environment: social movements in Brazil and Spain

ABSTRACT: Facing the neoliberal project of economic growing the environmental movements organize themselves using technologies and strategies of communication to broaden discussions in order both participation and social inclusions such as support for real time exchange. The productive capacity and information sharing have also enabled the identification of similar environmental conflicts on different contexts. This work aims to analyze the strategies that use social and environmental movements in cyberspace to structure their struggles in defense of the environment and health before the installation of the oil industry, one in the region of Extremadura, Spain and another in Pernambuco, Brazil. It was noticed that facing the invisibility of environmental movements arguments and fights on the traditional media, the cyberspace made possible a horizontal communication where the predominant speech was the sustainable development.

KEYWORDS: Vulnerability. Environmental movement. Cyberactivism. Environmental Justice.

20042016

APÊNDICE J – Artigo publicado - Cidadania em contexto global: atuação do ciberativismo socioambiental no Brasil e na Espanha

Artigo submetido ao número temático *Internet e Ativismos em Saúde* da Revista Fórum Sociológico (ISSN eletrônico 2182-7427) - uma publicação do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS NOVA) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL)²⁴.

CIDADANIA EM CONTEXTO GLOBAL: ATUAÇÃO DO CIBERATIVISMO
SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL E NA ESPANHA
CITIZENSHIP IN A GLOBAL CONTEXT: THE ACTION OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL
CIBERATIVISM IN BRAZIL AND SPAIN

Mariana Olívia Santana dos Santos
Thialisson Santos Ribeiro
José Marcos da Silva
Isaltina Maria de Azevedo Mello
Idê Gomes Dantas Gurgel
Lia Giraldo da Silva Augusto

Resumo: Nos últimos anos, mudanças profundas no modo de construção e reconstrução das relações sociais e políticas vêm acontecendo com advento da internet. As Tecnologias de Informação e Comunicação configuram novas sociabilidades, relacionamentos e valores culturais, exercendo influência direta nos sistemas políticos, ao possibilitar novas formas de atuação, articulação e ação. Este trabalho tem como propósito analisar o Índice de Participação Política e Influência de dois movimentos socioambientais relacionados à resistência popular frente às nocividades e injustiças, decorrentes da construção de refinarias de petróleo e sua busca por espaço e legitimação institucional – Fórum Suape, no Brasil e Plataforma Ciudadana Refineria No, na Espanha. Conclui-se que o ciberativismo possibilita aprendizado, produção de conhecimento, troca de saberes e visibilidade dos sujeitos e territórios, apoiando-se nos conceitos de cidadania e de justiça ambiental.

Palavras-chave: Ciberativismo; movimentos sociais; Justiça ambiental; Cidadania

Abstract:

In recent years, profound changes in the manner of construction and reconstruction of social and political relations have been going with advent of the internet.

The Information and Communication Technologies represent new sociabilidades, relationships and cultural values, exerting direct influence on political systems, to enable new forms of activity, articulation and action. This paper aims to analyze the Index of Political Participation and Influence (IPPI) of two socioenvironmental movements related to popular resistance against the inconveniences and injustices, resulting from the construction of petroleum refineries and their quest for space and institutional legitimacy - Forum Suape, in Brazil and Citizen Platform Refineria No, in Spain.

It is concluded that the ciberativismo enables learning, knowledge production, exchange of knowledge and visibility of the subject and territories, based on the concepts of citizenship and environmental justice.

Keywords: Ciberativism; social movements; Environmental justice; Citizenship

²⁴ <https://sociologico.revues.org/497>. A revista está publicada em open access na revues.org, é indexada no Latindex e na CAPES (Brasil) e encontra-se em processo de indexação à biblioteca electrónica SciELO (Scientific Eletronic Library Online) e ao RCAAP (Repositório Científico de Acesso Aberto em Portugal).

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa

Projeto Vulnerabilidade socioambiental relacionada à exposição química nos territórios de desenvolvimento das cadeias produtivas de petróleo e das consumidoras de agrotóxicos - Parecer CEP CAEE: 44507115.5.0000.5190



Comitê de Ética
em Pesquisa

Título do Projeto: "Vulnerabilidade socioambiental relacionada à exposição química nos territórios de desenvolvimento das cadeias produtivas de petróleo e das consumidoras de agrotóxicos".

Pesquisador responsável: Idê Gomes Dantas Gurgel

Instituição onde será realizado o projeto: CPqAM/Fiocruz

Data de apresentação ao CEP: 29/04/2015

Registro no CAEE: 44507115.5.0000.5190

Número do Parecer PlatBr: 1.363.781

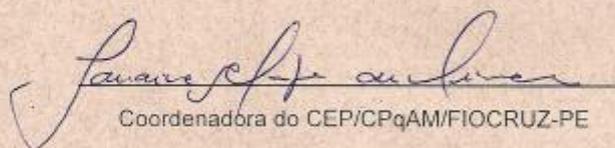
PARECER

O Comitê avaliou e considera que os procedimentos metodológicos do Projeto em questão estão condizentes com a conduta ética que deve nortear pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com o Código de Ética, Resolução CNS 466/12, e complementares.

O projeto está aprovado para ser realizado em sua última formatação apresentada ao CEP.

Em caso de necessidade de renovação do Parecer, encaminhar relatório e atualização do projeto.

Recife, 18 de janeiro de 2016.


Coordenadora do CEP/CPqAM/FIOCRUZ-PE

Janaina Campos de Miranda
Pesquisadora em Saúde Pública
Coordenadora
Mat. SIAPE 444777
CEP/CPqAM/FIOCRUZ

Câmpus da UPPE - Av. Moraes Rego, s/n
CEP 50.670-420 Fone: (81) 2101.2639
Fax: (81) 3453.1911 | 2101.2639
Recife - PE - Brasil
comitedeetica@cpqam.fiocruz.br



ANEXO B – Manifesto A propósito de Suape

Tem-se firmado como tradição do estilo recente de promover o desenvolvimento econômico – que se entende como aumento da renda per capita -, o lançamento pelo governo de grandes projetos de sua iniciativa, que as autoridades presumem consultar o interesse público e julgam satisfazer as aspirações da população, sem que uma consulta à última seja efetivamente realizada. Esta é uma regra quase universalmente seguida, cuja validade não tem sido – a não ser em casos excepcionais – posta em dúvida. Isto não impede, todavia, que pessoas interessadas e grupos de indivíduos manifestem sua opinião a respeito de tais projetos e empreendimentos, reagindo contra a pretensão de transformar em verdade indiscutível a tradição autocrática de não fazer a confecção de grandes projetos ser precedida de consulta às aspirações da coletividade. Estas considerações vêm a propósito do intento do governo de Pernambuco de implantar a todo custo, em sítio privilegiado do estado, um complexo industrial portuário, o Projeto de Suape, cuja elaboração tem avançado no sentido da realização da obra sem que atenção devida seja dada às vozes que manifestam oposição à iniciativa.

Pois bem, parece oportuno tornar público agora que a ideia de realização do complexo industrial portuário de Suape não é aceita pacificamente por todos os cidadãos que, além de pagar impostos, se sentem responsáveis pela elucidação de aspectos de interesse vital para a vida da população pernambucana. E não se trata, por outro lado, de mera reação suscitada por interesses feridos, a desses cidadãos preocupados com o bem-estar comum. O que há de relevante a examinar no que toca a Suape são variáveis que envolvem, inclusive, uma apreciação baseada em critérios puramente econômicos, dentro do figurino do mais rigoroso raciocínio analítico, da significação em termos sociais do projeto.

Em primeiro lugar, seja dado o destaque, ao decidir levar a cabo a ideia do complexo, o governo tomou decisões quanto à alocação de recursos em Pernambuco que implicam em se recusarem muitos projetos menores, iniciativas em setores e regiões diversas do estado, cuja necessidade de suporte econômico-financeiro conflita irrecusavelmente com os requisitos de Suape. Com efeito, a crer nas próprias informações do governo pernambucano, o total de investimentos previstos para o complexo envolvendo recursos públicos e privados, é da ordem de três bilhões de dólares[1], ou seja, cerca de 23 bilhões de cruzeiros[2], cifra que é mais da metade dos fundos que se investirão, no período 1975-79, no colossal Programa de Industrialização do Nordeste e quase oito vezes mais que os recursos consignados ao Polonordeste nos anos 1975-77, ambos de iniciativa federal e considerados projetos-impacto. É ocasião então de perguntar: que razão de benefício-custo ou que taxa interna de retorno norteou a decisão do governo de Pernambuco, ou para ser menos sofisticado, que grandeza da relação capital-produto serviu de marco de referência para Suape? Se algum parâmetro dessa natureza foi usado – e não se concebe procedimento de outra forma, pois se este fosse o caso, perderia seriedade qualquer escolha envolvendo massa tão formidável de recursos sabidamente escassos –, que alternativas serviram para a decisão tomada? Isto é, dado que Suape implica numa certa configuração do destino concebido para alocação de recursos, é de se esperar que o governo haja contemplado caminhos alternativos, configurações alternativas para o uso dos recursos envolvidos, de tal modo que, pesando benefícios e custos das diversas rotas por que poderia optar, resolveu, avaliando através de coeficientes técnicos relevantes, seguir o caminho de Suape. Indaga-se: o governo fez isto? Certamente que não, parece ser a resposta, tal a maneira quase histórica com que se fala do projeto, anunciando-se tão só suas vantagens, sem nenhuma alusão àquilo que os economistas em seu esoterismo vocabular classificam de “custos de oportunidade”.

Esquecendo o aspecto acima, seria admissível transformar Suape em complexo industrial portuário, se não fosse possível conceber para o local utilizações alternativas e se não houvesse a opção para o que ali se encontra. Assim, de um prisma estritamente econômico, a decisão do projeto continua controvertida, na medida em que Suape permite imaginar outros usos para sua feliz dotação de beleza natural e de outros recursos para o lazer, além de ser sítio histórico do maior interesse. A ideia do turismo, por exemplo, vem de imediato à mente quando se pensa em aproveitar recanto de tão comovente harmonia estética. Uma rigorosa avaliação não poderia indicar relação benefício-custo mais alta no caso do turismo do que no do complexo imaginado? Esta é uma indagação de cuja objetividade não se pode escapar e que deveria, para ser aceita a decisão do projeto em andamento, ter sido pesada e confrontada com a obsessão em que se transformou a implantação do parque industrial e pólo portuário de Suape. Afinal de contas, vai se permitir que o governo sacrifique um número incalculável de projetos de menores dimensões, mas de alcance social talvez maior, investindo formidável e maciçamente numa obra que pode até – se faltarem fundos em instantes críticos – terminar como um dos mais conspícuos elefantes brancos da megalomania algo irresponsável de tantos exemplos da atividade governamental no Brasil? Suape como projeto é muito mais do que simples distrito industrial, do que um açude ou um empreendimento da agro-indústria. Vale a pena meditar cuidadosamente, pois, nos retornos totais e nos custos completos – diretos e indiretos, sociais e privados – da iniciativa. Vale a pena também refletir no fato de que os possíveis

empreendimentos que se dizem atraídos por Suape são fruto de entendimentos verbais com grandes grupos multinacionais, e que esses entendimentos não necessariamente resultarão em inversões. Deformando-se a paisagem com obras de infra-estrutura que transformarão Suape em feio canteiro de obras e que eventualmente poderão não ter utilidade, se os investimentos não forem cristalizados, ter-se-á cometido o crime irreparável de deformar a paisagem e profanar um sítio histórico – tudo isso em vão.

Toda a viabilidade do empreendimento, aliás, arrima-se em análises pouco cuidadosas, conforme transparece de detido exame do material preparado pelo consórcio responsável pelos estudos de base do projeto, sob a liderança da TRANSCON. De fato, o grupo técnico que definiu em documento para a DIPER a viabilidade de Suape buscou amparar-se em instrumentos metodológicos de rigor bastante discutível, usando para projeções que atingem até o ano 2005 hipóteses cuja solidez é frágil e cuja confiabilidade não merece respeito. Dessa forma, pairam dúvidas enormes, de natureza técnico-econômica, acerca da comprovação de que o Projeto de Saúde é viável. Basta mencionar a esse propósito, que as projeções de demanda que lastreiam a recomendação de quais indústrias localizar no complexo padecem de erros analíticos e que as previsões relativas ao comércio internacional não são visceralmente ligadas a estudos sérios que caracterizem perspectivas realísticas para o intercâmbio de bens e serviços em escala mundial nos próximos 25 anos. Na verdade, especular sobre tendências deste jaez não tem sido tarefa que, mesmo aos mais argutos observadores da conjuntura internacional – gente do porte de Kindleberger, Triffin ou Haberler –, tenha proporcionado gratificação intelectual, haja vista as inesperadas mudanças decorrentes da crise de abastecimento de petróleo desde outubro de 1973. Neste ínterim, incidentalmente, mudaram inclusive parâmetros essenciais da própria concepção original do Projeto de Suape, de que é exemplo a reabertura do canal de Suez, um elemento com que não contavam arautos das primeiras manifestações a favor do complexo.

Para aparelhar Pernambuco de porto satisfatório existe a alternativa, considerada inclusive nas recomendações do tantas vezes lembrado Padre Lebrete e que com o passar do tempo vai se tornando cada vez menos viável, de ampliação e modernização do ancoradouro do Recife, uma opção que interferiria, é certo, com o tumultuado processo de desenvolvimento urbano da capital pernambucana, alterando algumas das referências atualmente utilizadas. Esta interferência, entretanto, teria um custo social provavelmente inferior ao de semelhante emprego de capital no caso de Suape.

Diz-se, por outro lado, que o complexo é defensável por oferecer uma senda segura para o insatisfatório grau de desenvolvimento de Pernambuco. Mas por que só entra Suape na concepção de um programa de expansão econômica efetiva para o estado? Se convenientemente aproveitadas as vantagens turísticas pernambucanas – a cidade de Olinda, o Recife mesmo, Nova Jerusalém e as praias da costa estadual vêm de pronto à memória –, poder-se-iam, quiçá com bem menor volume de recursos, lograr êxitos na trilha do desenvolvimento mais notáveis do que com um projeto de Suape de sucesso imprevisível.

Uma palavra por outro lado para o admirável cenário, verdadeiro patrimônio artístico, que a natureza ergueu em Suape. Pode-se apodar de romântica a posição, mas o fato é que, se não houvesse outra escolha econômica para o local em questão a não ser o porto e se os recursos que este envolve estivessem efetivamente sendo otimizados nesta utilização comparativamente com qualquer outra, ainda caberia discutir a sabedoria de se alterar irreversivelmente a paisagem de que Suape foi dotada. Permitir que no sítio escolhido se construa um porto e um complexo de fábricas implica em perda definitiva de uma riqueza que faz parte do acervo de Pernambuco. Isto, em qualquer raciocínio analítico, representa um custo. Lamentavelmente, sua exata magnitude não pode ser aquilatada, de modo a que uma decisão calcada em método ortodoxo de quantificação possa ser tomada. Não obstante, é lícito especular sobre se os benefícios esperados no longo prazo superarão com tranqüila margem aquilo que se estima serem os custos decorrentes do sacrifício que se imporá à paisagem – para não trazer à baila problemas igualmente relevantes relacionados com a poluição do meio ambiente que grandes projetos industriais inevitavelmente acarretam. Podem os autores do estudo de viabilidade de Suape alegar que foi considerada a questão do turismo, que o projeto reservou uma área para tal etc. Mas, conhecendo-se a experiência dos sítios industriais no mundo inteiro e lembrando-se como se apresentam suas áreas vizinhas, cinzentas e deformadas, pode-se esperar que Suape seja capaz, de fato, de oferecer ambiente para o lazer – como acontece admiravelmente agora e como ocorreria na hipótese da solução turística? Não é só Suape que pagará, em termos de mutilação do meio ambiente e de deterioração da qualidade da vida, por conta do complexo que se deseja irrefletidamente, no sentido aqui comentado, instalar ali. Todo um conjunto de recantos preferidos por uma população que se descobre asfixiada no ambiente despojado de locais de finalidade recreativa do Recife serão também sacrificados, numa proporção cujos contornos certamente se ignoram no momento. A esse propósito, parece oportuno sugerir que o governo pernambucano siga o bem sucedido e pouco divulgado exemplo do governo do Rio Grande do Sul, o qual concebeu e implantou o Parque Estadual da Praia de Torres à base de um

projeto de Burle Marx que, harmonizando inteiramente o cenário local com as inevitáveis necessidades de infraestrutura, criou ambiente de grande atração turística e lazer.

Não se ponha de lado, por último, a significação histórica de Suape, tão pouco enfatizada nos raros debates que sobre o projeto têm ocorrido à luz da opinião pública. Ainda hoje são freqüentes os achados arqueológicos de indiscutível importância que têm sido feitos no local, peculiaridade que por si só deveria levar ao tombamento da área como parte do patrimônio que a história da epopéia pernambucana nos legou.

Tudo isso exige que se tome uma posição. Que se denuncie a fragilidade de um planejamento exclusivamente voltado para a promoção tacanha da produção de mercadorias e da renda per capita, não importando que custos a sociedade está pagando por esse esforço orientado pela busca apenas de maior bem-estar material. Que se considerem a experiência e sobretudo os equívocos cometidos pelos países já industrializados e que hoje lamentam a tomada de certas decisões pouco sábias, inclusive e principalmente no que se refere à detestada e combatida poluição do meio ambiente. Agora mesmo, quando o Brasil protesta de forma uníssona e veemente diante da tentativa – felizmente frustrada – do governo finlandês de jogar uma carga de arsênio em forma de lixo no Atlântico Sul, convém que se enfatize o perigo que é para nosso mar a instalação de fábricas gigantescas de fertilizantes e de alumínio junto à costa pernambucana, a lançar continuamente seus excrementos industriais em águas que ora são admiradas por uma festejada e cada vez mais rara pureza. Ainda é tempo de se reformar o esquema de Suape. Assim, nada mais justo que o governo se disponha a abrir o debate técnico em torno do complexo, de modo a que a responsabilidade daquelas que antevêm os ônus que recairão sobre a sociedade em decorrência da efetivação da obra possa ser resguardada. E que se evite o ufanismo oficial pouco sadio que chega a proclamar Suape como empreendimento irreversível, numa tentativa de fazer com que a população o aceite sem oposições, como fatalidade do crescimento econômico – que não é.

Clóvis Cavalcanti, diretor do Departamento de Economia do Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

Renato S. Duarte, Professor do Mestrado em Economia e da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPE

Roberto M. Martins, Coordenador do Curso de Mestrado em Sociologia da UFPE

Nelson Chaves, Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFPE

José Antônio Gonsalves de Mello, Professor Titular de História da UFPE

Renato Carneiro Campos, Diretor do Departamento de Sociologia do Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

João de Vasconcelos Sobrinho – Chefe da Estação Ecológica de Tapacurá e Titular da Disciplina de Ecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco